

RICARDO DA SILVA

EDUCADORES SOCIAIS DE RUA: DISCURSOS A (DES)VELAR

Maceió/AL - 2009

RICARDO DA SILVA

EDUCADORES SOCIAIS DE RUA: DISCURSOS A (DES)VELAR

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação – linha de pesquisa: História e Política - área de concentração: Análise do Discurso na Pesquisa Educacional.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Gama Florencio.

Maceió/AL - 2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586e Silva, Ricardo da.
Educadores sociais de rua : discursos a (des)velar / Ricardo da Silva, 2009.
206 f.

Orientadora: Ana Maria Gama Florencio.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. [135]-141.
Apêndices : f. 142-206.

1. Menores abandonados – Maceió (AL). 2. Análise do discurso. 3. Meninos de rua. 4. Educação de crianças. 5. Educadores – Prática. I. Título.

CDU: 376.56(813.5)

Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

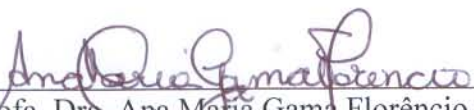


Educadores sociais de rua: discursos a (des)velar.

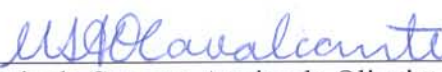
RICARDO DA SILVA

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 05 de maio de 2009.

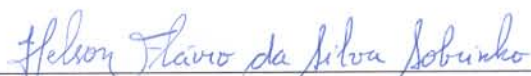
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Ana Maria Gama Florêncio (CEDU-UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (CEDU-UFAL)
(Examinadora Interna)



Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL-UFAL)
(Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais Manoel e Josita (*In memoriam*). Por todo amor e carinho.

À Profa. Dra. Ana Maria Gama Florencio que sempre acreditou neste trabalho. Os meus votos de eterna gratidão.

À Débora, pela convivência que tanto tem nos ensinado.

À Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante, pelas inúmeras contribuições e sua incansável busca pela qualidade na educação.

Ao Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho, pela contribuição neste trabalho.

Aos amigos/as do Movimento Nacional de Meninos de Rua – AL.

Aos meus queridos irmãos, Neide, José, Ernande, Edjane, Cícero, Rejane, Jeane e Wellington, pelas pessoas que são. Pelas nossas vitórias.

Aos colegas do Mestrado em Educação da UFAL.

Ao amigo e irmão Elessandro Feitosa. Com Cristo, hoje e sempre.

Ao Prof. João José dos Santos, onde estiver. Minha gratidão.

Aos amigos da Polícia Civil de Alagoas, pelo carinho e respeito.

Aos amigos da Gerência de Ensino Integrado da SEDS-AL, pelo apoio.

À Profa. Ms. Regina Brasileiro pelas palavras de incentivo.

À Profa. Doutoranda Marly Vidinha, pelo carinho.

Aos Professores do Centro de Educação - CEDU e do PPGE/UFAL.

Às crianças e aos adolescentes em situação de rua, pela coragem com que enfrentam as dificuldades diárias. Pelos ensinamentos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado intitulada **Educadores sociais de rua: discursos a (des)velar**, resulta de uma análise de discursos de educadores(as) que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua - denominados educadores(as) sociais de rua - através de entrevistas realizadas com seis desses educadores(as), três vinculados a diferentes Organizações Não Governamentais – ONG's, e três ligados a uma Organização Governamental – OG gerida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Maceió-AL. Os depoimentos foram analisados à luz da Análise do Discurso - AD, como referencial teórico metodológico que entende que os sentidos se produzem no confronto sujeito-língua-história, conforme pressupostos de Pêcheux, Orlandi, Cavalcante e outros estudiosos da área. As condições de produção desses discursos permitem desvendar as estruturas das relações sociais em seus diferentes posicionamentos ideológicos que regem os trabalhos dos educadores(as), junto a crianças submetidas ao abandono e à exploração, em situação de pertença à classe sem acesso às mínimas condições de vida cidadã. Os discursos apontam oscilações de formações discursivas, pois, ao tempo em que os sujeitos se dizem profissionais que desenvolvem ações de proteção e de denúncia da ausência de políticas direcionadas à promoção e efetivação da dignidade de crianças e adolescentes em situação de rua, resvalam num discurso próprio de soluções paliativas e temporárias.

Palavras-chave: Análise do discurso, prática, educadores, criança e adolescente em situação de rua.

RESUMEN

Esta disertación de maestría titulada **Educadores sociales de calle: discursos a (des)velar**, resulta de un análisis de discursos de educadores (as) que trabajan con niños y adolescentes de calle – denominados educadores sociales de calle, a través de entrevistas realizadas con seis de estos educadores(as), tres vinculados a diferentes Organizaciones No Gubernamentales – ONG's y tres relacionados a una Organización Gubernamental – OG, administrada por la Secretaría de Asistencia Social del Municipio de Maceió – AL. Las deposiciones fueron analizadas a la luz del Análisis del Discurso – AD, como referencial teórico metodológico que entiende que los sentidos se producen al confrontar sujeto-lengua-historia, conforme presupuestos de Pêcheux, Orlandi, Cavalcante y otros estudiosos del área. Las condiciones de producción de esos discursos permiten desvendar las estructuras de las relaciones sociales en sus diferentes posiciones ideológicas que rigen los trabajos de los educadores(as), junto a niños sometidos al abandono y a la explotación perteneciendo a clase sin acceso a las mínimas condiciones de vida ciudadana. Los discursos apuntan oscilaciones de formaciones discursivas pues mientras los sujetos se dicen profesionales que desarrollan acciones de protección y de denuncia de ausencia de políticas dirigidas a la promoción y efectividad de la dignidad de niños y adolescentes en situación de calle, resbalan en su propio discurso de soluciones paliativas y temporarias.

Palabras clave: Análisis de discursos, práctica, educadores(as), niños y adolescentes en situación de calle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I - A INFÂNCIA NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA DE EXPLORAÇÃO E ABANDONO	
1.1. Da roda dos expostos a sujeito de direitos.....	14
1.2. Crianças e adolescentes em situação de rua.....	40
CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO	
2.1. Análise do discurso: movimentos múltiplos.....	59
2.2. Sujeito e Ideologia.....	67
CAPÍTULO III- O DISCURSO DOS EDUCADORES SOCIAIS DE RUA	
3.1. Método da pesquisa.....	75
3.2. Sujeitos do discurso no percurso histórico.....	78
3.3. Lugares de produção de discurso.....	88
3.4. Discursos e sentidos a desvelar.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

A temática da criança e do adolescente, em especial às em situação de rua, sempre nos despertou interesse. No ano de 1999 iniciamos na militância do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR/AL, na Comissão Local de Maceió, ligada a Comissão Estadual de Alagoas. Durante este período, convivemos com crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua.

Nesta caminhada, assumimos alguns desafios em outra Organização Não Governamental – ONG, sediada na cidade de Maceió, que desenvolve trabalho com o mesmo público. O maior desses desafios se dava pelo fato de não termos a dimensão exata da complexidade que é trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua¹.

Na tentativa de conhecermos melhor este objeto de estudo atuamos, como voluntário, no antigo Centro de Ressocialização Masculino - CRM, atualmente, Unidade de Internação Masculina/UIM, localizada na capital alagoana, quando, após um período turbulento e de mortes na referida Unidade de Internação fomos convidados, juntamente com outros educadores, a realizar atividades direcionadas aos adolescentes internos, que cumpriam medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA².

Uma característica - dos adolescentes - confinados naquele lugar - que nos chamou a atenção, foi que na sua grande maioria aqueles meninos já estiveram

¹ A expressão - em situação de rua - caracteriza as crianças e os adolescentes, com ou sem referência familiar, em situação de vulnerabilidade social que passam maior parte do dia pelas ruas, pedindo, vendendo algo, usando drogas ou morando na rua. A temática será abordada no primeiro capítulo dessa dissertação.

² Lei Federal 8.069 de 13 de junho de 1990. Brasil (2002).

morando nas ruas e nas praças da cidade de Maceió. Como se a rua fosse uma conexão entre eles e a Unidade de Internação. Dimesntein (2005, p. 31) nos alerta para este fato. “A rua serve para a criança como uma escola preparatória. Do menino marginal, esculpe-se o adulto marginal, talhado diariamente por uma sociedade violenta que lhe nega condições básicas de vida”.

Depois, como professor da rede pública estadual alagoana, vivenciamos momentos de reflexões acerca das questões que envolvem as crianças que, mesmo não sendo consideradas em situação de rua, efetivamente sobrevivem sem condições dignas, muito semelhante às condições em que vivem as crianças e os adolescentes em situação de rua. A escola, como responsabilidade do Estado, não lhes dá condições de permanecer na sala de aula, o que acarreta, a princípio, a evasão. A rua, neste caso, é uma saída mais próxima, substituindo a escola, muitas vezes incapaz de seduzir os alunos, por conta dos seus padrões hierárquicos e suas práticas coercitivas.

Um novo contato com a questão nos aconteceu, pois, ao compor o quadro da Polícia Civil do Estado de Alagoas, presenciamos algumas situações envolvendo crianças e adolescentes, principalmente no que tange à violação de seus direitos. Desta maneira, pudemos constatar um inevitável confronto ideológico inerente aos espaços onde desenvolvemos certas funções: a polícia como instituição a quem cabe o cumprimento da lei - a serviço da justiça - distante do universo das crianças e dos adolescentes em situação de rua. A ação coercitiva e punitiva da força policial revelou-se em muitas ocasiões.

Assim, dos diferentes lugares ocupados por nós – educadores(as), podemos dizer que, em muitos momentos, admitimos como também nossas, tanto as coerências quanto as incoerências que venhamos a apontar neste trabalho.

Podemos afirmar, que a percepção de algumas contradições do discurso dos educadores sociais de rua, foi o que nos mobilizou na construção do objeto de pesquisa adotado. Nesse sentido, buscamos manter o rigor possível para produzirmos uma pesquisa de qualidade, ao que lembramos Bourdieu (1983, p. 51), quando diz que:

é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o “interesse” do próprio objecto (sic) estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objecto que ele procura conhecer.

Conscientes de que não poderemos esgotar o tema, pretendemos contribuir com uma análise sobre os aspectos importantes das questões que envolvem a prática dos(as) educadores(as) que trabalham com as crianças e os adolescentes em situação de rua, buscando sustentação teórica em (RIZZINI & RIZINNI, 1991; MEDEIROS & FERRIANI, 1995; GRACIANI, 1997; MASCARENHAS, 1997; RAMOS, 1997; OLIVEIRA JUNIOR, 2003; PEREZ, 2005; DIMENSTEIN, 2005). São leituras que nos propiciam uma reflexão sobre a realidade e possibilitam um novo olhar em relação ao trato pedagógico com a criança e o adolescente em situação de rua.

Assim, nossa análise nesta dissertação se volta para as questões relacionadas à prática de Educadores Sociais de Rua³ - ESR, não apenas para analisar posturas ou sugerir mudanças, mas para trazer à tona, a vivência, os relatos, as angústias com relação ao trabalho desenvolvido. Essas inquietações se materializam em muitas questões que vêm nos acompanhando na vida profissional,

³ Adotamos o conceito de educador social de rua conforme Graciani (1997, p.26), “Profissional que desenvolve uma ação pedagógica junto às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”. Também identificados nesta pesquisa como educador, educador social ou pelas iniciais ESR.

bem como no percurso teórico percorrido e em questões que têm como centro a identidade do educador social e sua atuação.

Dessa forma, perseguem-nos perguntas como: Quem é o profissional que trabalha com meninos e meninas em situação de rua? Como se constitui seu discurso? Quais as Formações ideológicas e discursivas que atravessam o seu dizer em relação às crianças e adolescentes em situação de rua?

Os profissionais assumem o papel de mediadores, parceiros dos perigos, mestres e amigos a quem os meninos e meninas confidenciam muitas angústias do dia-a-dia; homens e mulheres que transformam as relações - (re)estabelecem outros vínculos com a sociedade. Homens e mulheres que interagem com o dinamismo dos espaços sociais, que produzem suas representações, suas idéias, que necessitam estar integrados àquela realidade para, comprometidos, desenvolverem seu trabalho.

Certamente, o fator inovador desse trabalho consiste no tratamento dessa temática, por meio de um aprofundamento das questões que envolvem o assunto, pela via de uma análise que leve em consideração o contexto sócio, político, cultural e econômico das crianças e dos adolescentes que estão em situação de rua. Nosso intuito é demonstrar que os meninos e meninas de rua são frutos das contradições históricas que se moldam a um contexto de exclusão e abandono por parte da sociedade e dos poderes constituídos.

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades. O abismo social é cada dia mais profundo. A questão da criança e do adolescente marginalizados vem-se colocando como um dos principais fenômenos produzidos pelo modelo de desenvolvimento brasileiro, altamente concentrador de renda, que exclui parcela

expressiva da população das mais elementares necessidades, das quais, uma pessoa precisa para sobreviver.

Graciani (1997) afirma que falar de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil é abordar um problema que traz, em sua complexidade, as marcas da formação e do desenvolvimento sócio, político, econômico e cultural de um país que confina aos guetos, morros e favelas os que sobrevivem às mais perversas injustiças sociais.

Nossa pesquisa tem como objetivos - compreender, a partir do discurso dos(as) educadores(as) sociais de rua, como se constituem as (im)possibilidades de sua prática educativa, através da abordagem realizada com profissionais que trabalham em um órgão do município de Maceió e outros profissionais que trabalham em diferentes Organizações Não Governamentais – ONG's situadas no Estado de Alagoas.

Além disso, pretendemos contextualizar historicamente a concepção de criança e adolescente no Brasil e apresentar os fundamentos teóricos da Análise do Discurso – AD, no sentido de identificar as condições e os lugares de produção do discurso dos educadores sociais de rua que poderão revelar às Formações Ideológicas – FI, e as Formações Discursivas – FD que atravessam a prática do educador social de rua;

Para tanto, estruturamos nossa pesquisa em três capítulos:

No primeiro, para situar como se constituiu historicamente no Brasil a criança e o adolescente, travamos uma discussão buscando comprovar que o menino e a

menina de rua projetam a imagem do abandono e da miséria social a que foi e está submetida à classe dominada⁴.

No segundo capítulo, a partir da perspectiva da Análise do Discurso – AD, a que estamos filiados, procuramos discutir as concepções de língua, discurso, sujeito e ideologia, supondo que o discurso dos educadores sociais de rua é constituído por Formações Ideológicas – FI, e que estas Formações Ideológicas dão origem às Formações Discursivas – FD, onde se constituem os discursos. Concebemos o Discurso, pois, como práxis, atividade de sujeitos, conforme Magalhães (2003, p.75), quando afirma que:

O discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas, ao contrário, o fazer discursivo é uma *práxis* humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das condições sociais que possibilitaram sua objetivação.

Como já afirmamos anteriormente, o referencial teórico-metodológico utilizado foi o da AD, partindo-se das condições de produção do dizer como constitutivas desse próprio dizer. A partir daí, buscamos compreender quem está falando, para quem está falando, o que está falando, em que situação, de que lugar da sociedade está falando? Os processos constitutivos da linguagem são entendidos em sua dimensão histórico-social, pois, é através do discurso que buscamos a constatação do modo social da produção da linguagem e da produção dos sentidos.

Procuramos, então, desvelar no discurso dos educadores sociais de rua, o não dito, a partir das condições de produção do discurso. Concebemos que este discurso está inscrito em situações determinadas e que são produzidos socialmente, em um determinado momento histórico, mas ao mesmo tempo, atravessados por outros discursos.

⁴ Adotamos a denominação classe dominante e classe dominada, do conceito de Marx, onde a primeira é detentora dos meios de produção e a segunda é proprietária da força de trabalho.

Destarte, nos propusemos a ouvir educadores(as) sociais de rua e buscar compreendê-los(as) através da Análise do Discurso - AD, conforme pressupostos teóricos de (PÊCHEUX, ORLANDI, MAGALHÃES, CAVALCANTE, FLORENCIO) e demais teóricos que trabalham com esse referencial.

No terceiro capítulo, buscamos analisar, o discurso dos(as) educadores(as) sociais de rua, objeto do nosso estudo – por acreditar que eles expressam as posições ideológicas de um grupo social, definindo as formações discursivas encontradas nas marcas deixadas no discurso. Interessa-nos saber qual o conteúdo ideológico contido nesse discurso, como o(a) educador(a) social de rua concebe a educação e o seu papel para com as transformações necessárias ao universo no qual estão inseridos essas crianças e adolescentes.

Entre outros elementos, percebemos que o discurso do(a) educador(a) social de rua é formado em parte por uma resistência ao discurso dominante que está atrelado à mídia, que procura controlar a opinião pública; por outro lado, é consensual com às políticas sociais direcionadas pelo poder público, com a justificativa da diminuição das desigualdades sociais.

Como conclusão, esse trabalho nos permitiu percorrer os caminhos da ação educativa dos(as) educadores(as) sociais de rua, através das reflexões teóricas e práticas do fazer do(a) educador(a), que mobiliza um universo de fatos e revela o descaso social e político de uma sociedade constituída no discurso dominante que nega, exclui e confina milhares de crianças e adolescentes em todo o Brasil.

CAPÍTULO I

A INFÂNCIA NO BRASIL: uma trajetória de exploração e abandono

1.1 Da roda dos expostos a sujeitos de direitos

Para que possamos tratar do abandono e da exploração da criança e do adolescente na cidade de Maceió, precisamos retroceder, recuar no tempo, como uma passagem obrigatória pela memória histórica que faz eco na sociedade atual, permitindo a repetição reformulada do que se rejeita. Ou seja, condena-se o passado, mas embora mudem-se os meios e restrinjam-se os espaços⁵, a criança continua relegada e explorada.

Assim, pensamos, neste primeiro momento, ser necessário analisar o contexto histórico da infância no Brasil e na Europa, enfatizando importantes acontecimentos que marcaram a Idade Média, Moderna e Contemporânea, para fundamentalmente, melhor entendermos como historicamente se constituíram as formas de atendimento, consoante a trajetória de abandono e exploração, às quais foram e ainda são submetidas muitas crianças e adolescentes de todas as partes do mundo, que não têm acesso à dignidade.

Durante a Idade Média não havia um sentimento de infância visto como na atualidade. A criança era um adulto em tamanho menor, miniaturizado, por assim dizer. Usava as mesmas vestes dos adultos e em sua companhia jogava os mesmos jogos e brincadeiras. A institucionalização da Infância e da família na Idade Média e

⁵ Essa situação permanece em relação à criança e ao adolescente em condições de penúria.

princípio da Idade Moderna na Europa foi analisada com muita intensidade pelo historiador francês Philippe Ariès em sua obra.⁶

o sentimento da infância não existia - o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. [...] O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue a criança do adulto, mesmo jovem. Ariès (1986, p. 156).

É partir do século XII, que os termos infância e criança ganham espaço no cotidiano das populações mundiais, as temáticas foram trazidas pela história, nos relatos de práticas violentas, que envolviam abuso físico, sexual e psicológico. Essas práticas remotas, dependendo dos aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, podem ser presenciadas em algumas nações nos dias atuais.

O infanticídio e o abandono eram práticas comuns, desde a pré-história. Práticas sacrificiais são encontradas por ele desde 7000 aC entre Celtas, Gauleses, Escandinavos, Egípcios, Fenícios e Isralelitas (sic); Estando presentes também na Grécia e em Roma. [...] a forma mais antiga de abandono de crianças é o direito de vendê-las. [...] na antiguidade, o assassinato de crianças pode ser considerado como ocorrência diária. DeMause (1974) apud Panúncio-Pinto (2006, p.29).

A história da institucionalização de crianças tem um longo percurso, pois, “consta que por volta do século XII um certo Bispo, ao caminhar pelas ruas de Roma e testemunhar a pesca de bebês entre as redes dos pescadores, determinou a construção do que teria sido um dos primeiros asilos para crianças órfãs ou abandonadas.” Boswel, apud Rizzini, (2006, p. 31). Sobreviver naquele período era um grande desafio, mesmo para as crianças ricas. As doenças causavam muitos temores entre os pais e eram as responsáveis por muitas mortes; havia uma idéia

⁶ ARIÈS, Philippe (1986). História social da criança e da família. A obra de Ariès está dividida em duas teses: a primeira analisa a velha sociedade tida como tradicional, na qual a criança era mal vista. A segunda afirmava que a partir do século XII a criança e a família passam a ocupar um novo lugar, em consequência das transformações sociais ocorridas.

difundida na época, de que se gerassem muitos filhos alguns poderiam chegar à idade adulta.

Segundo Venâncio (2005), após a peste negra⁷ em meados de 1348, no final da Idade Média, na Europa, o problema das crianças abandonadas se intensificou. Uma intervenção era necessária, pois o número de bebês pobres e órfãos crescia a cada dia. Muito antes da colonização do Brasil, Portugal, através das Santas Casas de Misericórdias e das Câmaras Municipais, criou espaços para acolher a infância abandonada. Já naquele período as crianças buscavam sobreviver utilizando os espaços das ruas, somando-se aos adultos da classe excluída que mendigavam por comida.

Ramos (2006), observa que em toda a Europa moderna a alta mortalidade infantil alimentava uma mentalidade de desapego às crianças. Em Portugal, a expectativa de vida das crianças entre os séculos XIV e XVIII, rondava os quatorze anos, enquanto “cerca da metade dos nascidos vivos morria antes de completar sete anos”. Miceli apud Ramos (2006, p. 20).

Com o advento da descoberta das terras brasileiras, os portugueses intensificaram, a partir de 1530, seu povoamento. Durante muitos anos, embarcações portuguesas traziam para as terras da colônia muito mais do que especiarias, exploradores e deserdados. Traziam a bordo crianças e adolescentes que sofriam todo tipo de abuso. Muitos órfãos vieram de Portugal para ajudar os jesuítas na catequese e educação de outros órfãos brasileiros que, na sua ampla

⁷ Peste negra - designação por que ficou conhecida, durante a Idade Média, a peste bubônica, pandemia que assolou a Europa durante o século XIV e dizimou entre 25 e 75 milhões de pessoas. A doença é causada pela bactéria *Yersinia pestis*, transmitida ao ser humano através das pulgas, dos ratos-pretos ou outros roedores.

maioria, eram crianças mestiças. “Por volta de 1550, os jesuítas dão início, no Novo Mundo, a uma ação pioneira junto às crianças indígenas, criando Colégios de Órfãos para receber curumins sem família”. Venâncio (op. cit. p. 30).

De acordo com Ramos (2006), naquela época as crianças subiam a bordo na condição de grumetes, pajens, como órfãos do rei, enviados ao Brasil para se casarem com os súditos da coroa, ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente. Não seria difícil afirmar que em qualquer uma das condições acima citadas eram as crianças quem mais sofriam em alto mar. Ato de sodomia eram tolerados até pela inquisição. Sem falar do trabalho forçado. Os “grumetes ou pagens (sic) eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos.” Ramos (op.cit. p.19).

Aos pajens eram dadas as tarefas mais simples, sem eximi-los dos riscos do alto mar. As crianças transformadas em pajens eram mais novas, no entanto, pajens ou grumetes não ultrapassavam a idade de 16 anos. Uma diferenciação importante entre grumetes e pajens é que “a proximidade, contudo, junto aos oficiais garantia-lhes não só proteção física, como eventuais gratificações”.

Num semelhante contexto, ainda em Portugal, podemos destacar as *órfãs del Rei*, adolescentes e mulheres pobres entre 14 e 30 anos viventes em orfanatos que quando na falta de mulheres brancas, eram enviadas principalmente à Índia. Em nosso país no início da colonização, era muito comum a prática de amancebar-se com as nativas na falta de mulheres portuguesas. Em Portugal as meninas pobres ou que tinham apenas a mãe eram consideradas órfãs também. Elas eram enviadas para o Brasil para casarem e uma vez à disposição dos navios, a caminho das terras da Colônia, eram violentadas de todas as maneiras.

Em algumas sociedades as pessoas admitiam o trabalho pesado para as crianças; em outras sociedades, muito pelo contrário, ver uma criança executando um trabalho pesado causava indignação. Stearns (2006, p.12), afirma que: “Para Algumas sociedades as crianças deveriam ser felizes. Para outras, embora não defendam infâncias infelizes, essa preocupação parece estranha”. Essa forma de pensar estava relacionada a diversos fatores, entre eles o econômico e o cultural. Muitos povos compravam ou vendiam crianças na qualidade de escravos e outros exploravam a mão-de-obra infantil.

As crianças e os adolescentes foram tratados como propriedade durante todos os milênios da história humana conhecida, até o último século – pela família que não hesitava em vendê-los, transferi-los, alugar-lhes ao trabalho, ou, quando necessário abandoná-los e até mesmo matá-los, se a isto recomendasse a necessidade coletiva; pelo senhor fosse de escravos, fosse de servos, fosse de rebanhos religiosos, a quem eram obrigados a servir, pelo burguês, transformados em meios de renda – escolas, orfanatos, pequenos trabalhadores. Diniz (1994, p. 10).

No Brasil, essa história que se constitui a partir do século XVI, ainda no período Colonial, perpassa com muita intensidade a cultura da institucionalização e da assistência à infância. O papel ocupado pela criança e o adolescente em nossa sociedade reflete a história de abandono e sofrimento. O Estado brasileiro não levou a sério a sua função de promotor social⁸.

Portanto, a mão-de-obra infantil sempre esteve presente em meio às grandes transformações econômicas em todo o mundo. A facilidade para se fazer cumprir as ordens e o baixo custo, era um atrativo a mais na hora de recrutá-los, pois, não era difícil lidar com os pequeninos, visto que eles se adaptavam facilmente aos

⁸ Sobre esta temática ver (COSTA, 1994; PRIORE, 2006; GRACIANI, 1997, MARCÍLIO, 1998; RIZZINI E RIZZINI, 1991, entre outros).

ambientes e podiam ser dominados quando necessário. Eram perfeitos para as grandes investidas ao domínio das grandes navegações, naquele momento de muitas descobertas.

Na verdade, a falta de mão-de-obra de adultos, ocupados em servir nos navios e nas possessões ultramarinas, fazia com que os recrutados se achassem entre órfãos desabrigados e famílias de pedintes. [...] Assim, numa nau composta por 150 tripulantes – média de homens empregados nas naus portuguesas do século XVI – pelo menos 27 crianças estariam trabalhando como grumetes. Ramos (2006, p.22-23).

As raízes profundas das distorções sociais no Brasil confirmam a natureza das relações sociais e históricas firmadas entre ricos e pobres, negros e brancos, escravos e senhores.

A necessidade de analisar essas relações sociais aponta para a importância da compreensão de uma trajetória que traz uma memória histórica que, embora marcada por uma prática social condenável, continua construindo uma realidade atual. Neste sentido, concordamos com Priore (2006, p.12), quando diz que: “A dicotomia dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, gerou outras impressionantes distorções que estão até hoje presentes”.

Durante muito tempo, especificamente entre o período colonial e imperial, coube à igreja católica assumir as ações de atendimento às crianças e aos adolescentes carentes. A Santa Casa de Misericórdia, criada em 1549, foi a primeira instituição a trabalhar com esta temática, cujo objetivo era o atendimento a deserdados, doentes, pobres, idosos, viúvas e, principalmente, às crianças abandonadas. Costa, (1994, p.13), afirma que: “da chegada dos colonizadores até o início do século XX não se registra, no corpo do Estado brasileiro, a presença de ações que possam ser caracterizadas como política social”.

As Santas Casas de Misericórdia eram auxiliadas por outras entidades no trabalho de atendimento aos pobres. Confrarias, Irmandades, Ordens e algumas outras organizações de cunho religioso se desdobravam nas ações de caráter assistencialista no Brasil. Cada entidade adotava princípios e metodologias que lhes eram convenientes; interessava à Coroa portuguesa abrigar os infantis para que eles não ficassem perambulando pelas ruas, para não incomodar aos senhores e senhoras das elites dominantes.

Seguindo o modelo Europeu, surge no século XVIII, através da Santa Casa de Misericórdia, na cidade de Salvador, 1726, Rio de Janeiro 1738, Recife 1789 e em São Paulo 1825, a roda dos expostos⁹, ou roda dos enjeitados. As rodas funcionavam recolhendo às crianças órfãs e desamparadas para encaminhá-las à adoção.

Por um longo período, a roda dos expostos foi a principal política de atendimento e assistência à criança no Brasil, a política da caridade. Suas práticas impregnaram as ações que ainda hoje perduram em nossa sociedade, definindo a maneira de perceber o desenvolvimento da criança e a metodologia aplicada no trabalho de muitos educadores em diversas instituições.

Os meninos e meninas ficavam até os sete anos de idade internados nas Santas Casas de Misericórdia. Após este período as crianças deveriam trabalhar para ter um abrigo ou em troca de alimentos. Sem ter para onde ir, elas eram enviadas para trabalharem nas casas das famílias mais ricas, era o caso das meninas; para os meninos restava trabalhar nas terras dos fazendeiros, ou quase sempre retornavam às ruas na tentativa de garantir o sustento.

⁹ Tonéis de madeira giratórios, fixados no meio da parede, ligação entre a rua e o interior dos hospitais - Santas Casas de Misericórdia onde eram deixados os recém-nascidos que eram abandonados. A roda dos expostos surgiu na Itália durante a Idade Média em virtude do grande número de crianças que estavam sendo mortas. Estiveram presentes no Brasil de 1726 a 1938.

Não dá para escamotear o passado de desprezo aos mais carentes. Antes da roda dos expostos, as Câmaras Coloniais¹⁰ pagavam às famílias para ficarem com os pequenos abandonados. Os enjeitados da época eram principalmente meninos e meninas brancas e pardas. Crianças pobres - nascidas fora do casamento – oriundas de relações consideradas incestuosas – de adultérios¹¹, deixados nas calçadas, no meio da rua. Em alguns casos, os protetores - pessoas pagas para cuidarem das crianças - as matavam e ficavam recebendo o dinheiro da guarda enviado pela Câmara Colonial. Cabe ressaltar que crianças negras dificilmente eram abandonadas, pois elas eram propriedades dos senhores.

Entretanto, algumas escravas, num ato corajoso de amor e desespero, abandonavam os próprios filhos na roda dos expostos, na esperança de que eles fossem educados e considerados livres algum dia. Para a criança gerada por uma escrava o caminho era tornar-se propriedade de algum fazendeiro.

Venâncio (2006), em suas pesquisas nos registros de abrigos das cidades de Salvador e Rio de Janeiro faz observações sobre indícios deixados com as crianças abandonadas nas rodas dos expostos. Eram bilhetes apregoados em suas vestes, dentro dos cestos, indícios documentais bastante interessantes que foram analisados pelo autor. “trata-se, portanto, de testemunhos indiretos, mas reveladores de um aspecto crucial da história da infância, [...] colhidos nos arquivos das Santas casas de Misericórdia de Salvador e do Rio de Janeiro.” (op. cit. p.32).

O autor afirma que a preocupação dos familiares de enjeitados pode ser comprovada com base nestes escritos. A primeira e mais importante encontrada quase sempre, nos bilhetes, era um pedido especial para que a criança fosse bem

¹⁰ Câmaras Coloniais – órgão deliberativo da administração Colonial.

¹¹ A prática do adultério se cometida por uma mulher poderia levá-la a morte.

cuidada. Outra, não menos importante, era com relação ao batismo. No entanto, o que nos chama mais a atenção é a preocupação com o futuro das meninas e dos meninos, por isso era muito importante mencionar a origem do exposto. “por esmola e caridade me recebam este menino [...] porque é branco, legítimo e cristão-velho”. (ibid.).

O temor com o futuro da criança, diante das relações sociais e culturais da época, praticamente obrigava a quem a abandonava a descrever suas origens. Ser branca legítima, fruto da relação entre brancos, sem a mestiçagem – ignorada no Velho Continente. Indicar a ascendência não-judaica, não-cristã-nova nos parece estranho mais era uma possibilidade de as crianças abandonadas serem mais bem tratadas nas Santas Casas de Misericórdia, uma vez que, como os bilhetes afirmavam, eram filhos de antigos cristãos.

Difícilmente era a própria mãe quem redigia o bilhete, pois em sua grande maioria as mulheres da época eram analfabetas. O conteúdo era sem dúvidas revelador. Esses meninos e meninas – como já dissemos - eram frutos de relações proibidas pela sociedade e muitos casos de violência contra a mulher; incesto, estupro entre outras causas. É a partir desse contexto de violência que nasce a criança e o adolescente marginalizado no Brasil, vítimas de todo um contexto social, político, cultural e econômico de exploração.

No século XIX, em meio a tantos outros problemas, as crianças “desvalidas”¹² já não podiam ser ignoradas nas ruas. “Historicamente a questão do menino de rua aparece como uma consequência direta da escravidão”. Dimenstein (2005, p.33). O número de imigrantes e a abolição da escravidão contribuíram para a situação. A

¹² Chamar a criança ou o adolescente de “desvalida” era muito comum. Desvalidas significa sem valor e referiam-se às crianças e aos adolescentes órfãos ou que estavam longe de suas famílias.

metodologia utilizada no atendimento às crianças era a mesma dos séculos anteriores: recolhiam-se as crianças, os meninos das ruas, às instituições fechadas. As ações desencadeadas pela sociedade representada pelo Estado ou Instituições, inegavelmente optaram por velar a exclusão social, submetendo os meninos e as meninas ao confinamento.

Durante o Brasil República as crianças abandonadas começam a ser vistas como um caso de saúde pública. A medicina propõe medidas assistenciais, para se fazer uma “limpeza” nas grandes urbes. Nesse período surgiram instituições públicas administradas diretamente pelo Estado, embora a premissa fosse a lógica do amparo aos menos favorecidos, aos “desvalidos”.

Diversas também foram as soluções adotadas pela sociedade para fazer face ao problema: inicialmente, o abandono na “roda” ou nas portas das casas mais abastadas; posteriormente os menores eram confinados em instituições públicas ou privadas, de cunho assistencialistas. Com o fim da escravidão essas crianças passam a exercer o papel de mão-de-obra barata nas fazendas. Com o início da industrialização, passaram a ser enviadas às fábricas, como aprendizes em tenra idade, sendo igualmente explorados. Ramos (1997, p.7).

É mesmo perversa a lógica do atendimento às crianças e aos adolescentes pobres no Brasil. As ações desencadeadas pelo Estado não reduziram o grau de exclusão, aos quais milhares de crianças ainda são submetidas atualmente. Podemos confirmar este fato, devido às campanhas para erradicação do trabalho infantil, um problema que insiste em fazer parte da vida de muitas crianças e adolescentes do Brasil e do mundo.¹³

¹³ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é um dos principais atores envolvidos na erradicação do trabalho infantil no mundo. Como exemplo podemos citar as Convenções n.º 29, da OIT e a Convenção dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que tratam do trabalho forçoso e extremo de crianças e adolescentes.

O problema da criança abandonada começou a ficar mais visível a partir de 1920, e as elites de um modo geral construíram a problemática do “menor”, indicando como solução o internamento em instituições e o afastamento do convívio social, apesar de todo o retrocesso que geravam e ainda geram estas ações para a vida das crianças e dos adolescentes; os poderosos da época insistiam em apontá-los como causadores da situação a que estavam submetidos.

Na tentativa de entender melhor o contexto histórico do atendimento às crianças e adolescentes no Brasil, pensamos ser necessário analisar de maneira introdutória os mecanismos legais que subsidiaram as ações do Estado e da sociedade civil organizada. De acordo com Perez (2005, 74), “entender as políticas sociais e a ação da sociedade civil organizada no atendimento à infância e à adolescência no Brasil passa, necessariamente, pelo estudo das leis que regem tais orientações.”

A primeira Carta Magna brasileira em 1824 deixa à deriva a responsabilidade para com as crianças e os adolescentes. As relações se estabeleciam no falso terreno da igualdade de oportunidades. Se uma pessoa não obtinha sucesso era porque não se tinha esforçado ao máximo. O Estado não deveria interferir nas relações, para não diminuir a liberdade destas pessoas.

Fato importante ocorreu em 1899, tendo em vista a iniciativa dos Estados Unidos da América em criar o primeiro Tribunal de Menores em Illinois. A Europa tomou como exemplo e acabou influenciando a América Latina.

As novas leis e a nova administração da justiça de menores nasceram e se desenvolveram no marco da ideologia daquele momento histórico: o positivismo filosófico. A cultura dominante, segundo a qual a cada “patologia” social deveria corresponder uma arquitetura padronizada de contenção, só foi alterada em um único aspecto: a promiscuidade. A separação de adultos e menores foi a bandeira vitoriosa dos reformadores norte-americanos, em menor

medida de seus seguidores europeus e até muito pouco, muito mais uma expressão de desejos de seus emuladores latino-americanos. Garcia Mendez, 1999, apud Volpi, 2001, p.24.

Promulgada na Argentina em 1919, a lei *Agote*, como ficou conhecida, foi a primeira legislação direcionada à criança e ao adolescente em nosso continente.

Até a aprovação dessa lei, em toda América Latina, a única especificidade referente ao tratamento das crianças e dos adolescentes infratores se limitava a reduzir em um terço a pena de autores de delitos com idade inferior a dezoito anos. Nenhuma outra diferenciação normativa era aplicada. Em quase a totalidade dos casos as penas consistiam em privação de liberdade. Saliba (2006, p. 23).

Com relação ao Brasil, até 1926, não havia nenhuma lei específica para dirigir as ações sobre a infância. Os mecanismos legais estavam presentes nos Códigos Penais do Império em 1830 e no Código de 1890, já no período Republicano. “O Código Criminal do Império do Brasil, promulgado em 1830, abordava a temática, mas somente impedia a responsabilização criminal dos que tivessem menos de catorze anos”. Volpi (2001, p. 25).

Na República o ato punitivo ganha mais força e a situação piora, porque, é considerado criminoso o “menor” com idade entre nove e catorze anos de idade, que tivesse discernimento do que havia feito. Se comprovada a autodeterminação, o querer fazer, para sermos mais exatos, ele deveria ser recolhido às instituições correccionais. Se fosse punido ficaria na casa de correção até os 17 anos de idade.¹⁴

Vale lembrar que, diante da inexistência de instituições especializadas para o atendimento dos menores de idade, os mesmos, quando condenados, eram inseridos no sistema carcerário dos adultos, sofrendo os abusos decorrentes dessa promiscuidade. Volpi (op. cit. p.25).

¹⁴ Código Penal da república, editado em 1890, só não considerava criminosos os menores de nove anos de idade (art. 27, § 1ª), e “apenas não punia” aqueles maiores de nove e com menos de catorze anos de idade que tivessem “agido sem discernimento.” (art. 27, § 2ª).

O primeiro estabelecimento público de atendimento a menores no Brasil, começa a funcionar oficialmente no ano de 1922 no Distrito Federal que ficava na cidade do Rio de Janeiro. As práticas educativas visavam a recuperar o menor e devolvê-lo aos laços sociais. O pequeno errante deveria ser “consertado” e devolvido a sua família e a sua comunidade para se tornar um bom homem respeitador da ordem pública. A dificuldade era justamente ser o cidadão tão desejado pela sociedade, depois de tanto tempo de sofrimento e de privação nos internatos.

Surge em 1927 o Código Mello Matos¹⁵ marcando a ‘responsabilidade’ do Estado, no tocante à assistência infantil e à adolescência em situação de risco. Inicia-se neste contexto a diferenciação entre adultos e menores. No entanto, isto se dá sem identificação clara do que seria responsabilidade do Estado e das organizações da sociedade civil naquele momento. É também com o Código de Menores de 1927, em seu artigo 26, que a criança vítima, excluída, infratora e à margem da sociedade, é visível e intencionalmente classificada como menor abandonado.

Consideram-se abandonados os menores de 18 anos: que não tenham habitação certa nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda viva; que vive em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entreguem habitualmente à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem; que freqüentem lugares de jogos ou de moralidade duvidosa ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida; que devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam: a) vítimas de maus físicos habituais e imoderados; b) privados habitualmente de alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem. Silva, 1997, apud Volpi (2001, p.26).

¹⁵ Decreto n.º 5.083, 01 de dezembro de 1926. Ver Lei n.º 17.943-A de 12/10/1927 com 231 artigos.

O código de menores de 1927, é um marco do pensamento dominante daquela época. Podemos identificar em sua estrutura os mecanismos legais que asseguravam a menoridade, para aqueles entre 0 e 18 anos de idade e não apenas aos de 0 a 7 anos. E também os ideais do abandono à infância, pois, permitia, através do seu capítulo terceiro, que tratava exclusivamente dos infantis expostos, um tratamento discreto para quem quisesse abandonar alguma criança.

As instituições destinadas a recolher e criar expostos terão um registro secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incognito, em que se apresentem e desejem manter os portadores de creanças a serem asyladas. (sic). Código de Menores, Lei 4.242, de 5 de janeiro de 1921, Art. 16.

É curioso notar que tudo girava e ainda gira de certa forma, em torno de uma compreensão da idade mais adequada para se punir o infante. Atualmente no Brasil, o discurso dominante, presente na imprensa de um modo em geral, defende a redução da maioridade penal¹⁶ de 18 para 16 anos de idade. Essa proposta ganha a cada dia mais terreno a ponto de virar Proposta de Emenda à Constituição – PEC¹⁷, em pauta no Senado Federal.

A publicação do Código de Menores em 1927 estabeleceu, ainda, limites no que se refere ao trabalho infantil. Declarações feitas através da imprensa da época, como no jornal Diário Popular em 1928, expressava o descontentamento dos patrões com a regulamentação da Lei. Muitos empresários não a cumpriam e, através de ações impetradas em Tribunais estaduais, conseguiam se isentar das multas impostas pelos juízes.

¹⁶. O Artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069 de 13/07/1990 determina: São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

¹⁷ A PEC 20/1999, tramita em conjunto com as PECs 03/2001, 26/2002, 90/2003, 09/2004, todas com o mesmo objetivo – a idade mais adequada para punir. As PECs versam sobre complexas indagações que tentam apontar para a sociedade qual a idade limite para imputabilidade penal.

Para os representantes patronais paulistas a Lei prejudicava diretamente a produção de tecidos nas indústrias, pois a estrutura que estava organizada nos parques fabris contava com a força de trabalho dos pequenos, com máquinas projetadas exclusivamente para eles. Os empresários alegavam que os adultos não teriam interesse em executar aquele tipo de trabalho, em que os ganhos eram quase nada. Por isso, tais atividades eram desenvolvidas pelas crianças e desvalorizadas porque não exigiam esforço; era o que argumentavam as lideranças patronais.

O trabalho infantil vem sendo objeto de críticas há muito tempo, com o avanço das discussões em torno da infância em todo o mundo; algumas mudanças foram ocorrendo paulatinamente. Ser criança e pequeno operário não foi um “privilégio” apenas de milhares de brasileiros. Esse processo ocorreu em muitas sociedades e ainda hoje ocupa lugar na vida de muitas famílias em todo o planeta.

O uso de mão-de-obra infantil ainda é prática comum no Brasil. Os instrumentos calejantes continuam substituindo os brinquedos e tudo isso apenas é possível devido a uma cultura presente na sociedade e nas famílias, principalmente naquelas condicionadas às situações de exploração e miséria social. Para muitos pais, a melhor maneira de educar seus filhos seria submetê-los às rotinas do trabalho, para não correrem o risco de se tornarem delinquentes. Para os filhos dos pobres a solução costumeira para torná-lo um cidadão seria o trabalho e, para os filhos da classe dominante seria a escola com uma boa educação. Este pensamento se consolidou fortemente em nosso país.

Observando por outra ótica, veremos que, na verdade, outro elemento condicionava e ainda condiciona esta postura social. O trabalho infantil, visto hoje por muitos segmentos da nossa sociedade como forma inegável de exploração, sempre foi defendido por muitos empresários e pela classe detentora das riquezas

brasileiras, sob a falsa premissa de que seria uma espécie de favor oferecido à infância carente e à classe dos trabalhadores. Para Alvim (2005, p. 20):

A fábrica costumava ser vista pelos patrões como uma escola, um lugar que podia formar um cidadão para o futuro. Hoje esse argumento do passado, reforçado no Brasil pela problemática dos “meninos e meninas de rua”, continua sendo compartilhado não apenas por empresários, mas também por famílias operárias, que enxergam o trabalho dos filhos jovens, de ambos os sexos, como uma contribuição para a manutenção da casa e do núcleo família.

“Educar para o trabalho” ou “educar trabalhando”, vários foram os lemas que defendiam a ocupação como ponto norteador para a solução da causa do menor abandonado. Em 1940, tivemos o exemplo da Casa do Pequeno Jornaleiro, um programa de atenção a meninos de famílias de baixa renda, baseado no trabalho informal, coordenado pela primeira Dama da Época, a Sra. Darcy Vargas. Em 1942 cria-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma espécie de órgão Federal de Assistência Social. A ordem nacional e a paz social prevaleciam sob o discurso da prevenção.

Ainda naquele ano (1940), tivemos a criação do Departamento Nacional de Criança e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM)¹⁸, este vinculado ao Ministério da Justiça, cujo objetivo era fomentar as diretrizes dos diversos internatos e instituições públicas que trabalhavam com os menores. O SAM, apesar das atrocidades no atendimento às crianças e aos adolescentes, durou até 1965, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM – Lei Federal n.º 4.513 de 01 de dezembro de 1964).

¹⁸ Serviço de Assistência ao Menor – SAM; Lei n.º 3.799 de 05 de novembro de 1941.

Segundo Costa (1994, p. 14-15)¹⁹ “Além do SAM, surgem neste período diversas entidades federais de atenção à criança e ao adolescente ligadas à figura da primeira Dama do País.” Das quais podemos destacar: A Fundação Darcy Vargas - organismo de cooperação financeira que apóia a implantação de hospitais e serviços de assistência materno-infantil em diversos pontos do país; Casa do Pequeno Lavrador - programa de assistência e aprendizagem rural para as crianças e adolescentes filhos de camponeses; Casa do Pequeno Trabalhador - programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda; Casas das Meninas - programa de apoio assistencial e sócio-educativo a adolescentes do sexo feminino com problemas de “conduta”.

Durante seus vinte e cinco anos de existência o SAM foi a demonstração absoluta do pensamento dominante das oligarquias brasileiras que tratavam de maneira diferenciada os(as) meninos(as) pobres. Costa (id. p. 16) denuncia: “Seu caráter repressivo, embrutecedor e desumanizante é desvelado à opinião pública que passa a conhecê-lo como “universidade do crime” e “sucursal do inferno”

O SAM fortaleceu, em 1941, a estrutura punitiva do sistema correccional destinado aos adolescentes infratores, como podemos comprovar no posicionamento de Volpi (1999, p. 54-55) sobre esta instituição:

De uma doutrina que atribuía a prática de delitos à índole má, cuja recuperação estava condicionada à submissão do corpo ao castigo e à pena. Por isso, estruturou-se um sistema de confinamento em que o infrator era afastado do meio social e encaminhado a instituições totais localizadas fora dos centros urbanos, isoladas de qualquer convívio social extramuros.

¹⁹ COSTA (1994) define as crianças e adolescentes à margem da sociedade como: “crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis”.

Em 1948 a UNICEF²⁰ começou a atuar no Brasil; os olhares internacionais voltaram-se para a forma desumana com que eram tratadas milhares de crianças e adolescentes em todo o país. Altos índices de mortalidade e o extermínio de crianças abandonadas denunciavam os estigmas da exclusão social. A UNICEF consolidava suas parcerias, principalmente com a sociedade civil organizada, através das Organizações Não Governamentais – ONG's²¹, pela garantia e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Avança o discurso sobre a questão do menor, mas continua a visão repressora e caritativa de atendimento aos excluídos. Nessa perspectiva o Médico paulista Mário Altenfelder, que também esteve dirigindo a FUNABEM por longos dez anos, ao assumir o cargo de Secretário de Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo, cria aquela que pode ser considerada um dos maiores desastres na forma de atendimento à criança e ao adolescente, a Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (FEBEM), adotada em gênero e grau pela maioria dos estados brasileiros, celebrando definitivamente a proposta de atendimento às crianças e adolescentes, defendida durante séculos pela sociedade brasileira. Costa (1994), esclarece:

Ocorre que a FUNABEM, ao ser criada, bem como muitas de suas congêneres estaduais, herdou do órgão antecessor prédios, equipamentos, materiais e sobretudo pessoal – e, com esse pessoal, a cultura organizacional do passado. [...] Assim, os enfoques e práticas correccionais-repressivos, assistencialistas e educativos passaram a conviver de forma justaposta no interior da FUNABEM e das suas congêneres estaduais. (op.cit. p.19-20).

²⁰ UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1946, após a segunda guerra mundial. Atua em várias partes do planeta pela garantia de direitos e em defesa da infância.

²¹ O conceito de ONG's será trabalhado no terceiro capítulo desta dissertação.

As Leis do Código de 1927 apenas deram lugar às do Código de 1979²². A “situação irregular” foi o termo encontrado para tentar encobrir o cenário de descaso em que se encontravam as crianças pobres e abandonadas na década de 1970. As diretrizes deste código eram severas para quem se encaixasse em tal situação, como podemos comprovar, através do seu artigo segundo, que descreve:

Considera-se em situação irregular o menor:

I - Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) Falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) Manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - Em perigo moral, devido a:

a) Encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) Exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - Autor de infração penal.

Faz-se importante afirmar que as ações do Estado frente aos “menores”, sempre foi de repressão ao comportamento e à conduta “irregular”. Tanto o Código de Menores de 1927, quanto o Código de 1979, instituíram o confinamento aos marginalizados. O Estado pautado pelo clientelismo, adotou as medidas de assistencialismo e punição. As crianças e os adolescentes pobres foram classificadas como potenciais marginais. Nesta perspectiva ser pobre era ser considerado irregular, à margem da sociedade e no que concerne ao aspecto punitivo, estariam contemplados todos os excluídos.

Quanto à doutrina da “situação irregular” Saliba (2006) acrescenta:

²² A Lei 6.697 de 12/10/1979 institui o Código de Menores.

Essa doutrina tem como principais características: a divisão da categoria infância em criança-adolescente e menores, sendo menores entendidos como os excluídos da escola, de saúde e da família; a criminalização da pobreza tendo como conseqüência as internações, como privações de liberdade, pelo motivo de carência de recursos materiais e financeiros; não observância dos princípios básicos do direito e até mesmo constitucionais; tendência a patologizar as situações de natureza estrutural e econômicas; extrema centralização do poder na figura do “juiz de menores” possibilitando um poder discricional; considerar a infância como um objeto de proteção. (op.cit. p. 24).

Qualquer tipo de dificuldade encontrada na vida da criança ou do adolescente poderia ser um pressuposto para que o juiz declarasse a situação irregular. Cabia ao juiz de menores a tarefa da distribuição das práticas de controle aos infratores, as quais, quase sempre, estavam atreladas à institucionalização e à adoção. Costa (1994, p. 19), afirma que o “menor marginalizado passa a ser visto como carente bio-psico-sócio-cultural, ou seja, um feixe de carências.”

Para Saliba (2006, p. 24), “os juízes praticavam suas ações baseando-se em diagnósticos que se apoiavam em teorias e conceitos considerados científicos, pois provinham principalmente da medicina, da psicologia e da psiquiatria”. Comumente a condição social a que estava submetido o apenado não era levada em consideração se esta fosse o desígnio a ser utilizado em sua defesa. A situação de exclusão penalizava a quem nela se encontrasse em todos os campos possíveis.

As políticas destinadas às crianças e adolescentes no Brasil, sempre foram pensadas de maneira fragmentada; fundações, programas e planos sedimentam as propostas minimalistas e tendenciosamente revestidas pela mentalidade mesquinha da nossa sociedade que defendia, e em parte, ainda defende, o confinamento e a punição antes mesmo de se conhecerem os motivos e o meio que levam centenas de adolescentes a se envolverem em atos delituosos.

As tentativas de negar a desestruturação social, levaram nossos governos a investirem em ações como: O Plano de Integração Menor-Comunidade -PLIMEC, que objetiva principalmente a construção dos Centros Sociais Urbanos - CSU. O PLIMEC foi implantado em todo o país, através dos chamados núcleos de prevenção para trabalhar diretamente no atendimento das crianças e dos adolescentes da comunidade. Para tanto, utilizava a estrutura estratégica dos Centros Sociais Urbanos. Hoje muitos dos CSU foram ampliados e transformados em escolas públicas.

Na verdade, o PLIMEC ajudou a idéia de mascarar a situação de abandono em que milhares de crianças e adolescentes da época viviam, ao ter como função, atender à criança e ao adolescente em seu meio, a fim de evitar que elas fossem vistas nas ruas, denunciando o descaso e a incapacidade das políticas atuais de combate ao problema em sua gênese. Eram necessários instrumentos ideológicos para fazer com que a comunidade apoiasse e participasse dos programas; assim foram envolvidos educadores, lideranças comunitárias e técnicos do governo para defenderem a proposta.

Dimenstein (2005, p. 16), aponta para um momento histórico muito importante no que se refere aos direitos das crianças. O autor destaca o ano de 1959, quando a Assembléia das Nações Unidas aprovou uma declaração de dez pontos sobre os direitos das crianças, “os seres mais frágeis e desprotegidos da sociedade.” Os dez direitos instituídos são:

1. Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade;
2. Direito à proteção especial para o seu desenvolvimento físico, mental e social;
3. Direito a um nome e a uma nacionalidade;
4. Direito à alimentação, à moradia e à assistência médica adequadas para a criança e a mãe;
5. Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente;
6. Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade;
7. Direito à educação gratuita e ao

lazer; 8. Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofe; 9. Direito a ser socorrido contra o abandono e a exploração no trabalho; 10. Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos. (op. cit., p. 16).

Entre as décadas de 1970 e 1980, a discussão sobre a infância é estimulada por organismos internacionais com muito mais força e ganha visibilidade. O processo de redemocratização no Brasil abre espaço para a mobilização em defesa da criança e do adolescente. Outro fator importante foi a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989²³, que conta com a aprovação da Organização Geral das Nações Unidas (ONU) possibilitando discussão, mobilização e conscientização por parte de governos e entidades da sociedade.

Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.²⁴

Conforme afirma Saliba (op. cit. p. 26), “a convenção possibilitou a mudança de paradigma e foi um grande divisor de águas da história da condição jurídica da infância”. Sem dúvidas é um novo marco, com um olhar diferenciado, voltado às entranhas das desigualdades que atingem sem piedade milhares de crianças em todo o mundo. No Brasil os mecanismos legais desencadearam também maior participação da sociedade civil organizada.

Certamente a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças pode ser considerada o dispositivo legal que demarca a nova doutrina de proteção integral à

²³ A convenção dos direitos das crianças foi adotada pela resolução n.º L 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.

²⁴ Princípio 1º da Declaração Universal dos Direitos da Criança, 1989.

criança. Torna-se, então, um marco de ruptura para com a doutrina da situação irregular. Esta é uma oportunidade clara de mudar a postura social, perante a monstruosa realidade vivida por centenas de milhares de crianças, em todas as partes do país e do mundo. Parecia que o grito de socorro tinha sido ouvido, ou certamente era o seu eco, trazido pelas mudanças do tempo que tardiamente chegaram.

Um olhar diferenciado sobre o modo de vida marginalizado, dos meninos e das meninas, parte da paisagem urbana das grandes e médias cidades, somente foi possível após o fracassado momento das medidas propostas pelos governos autoritários daquele período. A figura emblemática da infância perdida suscitou a reflexão sobre uma nova compreensão do papel e do lugar da criança e do adolescente como sujeito de direitos. Dos direitos de um cidadão que pouco tempo mais tarde iríamos descobrir; “tão frágil como o papel e, quase sempre com seus direitos assegurados apenas no papel.” Dimenstein (op. cit.).

A doutrina correcional adotada pelo código de Menores de 1979 é juridicamente desatrelada com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Fruto de grandes mobilizações sociais, o ECA tornou-se um dos aparatos legais mais completos, amplamente elogiado pelos organismos internacionais de direitos humanos. Alguns setores da sociedade dedicam-se à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo de fundamental importância na mobilização de atores diversos e propondo outra forma de atendimento.

Destacam-se neste cenário a Pastoral do Menor que nasce na cidade de São Paulo, no ano de 1977 tendo como missão a promoção e defesa da criança e do adolescente em situação de risco. A partir de 1982, com a realização das Semanas

Ecumênicas em São Paulo, a organização foi ganhando força e hoje está presente em 21 Estados da Federação. Em 1987, a Campanha da Fraternidade da CNBB, trouxe como tema “A Fraternidade e o Menor” e como lema “Quem acolhe o menor a mim acolhe.”

Destaca-se também o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, Organização não governamental, fundada em 1985, composta por uma rede de educadores, voluntários e colaboradores. Tal movimento, aconteceu, também, na maioria dos Estados brasileiros, através de comissões locais e conselhos. Essa era uma luta pelos direitos de crianças e adolescentes das camadas populares, especialmente aqueles em situação de rua, para torná-los sujeitos de direitos. Entre os seus objetivos está a mobilização da sociedade pela via das denúncias de transgressões e violações aos direitos de meninos e meninas de rua.

As mudanças, a partir da aprovação do ECA, apontaram para a nova concepção de proteção integral, compreendendo que não seriam as crianças ou adolescentes que estariam em situação irregular, como determinava o Código de Menores, e sim as condições de vida a que estariam submetidos, totalmente irregulares.

Desde a sua promulgação, o ECA influencia as práticas educativas dirigidas a crianças e adolescentes. Apesar deste aparente, reconhecimento, sua compreensão efetiva, enquanto marco e referencial para uma mudança estrutural nas ações de atendimento, promoção e defesa de direitos, infelizmente, é ainda uma possibilidade a ser desvendada pela sociedade brasileira que teima em negar a existência de um contexto de exclusão que sentencia a viverem nas ruas de muitas cidades, seres em

desenvolvimento, pessoas que, no mínimo, deveriam estar na escola e ter uma alimentação digna.

Considerada uma das leis mais avançadas do mundo, produto da luta e dos anseios da sociedade civil organizada, principalmente na década de 1980, o ECA é uma superação de ultrapassadas formas de entender as questões que envolvem as crianças e os adolescentes, significando uma grande vitória, mesmo em face às questões que ainda dificultam sua implantação integral. Vale lembrar que muitas dessas dificuldades estão, em sua plenitude, relacionadas aos aspectos econômicos do nosso país.

O ECA, em seus 267 artigos, discorre sobre as políticas referentes à saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas aos adolescentes autores de atos infracionais; garante deveres, direitos e cidadania às crianças e aos adolescentes, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem à sociedade, sejam estes a família, o Estado ou a comunidade:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.²⁵

A concepção assistencialista que percorreu todo o contexto histórico da criança e do adolescente no Brasil, encontra no ECA uma ampla contraposição. As propostas assistencialistas, até então amparadas no ato da caridade, na ação de doar aos que mais precisam, aos classificados como necessitados, esbarra no pensamento e na perspectiva dos direitos que avançam sobre a obrigatoriedade e a responsabilidade do poder público, da obrigação do Estado no direcionamento das

²⁵ Art.4º do Estatuto da criança e do adolescente, lei. 8.069/90.

políticas sociais, para quem tem direito e é prioridade absoluta, não apenas para quem tem necessidades.

A concepção sustentadora do Estatuto é a chamada Doutrina da Proteção Integral, defendida pela ONU, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança. Esta doutrina afirma o valor intrínseco da criança como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadores da continuidade de seu povo, da sua família, da sua espécie humana e o reconhecimento de sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e os adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para o atendimento, à promoção e à defesa de seus direitos. Costa (1993, p.21).

A infância, sem dúvida alguma, apenas pode ser entendida como objeto de estudo, se observada historicamente. A forma como a sociedade pensa a criança, pode ser igual ou totalmente diferente quando comparada a outra sociedade. Dependendo da região, da cultura, e de outros importantes aspectos, podemos encontrar variações incríveis da forma como uma sociedade vê a criança e qual o seu papel.

A busca pela formação de uma nova maneira de pensar a criança e o adolescente é certamente um grande desafio para a sociedade brasileira. A trágica realidade das crianças e dos adolescentes no Brasil pode ser demonstrada, como vimos nos estudos de autores já citados.

No entanto, nenhuma situação é mais danosa do que a das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Jogados à própria sorte, eles buscam diariamente encontrar uma saída. Mas, historicamente, como mostramos, as portas não se abriram, os espaços não foram criados. A sociedade brasileira ofereceu aos seus excluídos o esquecimento, uma política de retalho e de reparação ineficaz, o extermínio e abandono.

A existência de crianças de adolescentes em situação de rua é a prova cabal de que as políticas dos governos em todas as suas esferas fracassaram. É a confirmação de que a sociedade vela o seu sentimento excludente como podemos confirmar a seguir.

1.2 Crianças e adolescentes em situação de rua

Este trabalho não pretende esgotar todos os aspectos relacionados aos motivos, causas ou efeitos, modos ou interpretações acerca das crianças e dos adolescentes que fazem da rua um espaço para sobreviver. Contudo, após esta rápida explanação que buscou situar historicamente como se desenvolveram algumas formas de atendimento e como a sociedade brasileira percebia à infância, pensamos ser cabível explorar com mais intensidade o universo dos meninos e das meninas de rua, com o objetivo de compreender esse fenômeno social, que dá sentido à prática do Educador Social de Rua - ESR, a sua gênese.

Registros históricos – conforme citamos - apontam a presença de crianças e adolescentes abandonados no Brasil, ainda na época da colonização. Neste período, de acordo com Marcílio (1998), nem a igreja nem o Estado assumiram diretamente o controle sobre as crianças abandonadas, embora atuassem com pequenos estímulos. Por parte do Estado, os estímulos se resumiam às ações de confinamento e aceitação do trabalho infantil, quanto à Igreja, suas ações beiravam a caridade. Na atualidade os estímulos, agora sob a égide dos direitos, permanecem tímidos e milhares de crianças e adolescentes continuam largados à própria sorte.

As crianças e os adolescentes, à margem da sociedade, recebem, em função do meio onde vivem e dos espaços que ocupam na sociedade, denominações

próprias pejorativas, na indubitável afirmação da discriminação e da marginalização, enquanto seres humanos. Geralmente, são chamadas de “trombadinhas”, “flanelinhas”, “menores”, “meninos/as de/na rua”, “cheira-colas”, “vadios/as”, “delinqüentes”, “menores abandonados”, “pivetes²⁶” e outros nomes que buscam identificar e dar sentido a uma situação de intolerância, de miséria e omissão por parte da sociedade e do poder público. Concordamos com Buarque (2001, p. 110-114), quando diz que:

A diferenciação entre crianças conforme a posição social tem um conteúdo de grave discriminação, porque criança tem uma conotação etária enquanto que menor tem uma conotação legal daquele que ainda não pode ser julgado por seus crimes. O sistema moderno passa a identificar os mais pobres como possíveis criminosos. [...] Pivete – É uma palavra que também, como menor, separa a criança conforme a sua posição social.

A diversidade de adjetivos utilizados para identificar crianças, adolescentes e jovens que, em comum, têm a rua como espaço para sua sobrevivência, possibilita verdadeira confusão. Acreditamos que esta confusão não ocorre por acaso; ela dá sentido à forma como grande parte da sociedade brasileira analisa a questão da exclusão social infantil. Por isso, utilizaremos no escopo deste trabalho a expressão, “crianças e adolescentes em situação de rua” para nos dirigirmos aos meninos e meninas, e aos adolescentes abandonados, explorados, marginalizados, que encontram nas ruas das cidades o cenário para suas vidas.

Cabe ressaltar que o termo “crianças e adolescentes em situação de rua” já foi utilizado em diversas pesquisas²⁷ das áreas da sociologia, psicologia, e educação entre outras, propiciando uma compreensão das diferentes características e abordagens, acerca de várias questões inerentes à denominação deste grupo social.

²⁶ Segundo Rizzini (2006, p. 380) a expressão “pivetes” (sic) foi primeiramente apontada no relatório de Sabóia Lima em 1938.

²⁷ (ABRINQ et al., 1994; MEDEIROS & FERRIANI, 1995; KOLLER & HUTZ, 1996, MEDEIROS, 1998)

A história da criança no Brasil toma conotações adversas, a pluralidade de imagens também é garantida quando o lugar de observação é a rua. Como afirma Priore (2006) sobreviver no espaço da rua é uma arte antiga.

No século XVIII, terminada a euforia da mineração, crianças de lares mantidos por mulheres livres ou forras, perambulavam pelas ruas vivendo de expedientes muitas vezes escusos, - os nossos atuais bicos, - e de esmolas. As primeiras estatísticas criminais elaboradas em 1900 já revelam que esses filhos de rua, então chamados de “pivetes” eram responsáveis por furtos, “gatunagens” vadiagens e ferimentos, tendo na malícia e na esperteza as principais armas de sua sobrevivência (op. cit., p.13).

No final do século XIX, a causa defendida pela sociedade dominante na época, para justificar a existência de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, era a vadiagem. Os vadios eram meninos e meninas negras libertos, meninos forros que muitas vezes tinham como ofício uma atividade subalterna pouco valorizada, e eram tratados com desprezo. Atividades que ainda perduram nos dias atuais equiparadas ao trabalho informal, desenvolvido por famílias inteiras nas esquinas e principais avenidas de muitas cidades brasileiras.

Em todas as sociedades, em maior ou menor grau, meninos e meninas de rua são descritos como marginais ou doentes. Frequentemente, essas crianças e adolescentes são tidos como violentas, sujas e delinquentes. (sic). Koller e Hutz (1996, p.12).

Para resolver o “problema” as soluções encontradas foram as medidas repressivas. A imagem da vadiagem estava indo de encontro à da ordem pública e aos bons costumes. A solução era retirar do espaço público os pequenos com o apoio das patrulhas policiais, que deveriam recolhê-los e devolvê-los as suas famílias ou prendê-los e encaminhá-los à Companhia de Aprendizes de Marinheiros em, 1840²⁸. Muitos pais, em concordância com as medidas do Estado acreditaram

²⁸ Criadas através da Lei n.º 148 de 27 de agosto de 1840 com o título de Companhias de Aprendizes Nacionais.

que o regime militar, por ser disciplinado e hierárquico, seria uma ótima alternativa para recuperar seus meninos.

Fraga Filho (1996)²⁹ nos mostra, por outro ângulo, o processo histórico em que se dá a situação das crianças e adolescentes do século XIX na Bahia. Para o autor a sociedade da época encontrou uma solução para a questão. Era necessário impor o trabalho e criar mecanismos de controle dos pobres. A companhia, através do recrutamento para o serviço militar servia muito bem a este propósito, na medida em que se admitiam maus tratos e humilhações que buscavam moldar os “pivetes”.

Durante o século XIX o Estado vai assumindo a função de retirar os meninos vadios das ruas. Contra a vadiagem, o Estado investe na infância como uma fase a ser controlada. Portanto, sua função seria de retirá-los de circulação e encaminhá-los para a formação, para o trabalho. Acreditava-se na eficiência de uma formação do caráter através da disciplina ao trabalho e a obediência aos superiores. Oliveira Júnior (2003, p.48).

O final da escravatura no Brasil foi o marco da discussão em torno do trabalho, como alternativa para resolver a situação do menor abandonado. Nesta perspectiva Rizzini (2006), apresenta-nos como historicamente se constituem as formas de exploração da mão-de-obra infantil. Uma dessas formas de exploração é o trabalho desenvolvido na rua pelos pequenos, para sua sobrevivência e a dos seus familiares:

as crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terras como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família; e finalmente nas ruas, para manterem a si e as suas famílias. (id. p.376).

²⁹ FRAGA FILHO, W. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. 1996.

Rizzini (Ibid.), faz uma abordagem inicial de como se deu o processo de preparação do trabalhador nacional, incumbido de impulsionar a economia brasileira. Segundo a autora, asilos de caridade foram transformados em institutos, escolas profissionais e patronatos agrícolas. Os institutos, assim como os demais, tinham por obrigação devolver à sociedade, “um homem sadio de corpo e alma após o período educacional” (op. cit. p.378).

As posições do pensamento dominante daquele período fazem-nos ver que: a primeira se refere à “limpeza” dos espaços públicos, com a retirada dos/as desvalidos/as das ruas; a segunda defende que é necessário aproveitar a mão de obra disponível e admiti-la na indústria, no campo ou qualquer outro espaço reforçando a idéia de que o trabalho infantil, mesmo que de forma precária, seria uma saída eficaz.

É necessário observar, ainda, que coexistia naquele momento uma terceira posição muito forte da sociedade, um desejo. Um olhar municiado com ódio e desprezo, um olhar exterminador. O que Rivera (1991), chamou de “*animus exterminandi*”:

Os meninos degradados, sujos, ameaçadores ou vistos como tal, provocam aquele desejo de “solução final” [...] Portanto, do olhar armado ao olhar exterminador, do desejo generalizado ou muito freqüente (sic) de “limpar esse lixo humano das ruas”, à ação concreta de eliminar fisicamente os meninos há uma continuidade, não uma ruptura. Em suma: *o exterminador é o mero instrumento de um desejo coletivo de matar*. Rivera (op. cit., p. 75). (grifos do autor).

A partir de um exame que denomina fenomenológico, denunciando uma ligação entre o olhar, o pensar, o sentir, o querer e a consciência do exterminador e da sociedade. Rivera (id.) refere-se ao discurso do presidente do clube dos diretores lojistas do Rio de Janeiro, o Sr. Silvio Cunha; “quando se mata um pivetinho está se fazendo um benefício à sociedade.”

Definitivamente o fenômeno do extermínio de meninos de rua no Brasil é o resultado de uma histórica articulação entre os grupos de extermínio, omissão e total ausência dos poderes constituídos, e a aceitação da sociedade civil que se posiciona indiferente às causas geradoras, silenciando diante das atrocidades cometidas.

Com muita intensidade, na década de 1920, o país presenciava o recolhimento dos meninos de rua pela polícia para serem confinados em patronatos agrícolas e colônias, e colocados para trabalhar. Esta ação como afirma Rizzini (2006, p. 379), tinha um objetivo: “a formação do trabalhador nacional”. Na verdade, a falta de braços na agricultura era o mecanismo propulsor dessa lógica perversa. Visava principalmente a adequação do “menor” às necessidades da produção artesanal e fabril.

Os meninos desvalidos, oriundos dos antigos asilos, não tinham muitas opções. Muitas vezes não recebiam qualquer tipo de remuneração, trabalhavam pela comida, pelo abrigo. Com o fim dos internatos, e após trabalhar duro para os proprietários, ao completar dezoito anos de idade, os jovens eram mandados embora. Explorados, humilhados e sem direitos. Absorvidos novamente pela rua, “único destino”.

Tratava-se de uma política voltada para o ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político- ideológico do que de qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto agrícola) pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho. Rizzini (, op.cit. p. 380).

A partir de 1970, foi analisada com muita intensidade a situação de crianças e adolescentes encontradas nas ruas dos principais centros urbanos do Brasil. A imagem da criança abandonada pelos pais que até então se configurava como o principal motivo de sua vinda para as ruas, começa a ser reformulada, por estudos e pesquisas, entre os quais se destacam, (GONÇALVES, 1979; FREIRE, 1987; OLIVEIRA, 1989; RIZZINI, 1986, RIZZINI & RIZZINI, 1991).

É válido lembrar que a década de 1970 foi mundialmente marcada pelo aparecimento de inúmeros movimentos em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Isso ocorreu, uma vez que, após a segunda guerra mundial, o adolescente passou a ocupar uma determinada posição no cenário da violência. Entender a criança e o adolescente como sujeitos em processo de formação e merecedores de práticas educativas diferenciadas, não foi uma tarefa fácil. No Brasil, como já vimos anteriormente, esse caminho foi lento.

As pesquisas deram subsídios às análises que apontaram diversos elementos causadores da ida e permanência das crianças e dos adolescentes nas ruas, demonstrando que a maior parte deles tinha família e vivia com os pais, e que apenas uma pequena parte dos que residiam permanentemente nas ruas já não tinham seus vínculos familiares ou este vínculo era fragilizado.

Para melhor entendermos, podemos distinguir crianças e adolescentes na rua, ou “meninos na rua”, isto é, aqueles que exercem atividades diversas nas ruas, objetivando o sustento, mas vivem ou mantêm relação com suas famílias, de criança e adolescentes de rua, ou meninos de rua, os quais, tendo rompido os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se assim, a maiores riscos constantemente.

Rizzini e Rizzini (1991, p.76), afirmam que, o uso do termo “meninos de rua” consolida-se na década de 80. No entanto, a origem da terminologia data do ano de

1979 apontada em duas pesquisas: uma realizada na cidade de Belém outra em São Paulo, respectivamente por Gonçalves (1979) e, Ferreira (1979).

O fato é que somente no final da década de 80 estabelece-se uma distinção clara entre os dois grupos – os que moram nas ruas e os que passam os dias nas ruas – sendo assim denominados “meninos(as) *de rua*” e “meninos(as) *nas ruas*”. Esta distinção é resultado do conhecimento adquirido, nos anos anteriores, sobre a realidade da vida destas crianças e torna-se possível a partir da constatação de que a grande maioria das crianças e jovens que se encontram nas ruas retornam à casa no final do dia. Rizzini e Rizzini (1991, p. 76).

Uma comparação entre as características dos dois grupos, os que moram nas ruas e os que passam os dias nas ruas, indica que as principais diferenças entre eles se referem ao nível de risco a que estão submetidos e à natureza dos vínculos que mantêm com a família. Os primeiros estão vivendo nas ruas, dormindo nas praças, sob pontes, frentes de lojas e são quase sempre, usuários viciados em drogas ilícitas. Suas relações familiares quase sempre estão esfaceladas, comumente não têm referências, ou laços familiares.

O segundo grupo vive com seus familiares, trabalham vendendo algo na rua, pedindo esmolas, acompanhando os pais, fazendo malabarismos nos semáforos, engraxando, guardando carros, limpando pára-brisas de automóveis e à noite, ou quase sempre voltam à casa. Estando os dois grupos em “situação de rua”, estão certamente submetidos à exclusão.

Um menino de rua é mais do que um ser descalço, magro, ameaçador e malvestido. É a prova da carência de cidadania de um país, em que a imensa quantidade de garantias não saiu do papel da constituição. É um espelho ambulante da história do Brasil. Dimenstein (2005, p.16).

A sociedade brasileira oculta uma longa e ímpar história de provincianismo e repressão, ocultadas por um discurso que atribui à criança e ao adolescente em

situação de rua, ao adolescente infrator, à pobreza, à violência, causas em si, sem associá-las à desarticulação em que está mergulhada nossa sociedade. “Essas pessoas não se dão conta de que isto equivale a culpar o termômetro pela febre: o termômetro mede apenas o efeito da doença”. Dimenstein (id. p.31).

A ausência de cidadania, quando uma sociedade gera um menino de rua, é o sintoma mais agudo da crise social. Segundo o autor, os pais, que são pobres, não conseguem garantir a educação dos filhos, que continuarão vivendo na pobreza, uma vez que não encontram bons empregos, mantendo esse ciclo de miséria.

Mediante essa situação descreve Costa (1989, p. 82):

Assim, a criança e o adolescente em situação de rua era visto como ameaça social e o atendimento a ele dispensado pelo poder público tinha por fim corrigi-lo, regenerá-lo, reformulá-lo pela reeducação, a fim de devolvê-lo ao convívio social, desvestido de qualquer vestígio de periculosidade, cidadão ordeiro, respeitador da lei, da ordem, da moral e dos bons costumes.

Como devolver a alguém aquilo que não lhe foi dado? As crianças e adolescentes em situação de rua ainda são vistos como ameaça social e, apesar dos direitos existentes no tocante às medidas sócio-educativas, o caráter da correção encontra-se muito forte. É difícil reeducá-lo se nem oportunidade de ir à escola ele teve antes. Mais difícil ainda é devolvê-lo ao convívio social, pois, a sociedade já o constrangeu, o expeliu da dinâmica diária, da rotina de ser criança, de brincar e ter quem o observe sem o olhar armado da desconfiança.

A presença marcante desses seres humanos de particularidades tão específicas nos remete à reflexão sobre os mecanismos que podem possibilitar a sua inclusão aos direitos já garantidos, na forma de convenções, portarias e leis,³⁰

³⁰ Lei 8.069/90 – ECA; Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 20/11/1989; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude –

sem esquecer de que eles representam o sintoma da ausência das responsabilidades sociais ao longo dos séculos.

Sobre a causa desse fenômeno Craidy (1998, p.25), afirma:

A razão fundamental para que existam *meninos de rua* é a *miséria*: porém, as causas imediatas desse fenômeno são variadas. A principal é a luta pela sobrevivência; não apenas deles mesmos, meninos de rua, como de suas famílias. (grifos da autora).

Contudo, se faz importante reconhecer diferenças básicas, no que se refere às características e categorias, entre as crianças e os adolescentes que fazem do espaço dinâmico da rua o palco para a sua sobrevivência. Neste sentido, Lusk (1989) apud Rizzini e Rizzini (1991, p.84), com base em entrevistas realizadas com menores nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, aponta quatro grupos heterogêneos de meninos e meninas de e nas ruas:

- a. Crianças que trabalham nas ruas, mantidos os vínculos familiares, [...] Trata-se do grupo constituído por crianças que moram com suas famílias, mantendo estreitos vínculos com as mesmas. A ida para a rua é motivada pela necessidade de trabalhar. São na sua grande maioria meninos, [...] que freqüentam a escola, [...] e cujas famílias são constituídas por pai (ou padrasto) e mãe;
- b. Crianças que trabalham nas ruas de forma independente, [...] Neste caso, o laço com as famílias começam a se romper e a criança se envolve mais profundamente com os valores da “cultura da rua”. [...] periodicamente dormem nas ruas e o seu envolvimento com atividades ilegais é bem mais expressivo. [...] são na sua maioria meninos [...] que já tiveram contato com a polícia e com instituições de atendimento;
- c. Crianças de rua, [...] Esses meninos e meninas não têm mais contato com a família, residindo permanentemente nas ruas. [...] com forte tendência a exercerem atividades ilegais, [...] muitos admitem ter sido presos, [...] e detidos em instituições de menores;
- d. Crianças com famílias nas ruas, [...] São crianças que vivem ou passam o dia nas ruas com suas famílias, constituídas primordialmente ao redor da figura materna.

A classificação das crianças e adolescentes em situação de rua surgiu por causa de certas características pessoais, traçando assim, uma categoria social, um lugar social. A rua, como território, espaço de vida e de trabalho, é o resultado de um processo social de dominação, de exploração. Não se refere a alguma família, mas é inerente ao desenvolvimento de uma sociedade fundada nas diferenças sociais, marcada pela exclusão.

Devemos considerar que os fatores que levam as crianças e os adolescentes às ruas são muitos. É inconsequente apontar um único fator para um fenômeno tão complexo. Em meio a muitas explicações, a mais contundente é aquela que leva em consideração aspectos como a família, os serviços públicos enquanto políticas sociais, perspectivas futuras, aspectos culturais e outros determinantes.

A rua é um lugar de enfrentamento diário e das mais perversas disparidades que um ser humano pode encontrar. Nela os meninos e as meninas de rua, como são conhecidas crianças, adolescentes e jovens que consolidam a rua como seu espaço de sobrevivência, encontram entre outras dificuldades: preconceitos, torturas, fome, frio, abandono intelectual, extermínio, prostituição e outras mazelas sociais.

Na tentativa de descrever a rua como lugar de desejo³¹ das crianças e dos adolescentes, Shaw (2004, p. 2) defende a polêmica hipótese de “a rua ter respostas efectivas (sic) para tais desejos.” E ainda, a dinâmica da rua prende a criança e a impede que se motive para sair dela, pois o autor desconsidera o discurso que identifica o menino de rua como vítima, defendendo que este discurso é utilizado para gerar compaixão e esmola.

³¹ Para Shaw, o desejo tem o sentido de ser atraído, seduzido para experimentar o novo, o desconhecido.

Desenvolveram-se muitas investigações sobre as possíveis causas sociais da vida na rua: a pobreza, a deteriorização da família, o abuso. Por isso, sabemos muito do porquê dos meninos e meninas saírem para viver nas grandes urbes latino-americanas. O que não existe é uma investigação que nos ensine para quê. Conjeturamos que uma criança foge para a rua para escapar à violência ou à pobreza, mas poucos de nós nos interrogamos se ela foge para a rua à procura de algo. Shaw (op. cit. p. 2).

Contrariando a perspectiva supracitada defendemos que a rua é em si um espaço múltiplo, onde as crianças e os adolescentes buscam superá-los de diversas maneiras, sendo uma delas sua inserção precoce no mundo do trabalho e, por via de consequência, são explorados na medida em que estão à disposição de pessoas aproveitadoras.

Medeiros (1986) descreve que as crianças e adolescentes vêm a rua como a única alternativa de sobrevivência, e quando saem de casa para trabalhar esperam retornar com o produto de seu esforço para auxiliar na renda familiar ou, ainda, acreditam que se desvinculando da família deixam de ser um “peso” no já miúdo orçamento.

Enfim, os desafios e os riscos são constantes chamativos, pois a desestruturação familiar, a ausência de políticas sociais, impostas às crianças e adolescentes são os principais fatores que podem levar a sua ida para a rua. Todavia, os pressupostos não acabam por aqui, certamente existem fatores diversos substancialmente relevantes que ainda carecem de esclarecimentos.

O fato é que, uma vez em situação de rua, não fica fácil fazer o caminho de volta, por muitas razões ou motivos, das quais, destacamos duas: a primeira é com relação às crianças e adolescentes que tiveram seus laços familiares parcialmente ou totalmente rompidos. Eles iniciam um processo de ruptura com os padrões sociais vinculados aos costumes familiares e penetram em um universo dinâmico,

onde a sobrevivência é o mais importante. As regras anteriores de conduta e comportamento já não valem mais.

A segunda circunstância está estritamente ligada aos fatores que as levaram a sair de casa. A desestruturação do lar impregnado pela miséria, violência e abandono. Os mesmos motivos que impendem o retorno da grande maioria. As ações minimalistas e pontuais dos governos em todas as esferas ajudam a ampliar de forma devastadora o número de crianças e adolescentes nas ruas. Muitos já não são mais meninos ou meninas. São velhos e jovens desgastados pelo tempo, consumidos pelas drogas, feridos pelo desprezo das outras pessoas, largados à própria sorte pelo poder público.

Aspectos plurais distinguem as crianças e os adolescentes em situação de rua entre si. A heterogeneidade dos grupos formados por meninos e meninas se constitui a partir das formas de sociabilidade estabelecidas entre eles. Estas formas levam em conta particularidades como idade, sexualidade, grau de parentesco, gênero, etnia entre outras. Em grupos eles formam núcleos com uma dinâmica social bem estabelecida em cada um, onde as posições e os códigos são rigorosamente respeitados, sob a pena de exclusão ou morte.

Segundo Graciani (1997), os efeitos da pobreza aparecem em forma de cascata, ao se reproduzirem por gerações, numa perspectiva, senão de perpetuação, mas de multiplicação, que se materializa nas formas e estilos de vida que assumem as sucessivas gerações de família pobres.

A questão das crianças e jovens marginalizados vem se colocando como um dos principais fenômenos produzidos pelo modelo de desenvolvimento brasileiro altamente concentrador, que exclui expressiva parcela da população dos mais elementares benefícios do crescimento econômico. Graciani (id. p. 41).

A pobreza pode ser apontada como o principal indicativo das condições de miséria social em que vivem grande parte das crianças e adolescentes brasileiras. Ela é um indicador das medidas econômicas recessivas, do desemprego, da concentração de renda, demonstrando claramente a ineficácia da estrutura agonizante montada pelo modo capitalista de vida.

Por trás dos meninos e meninas que estão nas ruas, vamos encontrar as periferias urbanas onde milhões de famílias subsistem sem condições mínimas de bem estar e de dignidade. Indo mais além, por trás da duríssima realidade das periferias vamos encontrar as zonas rurais pauperizadas, a cruel realidade rural brasileira responsável pela expulsão de milhares de famílias do campo em direção às regiões metropolitanas e às grandes e médias cidades. Costa (1994, p.25).

A má distribuição de renda do país, norteadora das desigualdades econômicas e sociais, a ausência do oferecimento de educação e saúde de qualidade para a maioria da população, somando-se ao desemprego estrutural, à ineficiência das políticas públicas e à falta de oportunidades, contribuem para que assistamos estarecidos a uma desenfreada produção em série de crianças e adolescentes sem referências de afeto, amor, ética, moral, auto-estima, ou qualquer outro sentimento, e sem perspectiva de exercerem sua cidadania.

A ausência do Estado como promotor de direitos é ponto norteador do contexto que guia a exclusão, pois a intervenção do mesmo, até pouco tempo atrás, caracterizou-se por uma ação repressiva ou meramente assistencialista. Estas características ainda persistem nos programas destinados a essa grande parte da população ainda em desenvolvimento.

Assim descreve Freire apud Moura (2001, p. 65):

Economia [...] comandada por um mercado externo. Exportadora de matérias-primas. Crescendo para fora. Predatória. Sociedade reflexa na sua economia. Reflexa na sua cultura. Por isso, alienada. Objeto

e não sujeito de si mesmo. Sem povo. Antidualgal, dificultando a mobilidade social ascendente. Sem vida urbana ou com precária vida urbana. Com alarmantes índices de analfabetismo [...] atrasada. Comandada por uma elite superposta a seu mundo, ao invés de com ele integrada.

Dessa forma, entende-se que as crianças e os adolescentes encontrados permanentemente nas ruas dos centros urbanos das grandes cidades, aparentemente desvinculados de qualquer instituição responsável por um direcionamento educacional, sejam um indicador mais concreto dos efeitos produzidos por uma situação de ausência e inacessibilidade dos direitos de cidadão.

Criança e adolescente que “se escolarizam” nas ruas, nascem, crescem e morrem sem sequer ter uma cédula de identidade ou certidão de nascimento que, pelo menos, comprove o seu nome e que de fato comprove sua existência nesse país. Muitas crianças e adolescentes ainda se encontram numa situação insustentável, expugnados pela sua pátria, por serem considerados perigosos – inimigos da sociedade, dos bons costumes, dos bons modos, esta mesma sociedade que sempre ensejou um controle social severo para com estes meninos.

É inegável que os meninos de rua do nosso país são a imagem de uma estrutura socioeconômica extremamente desigual, que origina muitas tensões sociais, aprofunda o abismo que separa as classes sociais e aumenta as disparidades regionais.

Neste primeiro momento tornou-se necessário fazer uma longa travessia entre as construções históricas da infância no Brasil e a atual conjuntura social onde estão fundadas as origens de uma desumana forma de vida que vem sendo imposta a milhares de crianças e adolescentes no Brasil.

A situação sócio-econômica em que se encontra o país produz o esfacelamento da família. O quadro comum a qualquer de seus grandes centros, ou mesmo, às pequenas cidades, demonstra o elevado índice de crianças que perambulam pelas ruas à procura de seu sustento. Essa parcela marginalizada da sociedade faz das ruas os seus lares.

A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria à qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros. Paugam apud Sawaia (1999, p. 67).

A escola de tal parcela está sendo a rua. Ao invés de estarem efetivamente matriculados em uma escola formal, encontram-se diuturnamente pelas ruas das principais capitais brasileiras. Esta realidade contribui, juntamente com outros fatores, para a ampliação do índice de desempregados, de analfabetos e, conseqüentemente, da banalização da violência.

Conforme explica Graciani (1997), se estas crianças não se encontram nos bancos escolares, pois estão pelos lixões de suas cidades à procura de elementos que promovam seu sustento, como poderão ter a formação necessária para se tornarem adultos? Certamente estão submetidos à exclusão e à pobreza.

Ao falarmos em pobreza, nos apoiamos em Yazbek (1996, p. 23), para conceituá-la, porque de acordo com a autora, estar em estado de pobreza é estar, de forma permanente ou transitória, privado "de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social."

Apesar do intenso debate que se prolifera sobre a questão da exclusão, podemos nos ater à concepção de que: "excluídos são todos aqueles que são

rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores." Xiberras apud Sawaia (1999, p.17).

A situação de exclusão em que se encontram as crianças e adolescentes em situação de rua podem gerar tanto sentimentos de conformismo, como de desobediência social, ambos prejudicando o seu desenvolvimento. Sentimentos que contribuem cada vez mais para o isolamento e a depressão. Conduzindo os meninos à violência, à drogalização, à "rualização". Para Gadotti apud Graciani (1997, p.12-13), esses efeitos são:

conseqüência de um sistema econômico fundado na injustiça, que produz a marginalidade, a pobreza, o povo da rua. [...] É o sistema capitalista selvagem que cria os lixões nas periferias das grandes cidades, onde se amontoam urubus, animais e seres humanos, disputando as mesmas sobras do luxo das elites. [...] Este é um dos cenários da globalização econômica que compõem a chamada pós-modernidade, que produz, de um lado a riqueza extrema, a tecnologia avançada, a planetarização da cultura, das comunicações e da economia e, de outro, a miséria extrema. [...] O Brasil é um país que nasceu com a marca da exclusão."

São muitos os trabalhadores desempregados, subempregados ou vivendo do trabalho escravo, e que ocupam, cada vez mais, as favelas ou dormem com seus filhos e famílias nas praças, debaixo de marquises e em cabanas improvisadas de plástico, constantemente assombradas pelo fantasma da fome e também do extermínio. Para estes a sociedade não oferece opção digna, ou intervenção eficaz. A nossa sociedade está em crise e não é só econômica, política ou social, mas uma abismática crise de valores.

A escola parece não acompanhar as discussões do seu tempo. Ou simplesmente desvaloriza a causa das crianças e dos adolescentes em situação de rua desse país. Sua função social tem sido colocada em cheque. O desafio está posto e as questões abertas a novas práticas.

Devemos nos indignar com a situação de centenas de crianças e do adolescentes, que sem escolha, fazem da rua seu espaço de desenvolvimento. Tendo seus direitos negados, eles estabelecem novos preceitos e formam outro tipo de sociedade, com dimensões e estruturas orgânicas muito bem definidas. As crianças e os adolescentes em situação de rua se lançam à própria sorte, sem perspectiva alguma de vida. Sabem apenas do agora. O amanhã é distante do hoje, não se tem como definir ou planejar quando se vive na rua. As incertezas são constantes.

O espaço da rua é constituído por regras bem claras. Não podemos pensar que a rua não tem ordem, que não há limites. O limite está nas relações que as crianças e os adolescentes em situação de rua exercem em seu próprio meio. Atraídos pela circulação de grande quantidade de pessoas, o centro das grandes urbes, é o local preferido. As possibilidades serão não apenas de ganhar esmolas, mas também, de cometer pequenos delitos e até de venda do próprio corpo.

O tempo da rua é também diferente. Os horários são estabelecidos pelas movimentações dos transeuntes. À noite, quando as portas dos estabelecimentos comerciais se fecham, as crianças e os adolescentes em situação de rua procuram seus respectivos grupos. Juntos, eles enfrentaram o medo do extermínio, para quem sabe sobreviver mais um dia. Na noite calada e fria, a cola é a amiga inseparável.

Por sua vez, a menina de rua aparece como vítima em potencial, devido a algumas características. As doenças estão bem próximas de sua realidade frágil. A rua é reagente a sua condição de menina mulher e ela tem que seguir alguns critérios básicos para sobreviver diariamente. Sozinha não deverá andar. Deverá arranjar logo cedo um parceiro, devendo ele ser forte, temido pelos demais. “A problemática da menina de rua é muito grave por sua dupla condição de abandono e

de ser mulher. Na rua ela está mais exposta sofrendo as conseqüências (sic) de como se situa o papel da mulher na sociedade”. Freire (1987, p. 6).

O menino temido a protege dos outros meninos e na grande maioria das vezes ele é líder do grupo no momento. Isso não quer dizer que exista fidelidade nesta relação; o menino tem outras meninas na mesma situação e a menina respeita-o entre o grupo, sob pena de morte se não o fizer. A prostituição garante uma renda extra e ele, nesse caso, torna-se o agenciador mais próximo.

Isso não é regra absoluta, porque a rua transforma-se muito rapidamente e sua posição de chefia talvez perdure ou se altere. Uma sociedade dentro de outra, uma classe sendo explorada ao extremo, negada e oprimida sob o falso manto da assistência e do direito integral como parte de um discurso dominante que ecoa no processo de constituição da sociedade brasileira.

Tomando como ponto de partida para a perspectiva adotada por esta pesquisa, passamos à discussão dos principais conceitos da Análise do Discurso como sustentação teórica do nosso trabalho, partindo do seguinte princípio. “A Análise do Discurso trabalha com a perspectiva de que todo discurso é uma construção social, que está marcada pelos efeitos da história e da ideologia.” Orlandi (1996, p.9).

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

2.1 Análise do discurso: movimentos múltiplos

Após analisarmos o contexto histórico da infância no Brasil, caminharemos para a discussão dos principais conceitos de Análise do Discurso - AD. Nossa análise observa os discursos em seus movimentos múltiplos.

Não pretendemos examinar exaustivamente todos os conceitos da AD, haja vista, que não é esse o objetivo do nosso trabalho. Pretendemos desenvolver nossa discussão, recortando princípios, conceitos e noções que consideramos significativos, por constituírem fundamentos indispensáveis à compreensão das categorias da Análise do Discurso.

A Análise do Discurso considera que a linguagem é produzida pelo sujeito, em condições determinadas e cabe a quem analisa investigar o processo de produção. Assim, este trabalho se inscreve na representação conceitual e epistemológica da Análise do Discurso, disciplina que tem como principal fundador, em sua linha francesa, Michel Pêcheux. A AD propõe que se confira outra noção de história, de conflito de classes e defende que se pense a história como lugar onde o complexo de determinações atua.

A Análise de Discurso, fundada nos anos 60 – século XX - se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre a Linguística, o Marxismo e a

Psicanálise. Descrita por Pêcheux e Fuchs (1975), versa na articulação desses pilares do conhecimento científico:

O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, enquanto teoria das ideologias; a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e também dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria dos processos semânticos e da determinação histórica. (op. cit, p.163).

A esse respeito Orlandi (2007), faz uma importante reflexão:

Se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da lingüística, nem se deixa absorver pela teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (p.20)

A relação língua/discurso, fundamentada nessa fronteira teórica, considera as questões ideológicas em seu referencial, procurando a dimensão histórico-social do discurso, para garantir acesso ao lugar social de onde os sujeitos falam. Para Bastos (2007, p. 64), “Na Análise do Discurso, a ideologia manifesta-se a partir do lugar social do sujeito, com o qual ele se identifica e a partir do qual ele se expressa”.

Para a AD, nenhum discurso é gerado a partir do nada, de um lugar vazio de relações sociais, mas a partir de discursos outros com os quais o enunciante mantém contato, dialoga. São relações sociais que atravessam o tempo, a história da sociedade, em um contexto histórico amplo e interpela o enunciante através do seu dizer.

A AD nos permite, então, trilhar uma perspectiva materialista de ciência. Acolhendo os procedimentos teórico-metodológicos para ouvir os educadores sociais de rua, podemos desvendar as posições dos sujeitos desses discursos, pois:

A análise do discurso introduz, através da noção de sujeito, a de *ideologia* e a de situação social e histórica. Ao introduzir a noção de história vai trazer para a reflexão as questões de *poder* e das *relações sociais*. [...] O discurso é definido como não transmissor de informação, mas como *efeito de sentido* entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar um outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social e histórico. Orlandi (2007, p. 63).

A Análise do discurso não tem como objetivo trabalhar com a língua como um sistema abstrato, distante da nossa realidade, mas com a língua inerente das relações sociais do mundo. Como afirma Lukács (1978, p.03), a língua é “um instrumento para comunicar as múltiplas e mutáveis formas de relacionamento dos homens entre si”. A língua não é um sistema fechado nela mesma, mas com a formação sócio-histórica que dá origem ao discurso, pois, conforme Orlandi (2007, p. 15-16).

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com os homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

A AD tece suas bases partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a linguagem; a relação língua, discurso e ideologia fica evidenciada. Pêcheux (1975), diz que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” Orlandi (2007, p. 19).

A função da AD nesta conjuntura significa buscar entender e explicar como se constrói historicamente o sentido de um discurso e como esse discurso se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto ao mesmo tempo histórico, linguístico, social e, para entendê-lo, devemos analisar a relação discurso/história.

Neste sentido, o discurso tem um lugar privilegiado, pois, nos permite uma análise da realidade, principalmente por ser ele, como afirma Bastos (2007, p. 55): “produto e produtor, presente em todas as relações sociais indispensáveis ao ser social, constituindo-se como objeto de estudo da Análise do Discurso.” Segundo Cavalcante (2005, p. 20),

o discurso é práxis, resultado e possibilidade das relações sociais, [...] produto das relações do indivíduo consigo mesmo e com os outros indivíduos. Produzido socialmente, em um determinado momento histórico, para responder às necessidades postas nas relações entre os homens para a produção e reprodução de sua existência, carrega o histórico e o ideológico dessas relações.

Trazemos, ainda, outras definições de discurso, tais como: Maingueneau (2000, p.43) em que o discurso é “a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados”. Orlandi (2007, p.15) “O discurso é assim palavra em movimento”. Florencio (2007, p.11) “lugar onde as significações de produzem”. Cavalcante (2007, p. 35) “todo discurso é ideológico, uma vez que, ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social”. Magalhães (2005, p.26) “se configura na articulação de seus conceitos primordiais, que fazem a relação dialética entre história e língua, a partir de uma subjetividade socialmente posta”. Pêcheux (1995, p.56) “todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”. Ferreira (2003, p.13) “É no discurso, precisamente, que se encontram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à histórica e ao sujeito”. Silva

Sobrinho (2007, p.40) “trata-se de uma prática regulada pela ordem da língua e da história”.

A produção do discurso se faz em um momento histórico, com o intuito de responder às demandas presentes nas relações entre os seres humanos, com o objetivo de produzir e de reproduzir a sua existência, levando o contexto histórico e ideológico dessas relações, impedindo que o discurso seja neutro, considerando que, ao produzi-lo, o sujeito o faz a partir de um lugar da sociedade, de uma perspectiva ideológica presente naquele momento sócio-histórico. O discurso, como diz Bakhtin (2004), é sempre a arena em que lutam pontos de vista em oposição.

Ainda para Magalhães (2003, p.75) discurso: “é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitam a sua objetivação”. As relações sociais são o ponto de partida para o entendimento do discurso. Neste sentido, o discurso se constitui no terreno das mediações, atribuindo novos sentidos aos que já existem. Essa relação se constitui nos contextos sociais, nos conflitos que permeiam a sociedade e na capacidade que o ser humano tem de se relacionar com o outro.

A enunciação do discurso novo não é possível, senão, a partir de um processo de re-significação do discurso que já existe. Destarte, o sujeito enuncia a partir de lugares sociais, atravessado pela ideologia³². Neste lugar, com o qual o sujeito se identifica e a partir do qual ele enuncia, é que se podem reconhecer as Formações Ideológicas e Discursivas. É a partir da Formação Ideológica - FI e da Formação Discursiva - FD que podemos compreender os sentidos das palavras.

O sentido das palavras não pertence à própria palavra, não é dado diretamente em sua relação com a ‘literalidade do significante’; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em

³² O conceito de ideologia será definido adiante.

jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. Cavalcante (2005, p. 21).

Bakhtin (idib, p.41) diz que, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Como os fios dialógicos são inúmeros e como cada enunciado se articula a uma cadeia infinita de enunciados, entendida esta cadeia não como uma linha horizontal, mas como elos que se ligam em qualquer direção, não é nossa pretensão buscar esgotar todas as relações possíveis.

Cada palavra traz em si as marcas de suas enunciações anteriores, as marcas de sua história enunciativa concreta; num certo sentido, ao ser proferida, a palavra traz em si sua significação histórica e culturalmente constituída, em suma, traz em si as marcas dos vários temas únicos por ela encarnados.

As palavras produzem sentidos quando usadas entre interlocutores em condições determinadas. Por isso, os sentidos nunca são literais. Na verdade, são móveis e diversos, uma vez que são determinados pelas relações sócio-históricas que, em movimento, dão à palavra sentidos possíveis. Silva Sobrinho (2007, p.43).

Não há palavra estanque, plena de um único sentido, sem nenhuma via de contra-mão, uma vez que, ainda que proferida por uma única voz, esta voz traz em si as marcas das muitas e, por vezes, conflitantes enunciações da palavra que profere, ou seja, a história de suas mutações de sentido. De muitos sentidos repletos de conexões e rupturas construídas a partir das relações sociais.

Mas, é necessário considerar as condições específicas para compreender as condições de produção do discurso em que os sentidos são produzidos. “Assim o discurso em seu caráter ideológico, se presta à disseminação de formas específicas

de ideologia, a exemplo do Direito, da Política, dos Meios de Comunicação, dos Meios de Produção [...]” Florencio (2007, p. 22). Segundo Amaral (2005, p.18):

tratar das condições de produção de discurso (CPD) requer compreender o processo das determinações sociais, políticas e econômicas da produção intelectual em geral, designada pela teoria marxista como formas de consciências ou formações ideológicas. Essa produção é concretamente organizada e explicitada em formas de discursos.

Assumimos, então, nesse percurso que todo discurso é na sua complexidade ideológico. Quando o produzimos, o fazemos de um lugar social, repleto de manifestações e sentidos permeados por uma perspectiva ideológica.

O discurso é a conexão entre o sujeito e o processo de produção e reprodução de vida de uma comunidade em um determinado momento histórico. Segundo Bastos (2007, p.57), “Isso pressupõe levar em consideração, primordialmente, as relações sociais e a luta de classes, ou seja, as condições materiais específicas que possibilitaram a produção do discurso”.

Todos os sentidos, todos os discursos estão sujeitos a coerções próprias das relações de poder inerentes às relações sociais. Os discursos têm a característica de se constituírem a partir de outros discursos, são atravessados pelo discurso do outro. Um texto remete a pelo menos duas abordagens diferentes: aquela que ele toma partido, defendendo-a e aquela em que ele faz oposição. Há sempre duas vozes ressoando, dois pontos de vista. Sob as palavras de um discurso, há muitas outras palavras, outros discursos, outros pontos de vista.

Ao longo da história de uma sociedade, estabelecem-se pontos de vista contraditórios. Para Bakhtin (2003), a vida social e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas literárias, ideológicas e sociais, fechadas; os elementos abstratos da

língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos, para repercutir de diversas maneiras no interior destas diferentes perspectivas.

Considerando que o motor do processo histórico numa sociedade onde há desigualdade está na luta entre as classes sociais existentes, Marx e Engels (2001, p.23) afirmaram; “a história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classe”. E ainda, “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Marx e Engels (2004, p.48).

Contudo, segundo Bastos (2007, p. 57), “tal realidade não elimina a existência de outros sentidos no interior dos discursos, noutras perspectivas”. Mesmo com todas as dificuldades e impossibilidades, ainda que uma posição ideológica dominante e hegemônica estejam presentes naquele momento histórico, as possibilidades de outros caminhos estão presentes também. Pois, “a classe dominante busca imprimir a seu discurso a idéia de neutralidade ou de consenso acima das diferenças de classe, na tentativa de ocultar e/ou abafar os conflitos que são travados permanentemente”. Bakhtin (2004, p.46-47).

A partir dessas considerações a respeito da AD e discurso, passamos nesse momento para a discussão de sujeito e ideologia. Entendemos que este momento é perigoso e complexo, pois estamos nos aproximando de elementos teóricos tão amplos que corremos o risco de reduzi-los a concepções aparentes e irrelevantes.

2.2 Sujeito e Ideologia

Ao assumir que todo discurso é ideológico e ao considerar que o mesmo é produzido em um lugar social, com o objetivo de responder às demandas e às necessidades de produção e reprodução da nossa existência, apontamos o caminho teórico que consideramos apropriado para trabalhar as categorias de sujeito e ideologia que se revelam fundamentais para a compreensão desse processo histórico.

O termo ideologia surge na obra *Elements de Idéologie*, e foi criado pelo filósofo Antoine Destruitt de Tracy, em 1801, período da revolução francesa, indicando uma disciplina filosófica, com o objetivo de designar a análise das sensações e das idéias. Não é extremo lembrar que o termo ideologia é sinônimo de uma vasta possibilidade de interpretações e de entendimentos.

Partimos da linha francesa de Análise do Discurso, que transita no universo das bases conceituais de Althusser – Aparelhos Ideológicos de Estado, na qual Pêcheux alicerça seu conceito de ideologia.

Vaisman (1989), considera que Althusser é o autor que mais se aprofunda na problemática da ideologia, haja vista a aproximação de sua produção teórica com os mecanismos do conhecimento – na forma gnoseológica. Em Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser (1985), posiciona-se afirmando que a reprodução da força de trabalho, tem os alicerces fincados na reprodução da qualificação e na reprodução da sua submissão à ideologia dominante.

Na concepção de Althusser³³ (1985), a ideologia constitui o sujeito. A primeira das três teses defendidas pelo autor é de que:

toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. (op. cit, p.88).

O sentido do termo imaginário, supracitado, cunhado por Althusser, nada tem a ver com irreal, na verdade se refere a um conjunto de imagens, ou seja, “o modo através do qual os homens criam formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta – as coisas, o bem e o mal, o justo e o injusto.” Cavalcante (2007, p.39).

Na segunda tese, “a ideologia tem uma existência material”, Althusser (op. cit), defende a ausência espiritual nas representações imaginárias, afirmando a presença da materialidade que advem dos aparelhos ideológicos do Estado – religioso, escolar, etc.

É a partir da concepção de que a ideologia preceitua práticas reguladoras, através das manifestações materiais e que essas práticas são apresentadas nas ações dos sujeitos, que o autor define sua tese central, Althusser (1985, p. 93), “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”.

A função da ideologia neste sentido é a de constituir indivíduos em sujeitos e conduzi-los à auto-sujeição. É através dos mecanismos de interpelação que o sujeito é recrutado, segundo Pêcheux & Fuchs (1975, p. 166), “sem se dar conta”. Para Althusser (op. cit, p.104).

³³ Para esse autor, a ideologia é a-histórica, é uma estrutura em funcionamento, no processo de constituição do sujeito

O indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele 'realize por si mesmo' os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição.

No entanto, na concepção Lukacsiana o termo ideologia é trabalhado na perspectiva ontológico-prático buscando analisar o fenômeno social. O homem é, neste sentido, um ser que age e reage às questões do processo social. Um ser que responde às necessidades objetivas, às demandas pautadas e determinadas. Para Lukács (1978, p. 5):

o homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios crescimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e, quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bem articuladas.

Lukács (id.), trabalha com o conceito de posições teleológicas, para afirmar que a produção e reprodução da existência dos homens em uma sociedade é uma especificidade do ser social, sintetizando a capacidade do ser humano de pré-determinar ou estabelecer uma finalidade para as suas ações, seus atos. A estas posições, denominou e classificou como primárias e secundárias.

As posições teleológicas primárias, segundo Cavalcante (2007), são “aquelas em que o homem transforma a natureza para responder às necessidades de sua sobrevivência”. No entanto, as secundárias, são “as que orientam as ações dos homens entre si, induzindo-os a assumirem posições”. (id. p. 41). Para Amaral apud Cavalcante (Ibid.): “É das posições teleológicas secundárias, que se instituem mecanismos de orientação para as relações entre os homens, no processo de produção e reprodução da vida, que surge a ideologia”.

Ideologia é, sem dúvidas, um conceito fundamental na produção teórica de Mikhail Bakhtin; ele se destaca, juntamente com o seu Círculo, por suas idéias e seus estudos sobre o problema da ideologia, tomando a direção do pensamento marxista, para abordar, entre outras temáticas, a constituição e o papel dos signos.

A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ele reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica. Bakhtin (2004, p.35).

Bakhtin (2004, p.31) afirma que “tudo que é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Ou seja, um material utilizado para o trabalho, um corpo físico e um produto de consumo qualquer são componentes de uma realidade. No entanto, o produto ideológico além de fazer parte dessa realidade, também reflete e refrata uma outra realidade, com perspectivas e características distintas, ou seja, os sujeitos têm a capacidade de não apenas ser reflexo das posições de uma sociedade à qual pertencem, mas também de refratar essas posições de outra maneira.

A palavra, neste sentido, pode ser utilizada enquanto fenômeno ideológico – um signo – e devido a sua neutralidade pode preencher qualquer função ideológica que monta e remonta significados que transformam as interações sociais. São movimentos que expressam as relações sociais e transformam para significar e dar significado a tudo que tenha um sentido para o homem.

O sentido das palavras é determinado a partir das filiações ideológicas que provêm da posição dos sujeitos. Fica claro, dessa forma, que interessa à AD identificar as determinações sociais e históricas que localizam o sujeito do discurso numa determinada FI, constituída de um emaranhado de atitudes e valores,

relacionados a questões da ordem social vigente que conduzem a prática discursiva e representam suas posições ideológicas.

Na perspectiva teórico-metodológica que desenvolvemos em nosso trabalho a ideologia manifesta-se a partir do lugar social do sujeito, aquele com o qual ele se constitui e se identifica externando suas posições. Esse lugar, fundamental para compreender os mecanismos da formação e produção do discurso – do discurso enquanto *práxis* – caracteriza, na AD, o conceito de Formação Ideológica (FI). Para Cavalcante (2005, p.21):

As formações ideológicas são, pois, expressão de uma estrutura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas às relações de classe e constituem matrizes comuns a um conjunto de discursos que expressam posições assumidas pelos sujeitos, em diferentes práticas sociais concretas. Cada formação ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas (FD).

Pensando como se constituem as FD, percebemos que elementos como a contradição, a heterogeneidade, estão presentes, como marcos que dividem todo o processo de sua configuração. Destarte, o modo conflituoso que sedimenta o terreno fértil para os sentidos e significados presentes nas FD's podem escapar do controle do sujeito, pois, são o resultado de um processo histórico de relações sociais.

O discurso é sempre constituído socialmente é, também, membro de um lugar linguístico e ideológico, ou seja, de uma formação discursiva e Ideológica determinada. Sentidos e significados, conflitos, representações, saberes e conhecimentos são, pois, derivados das formações ideológicas, que se caracterizam como um espaço denso, composto por forças que se chocam e lutam entre si.

O discurso carrega uma contrariedade dialética insuperável: tende à generalização a partir de expressões da vida cotidiana e busca uma determinação individualizante que cria novas palavras e novos

sentidos. Essa é a base da fecundidade do discurso, e concomitantemente, a dificuldade a ser enfrentada pela análise do discurso. Magalhães (2005, p.24)

Dentro dessa estrutura conflituosa e totalmente imprevisível encontramos o sujeito do discurso. Partícipe e participante das relações sociais, vinculado aos entremeios de um lugar discursivo, composto por matrizes do consciente e inconsciente, capaz de criar estratégias para realizar o diálogo. Para Magalhães (2005, p.30), “o sujeito do discurso é um sujeito determinado socialmente”.

Os pressupostos da constituição do sujeito, não devem ser entendidos de modo simplista ou reducionista dada a sua complexidade. Faz-se necessário saber que, pelo menos, duas teorias percorreram um vasto caminho nos estudos de Pecheux, sobre a formação, constituição e conceito do sujeito na Análise do Discurso. A perspectiva althusseriana da interpelação e a Psicanálise – lacaniana - que, ao ser convocada, permitiu pensar o sujeito sendo afetado pelo inconsciente. Surge nesse campo teórico a contestação do sujeito da psicologia, o sujeito apontado como fonte do seu dizer e do sentido, que pode, que sabe aquilo que diz.

Pêcheux busca em Althusser a constituição do sujeito pela ideologia, mas o autor não considera que ideologia seja algo abstrato e se distancia de uma percepção reprodutora althusseriana em que ideologia interpela os indivíduos colocando-os em lugares sociais, sem que nisso ocorram os processos de resistências ou falhas.

É de fundamental importância compreender o sujeito na sua relação com o contínuo processo histórico. Dessa forma, é imprescindível um afastamento do marxismo althusseriano em que a AD ficou severamente comprometida com a abordagem estruturalista – enraizada na concepção das impossibilidades de

atuação do sujeito – identificando-o como sujeito assujeitado. Para Silva Sobrinho (2007, p.66).

O assujeitamento não significa um sujeito robô que exposto ao mundo atue através das repetições programadas, mas sim o reconhecimento de que somos sujeitos de uma determinada época, inseridos em uma conjuntura histórica que possui modos de pensar dominantes que afetam o nosso dizer e o modo de compreender o mundo.

Neste sentido, a AD repensa sua posição. Ela passa a considerar que o sujeito, embora tenha controle do seu dizer e aponte para o sujeito interpelado pelos interdiscursos próprios de formações discursivas que representam as formações ideológicas, caracterizam-se por relações de contradições.

Pensamos o sujeito do discurso constituído pela práxis social. Práxis enquanto atividade de sujeitos, entre sujeitos, relações do meio, de tensões que transformam o mundo, responsáveis pela diferenciação dos homens aos demais seres vivos existentes. Assim, tanto sujeitos como discursos se materializam sob as condições concretas. Como afirmaram Marx e Engels (2001, p.19), “são os homens que produzem suas representações, suas idéias etc.”

Os homens estão sempre construindo novidades, produzindo algo que modifique sua forma de viver e de convívio social. Ao mesmo tempo em que sofremos a interferência dos condicionantes do inconsciente e das determinações sócio-históricas que dão sentido a nossa existência também produzimos o novo, que imediatamente se constrói, (re)constrói e também deixa a sua marca.

Portanto, podemos afirmar que o ser social é um ser que realiza suas escolhas, sem esquecer que ele não é o dono absoluto do seu dizer. Também podemos reiterar que o discurso não é um ato unilateral subjetivo e a-histórico, ao contrário, é reflexo imanente da *práxis* social, em ressignificação.

Compreendemos que os sujeitos são históricos e se constituem numa complexa e delicada dinâmica de rupturas, alterações e surgimento de novos dizeres, consolidados pela ideologia. Nesta dimensão tão complexa, temos então o desafio de buscar desvelar, em qualquer que seja o discurso, suas condições de produção e a formação ideológica a partir da qual ele se produz e produz sentido, tendo em vista, que a classe dominante objetiva imprimir a seu discurso, a partir de suas perspectivas, a idéia de consenso e de neutralidade. Nega, assim, por sua vez, as diferenças de classe, na tentativa de velar o movimento contraditório e conflituoso que acontece frequentemente.

Partilhamos, pois, de uma noção de sujeito inacabado, vivendo em um processo de constituição conflituoso e denso. Concebido dentro das determinações dos signos ideológicos – aportado no percurso da história.

A partir dessas considerações sobre análise do discurso, discurso, sujeito e ideologia buscamos neste momento encaminhar a análise do *corpus* desta pesquisa que trata do discurso dos(as) educadores(as) sociais de rua.

CAPÍTULO III

O DISCURSO DOS EDUCADORES SOCIAIS DE RUA

3.1 Método da pesquisa

A pesquisa que compõe a presente dissertação foi realizada na cidade de Maceió e como amostragem foram entrevistados(as) três educadores(as) sociais de rua que trabalham em diferentes Organizações Não Governamentais – ONG's, situadas no Estado de Alagoas. Além desses, outros três educadores(as) que trabalham em um Projeto da Secretaria de Assistência Social do município de Maceió, ao qual denominamos de Organização Governamental - OG. Todos envolvidos diretamente com ações dirigidas a crianças, adolescentes e pessoas em situação de rua. Optamos pelas entrevistas semi-estruturadas gravadas e depois transcritas.

As entrevistas foram identificadas pelas iniciais de Educador Social de Rua – ESR, pelo local onde os educadores(as) trabalham, ONG ou OG, e também com o número da entrevista, que reflete a ordem em que os depoimentos foram colhidos. Apresentando-se dessa maneira: ESR – ONG – (N.º de ordem da entrevista) ou ESR – OG – (N.º de ordem da entrevista).

Assim, foi constituído o *corpus* da pesquisa que segue anexado ao trabalho. Para efeito da análise retiramos, do corpus coletado, algumas Sequências Discursivas – SD.

Abordamos nas entrevistas os questionamentos acerca da história do(a) educador(a) social de rua levando em conta o início do seu trabalho, os

questionamos a respeito da teoria que embasa a sua prática, os termos utilizados pela sociedade para designar crianças e adolescentes em situação de rua, o trabalho das instituições, da atual realidade das crianças, sendo que as perguntas não seguiram uma rígida estrutura, para deixar os entrevistados mais espontâneos, permitindo-nos uma caminhar mais ou menos informalmente.

Consideramos que, para o nosso trabalho, o discurso escolhido para a análise, deveria ser aquele que emanasse de educadores sociais de rua que estivessem em relação estreita com crianças e adolescentes, atuando efetivamente em instituições de destaque, as quais não apontaremos para resguardar a identidade do profissional.

O discurso analisado nesta pesquisa é sem dúvidas o discurso de quem convive, sente as dificuldades e pode falar dos aspectos mais significativos da vida dessas crianças e é reconhecido por parte da sociedade pelo trabalho que desenvolve – como “Educadores Sociais de Rua – ESR”.

As informações gerais sobre os(as) educadores(as) podem ser visualizadas na Tabela 1.

Os sujeitos ESR (01), (02) e (03), trabalham em diferentes Organizações Não Governamentais que desenvolvem atividades junto a crianças e adolescentes em situação de rua. Cabe ressaltar que ambos já trabalharam nas mesmas ONG's e também em OG, ligada ao município de Maceió ou ao Estado de Alagoas.

Tabela 1: Informações gerais sobre os(as) educadores(as) sociais de rua

Informações gerais	ESR (01)	ESR (02)	ESR (03)	ESR (04)	ESR (05)	ESR (06)
Sexo	Masc.	Fem.	Masc.	Masc.	Fem.	Fem.
Idade (anos)	31	30	31	50	35	36
Escolaridade	Ens. Sup. Inc	Ens. Superior	Ens. Superior	Ens. Superior	Ens. Superior	Ens. Superior
Formação	Graduando Marketing	Cientista Social	Psicólogo	Prof. Ed. Física	Assistente Social	Assistente Social
Tipo de Organização	ONG	ONG	ONG	OG	OG	OG
Tempo de serviço na ONG ou OG (anos)	14	06	05	10	04	06
Estado Civil	Solteiro	Solteira	Solteiro	Separado	Casada	Casada
Religião	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica

Os sujeitos ESR (04), (05) e (06), trabalham na mesma OG, um projeto que desenvolve ações para pessoas em situação de rua da capital alagoana.

As ONG's estão estabelecidas no Estado de Alagoas há pelo menos 20 anos. A Organização Governamental – OG, projeto da Secretaria de Assistência Social do município de Maceió está atuando com pessoas em situação de rua, especialmente com crianças e adolescentes e suas famílias há 03 anos.

As informações sobre nome e outros dados particulares que possibilitassem a identificação dos sujeitos foram realizadas. No entanto, não serão disponibilizadas como já afirmamos.

Pensamos, então, ser extremamente necessário analisar a partir do contexto histórico brasileiro, as principais características sobre as concepções que embasam a prática do(a) educador(a) social de rua - ESR.

3.2 Sujeitos do discurso no percurso histórico

A situação emblemática da criança e do adolescente em situação de rua no Brasil, gerou a necessidade de buscar-se outra compreensão sobre as alternativas possíveis, no tocante ao trabalho social e educativo.

Tornou-se difícil conviver com medidas improvisadas, desencadeadas durante a história da infância brasileira. Milhares de relatos de situações de extrema violência, abandono e outras violações de direitos, há muito estão sendo externados para a sociedade através das atividades de instituições da sociedade civil e de seus educadores.

Técnicos de organismos internacionais, juntamente com Agentes de instituições do Governo Brasileiro e educadores, uniram-se em torno das propostas do Projeto Alternativo de Atendimento a Meninos de Rua. Em novembro de 1984 aconteceu o I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua. O evento aconteceu em Brasília-DF, e proporcionou uma percepção diferenciada sobre as práticas educativas inerentes ao trabalho com meninos e meninas de rua. Para tanto, apoiou-se principalmente nas experiências dos movimentos sociais, devido a sua representatividade e origem.

Não resta dúvida que a partir daquele evento, as alternativas comunitárias de atendimento se impuseram com uma crítica em ato ao velho modelo assistencialista e correccional-repressivo resultante da articulação entre o Código de Menores e a desgastada Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Costa (1994, p.27).

Tão importante quanto, foi o I Encontro Nacional de Meninos e Meninos de Rua, realizado em 1985. O evento propiciou a organização política daquelas pessoas que buscavam outras alternativas para as ações desenvolvidas com as

crianças e adolescentes e tinham interesse em unir forças. Os Estados ganharam representatividade através de comissões estaduais compostas por comissões locais, ambas representadas por uma Coordenação Nacional.

Alguns educadores ousaram desvincular-se de instituições de apoio e de amparo à infância e decidiram ir para as ruas conviver com as dimensões dos espaços dos meninos de rua, constituídos na indiferença e na mais dura crueldade a que pode se submeter um ser humano. Esses educadores buscaram desvelar um universo com características muito diferentes da escola convencional e, para entrar nesse contexto, estabeleceram um diálogo diferente com as crianças e os adolescentes trazendo reflexões, para a área.

Mazotti (1996, p. 507), ao estudar a representação dos educadores sociais de rua sobre as crianças e adolescentes, buscou conhecer o que os educadores apontavam como a causa da existência de crianças e adolescentes em situação de rua. A autora percebeu que a maioria dos educadores responsabilizava o modelo sócio-econômico como o principal responsável pela existência dos “meninos de rua”, relacionando diretamente a esse modelo os seguintes aspectos: o sistema capitalista, a má-distribuição de renda, o êxodo rural, a miséria, o desemprego crescentes, a ampliação da economia informal e a ausência de políticas públicas que deveriam garantir à população em situação de pobreza os serviços básicos, como educação, saúde e programas habitacionais.

A busca por soluções para esses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas os diferentes foros de debates da sociedade têm apontado para a necessidade de ações eficazes. Segundo Graciani (1997, p.88),

“um trabalho com menino(a)s de rua precisa entender os mecanismos políticos e econômicos que estão por trás dessa situação.”

Para Freire (1987) “o que é preciso levar a esse povo, é que juntos, nós e eles, realizemos uma reflexão sobre a sua e a nossa cotidianidade”. A indignação que deveria se expressar mutuamente com a situação exposta, já não é tão explícita. E o modo de ver as crianças e os adolescentes passa pela banalização da miséria e já não causa tanto constrangimento à sociedade.

Refletir sobre a prática pedagógica dos educadores sociais de rua é redescobrir na pedagogia sua importância social, seu papel nas relações históricas acumuladas durante séculos entre os homens. É garantir a essa parcela de excluídos uma possibilidade, uma chance. É, no entanto, jogar aos olhos da sociedade a parte que lhe pertence de responsabilidade, pela total falta de compromisso. Como afirma Graciani (1997, p.13):

necessitamos de uma pedagogia dos direitos e do educador social de rua não apenas para os educadores que trabalham na rua. A violação dos direitos é também resultado de um processo distorcido de educação daquelas mesmas pessoas que deveriam resguardar esses direitos. Essa é a educação dominante, sustentada na cultura da indiferença, herança de uma civilização que nasceu com a marca da violência e do descompromisso com a sorte das maiorias.

De acordo com Freire (1987), é preciso um comprometimento para com a população de rua, estando com ela na rua, retomando sua humanização, resgatando sua força organizacional como categoria explorada, caminhando com a população para torná-la efetiva e transformadora.

Pensar a prática é, por isso, o melhor caminho para pensar certo. Este pensar ensina também que a maneira particular como praticamos como fazemos e entendemos as coisas, está inserida no contexto maior que é o da prática social. Quanto mais nos exercitamos assim, tanto mais começamos a entender os

mecanismos através dos quais funciona a sociedade. Freire (1987, p. 17):

Freire (op. cit. p. 78) relata que a educação libertadora tem como eixo central a dimensão humana como prática de liberdade, o que, em regime de dominação, só se desenvolve utilizando-se a pedagogia dos oprimidos, sendo que esses devem ser essencialmente sujeitos de sua ação libertária: “educador e educando (liderança e massas), co-intencionados à realidade, encontram-se numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato”.

Costa (1991, p. 51) sugere a pedagogia social como lugar de construção para a prática de educadores que se relacionam com crianças e adolescente em situação de rua e fazendo, principalmente, uma relação entre transformação e trabalho, afirma:

Nossa proposta pedagógica concebe a formação da consciência indissolavelmente ligada ao mundo do trabalho. Reconhecemos na atividade produtiva do homem a matriz e a base da formação da consciência crítica e transformadora das relações sociais.

A práxis educativa com essa categoria social³⁴ quase sempre se vê confrontada entre ação da classe dominante que deseja a regulamentação dessa população e o trabalho de um grupo de pessoas que resolveram denunciar as situações e propor alternativas.

Dessa forma, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – (MNMMR), Organização Não Governamental brasileira que há muito tempo trabalha na mobilização, denúncia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua se tornou um espaço onde podemos encontrar educadores sociais de rua exercendo o papel de desafio a lógica da exclusão social.

³⁴ Graciani (1997, p.85) denomina como categoria social os meninos e meninas de rua.

Independentemente das impossibilidades ou possibilidades da prática do educador social de rua, compreendemos ser este setor da sociedade civil organizada um espaço que possibilitou avanços, pois, definiu e delineou alternativas que se configuram através da pedagogia social.

A categoria educador(a) social de rua foi identificado(a) no Brasil no final da década de 70, começo da década de 80, diante do aumento do número de crianças nas ruas. A prática pedagógica dos(as) educadores(as) está pautada numa relação de afeto, escuta e observação.

A presença do Educador Social de Rua não foi inventada para ser mais na equipe, ela aparece em razão da necessidade constatada no trabalho dia-a-dia, frente ao reconhecimento da ineficiência institucional repressora e isolada, na busca de um atendimento a esse contingente espoliado que são os meninos de rua, filhos dos expropriados dos meios de produção. Freire (1987, p. 7-8).

Podemos dizer estar aí o maior diferencial desse educador: seu respeito à realidade e ao espaço de vida das crianças que se encontram na rua, não ignorando sua história e sua identidade. Para a realização de seu trabalho, o educador deve se inserir no universo da criança, para que a encontre e possa estabelecer com ela um vínculo, tendo como objetivo a construção de uma relação afetiva que desperte o desejo da criança em abandonar a rua.

O Educador Social de Rua é um agente, intelectual orgânico, comprometido com a luta das camadas populares, que elabora junto com os movimentos um saber militante, captado na vida emergente dos marginalizados urbanos de rua. O conceito de "intelectual orgânico" baseia-se na concepção de Gramsci. Graciani (1997, p. 29)

A dinâmica pedagógica que articula reflexão e ação, concebe educadores que observam e se deixam observar, constituindo-se num processo diverso,

contínuo e multifacetado, essencial à construção de novas práticas e de um novo pensar.

Quando o educador “invade” o espaço e a história da criança, não consegue estabelecer com ela uma relação de confiança. Sua prática, nesse sentido, é violenta, pois transgride o ritmo da criança, impondo-lhe outras noções de tempo e espaço, tentando corrigi-la de acordo com os parâmetros estabelecidos pela sociedade.

O Educador deve ser um bom ouvinte e observador das linguagens presentes. As crianças e adolescentes em situação de rua devem ser incluídas pelo que já construíram e não pelo que lhes faltam. Critérios como idade, grupo de referência, desejo e necessidade devem ser contemplados.

A prática pedagógica da educação social de rua deve ter como meta principal, a inclusão social através do resgate da cidadania. As instituições que trabalham com essa categoria social devem repensar o seu papel na sociedade, pois, na maioria das vezes, ele se dá de forma meramente assistencialista, sem uma proposta pedagógica sistematizada.

O poder público deveria possibilitar àqueles que não possuem oportunidade de exercer a sua cidadania, como é o caso das crianças e adolescentes em situação de rua, a inclusão social, a partir da educação de qualidade e inclusiva.

Neste sentido, a educação é o melhor caminho para a inclusão social, porém deveria ser realizado um trabalho gerenciado por educadores preparados para lidar com a educação social de rua, visto que, os meninos e meninas de rua encontram bastante dificuldade de adaptação às regras impostas pela sociedade.

Para o educador social de rua, a escolha dos instrumentos de seu trabalho não é uma escolha neutra. “É uma escolha de si mesmo, enquanto educador, enquanto cidadão, enquanto homem”. Costa (1990, p. 31).

As concepções já construídas e que norteiam à prática do educador social de rua precisa ir além dessas potencialidades, ir além dos limites do cotidiano das crianças e dos adolescentes. O receio de alguns educadores em trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua, está na diferença da realidade cotidiana, pois a realidade do “espaço da rua” é completamente diferente da realidade do espaço institucional escolar, principalmente acerca das regras impostas, visto que as regras que encontram nas ruas são completamente diferentes das encontradas nas escolas regulares.

A criança e o adolescente em situação de rua, fazem do espaço da rua e das suas relações com os outros meninos e com a própria sociedade, o seu ambiente escolar, sem regras e sem horários estipulados. Na rua ele não é apenas o aluno. É também o professor, o companheiro, o protetor do outro menino. É quem ensina a comprar, vender, furtar, fugir da polícia. O processo da rua é intenso, complexo e diferente da realidade sistemática da escola convencional. Essa reflexão ajudará o educador a melhorar o seu relacionamento com o educando, pois possibilita pensar como se dá a prática da criança e do adolescente em situação de rua, aperfeiçoa o seu planejamento, e pode encontrar novas estratégias de interação.

Entendemos que o educador social de rua precisa se inserir no cotidiano da criança e do adolescente em situação de rua, para que possa vivenciar sua realidade e usá-la como um dos pontos norteadores do seu trabalho. É preciso se

colocar como pessoa, como agente, respeitando a individualidade da criança ou adolescente, seus valores e suas expectativas.

O trabalho realizado por movimentos sociais e por organizações não governamentais é importantíssimo no processo do resgate da cidadania e da inclusão social. Todavia, há necessidade de se ter um projeto mais completo, que tenha o caráter preventivo e concreto, visando outros enfoques, principalmente o pedagógico, onde a ação educativa esteja inserida em um contexto político e social, bem definida e planejada. Faz-se necessário responsabilizar o Estado e a sociedade, e chamá-los para o cumprimento de suas atribuições.

O compromisso do educador social de rua com o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes deve perpassar todos os obstáculos existentes. Educar, é ir além da inércia do nosso tempo, é impedir que o homem se torne um objeto desumanizado, simplificado pela rotina do acúmulo de capital. A ausência do caráter humanitário, tão almejado pela sociedade, faz das relações humanas um processo contraditório e atrelado aos anseios e devaneios de uma minoria que exerce suprema força sobre os oprimidos.

A sociedade desconhece o processo e como se dá a vida das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Quando é oportuno para alguns, mostra-se o menino como vítima que foi abandonada pelos pais, que perambula pelas ruas, sem destino. Outras vezes são expostos como bandidos à margem da lei.

Essa dualidade de pensar é uma concepção de um discurso que desmerece a primazia do direito concreto montado na pluralidade, nas particularidades de ser criança, de ser um indivíduo em processo de formação e transformação de sua personalidade, de seu caráter, de seu corpo. Como podemos negar todos esses

aspectos? Principalmente quando sabemos que tudo isso ocorre no espaço da rua, tão complexo e ainda pouco conhecido.

O educador social de rua é primeiramente um indivíduo muito corajoso, disposto a encarar a conjuntura que disfarça a vergonhosa situação da população em situação de rua. Toda complexidade da rua faz com que o educador seja um profissional capaz de refletir sobre a sua prática. O cotidiano da criança e do adolescente carente e todos seus aspectos plurais são elementos de análise contundente, para que os passos seguintes sejam norteados com segurança.

A função do educador é ser agente de transformação. Diz respeito ao seu lugar de referência no espaço da rua. Cabe a ele auxiliar na organização dos desejos e necessidades dessas crianças com as quais trabalha. Ele se constitui uma referência para os meninos, ajudando a descobrir caminhos, a pensar alternativas e revelar significados. “É na vivência dessas angústias que vamos traçando o nosso perfil e descobrindo que educador social de rua, mais que uma profissão, é um jeito diferente e alternativo de se trabalhar com uma situação tão desafiante”. Freire (1987, p. 9).

O caminho mais fácil para o entendimento entre o educador e a criança e o adolescente em situação de rua é a história de vida de ambos. É preciso saber um pouco da história de vida do(a) menino(a) para conhecer as potencialidades e dificuldades. Através da compreensão do conhecimento da realidade de vida da criança e do adolescente em situação de rua, o educador percebe o sentido e o significado de suas ações e atitudes.

Os educadores sociais de rua trabalham numa perspectiva de mudança da conjuntura nacional, no que se refere a uma ação pedagógica e política, junto aos

contingentes de crianças e adolescentes. Segundo Graciani (1997, p.26) o educador social de rua é um:

Profissional que desenvolve uma ação pedagógica junto às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, que têm dificuldades de inserção social, e uma ação comunitária mediante a promoção de eventos e atividades de sensibilização e de informação junto às famílias e comunidades, escolas e toda sociedade sobre os direitos das crianças; uma ação jurídico-institucional de contatos com instituições sociais organizadas, governamentais ou não, como respaldo e retaguarda do seu trabalho educativo.

Os educadores sociais de rua são na verdade atores sociais que emergiram dos últimos 20 anos para revelar que a rua é um lugar que determina um processo de degradação humana, que vitimiza fisicamente e psicossocialmente os filhos dos trabalhadores que foram jogados à margem da sociedade.

Nosso trabalho parte da perspectiva de que existe uma formação ideológica que dá lugar a uma ou mais formações discursivas. Por sua vez, essas formações discursivas instituem o discurso dos educadores sociais de rua.

Recorremos anteriormente a algumas categorias básicas da Análise do Discurso, tais como: condição de produção, formação ideológica, formação discursiva, para assinalar que a prática do educador social de rua, embora tenha limites, é uma forma de luta e de resistência contra a exploração da classe dominante.

Estas são categorias importantes para que se efetue a Análise do Discurso. Por compreender essa questão, escolhemos trabalhar com educadores que atuam em uma Organização Não Governamental e também com educadores que desenvolvem suas ações em uma instituição do governo municipal da capital alagoana. Pretendemos com isso, desvendar às formações discursivas que

atravessam o discurso dos sujeitos dentro desses lugares de produção do discurso supostamente opostos.

Temos, assim, diferentes condições de produção que determinam os princípios contidos na educação social de rua e situam-se na realidade em que se insere a prática educativa.

3.3 Lugares de produção de discurso

A redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal e da ideologia dominante, por isso mesmo, achamos importante analisar, em parte, o papel desempenhado pelas Organizações Não Governamentais – ONG's para desvelar as circunstâncias de produção do discurso dos educadores sociais de rua.

As ONG's ocupam, visivelmente, o espaço destinado às representações da sociedade civil durante as duas últimas décadas. Não podemos esquecer que o papel das agências internacionais com suas volumosas contribuições, tem entre outros objetivos o de desmobilizar qualquer tentativa de romper com o silêncio e de organização por parte da sociedade. Silva (2006).

O termo “Organizações Não Governamentais” ONG's, muito usado no Brasil, desde a última década, é importado; surgiu pela primeira vez em documentos das Nações Unidas no final da década de 40, e referia-se a um universo extremamente amplo e pouco definido de instituições. Em 1945, a Ata de Constituição das Nações Unidas já menciona o termo Organizações Não Governamentais, com as quais o

Conselho Econômico e Social das Organizações das Nações Unidas – ONU, poderia estabelecer consultorias.

Na América Latina, as ONG's surgiram já no final da década de 50, como organizações de natureza político-social, criadas por iniciativa de grupos de profissionais e técnicos, caracterizados pela militância social, ou de grupos pastorais da Igreja Católica.

as ONG existem no Brasil há muito tempo. Novo é o nome – organizações não governamentais – que lhes deram o Banco Mundial e as Nações Unidas. Antes eram conhecidas como centros de pesquisa, associações promotoras de educação popular, entidades de assessoria a movimentos sociais. Caccia Bava (1994, p.97).

A Igreja Católica teve importante papel no surgimento de organizações vinculadas aos movimentos populares. Sendo, inclusive, importante para esse processo a volta de exilados políticos brasileiros que, com a promulgação da anistia no ano de 1979, retornaram ao país e mobilizaram-se na criação de diversas organizações.³⁵

Sader (1988), denomina os movimentos sociais surgidos nas décadas de 70 e 80 como novos sujeitos. Neles os indivíduos, até então dispersos, passam a reconhecer-se mutuamente e decidem agir em conjunto e, assim, redefinem-se a cada efeito das decisões e ações realizadas. Havia, na época, uma pluralidade de organizações com objetivos diferentes. O autor estudou três instituições em crise, com seus públicos respectivos, que abrem espaços para novas elaborações e relações:

³⁵ Para Oliveira (1999), a experiência do exílio expôs personagens que se tornaram emblemáticos no universo das ONGs nos anos de 80 e 90, como exemplos podemos citar; Herbert de Souza (Betinho), Rosiska Darcy de Oliveira e Rubens Fernandes, entre outros.

Da igreja católica, sofrendo a perda da influência junto ao povo, surgem as comunidades de Base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”. (SADER, 1988, p.144).

O fortalecimento da sociedade civil no Brasil se deu no bojo da resistência à ditadura militar. No momento em que o regime autoritário bloqueava a participação dos cidadãos na esfera pública, micro-iniciativas na base da sociedade foram inventando novos espaços de reivindicação. Falava-se muito, então, de Estado e pouco de Mercado. Repressão política e dominação econômica se interpenetravam e se reforçavam mutuamente.

Nos anos de 1970 o fortalecimento da sociedade civil, embrião do Terceiro Setor³⁶, se fez em oposição ao Estado autoritário. Com o avanço da redemocratização e as eleições diretas para todos os diversos níveis de governo, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais complexo com o Estado. Reivindicação e conflito passam a coexistir, segundo os momentos e às circunstâncias, com diálogo e colaboração.

É nos anos 90 que surge o termo parceria, como expressão de um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade. A denominação Terceiro Setor é utilizada para identificar as atividades da sociedade civil que não se enquadram na categoria das atividades estatais. Primeiro Setor, representado por entes da Administração Pública ou das atividades de mercado e Segundo Setor representado pelas empresas com finalidade lucrativa.

³⁶ Terceiro Setor é o espaço ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos, que realizam atividades complementares às públicas.

O próprio conceito de Terceiro Setor começa a se ampliar para além do círculo das ONG's, valorizando outros atores e serviços como a filantropia empresarial, às associações beneficentes e recreativas, as iniciativas das igrejas e o trabalho voluntário.

Trata-se, na verdade, de medidas que no campo ideológico reforçam, difundem e aprofundam a idéia neoliberal da Terceira Via, de que o Estado não é capaz de se responsabilizar sozinho por educação, saúde, assistência social, e que cabe aos diferentes organismos da nova sociedade civil – o chamado terceiro setor – a tarefa de partilhar responsabilidades a partir de uma rede de parcerias. Martins (2005, p.157).

Podemos observar essa expansão como complementação à política social, adequada às reformas que visam à liberalização da economia e à diminuição da participação do Estado nas áreas sociais. Certamente o fortalecimento desse tipo de ação privada em áreas públicas é uma política deliberada do Estado brasileiro, em conformidade com a intenção de desmonte dos direitos sociais adquiridos a duras penas e com as regras impostas por agentes internacionais multilaterais, tradicionalmente identificados como políticas neoliberais, principalmente pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Diminuir a presença do Estado é diminuir seu peso na definição das necessidades sociais. Embora essa estratégia dê a impressão de maior autonomia da sociedade civil na determinação de suas necessidades sociais, o que ocorre efetivamente é que o Estado busca estabelecer, cada vez mais, sua função regulamentadora, o exercício de administrar e dirigir, mas se exime progressivamente da provisão social, de garantir "o acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza pública", que é governar e aderir. Lopes (2004, p.5).

É importante analisar o papel das ONG's na sociedade, na luta social, no embate revolucionário e como têm sido utilizadas pelo sistema capitalista. Seja qual for o real aparecimento das ONG's, a verdade é que se tem convertido, com raras

exceções, num excelente elemento desmobilizador das lutas populares e revolucionárias, o que deveria ser o principal motivo de seu surgimento.

Muitas ONG's têm como componentes de seu quadro, pessoas revolucionárias que estão na luta, mas que estão ali, divididos, diminuídos, equivocados trabalhando muitas vezes de forma fragmentada. É nesse contexto que encontramos o educador social de rua.

Da maneira como estão sendo conduzidas, as ONG's apontam para uma desvirtuação dos interesses coletivos, enquanto mecanismo de luta, contradizendo o momento histórico de seu processo de formação, quando a sociedade brasileira passava por períodos de cerceamento de direitos. Segundo Sader (1988), "de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criaram seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade".

Podemos considerar que, de certa forma, existe uma neutralidade exigida pelas ONG's, mas, não se trata de uma neutralidade é, na verdade, uma cumplicidade do sistema, pois, convida os sujeitos envolvidos a não lutar, a acalmar os ânimos da rebeldia da sociedade, que não está disposta a ser explorada impunemente. Silva (2006, p. 113).

O problema é que sua atuação está vinculada a uma estrutura de colaboração com os doadores e agências governamentais que subordinam a atividade prática à política de não confrontação, mantendo a situação atual estagnada. É o caso das ONG's que trabalham com crianças e adolescentes em Alagoas. Muitas, com raras exceções, sobrevivem de doações realizadas por grupos ou outras organizações sediadas em países europeus.

Por muitas vezes, as ações das ONG's se restringem a falar dos excluídos, dos sem voz na sociedade, da extrema pobreza, da discriminação racial ou de gênero, sem ir mais além dos sintomas, comprometendo-se assim com o sistema

social que produz e reproduz essas condições. As ONG's estão criando um mundo político no qual a aparência de solidariedade e ação social oculta uma conformidade conservadora, com relação à estrutura do poder nacional e internacional, seguindo à risca a cartilha neoliberal.

De Estado que realiza, financia, cria, implanta, fiscaliza, as políticas sociais. Passa-se para o paradigma que está surgindo, com as funções descritas acima sendo executadas por outros atores, tendo o Estado como uma espécie de coordenador. Para dar à política social essas características, o governo neoliberal tenta implantar medidas que visam à privatização do setor de serviços, promovendo o desenvolvimento e a expansão do chamado terceiro setor, no qual se incluem as ONG's.

Tendo em vista os limites do sistema capitalista e a forma como ele opera, é incompreensível deixar para a educação unicamente a responsabilidade de transformação das relações existentes, uma vez que a própria está atrelada aos mecanismos de controle do capital. “Acontece que a produção da desigualdade é própria da natureza do capitalismo”. Bertoldo (2005, p.183).

Da mesma forma, entendemos que o papel das ONG's obedecem à lógica desse sistema uma vez que camufla as situações de miséria, com propostas pedagógicas paliativas ou meramente assistencialistas. Com esse modelo, o Estado se ausenta de suas responsabilidades delegando a terceiros suas funções essenciais.

As ONG's têm pelo menos dois papéis: aumentar o nível de participação, fortalecendo os laços de solidariedade entre grupos sociais diversos e, resolver, efetivamente, problemas postos pela ausência do Estado nas áreas sociais. O

problema é que, neste último caso, elas se confundem com o próprio Estado e acabam minimizando as ações do mesmo. Essa seria uma busca empreendida pela sociedade civil, no sentido de “assumir diretamente a solução de alguns dos seus problemas, sem esperar que o faça o Estado, ou a mão invisível do setor empresarial”. Dowbor (2001).

Na verdade, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente todas as ONG's são financiadas pelo Estado; diretamente, através de financiamento de projetos e indiretamente através da isenção de impostos e da não exigência de prestação pública de balanços financeiros. A relação entre o público e privado, é uma fronteira em expansão, é sem dúvidas uma relação confusa de inversão de papéis.

A face mais perversa dessa política é no que se refere ao modelo de dependência que é criado. Sem condições mínimas de sobrevivência a população carente fica a mercê das esmolas que vêm de maneira escamoteada. Que é jogada a toda sociedade como ferramenta de inclusão social.

Para compreender o espaço alocado pelas ONG's no Brasil, precisamos enfatizar o contexto histórico do processo de formação dessas organizações. Partindo do pressuposto levantado por Sader (1988), quando na irrupção de um sujeito coletivo, no início da década de 1980, percebemos um momento histórico na sociedade brasileira, capaz de confrontar-se com as estruturas vigentes estabelecidas, em busca de garantias de direitos, liberdade e participação.

Podemos, no entanto, identificar a mudança de atuação das ONG's, que inicialmente assessoravam os Movimentos Sociais na luta pela formulação de políticas públicas e na garantia de direitos, tendo como foco a contraposição à

atuação do Estado. Como exemplo, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contudo, consideramos ser necessário visualizar como está acontecendo o trabalho realizado pelas ONG's e o processo de diminuição do Estado, frente à perspectiva das questões sociais e o quanto esse mecanismo é prejudicial à sociedade brasileira.

A política neoliberal adotada no país visa a diminuir o papel do Estado e isto, conseqüentemente, impossibilita a assistência social que passou a ser executada pelas ONG's, de forma precária e descontínua. Percebe-se a transferência de responsabilidades que cabe ao Estado para o âmbito da sociedade.

Todo esse conjunto de transformação inaugura o que os teóricos da administração chamam de sociedade das organizações. Uma sociedade na qual, diz Peter Drucker, todas ou quase todas as tarefas são feitas em e por meio de uma organização, empresa e sindicatos, hospitais, escolas, etc. Teixeira (1998, p.23).

Muitas ONG's estão atreladas aos contratos de seus financiadores e atuando em questões focais e de forma isolada. A partir do final da década de 1970, instituições com representação na sociedade civil começaram a ser agenciadas por famílias, empresas ou multinacionais estrangeiras para realizarem tarefas pontuais. Essas tarefas apontavam para uma mobilização incipiente e paliativa, pois, não contemplava os movimentos do pensamento político e econômico da época, salvo raras exceções.

Eram ações muito parecidas com atividades caritativas focalizadas em áreas específicas como crianças, adolescentes, jovens e idosos. Essa intervenção, de certa forma, interferiu na maneira de organização e de mobilização da sociedade brasileira.

Sendo assim, constatamos que a relação ONG's e Estado está se dando como uma prestação de serviços, onde as ONG's montam seus projetos e os submetem à apreciação e, quem sabe, aprovação do Governo, objetivando financiamento. Para Dagnino (2004), o predomínio maciço das ONG's, expressa a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinado.

Podemos concluir que o afastamento das ONG's da sua função precípua, como elemento, ou mecanismo de participação da sociedade civil, determinou a multiplicidade de ações voltadas às áreas focais, isoladas do todo. Referimo-nos neste caso, à da luta pela efetivação dos direitos primordiais. Há também, a tentativa de ordenar a sociedade, tendo em vista o controle financeiro e, principalmente, ideológico, proposto pelos organismos internacionais.

Identificamos, contudo, a mudança de posição do Estado, que busca suprimir das classes sociais a sua função de protagonistas dos processos de mudanças e querendo assumir a função de dirigir politicamente as mesmas. É neste cenário complexo que encontramos o(a) educador(a) social de rua.

Nos recortes³⁷ feitos no discurso dos educadores levamos em consideração a existência de relações de força que se mostram no interior de todo discurso, através das marcas discursivas que evidenciam os efeitos de sentido que os discursos permitem. As práticas discursivas equivalem às práticas sociais, constituídas nas relações de desigualdade, de força e de poder. Como afirma Orlandi (1999, p. 18):

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social

³⁷ A noção de recorte é adotada neste trabalho como unidade discursiva. É uma das contribuições de Orlandi (1989, p.36), "Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva".

têm regras de projeção que estabelecem a relação entre situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim, compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que chamamos de relação de forças no discurso.

Destarte, o discurso do educador social de rua adquire uma importância decisiva para se entender que tipo de ação está sendo desenvolvida, como estão sendo pensadas e encaminhadas para a manutenção e o consenso dessa ordem social. Ao afirmarmos isso, estamos entendendo que tais sujeitos enunciam a partir de um lugar, a partir de uma formação ideológica. Para Haroche (1971, p.102), uma formação ideológica pode ser definida como:

um elemento (determinado aspecto de luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posição de classe em conflito umas em relação às outras.

Nossa análise não se detém apenas no levantamento das formações discursivas, embora estas evidências estejam presentes do decorrer do trabalho. Procuramos estabelecer uma ligação entre a posição ideológica das instituições e o discurso do educador social de rua, a partir da análise das condições de produção desse discurso, já vista neste capítulo.

Para Orlandi (1999), as condições de produção do discurso dizem respeito aos contextos imediatos e mediatos. O contexto imediato em que se insere o discurso do ESR, constitui-se numa sociedade de classes que se caracteriza por medidas assistencialistas e compensatórias, próprias das modalidades de instituições como as ONG's e as OG's, lugares de desenvolvimento das ações dos educadores, cujos discursos são o nosso objetivo de análise.

Já o mediato traz às representações sociais que se formaram durante a história da sociedade brasileira, sobre a forma de ver, de tratar, de pensar a criança e o adolescente em situação de rua. Essas representações são sustentadas pela sociedade capitalista.

Segundo Orlandi (op. cit.) uma formação discursiva se define na sua relação com a formação ideológica³⁸. As marcas que podemos presenciar nos discursos dos educadores sociais de rua se caracterizam pelas formações discursivas que se constituem na relação da linguagem com suas condições de produção. Essas marcas são definidas pela sua relação com a(s) formação(ões) ideológica(s) que dão lugar às formações discursivas de onde se originam os discursos.

Assim, consideramos, para efeito de análise, o sujeito inscrito no discurso, procurando demonstrar a que formação(ões) discursiva(s) pertence o discurso do educador social de rua e a que formação ideológica ele remete. “As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”. Orlandi (id.).

A formação discursiva é o “lugar de construção do sentido”, segundo Pecheux (1975), é a sua matriz. O que torna uma palavra uma palavra é a sua significação. A palavra em si não tem sentido, senão, pelo seu conteúdo ideológico. A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que atravessa os membros de uma sociedade, no transcorrer do processo de constituição de seus discursos.

Acreditamos que o contexto sócio-histórico determina, em parte, a seleção de possibilidades que o indivíduo tem de dizer. A escolha que o sujeito faz entre dizer e

³⁸ Perus (1984, p.35) define formação ideológica como “campo contraditório que se define pelas relações de dominação/subordinação existente entre as ideologias em luta que o constituem”.

não dizer. “Os dizeres [...] São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender.” Orlandi (ibid. p.30).

Orlandi (1989, p.31), diz que “a constituição do *corpus* e a própria análise estão intimamente ligados, ou seja, são a mesma coisa”. Pelos procedimentos analíticos podemos dizer o que faz parte e o que não faz parte do corpus, sua propriedade discursiva. Filiamo-nos à noção de corpus que se desenvolve nos pressupostos teórico-metodológicos da AD, citada por Courtine (1981, p.24) como “um conjunto de seqüências (sic) discursivas estruturadas de acordo com um plano definido referente a um certo estado de condições de produção de um discurso”.

3.4 Discursos e sentidos a desvelar

A constituição do discurso do educador social de rua se faz mediante uma construção histórica. Amparamo-nos na concepção de histórico, para além de um mero registro do tempo: “Histórico será entendido como registro *socialmente* marcado em um certo momento do tempo” Orlandi (1989, p.36).

Nesta perspectiva destacamos algumas SD³⁹, a partir do discurso dos educadores sociais de rua, para estabelecer um paralelo entre a concepção do educador, de sua identidade e percepção com relação à criança e ao adolescente em situação de rua.

A primeira questão abordada na entrevista procurou identificar a origem e a formação da identidade profissional do educador social de rua. Durante o período da pesquisa ocorreram algumas recusas por parte de alguns profissionais, com a

³⁹ Conforme Courtine (1981).

alegação de que não poderiam participar das entrevistas, pois não se identificavam como educador social de rua⁴⁰, mesmo desenvolvendo um trabalho semelhante, voltado para a educação de crianças e adolescentes em situação de rua.

Trazemos, então, para a análise sequências discursivas retiradas das entrevistas realizadas:

SD – 1. Eu terminei a universidade e saí à procura de trabalho, foi quando eu conheci uma organização não governamental. ESR-ONG (03)⁴¹.

SD – 2. Minha mãe era ministra da igreja e sempre trabalhou com comunidades carentes e eu sempre a acompanhava. ESR-OG (01).

As SD supracitadas referem-se ao processo de iniciação profissional como educador(a) social de rua. Torna-se importante, neste momento, afirmar que, na perspectiva da AD, não interessam os significados das palavras ou das expressões, isoladamente, mas o funcionamento do discurso, no processo histórico em que elas – as palavras ou expressões - foram produzidas. Esse caminho nos levará ao sentido, que não está nas palavras e sim na discursividade.

Claramente distintos, são os referentes em relação à formação dos ESR. Duas vertentes estão presentes no processo de formação. A formação acadêmica atribuída a **Universidade** de um lado. Do outro, uma formação religiosa, da **Igreja**”

Nada mais emblemático do que discutir a formação desses educadores. Estaremos entrando num complexo de relações que marcam significativamente um território denso, que evoca a identificação das formações discursivas da qual eles

⁴⁰ “Denominamos educador social de rua o profissional que desenvolve uma ação pedagógica junto às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”. Ver Graciani (1997, p.26).

⁴¹ ESR é abreviatura de Educador(a) Social de Rua, ONG - Organização Não Governamental, OG – Organização Governamental. (03) Refere-se ao número de ordem da entrevista.

fazem parte. Formações estas que nos permitiram perceber as linhas que dividem e as partes que unem o discurso dos educadores sociais de rua, concebido, como todo o discurso, heterogêneo, complexo e opaco.

O processo de formação dos educadores, fundamentalmente importante, deve ser contínuo, que se faça diante das e nas situações de aprendizagem. Esse processo ocorre também nos espaços ocupados pelos educadores, nas ONG's ou nas OG's e é, juntamente com outros fatores, responsável pela percepção do próprio sujeito, como educador(a) social de rua. O perceber-se como agente de transformação é imprescindível para determinar o seu envolvimento e qual o seu papel nos encaminhamentos que a temática requer.

SD – 3. Desde que me entendo de gente, eu me percebo um educador. Então, tinha uma militância no movimento estudantil e querendo, ou não, você estabelece uma relação de transformação social. A gente tenta educar o mundo e se educar diante do processo. ESR-ONG (01).

O sujeito se assume como educador social de rua no uso do pronome **eu**, para generalizar, a seguir, com **você** quando fala de transformação, embora faça uma ressalva: **querendo ou não**, apontando para uma dificuldade em assumir tal lugar, o de educador. Ele assim como alguns outros se recusava a conceder entrevista, mas enuncia: **eu me percebo um educador** (de rua?). O sujeito oscila, pois, entre o ser um educador que trabalha no espaço da rua, com meninos de rua – uma profissão desconhecida pela população e carregada de sentidos e ser um educador – profissional reconhecido pela sociedade – que educa, trabalha em uma escola ou instituição de ensino. Há também, um lugar, o do emprego conseguido,

mas ele não se vê como educador social de rua, e ainda reconhece que “querendo ou não” transforma a realidade ou se ajusta a ela **diante do processo**.

Você e a gente deixam imprecisa a identidade do locutor, de modo a não permitir entender claramente a quem se quer atribuir à responsabilidade do dito; a você – educador? ou a você – terceira pessoa indeterminada? a gente – educadores, sociedade, ONG, OG? Essa imprecisão permite não assumir o que foi dito.

Seria, nesta perspectiva, uma tentativa de pôr-se a salvo da responsabilidade quanto aos resultados ou colocar-se como *porta-voz* dos educadores sociais de rua, das ONG's, OG's onde trabalham, ou da sociedade? Pecheux (2008, p.17), afirma que o porta-voz “é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa em fim ser visto: o porta-voz se expõe [...] falando em nome daqueles que ele representa.”

O que determina a complexidade na identificação do sujeito não são em si os pronomes presentes na SD – 3. **Eu, você, a gente**. Partimos da premissa de que o dizer não é propriedade do sujeito, mas de uma constituição histórica inacabada, repleta de significados. Queremos afirmar que é impossível determinar o lugar de onde enuncia o sujeito do discurso quando se não reconhece sua estrutura histórica e que essa estrutura está diretamente relacionada com o discurso no seu todo complexo de sentidos.

Como vimos o **eu** determina o sujeito que enuncia – o educador social de rua. Em seguida, tenta mudar de posição e chama o outro, **você** - para dividir a responsabilidade do dito. A mudança ocorre quando o sujeito deixa transparecer em seu discurso as impossibilidades que atravessam o seu dizer: **querendo ou não**

você estabelece uma relação de transformação social. Percebe-se nesta SD a presença de um elemento que impede e desautoriza sua autonomia, produzindo um sentido de assujeitamento às condições pela natureza da instituição a que está vinculado. Sem querer o educador social de rua transforma, mas o sujeito não é autorizado a dizer se a transformação é para melhor ou para pior. Também não foi dito com quem o educador “querendo ou não estabelece uma relação de transformação social”. Com as crianças e adolescentes em situação de rua ou com a sociedade através das ONG's ou OG's? Vela-se, pois, o sentido de transformação.

Assim, para compreendermos como se instaura esse processo de interrupção e de mudança simultaneamente apresentada na identificação do educador social de rua, devemos olhar um pouco mais adiante, pois, outras marcas se apresentam e dão sentido à construção de um discurso que se dissipa na sua própria incongruência.

Segue nessa mesma SD - 3 uma tentativa de minimizar os efeitos concretos da ação educativa do educador social de rua e da possibilidade de transformação: **a gente tenta educar o mundo e se educar diante do processo.** O verbo tentar retira a responsabilidade da sua práxis educativa. Pois, “ele” – **a gente** – “os educadores”, **tenta educar** e, mesmo que não consiga, pelo menos tentou. E se tentou, “deu conta” de seu trabalho, “cumpriu” as determinações da instituição à qual está vinculado, no sentido de realizar uma tarefa que lhe foi determinada.

Outros efeitos de sentido que se apresentam nesta SD estão justamente na expressão **se educar**. Nesta encontramos mais um elemento que contribui para um resgate de uma conjuntura que apenas reforça as impossibilidades dessa ação educativa, pois, ao tentar educar o mundo e se educar diante das atuais condições,

o sujeito certamente reproduz as relações sociais existentes. Quando se tenta “educar o mundo e se educar diante desse processo” de desigualdade, ficam evidentes as impossibilidades do seu fazer, o discurso próprio de uma visão derrotista e de acomodação às condições de produção.

O fazer, enquanto metodologia desenvolvida pelo educador social de rua, esbarra, entre outras dificuldades, na sua dinâmica de formação. O ver-se parte integrante da situação caótica pela qual passam crianças e adolescentes, deveria ser o primeiro passo. No entanto, muitos educadores, quando estão dentro do cenário moldado pelas práticas sociais de desigualdade e abandono, às quais estão submetidas às crianças e os adolescentes, parecem não acreditar no que estão vivenciando, a ponto de sentirem-se incapazes diante da situação, assumindo um discurso que culpabiliza o sujeito banalizado e esconde os verdadeiros responsáveis. Esse é um discurso que se marca por uma estratégia neo-liberalista: culpabilizar a vítima, silenciando os verdadeiros responsáveis.

Desse modo, não transforma, e contribui para a reprodução e a manutenção de uma ideologia dominante, que tem na função do educador social de rua um mero instrumento de conservação da situação de exclusão. Vejamos a sequência discursiva - 4:

[...] começamos o trabalho de abordagem de rua, foi o primeiro contato com relação à população de rua, que até um tempo, eu confesso que eu achava que não teria muito jeito porque são situações muito fortes. E eu achava que eu não saberia trabalhar essa questão. ESR-OG (05)

O trabalho diário com crianças e adolescentes em situação de rua tem uma dimensão ampla e complexa e não pode ser resumido apenas na prática do

educador social de rua. Ocorre que o discurso dos educadores sociais de rua nos permite desvelar o movimento de sentidos que se estabelecem nas relações possíveis entre a ação educativa e as possibilidades ou impossibilidades de mudanças.

Para entendermos como se constitui esse movimento de sentidos devemos primeiramente compreender que não se trata apenas de analisar o que os educadores dizem. Mas, “porque dizem e como o que dizem significam e constituem significados no momento histórico em que vivemos”.

Retomemos aqui uma reflexão acerca desse momento histórico - consolidado entre a falsa premissa da proteção integral e da inércia da garantia dos direitos humanos e estruturado nas bases do sistema capitalista em sua tônica de poder e de desigualdade entre os homens. O que pode mudar, no profissional, na forma de ver, sentir e reagir ao estar diante de algumas crianças e adolescentes que passam os dias perambulando pelas ruas?

Parece-nos que há de certa forma dois lugares de enunciação presentes na SD – 4. O primeiro se refere ao lugar de enunciação onde está a maioria da sociedade – exterior às calçadas, às marquises e aos semáforos. Este lugar é resultado de uma formação discursiva inerente a uma formação ideológica que faz o sujeito dizer: **eu confesso que eu achava que não teria muito jeito porque são situações muito fortes**. O dito deste enunciado, **situações muito fortes**, deixa escapar o não dito, ou seja, há crianças e adolescentes que estão sobrevivendo às formas mais desumanas e perversas de vida. Na escolha deste eufemismo⁴², ameniza, camufla quais são as verdadeiras situações, pois, esse dizer é o que

⁴² Eufemismo, entendida como figura de linguagem, classificada gramaticalmente, como forma de dizer algo pejorativo de maneira mais suave, ou seja, discursivamente mascara verdades.

permite silenciar⁴³ outros “sentidos possíveis mais indesejáveis” Orlandi (1999, p. 73), nessa situação discursiva.

No entanto, pensamos ser importante destacar nesta SD, que é possível para o sujeito, mesmo estando dentro de uma formação ideológica dominante que atravessa o seu discurso, poder encontrar possibilidades de romper com os desígnios vigentes; **eu achava que não teria muito jeito**. Esta marca – o verbo no passado - nos mostra a possibilidade de mudança do lugar de onde o sujeito fala. É o instante em que ele passa da posição de telespectador para a de ator. Ator social, envolvido e incumbido da manutenção da ordem social ou pela sua ruptura – uma vez que ele passou a achar que tem jeito para o trabalho de educador social de rua.

A memória discursiva na perspectiva da AD é definida como um campo de saber sobre uma referida temática, um conjunto complexo de formulações de saberes discursivos que possibilitam o aparecimento de novos dizeres, retornando como “já-ditos”, através das possibilidades do movimento do interdiscurso. “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Orlandi (1999, p.33).

Mas, **muito jeito** produz um sentido de ausência de profissionalização. É essa memória que nos remete à figura do professor leigo, ao mesmo tempo em que deixa à mostra a presença de discursos de programas atuais de governo, como “amigos da escola”. Ou seja, não há uma formação específica para o trabalho, basta “ter jeito”. É um discurso decorrente da FD que desvaloriza o profissional da educação e, historicamente, traz o discurso da “vocação”, do “dom”, como na SD –

3. Desde que me entendo de gente, eu me percebo um educador. Cavalcante

⁴³ Trataremos desse conceito mais adiante.

(2002, p. 60), afirma que “todo discurso dialoga com discursos que o antecederam, incorpora elementos produzidos por outros discursos, em outros momentos históricos, que constituem a memória discursiva.”

O educador social de rua, percebendo ou não, faz parte de outro modelo de paisagem urbana, aquela que tanto incomoda parte da sociedade e dos poderes políticos. Não simplesmente porque as crianças com quem eles se relacionam são a prova de que vivemos em um modelo de sociedade que exclui, nega e extermina sua história e parte do seu povo, mas porque seu trabalho em si é uma ação de denúncia: se há, na sociedade, esse papel instituído, é porque a mendicância infantil está instalada.

O momento que causou tanta estranheza e dúvida ao sujeito, certamente, foi precedido por uma ruptura que remeteu para outro lugar, diferente daquele por onde passa a maioria das pessoas, todos os dias. As mesmas que, por muitos motivos fecham os olhos, ou olham e fingem que não veem: SD – 5. **Muita gente passa e finge que não está vendo.** ESR-OG (05). E para negar o lado mais perverso desse modelo social, buscam, com uma pequena quantia dada, aplacar suas consciências.

Nessa outra SD – 6. **O primeiro momento em que cheguei à rua foi assustador!** ESR - ONG – (02), fica visível a compreensão que a maioria da sociedade tem das crianças e adolescentes que vivem nas rua. Esse modo de conceber o outro – o menino(a) de rua - é carregado de sentidos difundidos para gerar um sentimento de medo e posteriormente justificar as ações repressivas.

O lugar assustador que o sujeito enuncia na sequência discursiva acima é a parte do discurso produzido socialmente e vinculado a determinada formação ideológica que se manifesta a partir do lugar do qual ele se expressa para dar

sentido e pôr em jogo as práticas associadas às relações de classe. Como poderemos confirmar a seguir:

SD - 7. Quando se pensa em menino em situação de rua as pessoas querem discutir segurança. Elas querem mais abrigos, elas querem mais núcleos. Lugares que elas possam estar. Que eles não precisem ser vistos, que eu não precise entrar em contato. ESR-ONG – (03).

A relação entre o suposto medo do lugar assustador e justificativa para o desenvolvimento de ações violentas contra as crianças e adolescentes em situação de rua pode ser confirmada na SD anterior: **As pessoas querem discutir segurança. Elas querem mais abrigos.**

Assim se confirma que os meninos(as) devem ser colocados em um abrigo não por conta da situação de vulnerabilidade a qual estão sendo submetidos, não por se reconhecer que estas pessoas estão sobrevivendo às situações mais perversas, desumanas e indignas. Mas, por conta de estarem causando “medo e incômodo” à sociedade, eles: **não precisam ser vistos.**

É preciso refletir sobre esse outro lugar de enunciação. Quando fazemos esta reflexão descobrimos que os dois lados da rua, o lugar onde estão às crianças e os adolescentes em situação de rua e o outro por onde passa parte da sociedade estão em um mesmo espaço, onde se confrontam discursos próprios de formações discursivas do dominante e do dominado.

É importante ressaltar que nesse atravessamento de diferentes formação(ões) discursiva(s) o sujeito faz sua escolha. Referimos-nos a um discurso que nega as condicionalidades da vida que essas crianças levam diariamente e

consequentemente não reconhece a metodologia do trabalho dos educadores sociais de rua.

Para entendermos como se configura essa prática de negação é necessário analisar qual a concepção de criança e adolescente adotada pelos educadores sociais de rua: “Quem é a criança e o adolescente em situação de rua”?

SD - 8. A criança é vitima de toda uma estrutura. [...] É na família que a criança se encontra muitas vezes, a família desestruturada, [...] Aí é quando se explica! A situação dessa criança, o que ela vivencia. O ambiente em que ela vive não é muito favorável para um bom desenvolvimento. ESR-OG (05).

O contexto histórico brasileiro é carregado de uma memória repleta de situações e ações que nos apontam, sem dificuldades, que a infância no Brasil deve ser entendida como elemento indispensável para se compreender o processo de formação da nossa sociedade. Intrínsecas a essa formação estão as questões étnicas, raciais, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, já citadas nesse trabalho, que servem de base para uma estrutura social dominante que nega, abandona, confina e extermina crianças e adolescentes que vivem à margem, na miséria.

A marca discursiva **estrutura** presente na SD – 8 reforça a existência de uma formação discursiva que escamoteia a verdade. Primeiramente da forma como significa no discurso que qualifica a criança e o adolescente como **vítima de uma estrutura** no sentido vago e abstrato, pois, não busca evidenciar de quem é realmente a responsabilidade. Se a existência de uma **vítima** é apontada, há um responsável ou vários responsáveis. Todos esses sentidos apenas significam

quando convocados pela formulação de **uma estrutura**. Mas, há uma única “estrutura” a quem se coube responsabilizar: **É na família** que a criança se encontra, muitas vezes, a **família desestruturada**.

A família foi eleita pelo sujeito como a grande culpada por toda a miséria vivida pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Neste sentido, há um silenciamento⁴⁴ sobre as razões – pois as razões pelas quais as famílias são as culpadas também descortinariam a verdadeira face do responsável.

Para entender isso, basta que produzamos uma paráfrase dessa marca discursiva: O problema é da família. Da família pobre. Realizamos um retorno ao já-dito: “a família desestruturada”. Essa fala do educador social de rua está trazendo o interdiscurso da sociedade que afirma ser a família a responsável. Esse discurso é transmitido pela classe dominante, na tentativa de não responsabilizar o Estado e esse modelo econômico do processo de exclusão dessas famílias.

No recorte percebe-se claramente a interdiscursividade trazida pelo emprego do substantivo “estrutura”, diretamente ligado à idéia de abstração. Essa construção ideológica vai gerar uma representação da não identificação dos verdadeiros elementos que contribuem para o flagelo diário vivido pelas famílias que também estão aos milhares em situação de rua. Como interdiscurso nos acrescenta Cavalcante (2007, p.49) “a possibilidade de fazer circular, em novos discursos formulações já enunciadas anteriormente, numa outra conjuntura dada, transmitidas de geração em geração e reguladas pelas instituições”.

É preciso refletir sobre o efeito de sentido que está contido nesse enunciado:

Aí é quando se explica! Modifica-se o sentido trazido pela construção histórica de

⁴⁴ Estamos entendendo silenciamento como “pôr em silencio [...] um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não dito”, Orlandi (2007a, p12).

um processo de abandono para acomodar um outro sentido, atribuindo a família “**desestruturada**” a responsabilidade, única e exclusiva pelo abandono, quando a própria família também foi abandonada. “Explica-se” e “explicando” foge-se da responsabilidade do profissional das ONG’s e das OG’s, e cabe às famílias se “reestruturarem”, pois estão “gerando” – as famílias – um problema social.

A atribuição de responsabilidade é neste sentido um exercício rotineiro da Formação Ideológica dominante. Busca-se a todo custo re-significar o papel da família, em detrimento da negação da responsabilidade dos demais atores legalmente instituídos pelo desenvolvimento da criança e do adolescente no Brasil.

Percebemos a re-significação do conceito estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente vigente em nosso país deliberando a quem cabe zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes: Art. 4º ECA, “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público [...]” Na verdade, sendo estes, os partícipes fiéis ao cumprimento da legalidade, deveriam ser eles também responsáveis pelo abandono das crianças no Brasil, assim como, as instituições oficiais e a sociedade que segrega e provoca a desestruturação dessas famílias.

SD – 8. **O ambiente em que ela vive não é muito favorável**, também contribui para o efeito de sentido de culpabilidade da família como sendo legítima e aceitável, causadora da situação em que estão vivendo as crianças e adolescentes. Há um jogo presente nesta marca **não é muito**. Torna-se sugestivo o uso da negação, nas relações que se estabelecem entre os representantes da classe dominante (governo e instituições privadas) para censurar o que precisa ser dito. “O ambiente em que ela vive é desfavorável, é desumano”. Na tentativa de encobrir o “não-dito” que se esconde, ratificamos, então, com as afirmações de Florencio

(2007, p.78) “O que não se diz possibilita o que está dito, tornando interligados o que se silencia e o que se diz, mas interditando a inscrição dos sujeitos em formações discursivas perturbadoras”.

É necessário afirmar que nossa busca pelo não dito sobre a prática do educador social de rua partiu do discurso de educadores, no contexto das ONG's e de uma OG no âmbito da estrutura do poder executivo do município de Maceió, para explorar possíveis sentidos, nos dizeres desses educadores, que possam apontar caminhos e possibilidades de construção de outras respostas, a partir de uma exploração que permita a identificação das condições materiais e ideológicas da produção desse discurso.

SD – 9. Os conceitos da educação popular, tudo isso daí, foi o que fundamentou e fundamenta ainda a nossa prática – uma perspectiva partindo da própria iniciativa dele – na qual ninguém muda ninguém. Esse não é o nosso papel – a gente não está ali pra tirar da rua – nós estamos lá pra poder dialogar com essa situação que eles estão vivendo. Portanto, estamos nesse contexto para apontar outra perspectiva que nem sempre é a ideal – às vezes é a que é possível. ESR-ONG (01).

“Na qual ninguém muda ninguém”, configura uma visão naturalista, própria de um discurso que busca a estabilização de sentidos e a manutenção de uma situação.

Além disso, se contrapõe à perspectiva de educação dialógica que ele diz abraçar: “nós estamos lá pra poder dialogar com essa situação que eles estão vivendo”.

A prática do educador social de rua está direcionada em pelo menos duas categorias aparentemente semelhantes: a educação social e a educação popular⁴⁵. Ambas emergiram no final da década de 70 e se consolidaram como um marco para as ações dos movimentos sociais. A opção primordial da Igreja Católica pelo público pobre ficou marcada pelo fortalecimento da sociedade civil organizada em busca da democracia participativa e do fortalecimento da própria Igreja Católica como instituição.

Os movimentos sociais e as ONG's buscavam representar uma ruptura com a concepção pacífica da pobreza redefinindo o papel da classe trabalhadora – excluída do processo de produção e de consumo dos bens gerados. As crianças e os adolescentes em situação de rua passaram a ser vistos como protagonistas potenciais e sujeitos ativos, capazes de transformar sua realidade.

Na SD – 9. **Os conceitos da educação popular, tudo isso daí**, observa-se que a fala do educador social reflete um conhecimento incipiente das diferenças entre educação popular e educação social. A educação popular fundamenta-se no universo das práticas pedagógicas transformadoras que possibilitaram um novo olhar para a educação. A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa, orientada pela perspectiva de realização dos direitos do população. Baseia-se no conhecimento, no saber da comunidade, a partir do diálogo. Na Visão de Freire (1987), se manifesta de forma diferente da educação formal, porque visa à formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político e social para afirmação do sujeito.

⁴⁵ O termo educação popular foi mencionado primeiramente por Juan Montovani no texto *La Educación Popular em América*. Buenos Aires, Nova, 1958; No Brasil foi introduzido por Vanilda Paiva em *Educação Popular e Educação de Adultos*, São Paulo, Loyola, 1973, cap.2.

Na SD - 10. **Eu acho que a teoria nossa é essa, é de respeitar mesmo. Eu acho que é fundamentada mais em Paulo Freire.** ESR-OG (05). A expressão **eu acho**, aponta novamente para um conhecimento superficial teórico e prático da proposta da educação popular. Pois, a educação popular é uma estratégia de construção da participação popular para a transformação do contexto social. Sua principal característica é utilizar o saber da comunidade como fundamento para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano.

Voltando à SD – 9, podemos ver que a impossibilidade do dizer se confirma nesta marca discursiva **a gente não está ali pra tirar da rua**. Verifica-se um silenciamento referente a quem cabe a responsabilidade pela situação em que se encontram muitas crianças e adolescentes. Ou seja, tanto os educadores sociais que trabalham nas ONG's quanto os que trabalham na OG pertencente ao governo municipal, silenciam em suas falas as responsabilidades, haja vista, serem eles, também, os interlocutores, os mais próximos das crianças e dos adolescentes em situação de rua com o dever de zelar pela garantia e efetivação dos seus direitos. Segundo Orlandi (2007a, p. 73-74):

O silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mais indesejáveis, em uma situação discursiva dada. [...] se diz “x” para não (deixar) dizer “y” este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região dos sentidos.

No entanto, se faz relevante destacar a diferenciação existente entre silêncio e silenciamento. O silêncio é constitutivo da linguagem – impossível dizer tudo, explicitar todos os sentidos e conceitos de uma determinada temática. O silenciamento é a interdição dos sentidos que se quer evitar. Ao evitar tais sentidos o

sujeito impedi que se faça, presentes FD(s) presentes em seu discurso, tornando mais eficaz a análise. “O silêncio do sentido torna presente não só a eminência do não-dito que se pode dizer, mas o indizível da presença: do sujeito e do sentido.” (op. cit, p.70).

O “não-dito” excluído no enunciado supracitado, que poderia revelar o sentido da ação do educador social de rua, o cenário de sua prática, o sentido do seu labor. Pois, se não está ali para interferir naquele meio, tendo a rua como um ambiente totalmente degradante para a criança, qual seria então a sua função? Apenas **dialogar com essa situação**. E dessa forma o discurso dominante emerge para possibilitar outros dizeres e manter a mesma situação, sem precisar se mover, para mover outros sentidos.⁴⁶

Como podemos dialogar com uma situação de miséria? Será mesmo possível dialogar com a ausência das mínimas possibilidades de se viver com dignidade? É o que se faz na atual política social vigente em nosso país – condiciona a caridade e a manutenção da miséria por meio da distribuição de migalhas, sob a forma de bolsas e projetos sociais que servem de barganha política e eleitoreira. É a forma como governos tidos como populares resolvem seus problemas sociais e ao invés de resolução da problemática, temos, então, a manutenção.

Contudo, o que seria dialogar com **essa** situação? Nesse cenário pensamos inicialmente em duas situações silenciadas no discurso do educador social de rua: a primeira seria de conformar as crianças e os adolescentes ao afirmar que aquela situação de abandono, miséria e fome é comum, “é normal e as coisas são assim mesmo”. A segunda e não menos importante para se manter tudo como está é afirmar que é possível mudar, que a criança e o adolescente podem sair daquela

⁴⁶ Para maiores aprofundamentos sobre silêncio ver Orlandi (2007a).

situação, “basta querer”. SD – 9, **uma perspectiva partindo da própria iniciativa dele.**

Percebemos na SD acima a formulação da estratégia de deslocamento de que se vale o discurso neoliberal, que busca confirmar sua hegemonia política, social e econômica através da culpabilização das vítimas. Certamente, é uma manobra ideológica que consiste em desmobilizar uma análise que leve em conta o contexto social e não o indivíduo. Para Cavalcante (2007, p. 56):

Nessa perspectiva, as causas da desigualdade social não são atribuídas às relações de poder e de exploração, mas ao gerenciamento eficaz ou não de recursos. Em decorrência dessa estratégia de deslocamentos teremos uma outra – a culpabilização das vítimas. Ou seja, a culpabilidade da pobreza, pela miséria, pela exclusão não podem ser atribuídas ao estado capitalista, mas às escolhas e decisões inadequadas dos indivíduos.

Ambas as questões corroboram a manutenção do ambiente onde se monta o palco para a ineficácia dos organismos que trabalham com os efeitos da exclusão social, ineficácia da atuação das ONG's, do município de Maceió e do Estado de Alagoas, no sentido de oportunizar condições de vida digna para as crianças e adolescentes em situação de rua.

Retornando a SD – 9: **Estamos nesse contexto para apontar outra perspectiva que nem sempre é a ideal – às vezes é a que é possível.**

Ao apontar uma perspectiva que já se sabe, não é a ideal, o sujeito tem convicção de que está apontando aquela que não é a eficaz, a que resolveria. E, sobretudo, ao dizer que é apenas “**a que é**” possível, e sendo as possibilidades forjadas dentro deste modelo econômico, político, cultural e social, que impedem o acesso a uma vida digna de milhares pessoas em detrimento do excesso de algumas, certamente as possibilidades não vão muito além das condições já postas.

E, grande parte das crianças e dos adolescentes e suas famílias continuarão vivendo em situação de extrema pobreza e miséria.

Nessa mesma SD - 9, encontramos: **a gente não está ali pra tirar da rua.** Esta marca discursiva, aponta para um discurso inserido na FD do dominante que pretende a manutenção do “status quo”, pela via das ações assistencialistas paliativas, no sentido, não de resolver, mas de eximir-se de responsabilidades, pois, se coloca como do sujeito que está fazendo a sua parte, sua ação caritativa.

Estão presentes no discurso dos educadores sociais de rua as relações de dominação e subordinação presentes entre as classes. São diferentes ideologias que se apresentam na forma de um discurso que impede uma tomada de posição do educador social de rua, fazendo-o acreditar que, conforme presenciamos na SD – 9, **ninguém muda ninguém.** Isso permite-nos entrever as contradições desse discurso, que se diz amparado nas concepções da educação popular e, ao mesmo tempo, apresenta-se sob a forma da individualidade presente na nossa sociedade, sob a égide do sistema capitalista.

Outra questão importante revelada no discurso do educador social de rua foi a relação entre ele (ela) – Educador(a) e as organizações governamentais e não governamentais. Relação que estabelece os parâmetros da prática e das ações junto aos meninos e meninas de rua:

SD – 11. Quando a gente fala nas instituições, elas meio que engessam a atividade do educador, pois, a instituição tem um projeto pedagógico. E ela tem uma demanda de atendimento que é específica e que muitas vezes esbarra naquilo que o educador deseja. ESR-ONG – (01)

Os sentidos do funcionamento discursivo acima descrevem os mecanismos ideológicos que atravessam o dizer do educador social de rua. A impossibilidade da ação do(a) educador(a) social emerge sob a forma de “engessamento”, por parte das instituições, para possibilitar relevar a relação de poder exercida pelas ONG’s sobre os(as) educadores(as).

Contudo, como podemos perceber na SD acima, **a instituição tem um projeto pedagógico** que não corresponde à atividade que o educador busca, **deseja** exercer, **pois, é específica**. Fica evidenciado nesta SD que o projeto pedagógico que a ONG tem o compromisso de desenvolver está atrelado a outros interesses que diferem dos interesses dos educadores. É “específica” – a atividade, o projeto, porque obedece aos interesses de organismos internacionais que financiam as ONG no Brasil em outros países.

Ao considerar o processo de construção da identidade do educador social de rua, como sujeito formado no seio das manifestações sociais, fica velado na SD – 11, o **desejo** do educador. Para fazer sentido, o discurso nos permite seguir, em meio a sua opacidade e distorção, para dizer que o desejo instalado na memória desse discurso - do educador social de rua, é histórico e a princípio requer a mudança. No entanto, a **demanda de atendimento que é específica**, equivale a impossibilidade da ação da ONG e conseqüentemente da ação do educador, ou seja, a ONG está definitivamente impedida de fazer algo que não seja específico para o desenvolvimento de seus financiadores.

Essa situação complexa faz com que o educador social de rua desenvolva um sentimento de desconfiança com relação principalmente ao trabalho desenvolvido

pelas instituições que trabalham com a temática. Como podemos confirmar na SD abaixo:

SD – 12. No trabalho do educador eu acredito, agora na instituição que absorve esses educadores, não. Porque essas instituições acabam podando e cortando as asas dos educadores. A gente gostaria de fazer muito mais, no entanto, não depende tanto da gente, depende de uma estrutura maior. ESR-ONG – (02)

Percebe-se nesse recorte discursivo que a ação do educador está intimamente ligada as determinações das organizações, sejam elas, governamentais ou não. Ainda, na SD – 12: **a gente gostaria de fazer muito mais, no entanto, não depende tanto da gente, depende de uma estrutura maior.** Podemos visualizar a manobra de deslocamento produzido pelo discurso da impossibilidade que busca redirecionar a responsabilidade pela ausência de ações reais e concretas para uma **estrutura maior**. A marca “estrutura maior” é uma paráfrase utilizada nessa SD para não dizer que certamente se trata dos organismos internacionais a serviço do capital que fomenta as diversidades de ações e manipula o contexto social em que vivemos.

No processo de significação do discurso do educador social de rua, constata-se a historicidade presente nas diferentes formações discursivas. Desse modo, as FD(s) nos encaminham para um processo discursivo que define as marcas da eliminação do outro – o outro - a criança e o adolescente em situação de rua – é a presença de uma formação ideológica que durante todos esses anos está presente no Brasil desde a sua ocupação.

SD – 13. Extermínio. Sobre o extermínio, é válido dizer que no início da década de noventa até o final da década de noventa, tínhamos uma ação voltada e direcionada para o extermínio desses meninos que estão morando na rua. E hoje isso meio que mudou. Antes matavam os meninos que estavam nas ruas. E hoje as pessoas não dão esse direito dele vir pra rua, ele é executado na comunidade. ESR-ONG – (01).

Correia (2002), apresentou um relatório com 105 nomes de crianças e adolescentes de Maceió, que foram mortos por tiros, facadas, apedrejamento, atropelamento ou estão desaparecidos. Uma relação que o próprio autor dá o nome de macabra. Em que os meninos e meninas de rua relataram como ocorreram os crimes. “Labirinto foi arrastado através dos caras dali da loja, pegaram ele botaram dentro do carro e até hoje não foi encontrado o corpo dele - Caso 30”. Correia (op. cit.).

De forma ainda mais contundente, Dimenstein (1990), fez diversas denúncias contra a implacável ação dos grupos de extermínio que a serviço de comerciantes e da própria sociedade matavam os meninos de rua no Brasil. O alerta que o autor faz é em especial à omissão ou ao apoio por parte da sociedade a respeito desses “exércitos paralelos que matam por dinheiro”.

E hoje isso meio que mudou. O efeito de sentido que se objetiva nessa construção de significados pretende disfarçar uma situação perturbadora para aplacar uma outra menos impactante, para não deixa revelar, no recorte discursivo **meio que mudou**, que a situação não mudou, apenas acontece de outra maneira. Ou seja, **antes matavam os meninos que estavam nas ruas. E hoje as pessoas não dão esse direito dele vir pra rua, ele é executado na comunidade.**

A formação discursiva apresenta-se nesta SD no interior do discurso do extermínio. Do extermínio do outro que é menino de rua, abandonado, sem ninguém que por ele interceda. O discurso que responsabiliza a própria criança por viver em condições desumanas. Que justifica, **matavam os meninos que estavam nas rua, e hoje isso meio que mudou, pois, ele é executado na comunidade.**

O direito de ir e vir, também negado as criança e adolescentes em situação de rua. Em Maceió os espaços públicos, como praças, feiras e as ruas do comércio no centro da cidade eram os lugares em que centenas de crianças e adolescentes, juntamente com suas famílias tinham para sobreviver. A expressão **meio** nos remete aos sentidos que não foram apresentados nesse discurso. Uma vez que, o próprio município de Maceió - **as pessoas** - sobre a duvidosa alegação de implementação de políticas públicas, **não dão esse direito dele vir pra rua.** Na tentativa de escamotear os fatos, alugam imóveis fora dos centros urbanos para as crianças os adolescentes e suas famílias. SD – 14. **Então, hoje a praça dos martírios, que era a maior concentração de meninos e meninas de rua, já não existe mais. Isso porque eles estão em casas alugadas pela prefeitura.** ESR – OG – (04).

O sentido convocado pela formulação **extermínio** nos remete ao contexto histórico de exclusão social e pressupõe, entre outras coisas, o medo do educador de falar sobre o extermínio: Vejamos a SD – 15. **Criança nessa situação eu sei que existia, mas eu não tenho conhecimento aprofundado dessa situação.** ESR – OG – 05.

Quando se trata da violência contra meninos de rua, nota-se por parte da sociedade o aparecimento de uma ética que aceita o crime como forma de limpeza um sentimento de desapego. Talvez por conta da enorme frequência com que a

temática aparece em todos os veículos de comunicação, tornando-se uma banalização. Talvez pela manobra do próprio sentimento de aprovação pelo que está acontecendo.

SD – 16. Pois, se a gente for pensar eu acho que antes ter criança e adolescente na rua era uma coisa normal. E, mais, menino também sendo exterminado era uma coisa normal. ESR-ONG – (03).

A expressão **normal** carrega nesta SD a objetivação do sentido a respeito do sentimento de abandono, de não pertença da criança e do adolescente à sociedade brasileira, ou até mesmo, da negação de sua condição de ser um humano. O fato de ser menino de rua não pode ser então entendido como uma condição social. De ser pobre e de estar vivendo na miserabilidade, à margem da sociedade. É fundamentalmente, uma concepção de que “são anormais” e que por isso devam ser exterminados.

O principal efeito discursivo diz respeito à criação de um discurso que se consolidou na sociedade para explicar o inexplicável. Como a sociedade é capaz de silenciar diante de tanta atrocidade? Como a sociedade pode ser omissa e complacente com tal situação?

“quando uma ordem social passa a naturalizar a convivência com a morte em estado bruto, com a fome em proporções aterradoras, com o abandono de crianças, com a pilhagem do outro para sempre levar a melhor, não nos inserimos mais no universo do conhecimento recíproco e do confronto onde se reconhece a existência de diferenças legítimas, mas no registro do aniquilamento” Birman (1994, p.183).

O aniquilamento de crianças e adolescentes – essa foi a solução encontrada pela sociedade. Retirá-las, juntamente com suas famílias, dos logradouros públicos – essa é política social desenvolvida pelo poder público. Restou-nos saber o que SD

– 13, **meio que mudou**. Em que sentido se deu essa mudança, pois, como afirma Cavalcante (2007, p.10): “podemos fazer com que tudo se mova para que nada se mude”, ou seja, retira-se o menino das ruas e o confina em barracos em comunidades ainda mais carentes. E lá sem perspectiva, sem estimativas de vida eles tornam-se mais um a sucumbir à violência.

SD – 17. A praça não existe mais para esses meninos. Limpam a praça e a feira, e as coisas continuam cada vez pior. ESR - ONG - (02). No silenciamento do sujeito, apresenta-se um efeito de memória de uma formação discursiva que impede (para que não seja dito). Que a sociedade continua “limpando”, para não dizer, com a paráfrase “matando” os meninos de rua. ESR-ONG – (02). Os educadores, os que trabalham em ONG’s, e os que trabalham em OG ligada aos órgãos públicos, quase sempre parecem inertes em relação à parcela de sua responsabilidade ao permitir que crianças e adolescentes sejam tratadas como “lixos”.

Desse modo, é importante lembrar que “o discurso dominante se constituir primeiro para silenciar e só secundariamente para dizer”. Magalhães (2005, p. 25). Sendo assim, o discurso dos educadores sociais de rua está atravessado pelos efeitos de sentidos de uma formação discursiva dominante que silencia os mecanismos de composição do processo de exclusão das crianças e adolescentes em situação de rua para dizer que são meramente frutos de questões de cunho social.

Percebemos que, na constituição do discurso sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, há várias FD que se entrecruzam, no entanto, há

nitidamente um lugar discursivo dominante – o que nega a forma com que esses seres em desenvolvimento são tratados pela sociedade e suas organizações.

O lugar discursivo dominante pode ser confirmado no sentido do termo **limparam** num processo de significação que dá espaço ao próprio dizer do educador social de rua, pois, “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Orlandi (2007, p.32).

Assim, a expressão **limparam** nos permite visualizar pelo menos duas construções de sentido sobre a infância pobre no Brasil. A primeira diz respeito à forma como a sociedade a percebe: “como lixo”. A segunda diz respeito à forma como a sociedade de uma forma, ou de outra, resolve a questão: “limpam, ou seja, exterminam”.

A sociedade busca a todo custo não enxergar os meninos de rua. Para que esse mecanismo de anulação funcionasse, foi necessário torná-los invisíveis. E quando o mecanismo da invisibilidade não funcionou, coube um outro recurso, o do esconderijo. Para que esse último mecanismo funcionasse adequadamente foi necessário dizer ao longo dos períodos históricos que os meninos de rua eram desajustados, perigosos e desvalidos. Por conta dessa situação irregular deveriam ser trancafiados em SD – 7, **lugares que elas possam estar. Que eles não precisem ser vistos.**

Isso significa que o discurso do educador social de rua permitiu revelar a criança e o adolescente em situação de rua como resultado de um somatório dos movimentos históricos que buscou de todas as formas camuflar a natureza nefasta e o desequilíbrio de um modelo social fundado na desigualdade e na anulação do outro. Para Orlandi (1999, p.26):

Todo discurso nasce de um outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em um discurso mas em estado de um processo discursivo, e este estado deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados, institucionalizados.

Tendo em vista, que o educador social de rua é fruto dessa complexidade, se faz importante analisar qual o seu papel e como ele concebe a prática educativa que desenvolve com crianças e adolescentes. Nas SD que seguem abaixo, encontramos recortes que nos encaminham para um discurso assistencialista que interage com o discurso religioso.

SD – 18. Na minha forma de educar eu tenho que ver naquela criança o meu filho. Se eu não vejo o meu filho na primeira barreira eu paro. Mas, para o filho da gente não podemos parar nunca. Isso é um início de uma relação de uma amizade e a gente tenta conquistar a consciência dessa pessoa, e quando você consegue você tem um amigo pra sempre. E eles são mais amigos da gente, que a gente deles. ESR-OG – (04)

SD – 19. Mas, quem me dá base pra minhas atitudes é a palavra de Deus. A bíblia é a minha fonte de informação. Eu não posso ver uma criança ou um adolescente e não achar que aquele é meu irmão e não achar que aquela pessoa está ali porque quis. ESR-OG – (04).

A construção dos sentidos, por mais dinâmica que seja, obedece a uma estrutura de acontecimentos históricos para significar na sociedade atual. É a partir dessa afirmação que presenciamos o retorno de uma formação ideológica instalada na memória da sociedade brasileira. Ou seja, **eu tenho que ver naquela criança o meu filho**. Identifica-se como uma prática assistencialista histórica da sociedade que reaparece no discurso do educador social de rua sob o manto do discurso religioso

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma [...] Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus, é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias. Orlandi (1996, p. 245)

O efeito de sentido produzido nesta SD busca de todas as formas elevar a criança e o adolescente ao perfil angelical, para negar a sua condição de sujeitos de direitos. **Na minha forma de educar eu tenho que ver naquela criança o meu filho. Se eu não vejo o meu filho na primeira barreira eu paro.** Esse discurso da criança carente que precisa de pai ou um irmão, nasce de uma consciência despolitizada do educador social de rua, que desconhece sua prática e o quanto é prejudicial para a criança frustração de ser enganosamente tratado como filho ou irmão sem sê-lo.

Segundo Orlandi (1996, p. 243), “o discurso religioso como materialidade ideológica, seu objetivo é assujeitar o indivíduo a um poder superior, o poder de Deus”. **Mas, quem me dá base pra minhas atitudes é a palavra de Deus.** Convoca outra formação discursiva que surge nas ações da Igreja Católica, a partir do processo de colonização das terras brasileiras após o ano de 1500.

Destarte, o discurso religioso é aquele onde o efeito de sentido é a total submissão do sujeito a forças que lhe são superiores. A estratégia que o discurso religioso utiliza é a de indicar soluções espirituais ou sobrenaturais para os problemas dos que vivem atualmente numa sociedade repleta de desigualdades, mergulhada em profundas dificuldades materiais e existenciais. Que anula centenas de milhares de pessoas incumbe a elas a responsabilidade pelo não sucesso e ainda convoca o sujeito à obediência de uma autoridade que “não deve ser questionada” – DEUS – para justificar toda desigualdade. São situações que não

podem ser modificadas, que devem ser aceitas, porque – “Deus quer” – é a vontade de Deus, pré-construídos que sustentam os discursos.

Em meio às ações que se destacam no sentido de denunciar a falência desse modelo de sociedade que falsamente afirma que todos têm oportunidades iguais e que, como afirmamos acima, apontam as vítimas como causadoras do seu próprio sofrimento, destacamos a:

SD – 20. A outra situação que nós temos na cidade é a questão das crianças que são utilizadas pelos pais ou pelos tios ou por terceiros. Nós sabemos que tem aluguel de criança. Inclusive em uma das ações nossa, nós encontramos uma mãe detida, uma pessoa que é conhecida por todos de Maceió que veio de Garanhuns, tem 8 filhos e 3 netos. [...] Mas, ela está presa. [...] hoje ela está repensando a sua situação. Ela se converteu à religião e de lá da cadeia tenta orientar os filhos a não irem mais pra rua. ESR – OG - (04).

Podemos confirmar na SD supracitada como se configura o processo de formação de um ser humano que sempre foi exposto e tratado como mercadoria. SD - 21. **O aluguel de uma criança por mês custa em torno de oitenta (R\$ 80,00) a cem reais (R\$ 100,00). Geralmente é isso que eles fazem. ESR - OG – (04).** A alusão a um futuro de possibilidades e crescimento é desconstruída frente a uma história de dor que absolutamente reserva aos filhos da classe pobre a perspectiva de sobreviver até os vinte ou vinte e cinco anos de idade.

É dessa forma que as crianças e os adolescentes em situação de rua são tratados. E novamente toda responsabilidade recai sobre a família, que visivelmente encontra à margem de todos seus direitos. As políticas que estão sendo adotadas para promoção social e inclusão das famílias são as políticas da condenação,

através do aparato policial e do sistema prisional: SD – 20, **ela está presa. [...] hoje ela está repensando a sua situação. Ela se converteu à religião e de lá da cadeia tenta orientar os filhos a não irem mais pra rua.**

O efeito de sentido presente nesta FD torna-se consensual nessa sociedade à qual o educador social de rua pertence. O consenso só pode ser entendido se reconhecermos o poder simbólico das palavras – as palavras que fazem sentido história desta sociedade que ainda nega os meninos de rua, as mesmas palavras não falam por si, falam pelos homens que as utilizam através do discurso - um discurso dominante, ou seja, que se insere nas relações sociais, que são relações de poder.

Nossa sociedade sempre tratou a infância como causa secundária. Mesmo com os avanços legais conquistados com muita luta pela classe trabalhadora, a classe dominante, através dos órgãos públicos e de algumas ONG's teima em velar a situação em que se encontram milhares de crianças. Para tanto, se valem de ações como expulsar os meninos das praças e das ruas, confiná-los em internatos e abrigos ou até mesmo financiar a prática do extermínio.

Outra ação, e não menos repugnante, é a de não permitir que famílias de outras unidades federativas permaneçam nas ruas da capital alagoana: SD – 22, **gente tem conseguido enviar uma grande quantidade de família de volta, entrando em contato com o prefeito e com a secretaria de assistência social de sua cidade.** ESR-OG – (04). Contingentes de famílias pobres são empurrados de município para município. Essa prática é uma tentativa de esconder da própria sociedade os motivos que levam muitas famílias a se arriscarem em busca de uma vida com o mínimo de dignidade. Não importa a causa, ou o motivo que os trazem

aqui. Basta não revelar que os mesmos existem para dar continuidade a esse sistema que elimina nossas crianças da classe trabalhadora submetida à pobreza.

Para sistematizar o que foi trabalhado durante nossa análise que foi embasada nos fundamentos teóricos metodológicos da Análise do Discurso e principalmente trazendo para reflexão o contexto histórico da infância pobre no Brasil, faremos a seguir nossas considerações finais que, na verdade, irrompem para uma nova caminhada a respeito da prática e do discurso do educador social de rua, visto que são questões não resolvidas. Além disso, consideramos que a análise de um corpus não se esgota, por acreditamos na possibilidade de novas leituras e na emergência de sentidos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se potencialmente complexo realizar a conclusão de um trabalho que trata da dinâmica do discurso e do sujeito, pela via da Análise do Discurso, quando consideramos que o discurso é a instância do movimento de articulação dos processos ideológicos, através dos sujeitos e suas relações.

As (im)possibilidades de desenvolvimento de um trabalho que mobilize as mudanças necessárias por parte dos educadores sociais de rua, que de fato se configure como uma ação definitiva, douradora ou até mesmo de resistência, esteve presente no corpus desta dissertação. SD – 23. **Eu acho que a partir do momento em que tivermos voz de verdade a essas pessoas, as coisas começam a mudar** ESR-OG – (05).

Apreendemos durante esta caminhada que o discurso confere a possibilidade de materialização da ideologia e da afirmação do sujeito inserido num amplo processo histórico, para fazer frente aos significados presentes em nossa sociedade, da forma de ver e de reagir às ações desencadeadas. Ações que significaram muito para a compreensão da forma como é realizado o processo de formação de um sentimento de negação – a negação do outro – o menino de rua.

Por sua vez, a ideologia dominante imprime a lógica perversa da desigualdade, fazendo com que as pessoas aceitem as diferenças como naturais ou divinas. Na verdade, ideologia não é falsa consciência, é uma expressão de uma tomada de posição real e determinada que se transfigura nas relações sociais para designar o lugar de cada indivíduo. É práxis que na sociedade capitalista individualiza-se e confina, sob o manto da falsa liberdade.

Uma estratégia claramente utilizada pela classe dominante é a negação da dominação pela justificativa da desigualdade. Essa estratégia é, em particular, muito utilizada em relação às crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil, explorada e enfatizada pela mídia e, por grande parte da sociedade.

As relações dos educadores sociais de rua/sujeitos com o mundo, o seu processo de constituição, passam por uma doutrinação ideológica rigorosa da classe dominante, na evidência de um sentido único, visível, que dificulta ao sujeito – educador social de rua - analisar, interpretar e reinterpretar a realidade que o circunda, de construir uma relação crítica que indique para um processo de transformação.

Percebemos no discurso dos educadores sociais de rua que as limitações impostas ao seu trabalho, ocorrem devido aos problemas sociais, políticos, culturais e econômicos que advêm da ausência de políticas públicas eficientes para a área da criança e do adolescente, principalmente em relação aos que vivem em situação de rua.

Por um lado, essa estratégia confirma a discriminação e a exclusão a que está submetida essa parcela da sociedade brasileira e reforça a necessidade da existência de um grande número de Organizações não Governamentais voltadas para a formação de opinião em relação aos meninos de rua e outras temáticas envolvendo grupos socialmente excluídos.

Entre as funções do educador social de rua está a luta em defesa de um contra-discurso para fazer face ao discurso dominante que diz que a criança e o adolescente devem ser julgados e punidos igualmente a um adulto. Esse é discurso que encarrega a família de cuidar isoladamente de seus desafios, para posteriormente responsabilizá-la pelo fracasso, discurso que indica a criança e o

adolescente em situação de rua como réus de seus próprios processos sociais, para retirá-los do lugar de vítimas, na tentativa visível de deslocamento de sentidos.

Ao longo da análise, fomos em busca de possibilidades de interpretação para revelar como se constituiu historicamente no Brasil a criança e o adolescente em situação de rua. Buscamos comprovar que a criança e o adolescente é fruto de um processo histórico de negação e discriminação que os confinam à margem da sociedade, para velar a inexistência de uma consciência social e a ineficiência das políticas adotadas para a área da infância.

Procuramos discutir as concepções de língua, discurso, sujeito e ideologia, para evidenciar que o discurso dos educadores sociais de rua é constituído por formações ideológicas - FI, e que estas FI dão origem às formações discursivas, presentes na sociedade.

Acreditamos que os discursos dos educadores sociais de rua expressam as posições ideológicas de um grupo social, definindo as formações discursivas encontradas nas marcas presentes – no *corpus* dessa dissertação. O conteúdo ideológico contido nesse discurso dá sentido à forma como a sociedade vê o menino de rua, dá sentido à maneira como a sociedade aborda a causa e principalmente como se posiciona a respeito.

Como vimos, a contradição é uma marca forte presente nos eixos discursivos em destaque no *corpus* desta pesquisa. A primeira diz respeito a uma formação discursiva histórica, na qual, percebemos que a forma de negação da criança e do adolescente em situação de rua se deu por conta de um processo obscuro de formação da nossa sociedade, estruturada inicialmente no modelo escravocrata, assistencialista e em seguida por uma série danosa de medidas que visavam a dar

sentido à situação de abandono e eliminação, através da justificativa de condutas denominadas anti-sociais por parte das vítimas.

A segunda nos permitiu perceber que o discurso do(a) educador(a) social de rua é formado em parte por uma resistência ao discurso dominante que procura controlar ideologicamente a sociedade, através de ações compensatórias, com a justificativa da diminuição das desigualdades sociais. SD – 24. **Mas, a gente sabe que ainda na realidade as palavras parecem que não saíram muito do papel.** ESR-OG – (05).

As marcas presentes nos discursos dos educadores sociais de rua apontaram para a possibilidade de explicar como se dá a sua *práxis* educativa. Concordamos com Freire apud Cavalcante (2007, p. 11), sobre “o entendimento de que não existe neutralidade na ação educativa e que toda proposta de educação não se dá num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de sociedade, que, por sua vez, delineia um perfil de cidadão”.

Contudo, “o educador social de rua precisa ter clareza da amplitude do seu campo de atuação, que se constitui permeado de desafios das mais diferentes naturezas”, Graciani (1997, p. 309). Talvez, dessa forma, as ações decorrentes de sua prática possam trazer significativas contribuições para uma possível transformação.

A questão da criança e adolescente em situação de rua é complexa e só será possível resolver através da implementação de diversas formas de políticas sociais, que possam atingir principalmente toda a sociedade, de maneira ampla, sem que se efetive por meio de projetos eleitoreiros, midiáticos e enganosos.

Contudo, apontamos que a prática educativa do educador social de rua está intimamente ligada às noções da educação popular constituída no momento histórico atravessado por diversos acontecimentos que marcaram nossa sociedade, das quais podemos destacar, os movimentos sindicais, os movimentos de base, as ações de organismos internacionais através das ONG's e o movimento de redemocratização.

Assim, sobre alguns aspectos do perfil do educador social de rua, Freire (1987, p. 8), aponta “ele não tem o objetivo de “domesticar” o menor, como espera a sociedade”. A prática do educador social de rua deve estar relacionada à possibilidade de transformação, por meio da presença marcante da denúncia e da formação de um discurso contra-hegemônico que se propõe a levá-los à condição real de sujeitos de direitos.

Devemos então estar atentos a uma questão central na Análise do Discurso, que aponta para a possibilidade de deslocamento e transformação dos sentidos e que esta possibilidade está na história e não no sujeito, como afirma Orlandi (2007, p. 08), “os sujeitos e os sentidos são determinados histórica e ideologicamente”. Ou seja, a ação do educador social de rua precisa combater os mecanismos ideológicos que atualmente remetem à própria infância a responsabilidade de sua condição de miséria, na tentativa de essa prática desconstruir e desmontar a farsa desse modelo social em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ABRINQ. et.al. **10 medidas básicas para a infância brasileira**. São Paulo: Fundação ABRINQ para os direitos da criança, 1994.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVIM, Rosilene. **Pequenas mãos calejadas**. In: Revista de história da biblioteca nacional, Rio de Janeiro. Ano.1, n.º 4, 2005. p. 20-24.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.
- _____. **O avesso do discurso**: análise das práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. (1973). 2.ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BAKHTIN, M.. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução Paulo Bezerra. 1981.
- _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª Ed. São Paulo, Martins Fontes. 2003
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo, Hucitec. 2004.
- BASTOS, Alexandre Fleming Vasques. **A reforma da universidade no Brasil**: um discurso (re)velador. Maceió: EDUFAL, 2007.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas da linguagem geral**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976.
- BERTOLDO, Edna, MAGALHÃES, Belmira (Orgs). **Trabalho, educação e formação humana**. Maceió: EDUFAL. PPGE/CEDU/UFAL. 2005.
- BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- BOURDIEU, P. **Reprodução Cultural e Reprodução Social**. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo : Perspectiva, 1983.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Normativas Internacionais. Convenções N.º 138 e 182, Recomendações N.º 190 – OIT. Portaria N.º 6/2002 – TEM. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente (DCA). Conselho da Criança e do Adolescente (Conanda). Brasília: 2002.

BUARQUE, Cristóvam. Pequenos glossário de termos da apartação. In: BOCAIUVA, Pedro Cláudio Cunha e VEIGA, Sandra Mayrink (orgs.). **Afinal que país é este?** 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

CACCIA BAVA, Sílvio. **As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático.** RSP, Brasília, ENAP, ano 45, v.118, n.3, p.97-100, 1994.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. Implícitos e silenciamentos como pistas ideológicas. In: Revista, Leitura – **Análise do discurso.** N. 23: 149-163. Maceió: Imprensa Universitária. 1999.

_____. (org.). **As malhas de discursos (re)veladores.** Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira:** o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: EDUFAL, 2007.

CORREIA, Atila Vieira. **Ruas lavadas com sangue:** história da violência sofrida pela população de rua de Maceió. Maceió, agosto de 2002.(mimeo) texto inédito.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Cidadania ou barbárie:** infância e adolescência marginalizada, violência urbana e transição democrática. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1989.

_____. **Aventura Pedagógica:** caminhos e descaminhos de uma ação educativa. São Paulo: Columbus, 1990. (Coleção Pedagogia Social; v.2).

_____. **Por uma pedagogia da presença.** Brasília, 1991.

_____. **É possível mudar.** A criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. **De menor a cidadão:** notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil. Ministério da Ação Social, 1994.

COURTINE, J.J. **Analyse du disours politique:** le discours communiste adressé aux chrétiens. Languages, n.62. Paris: Larousse, 1981. Tradução de Sírio Possenti (Em processo de edição em Língua Portuguesa)

CRAIDY, Carmem Maria. **Meninos de Rua e Analfabetismo.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In MATO, Daniel (org.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DEMAUSE, Lloyd. **The history of childhood** (editor). New York. The Psychohistory Press, 1974.

DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos** – assassinatos de menores no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1990.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2005.

DINIZ, Ana. **Correndo atrás da vida**. Belém: CEJUP, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do Conhecimento**: os desafios da Educação.

DUCROT, O. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FERREIRA, M^a Cristina. **O caráter singular da língua no discurso**. ORGANON, v. 17, n. 35, jan/dez, 2003.

FERREIRA, R. M. **Meninos de rua**: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, SP: Ibrex, 1979.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. **A voz do poder no jogo dos sentidos**: um estudo sobre a escola. Maceió: EDUFAL, 2007.

FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador: HUCITE/EDUFBA, 1996.

FREIRE, Paulo. Tópicos da reunião realizada em outubro de 1985. In: UNICEF/SAS/FUNABEM. Projeto alternativas de atendimento aos meninos de rua **Paulo Freire & Educadores de rua: uma abordagem crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lidador, 2.^a ed., 1987.

GONÇALVES, Z. A. **Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém**: Salesianos do Pará. 1979.

GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia Social de Rua** : Análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 1997. 326p. (Coleção Prospectiva)

HAROCHE, Claudine. HENRY, Paul, PÊCHEUX, Michel. **La semantique de La coupure saussurienne**: langue, language, discours. In: Language, n.º 24, Paris, Didier/Larouse, 1971

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

KOLLER, S. H. & HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica diversidade e definição. In KOLLER, S. H. (org.). **Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida**. Porto Alegre: Coletâneas da ANPEPP, 1996. p. 11-21.

LOPES, José Rogério. **Terceiro setor**: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. São Paulo: Perspec. vol.18 no.3, July/Sept. 2004.

LUKÁCS, Georg. A reprodução. In: LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e individualização**: a categoria da reprodução na ontologia do ser social de George Lukács. Belo Horizonte, Mimeo, 1990.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo. Temas de Ciências Humanas. Vol. 4. 1978.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando história**: um estudo sobre a violência doméstica. Maceió: EDUFAL, 2005.

MAGALHÃES, Belmira. O sujeito do discurso: um dialogo possível e necessário. In: VOESE (org.). **“Linguagem em discurso”**. Tubarão, Santa Catarina: Ed. UNISUL., v.3, n.º especial, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Fontes & Editora da UNICAMP, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, André Silva. Estratégias Burguesas de obtenção do consenso, nos anos de neoliberalismo da terceira via. In: NEVES, Maria Lucia Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias do Capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 127-174.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret. 2001.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

MARX, K. **O capital**. Livro 1. Vol.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MASCARENHAS, M. T. M. **Menino(as) de rua**: princípios gerais do UNICEF a uma visão de atendimento social. Rio de Janeiro, 1997.

MAZZOTTI, A. J. A. **Representação dos educadores sociais sobre os “meninos de rua”**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (p. 497-524). Brasília: v. 77, n. 187, set./dez., 1996.

MEDEIROS, L. L. **A criança da favela e sua visão de mundo**: uma contribuição para o repensar da escola. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

MEDEIROS, M.; FERRIANI, M. G. C. **Programa de atenção as crianças e aos adolescentes em situação de rua**: percepções de seus coordenadores. Ver. Cresc. Des. Hum., v. 5, n.º 1/2, 1995. p. 48-49.

MEDEIROS, Marcelo. **Olhando a lua pelo mundo da rua**: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua. (Tese de doutorado) - Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, São Paulo, 1998.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: Edufal, 2001.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. **Mundo da rua**. Revista de formação. O Mundo da Rua: Porto Alegre, Ano I., n.º 1, 1995.

OLIVEIRA JÚNIOR, Constantino Ribeiro de. **Meninos de rua ou de um beco sem saída?:** Um novo resgate. Campinas, SP: [sn.], 2003. p.43-61. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, C. F. G. **Se essa rua fosse minha:** um estudo sobre a trajetória dos meninos de rua de Recife. Recife: UNICEF, 1989.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo, TEIXEIRA, Francisco J. S. (Orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **Cidadania e globalização:** a política externa brasileira e as ONGs. Brasília. Instituto Rio Branco/ Fundação Alexandro Gusmão/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. et al. **Vozes e contrastes:** discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 7ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007a.

_____. **O que é linguística.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula. **O sentido do silencio dos professores diante da violência domestica sofrida por seus alunos:** Uma análise do discurso. (Tese de doutorado) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, Catherine. A propósito de análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) In: **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux, GADET, Françoise, HAK, Tony. Campinas, São Paulo. UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. São Paulo: Imaginário, 1995.

_____. **Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

PEREZ, Olivia Cristina. **ONGs e governo:** um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

PERUS, Françoise. Cultura, ideologia, formaciones ideológicas y prácticas discursivas. **Discurso:** cuadernos de teoria y análisis, 5, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, 1984.

PRIORE, Mary Del. (org.) **História das crianças no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-Marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto: 2006. p. 19-54.

RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho. **Educação de / na rua**: o que é, o que faz, o que pretende. Campinas: UNICAMP, 1997. Tese doutorado

RIVERA, Deodato. **Pelo amor destas bandeiras**. Brasília: Ministério da Ação Social, 1991.

RIZZINI, I. **A geração de rua**: um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro. In: Série Estudos e Pesquisas, 1. Rio de Janeiro: USU/CESME, 1986.

_____. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 376-406.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. “Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa da década de oitenta. In CERVINI, Ruben, FAUSTO, Airton (org.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991. p. 70-90.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALIBA, Mauricio Gonçalves. **O olho do poder**: análise crítica da proposta educative do Estatuto da Criança e do adolescente. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SAWAIA, Bader. (Org.) **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis : Vozes, 1999. 157p.

SHAW, Kurt. **Para uma teoria geral da rua**: shine a Light, a rede internacional para os meninos de rua. 2004.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Ricardo. O caráter reformista das organizações não governamentais: alternativas impossíveis frente à lógica capitalista. In: **Educação**: revista do programa de pós-graduação em educação do centro de educação da universidade federal de Alagoas. CEDU. – n. 24 (jun.2006, publicado em jun. 2008). Maceió: Imprensa Universitária, 2001. p. 107-120.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006 – (Coleção história mundial) Título original: Childhood in word history. [tradutora Mirna Pinsky]

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Economia e filosofia no pensamento político moderno**. Campinas, SP: Pontes, 1995.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Revista Ensaio, n.º 17/18: São Paulo, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Mensagens do abandono**. In: Revista de história da biblioteca nacional, Rio de Janeiro, Ano.1, n.º 4, p. 30-35, outubro de 2005.

VOLPI, Mário. Eca, delitos e adolescência. In ABONG e Fórum DCA Nacional. **Adolescência, ato infracional & cidadania**. 1999. (p. 53-59).

_____. **Sem liberdade, sem direitos**: a experiência de privação de liberdade dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001

YAZBEK, Maria C. **Classes subalternas e Assistência Social** 2ª ed. São Paulo : Cortez, 1996. 184p.

ANEXO – A

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - ONG – (01)

Quando começou a trabalhar como educador/a social de rua?

No ano de 1999, ainda estava na UFAL cursando Filosofia – na época apresentávamos um programa na rádio universitária. Um amigo que encontrei num ônibus me falou que havia surgido uma vaga de educador social no Projeto da Universidade. Então, disse a ele que tinha interesse e que conhecia o Projeto e algumas pessoas que trabalhavam lá.

No mesmo dia em que participei da entrevista, já comecei a trabalhar. Isso já faz 10 anos, tenho adquirido diversas experiências ligadas à área social.

Como se identificou enquanto educador/a social de rua?

Desde que me entendo de gente, eu me percebo um educador. Então, tinha uma militância no movimento estudantil e querendo, ou não, você estabelece uma relação de transformação social. A gente tenta educar o mundo e se educar diante do processo.

O trabalho com esses meninos, me fez ter um contato e poder perceber essa relação da educação de uma forma mais didática mais profissional. Não era uma questão espontânea, mas era algo que eu tinha que me preparar realmente, por que não é só você dizer: sou um educador. Tem muita coisa já escrita a respeito do trabalho com meninos de rua. Aí você tem que se apropriar pra poder ter essa

orientação. Acho que até hoje eu sou um educador em construção, nesse aspecto. Aí eu percebi essa mudança de nomenclatura meninos de rua – o que antes o próprio código de menores já estabelecia referente alguém em situação irregular. – isso realmente gera uma mudança – na cabeça, na sociedade, na cabeça dos educadores e dos meninos também – mas, sempre se coloca – independente – que se vê é sempre uma questão pejorativa. Pois, se é menino de rua, se é em situação irregular – se é criança e adolescente – em estado de vulnerabilidade – é sempre uma questão pejorativa. São crianças e adolescente que de acordo com a situação do nosso país se encontram em situação desfavorável – mas, são crianças e adolescentes. Não tem outro nome que você possa dar – a não ser esse.

Qual a Teoria que embasa sua prática? Como você se constitui nesse processo da educação social de rua?

Tem um material que é básico – que é um diálogo entre Paulo Freire e educadores sociais de rua. Esse material serve de inspiração pra todas as pessoas que trabalham nessa área com esses meninos – já tem mais de 15 anos de publicado – ele é muito atual. Como consta no material: a própria experiência do Projeto alternativo de apoio a menino e meninas de rua que era um – Projeto da FUNABEM – um projeto do Governo Federal que lançou uma cartilha que questionava se era possível educar na rua. Isso é um material elementar pra gente. Os conceitos da educação popular, tudo isso daí, foi o que fundamentou e fundamenta ainda a nossa prática – uma perspectiva partindo da própria iniciativa dele – na qual ninguém muda ninguém. Esse não é o nosso papel – a gente não está ali pra tirar da rua – nós estamos lá pra poder dialogar com essa situação que

eles estão vivendo. Portanto, estamos nesse contexto para apontar outra perspectiva que nem sempre é a ideal – às vezes é a que é possível.

Como é a sua relação – enquanto educador social de rua - com a ONG em que você trabalha?

Quando a gente fala nas instituições, elas meio que engessam a atividade do educador, pois, a instituição tem um projeto pedagógico. E ela tem uma demanda de atendimento que é específica e que muitas vezes esbarra naquilo que o educador deseja. E durante esse processo de caminhada aconteceu muito isso – de você esbarrar. Muitas vezes você encontra um menino que já passou dos dezoito e não pode ser atendido, simplesmente porque acabou de completar seus dezoito anos. Mas, infelizmente as instituições só podem atender até os dezoito anos – e aí você passa pra uma ação meio que pessoal – você percebe que o compromisso não pode ser quebrado simplesmente por causa de um ano de vida a mais que essa pessoa fez e que já não se enquadra mais no que a instituição se propõe a atender.

Particpei de dois projetos: um Projeto da Prefeitura de Maceió que trabalhava com a demanda de meninos e meninas de rua, e o outro era um Projeto do Governo Federal do Ministério da Previdência – a gente trabalhava a questão da formação comunitária, aí não era especificamente com meninos de rua, mas com a população carente de todos os Estados.

Avanços ou retrocessos? O que mais ocorreu nestas três últimas décadas na área da criança e do adolescente no Brasil?

Penso que houve avanço com a aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente. Ao tirar meninos e meninas da situação irregular e colocá-los dentro da situação de proteção integral, isso já é um avanço. Mesmo que o Estatuto não seja implementado na sua integralidade, mas você muda o paradigma, constrói outra perspectiva de atendimento e abre uma série de outros atores envolvidos no processo como; conselho tutelares.

E com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município, pelo Estado de Alagoas, ou pelo Governo Federal?

Elas não existem. O que existem são paliativos – são políticas que não são estruturantes, que não trazem dignidade para o povo – são projetos emergenciais que têm uma importância, mas como eles mesmos dizem: são projetos emergenciais que são para atender uma emergência e não uma política permanente. As políticas permanentes estão voltadas para a educação e saúde – e pra essa população com a qual eu trabalho que são meninos de rua, não existe. É muito difícil você colocar um menino de rua na educação formal. Ele não está preparado para a escola, nem a escola está preparada para recebê-lo. Tem que ter uma metodologia e um espaço que possa está preparando esse menino pra entrar na educação formal. É fundamental que hoje uma preparação e não acolher simplesmente o menino e jogá-lo lá – é preparar ele - e preparar a escola que está recebendo-o.

Quais às políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Maceió?

O que existe no município é o projeto o guardião que foi criado nesta gestão. O Guardião foi criado nessa gestão pra estar trabalhando com meninos de rua. Ao observar esses projetos percebemos que existem críticas sobre ele. Mas, é importante entender que a realidade desse contexto de menino de rua não mudou. Então, hoje a praça dos martírios, que era a maior concentração de meninos e meninas de rua, já não existe mais. Isso porque eles estão em casas alugadas pela prefeitura.

Aí você vai questionar quais são as situações dessas casas – se realmente são casas se não são. Mas, realmente eles estão lá e o problema é não só dar casa, ou seja, criar um espaço e colocá-lo. É preciso de toda retaguarda de acompanhamento que possa criar realmente outra perspectiva e que isso não seja apenas um projeto ou um programa da prefeitura, mas que seja uma política permanente. Que amanhã não se troque o Secretário de Assistência e se acabe o programa. Pois, o grande problema da política desenvolvida pelo município, tanto pelo Município, quanto pelo Estado é a descontinuidade. Então, assim, você faz, mas aí troca-se o gestor e muda toda a estrutura. Dar-se um sentido de um programa político e não social. Isso é complicado! Mas, já avançou bastante. Teve um período que eu trabalhei dentro do próprio município. O mesmo pediu que eu fizesse um levantamento dentro da Prefeitura de Maceió para saber se tinha possibilidade de enquadrar os meninos de rua. Naquele pedido – há seis anos – o único programa que existia oportunidade de enquadrar os meninos era o auxílio funeral. Penso que alguma coisa avançou, não na qualidade que nós esperávamos, mas, alguma coisa está sendo feita.

O Estado desenvolve alguma ação social direcionada aos meninos e meninas em situação de rua?

O papel do Estado hoje é meio que limitado. Porque, quem tem o papel de executar a política de assistência é o município. O Estado está mais para gerenciar os programas do Governo Federal. Isso tem acontecido, mas ainda deixa muito a desejar, justamente porque nós fazemos esse acompanhamento, viajamos e vemos o quanto de fragilidade existe nesses programas. A pessoa viaja pelo interior e vê que alguns programas não têm condições adequadas de funcionamento, por exemplo – o PETI. Acho que falta por parte do Estado uma maior fiscalização desses programas.

Você entende que há uma mudança de paradigma onde o Estado passa a ser o gestor e não o executor dessas políticas?

O município é que tem que ter esse papel de executar. Então, assim, nós não podemos ficar condicionados ao Governo Federal. O Município é quem conhece a sua demanda, quem conhece o povo, os meninos, as crianças e os adolescentes de seus municípios e sabe o que tem que ser feito. – Esse é o grande problema hoje, porque muitos desses municípios só têm as ações que vêm de fora: o PETI, o bolsa escola, o bolsa família e isso muitas vezes não atende à demanda do município. Fica difícil enquadrar um menino de rua num programa do Governo Federal, até porque alguns meninos não atendem os critérios exigidos.

Como se desenvolve o seu trabalho enquanto Educador/a social de rua?

Desde 1999 muitas mudanças refletiram na ação dos educadores. Há nove anos era possível observar que os meninos eram mais receptivos a determinadas ações e projetos. Eles queriam pintar, queriam brincar, e hoje não, pela própria revolução da sociedade eles são mais pragmáticos eles querem saber: o que vocês têm mais para me dar? Eu não quero pintar, eu quero uma casa pra morar, um trabalho pra trabalhar! Então, assim, aquelas ações que os educadores desenvolviam hoje não são mais possíveis. Não existe clima pra gente estar pintando. O universo lúdico se quebrou e hoje a vida é a dinâmica da rua e da sociedade que exige outra forma de ação desses educadores. Uma ação mais política de reivindicar, por que também, não é nosso papel dar emprego, nem casa. Aí vem o papel do cidadão, do ser político que o educador também tem que ser, de cobrar do governo, da sociedade a sua responsabilidade.

Qual a situação das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Maceió?

A última pesquisa que se chamou de senso da população de rua que foi desenvolvido pelo ministério do Desenvolvimento no ano passado ainda não foi divulgada. Com relação ao resto do país, realmente, aqui nós vivemos uma situação atípica, porque você viaja vai pro Recife, vai para Aracajú, até mesmo no Rio de Janeiro, você vê coisas acontecendo, que poderiam acontecer aqui e não acontece. Em Recife o menino de rua diminuiu bastante e aí você se pergunta: se lá é possível, porque não pode ser possível aqui também? Mas, aí você esbarra numa questão cultural e política. Vale lembrar que as pessoas estão sempre ligadas há outros interesses que não são unicamente de interesse coletivo, de interesse dos

meninos. Então, a questão política está sempre por trás, muitas vezes a gente deixa de apoiar uma ação que é boa que é importante, porque alguém que é de outro partido foi quem lançou a proposta.

Algumas vezes as crianças e os adolescentes “somem” da rua. O que acontece?

Extermínio. Sobre o extermínio, é válido dizer que no início da década de noventa até o final da década de noventa, tínhamos uma ação voltada e direcionada para o extermínio desses meninos que estão morando na rua. E hoje isso meio que mudou. Antes matavam os meninos que estavam nas ruas. E hoje as pessoas não dão esse direito dele vir pra rua, ele é executado na comunidade. Antes os meninos conseguiam até sair da comunidade e vir morar na rua, eles morrem nas comunidades, antes mesmo de poder chegar a serem meninos de rua. Isso nós estamos percebendo nas comunidades carentes como Vila Brejal, Village. Os matadores são desde aqueles que são chamados de justiceiro, ou àqueles que acham que estão fazendo uma assepsia social, estão fazendo uma limpeza, um bem pra humanidade, até mesmo pelos próprios comerciantes que muitas vezes se sentem ameaçados com a presença destas pessoas e, também, em número menor a violência entre eles mesmos. Hoje nós vivemos essa situação onde a população infanto-juvenil não tem o que ganhar muito menos o que perder. Esse é um problema e um desafio nosso. Seria importante criar uma nova perspectiva pra essa população e mostrar para eles que na vida existem outros valores e outras possibilidades que não sejam só essas. Que não se resume no tráfico ou no roubo. Porque infelizmente pra esses meninos não está sendo uma opção. Eles não estão optando pelo tráfico ou pelo mundo da criminalidade. Eles estão sendo impostos a

essa situação porque não existe outra perspectiva. Um jovem vai procurar um emprego e uma primeira coisa que é perguntado é se ele tem experiência profissional.

Você acredita no trabalho que desenvolve? E que trabalho é capaz de transformar a realidade?

Sim. Eu acho que esse é o caminho. Nós temos que saber conciliar as questões ligadas à prática educativa com a questão política. Só a ação educativa não é suficiente. É importante que toda sociedade esteja envolvida para que os dois caminhos sejam conciliados: prática educativa e política. Tem que fazer isso, porque muitas vezes existe o desejo de mudança, mas, aí não é só o menino querer a situação pra que essa mudança aconteça tem que está posta. É fundamental que a sociedade juntamente com a família realize seu papel. Porque só assim é que pode acontecer. Pois, muitas vezes ouvir algumas crianças falarem: pelo amor de Deus me tire da rua e você não ter o que fazer. E o desejo era real. Uma vez eu estava trabalhando lá num projeto da prefeitura e aconteceu um fato inusitado, cinco meninos chegaram lá no projeto e disseram: nós queremos sair da rua. E você ter que dizer pra eles: olhem, vocês vão ter que ficar na rua porque não existe local pra vocês irem. Não existe!

As condições devem estar postas. Todo mundo tem que cumprir sua parte neste processo, pra que essa mudança aconteça. E a educação tem o papel de poder estar fazendo essa mediação de poder e reflexão com esse menino. Poder mostrar pra eles que a situação que estão vivendo não é um acaso, um castigo de Deus, mas é que fazem parte de um contexto, e que é um contexto perverso e que eles precisam ser os grandes agentes dessa transformação. Pois, se essa mudança

não partir deles, dificilmente eles vão conseguir. Nunca se colocar como “Salvador da Pátria” ou “o Messias” que esta aí pra salvar à vida desses meninos. Penso que o salvador de alguma coisa são eles mesmos. O nosso papel é poder mostrar isso, poder estar trabalhando essas questões que possam realmente dar elementos para que eles possam dar essa virada na vida deles, a partir do despertar de sua consciência.

Você acredita que elementos como educação, trabalho podem contribuir para uma emancipação dessas crianças e adolescentes em situação de rua?

Sim. O caminho é esse. É educação, é trabalho. A gente não pode condicionar o ser humano a estar recebendo uma cesta básica todo mês de uma instituição. Isso é uma questão emergencial. É pra suprir uma necessidade emergente. E não pode funcionar como política permanente. O que vai dar dignidade mesmo, e transformar a vida desse povo é a emancipação é o trabalho é a educação de qualidade que tem que ser ofertada pelo Estado.

ANEXO – B

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - ONG – (02)

Quando começou essa caminhada como Educador/a social de rua?

Em 2003 eu terminei a universidade e saí à procura de trabalho, foi quando eu conheci uma organização não governamental. E, então no ano de 2003 comecei a trabalhar em um projeto, sendo que, na posição de educador social de rua. No primeiro momento tive um choque na conversa inicial com as coordenadoras, pela questão mesmo da ideologia que elas traziam e do que eu pensava em relação a trabalho. Mas, enfim, aceitei o trabalho e comecei a desenvolvê-lo junto com algumas pessoas. Esse período foi muito difícil pra mim porque nunca tinha tido contato com esse público e não sabia de que forma eu poderia ajudar. Mas, aos poucos fui tendo ajuda de algumas pessoas e aí foi quando a gente foi começando a construir alguns trabalhos coletivos e o trabalho foi andando. O trabalho era feito na praça dos martírios onde tinha uma concentração de um grupo de meninos e meninas de rua e na feira do rato no Centro de Maceió.

Nunca tinha tido nenhum tipo de experiência com população de rua, e nem com movimentos sociais. Só na universidade mesmo. Eu me encontrei nesse trabalho, e pra mim veio, enquanto um lado profissional mesmo, eu não via enquanto movimento de caridade. Nunca pensei dessa forma, até porque, eu sabia que tinha pessoas que ganhavam em cima daquela miséria alheia. Então, fomos fazendo o trabalho. Eu fazia questão de anotar. Pois, tinha um diário de campo que sugeriram na instituição pra fazer isso, mas enquanto pensamento sociológico e

antropológico, eu achei por bem fazer um diário de bordo. E fui fazendo esse diário com anotações minha e de uma companheira holandesa que trabalhava conosco e que estava fazendo pesquisa e morando no Brasil em Maceió por algum tempo. Aí trocamos algumas idéias, a partir de uma dupla visão: ela com a visão de lá de fora e eu com a visão daqui de dentro, isso foi muito bom, muito produtivo. Porque a gente começou a pensar até mesmo na própria instituição, não só o trabalho em si, mas como as pessoas dentro da instituição se comportavam e aí a gente comentava muito entre a gente, o modo de fazer e ser dessas pessoas que faziam instituição.

Existia algum processo formativo dentro da instituição - ONG? Como que os educadores/as se organizavam para o trabalho?

Dentro da instituição eu nunca participei de nenhuma formação. Tinha as reuniões que eram mais reuniões de lava roupas sujas do que discussão profissional mesmo. A base teórica que eu tinha foi a que eu adquiri na universidade na área da antropologia urbana. Então, isso eu levei pra questão da educação social de rua. Existia uma discussão mínima dentro da instituição e as pessoas criticavam muito o modo de fazer, por não conhecer. E, mesmo assim, pegavam o modelo pronto que aqui não tinha como colocar em prática. Ficou um trabalho meio que enterrado no início. Isso porque a gente foi aos poucos tentando convencer as pessoas da coordenação, principalmente à coordenadora da educação social de rua a inovarmos o trabalho a construir de uma forma diferenciada. Nós de certa forma conseguimos isso. No meu caso, nesse período que eu passei de novembro de 2003 até junho de 2004, foi o período que fiquei na instituição. Nesse primeiro momento eu trabalhei muito com a antropologia, então tudo eu anotava: comportamento, atitudes, jeito de ser, de fazer. Tinha pretensão de escrever um

trabalho junto à FAPEAL com essas anotações que eu tinha, mas nem tanto não tive o apoio da própria instituição. Por isso, eu desisti e também veio o fato de eu me afastar de lá, porque consegui outro trabalho dentro dessa linha da educação, só que em outra instituição não governamental.

Inicialmente a idéia era trabalhar com educação social de rua, só que isso não chegou a acontecer também. Porque não tinha uma organização programada, então eu fui contratado para participar como orientador de jovens infratores e, no entanto, esse trabalho não chegou ser a realizado – eu recebia para não trabalhar. De certa forma isso foi cômodo e também foi quando eu enchi o saco, e aí eu pulei fora.

Quais as possibilidades ou limites, imaginando a rua enquanto cenário do seu trabalho, o cenário em construção, onde você desenvolve a sua prática.

O primeiro momento em que cheguei à rua foi assustador! Não sabia que era do jeito que eu encontrei o que as pessoas encontram quando vêem. Então, assim, presenciava crianças de 2 anos, 4 e 5 anos morando na rua, pois eu não imaginava ver crianças com essa idade nessa condição de vida. Principalmente vivendo com sua família. A impossibilidade se deu a partir dos seguintes momentos: o que fazer? E como fazer? Até que fomos buscando forma e como chegar junto dessas pessoas através de desenho. Então assim, foi sendo criado um vínculo de conhecimento, até que eles também pudessem falar mais sobre si. Alguns trabalhos muitos produtivos como, por exemplo, o da banda, quando existia na rua. Todos eles participavam daquele momento e tinha momento de construção educativa, ali não era a banda pela banda. Eles tinham interesse de aprender, de tocar um instrumento e etc. Eles participavam das atividades lúdicas que eram propostas por nós educadores. E nas falas deles, ouvíamos dizer que gostava daquela atividade e também de nossa

presença ali. Isso foi me deixando mais a vontade na rua, passando o momento de impacto veio à questão da assimilação da doação mesmo, da convivência com essas pessoas.

Como era o trabalho realizado por você, ou pela equipe da instituição após a caracterização da criança em situação de rua?

O nosso papel primordial que ele colocava era colher informações para levar para instituição e em seguida passar para a assistente social e para a psicóloga. Na época o psicólogo estava na casa – eu não via muita ação nele. Então, assim, a gente tentava encaminhar algumas situações mais gritantes daquela gente que vive em situação de rua. Muitas vezes os meninos vinham reclamar do atendimento da assistente social com ele dizendo que tudo era à base de grito e pontapé. Não existia respeito. E quando tinha respeito é sempre alguém de fora de casa. Quando todos estavam na casa, o tratamento era outro, quando tinha pessoa de fora o tratamento era outro. Muitas vezes eles se recusavam a falar com a gente por conta dessas situações, então assim, quem estava na rua tinha uma boa intenção, mas quem estava na casa deixava o trabalho do jeito que achavam que tinha ser, ou seja, não fazia nada ou tentava camuflar a situação.

Com relação às políticas públicas: Estado, Município, Governo Federal: como você vê a atuação dessas esferas de poder?

O único modelo de política pública que eu percebi era a questão dos abrigos e dos conselhos da criança e adolescente. Mas, no entanto, isso não tinha muito resultado. Porque se levava uma menina ou um menino desses pra um abrigo e no

dia seguinte eles teriam que sair. Então assim, não tinha resultado e o trabalho nunca era contínuo, sempre era cortado, fragmentado, até porque, a gente buscava ajudar uma criança hoje, mas amanhã você sabia que ela estava na rua novamente. A cidade não oferece uma política pública de qualidade, como pude constatar em outros Estados que oferece abrigo permanente para essa população, onde eles passam o dia na rua e a noite eles têm lugar para dormir e para poder tomar um banho, e manter suas condições mínimas e uma vida digna.

E hoje qual a situação desses meninos na rua de Maceió? Como você percebe as transformações que estão ocorrendo?

Hoje eu percebo da seguinte forma: a praça não existe mais para esses meninos. Limparam a praça e a feira, e as coisas continuam cada vez pior. Os meninos não se encontram mais nesses dois lugares que antes a gente encontrava.

Antes a gente trabalhava nesses dois pontos da cidade: a feira e a praça. A praça dos martírios e a feira do rato. Hoje eles estão espalhados pela cidade. Encontra-se menino na Ponta Grossa, no Prado, na Ponta Verde, na Jatiúca, Farol e por aí vai. Eles estão espalhados por todos os bairros da cidade. Onde antes a gente encontrava com “maior facilidade” porque eles tinham a praça e a feira como o habitat natural, digamos assim, era a casa deles, onde eles podiam freqüentar e estar ali à vontade. Hoje os encontramos espalhados, isso pra mim é preocupante porque não se sabe mais aonde procurar essas pessoas. O trabalho não é feito como antes.

O que acontece quando o adolescente atinge a maioridade?

Pelo que pude perceber a maioria vira delinqüente. Pelo fato de não ter tido oportunidade anteriormente ficam na rua procurando realizar-se no que existe de melhor na concepção deles. E, quando essas instituições poderiam oferecer condições, essas condições eram abortadas porque não se previa uma continuidade e sim uma fragmentação mesmo para que cada vez mais verbas viessem. Muitos não tendo o que oferecer a esses jovens, eles se tornam traficantes, assaltante, altamente perigosos para sobreviver dentro da selva.

Com relação aos termos: meninos de/ na rua, em situação de rua, em situação de risco, pessoal, social; o que é que você pensa sobre essas mudanças?

Penso que essa discussão não é muito válida porque se fica muito na teoria e na prática não se faz nada. Sabemos que eles estão na rua, agora se é “de” ou “na” em situação de risco ou em situação de vulnerabilidade social, isso pra mim pouco importa. O que importa é que a gente continua constatando e vendo cada vez mais essa população que está na rua. O que antes era um grupo pequeno, hoje são grupos grandes são famílias de rua. Então assim, cada vez mais a situação vai se agravando e essa discussão teórica pra mim, ela pouco importa. Ela é válida, mas pouco importa, porque o que interessa mesmo no meu ponto de vista é: o que está sendo feito por essa população?

Você acredita no trabalho do educador/a social de rua ou podemos chamar de educador de rua, educador social?

No trabalho do educador eu acredito, agora na instituição que absorve esses educadores, não. Porque essas instituições acabam podando e cortando as asas dos educadores. A gente gostaria de fazer muito mais, no entanto, não depende tanto da gente, depende de uma estrutura maior.

Até um próprio contato entre organizações e estado, como por exemplo: como já acontece em alguns Estados do Brasil, na qual a função de educador social de rua está vinculada ao município ou ao Estado. Então assim, está sendo feita muita coisa, quando é incorporado, quando fica na questão puramente do movimento social, tudo se perde. Pois aí fica faltando verba e o educador não consegue sobreviver de vento ou de caridade. A gente sobrevive do trabalho profissional.

Quais as suas considerações a respeito da relação ONGs e Estado?

Hoje eu vejo uma situação muito delicada, porque as ONGs ao invés de fazer o papel da sociedade civil a defesa da sociedade civil está sendo incorporada ao Estado de uma forma em que as pessoas acabam sentindo como funcionário e acaba assimilando a cultura de funcionário. O Estado joga pras ONGs e as ONGs pro Estado. E aí ninguém resolve nada. Não existe uma cobrança como deveria existir das ONGs para com o Estado, como por exemplo: a construção de abrigo permanente. No Estado de Alagoas não existe nenhum projeto ainda ou até de repente existem projetos, mas não existe a execução. E na minha concepção a culpa disso é das ONGs. Porque não cobra como devia cobrar e não mobiliza a população como deveria mobilizar. Então assim, o papel do educador social seria

mobilizar. Só que quando ele começa a mobilizar tem uma instância superior que se mobiliza e aí vai sendo quebradas as coisas e as próprias ONGs acabam assimilando essa visão estatal.

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que mudou efetivamente? O que poderia ser mudado?

Na década de 80 os movimentos sociais estavam a todo vapor, mas a partir do momento em que as coisas passam a ser conquistada, parece que as pessoas que faziam o movimento começaram a se afastar procurando outros objetivos. Na época em que o ECA foi criado houve um grande avanço na defesa da criança e do adolescente. Só que, no entanto, essa defesa ficou só no papel, na prática à defesa não existe. Existe o descaso mesmo. Então assim, o que foi uma conquista nos anos 80 nos anos 90 ficou todo mundo na pasmaceira e hoje então nem se fala é que está na pasmaceira mesmo ninguém se mobiliza. E quando deveria mobilizar essa população que está em situação de rua isso não existe mais. Esse deveria ser o principal papel das ONGs de mobilizar as pessoas que estão na rua.

É possível dentro da lógica capitalista e neoliberal, a realização do Trabalho de Educador?

Eu acredito na transformação. Se existir a boa vontade daqueles que fazem as instituições tanto governamentais como não governamentais. Eu penso que essa possibilidade existe, porém essas pessoas que estão em situação de rua ou na rua, precisam de ajuda, ali porque, por si só elas não conseguirão mudar a sua situação. Lógico alguns tem a sorte ou o privilégio de achar uma pessoa que lhe dê a mão e lhe conduza para bom caminho, mas nem todos conseguem. Então assim, o que eu diria para essas pessoas é para terem força e coragem.

ANEXO – C

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - ONG – (03)

Você poderia falar da história do seu trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua. Como tudo começou?

O trabalho com criança e adolescente em situação de rua foi consequência do trabalho com adolescente em situação de vulnerabilidade, com isso, podemos entender que a rua é um recorte. O trabalho com adolescente em situação de rua é um recorte dessa situação de vulnerabilidade. Então assim, desde a Universidade eu já fazia estágio de extensão e pesquisa, voltados para adolescente em situação de vulnerabilidade. Chegar a trabalhar com criança e adolescente foi uma consequência. Quando me formei já fazia uns dois anos tinha recebido um convite para trabalhar numa ONG com adolescente especificamente em situação de rua. Então foi quando eu iniciei realmente o trabalho com esse público específico.

O que você entende por criança e adolescente em situação de risco, vulnerabilidade ou situação de rua?

Penso que a pessoa está desprotegida. Muito distante do direito que você poderia ser contemplado. Isso foi negado, isso está distante. Negado por uma série de questões: negado por questões sociais, negado por questões pessoais, mas aí, ainda, estaria afastado disso. A pessoa estaria sob o risco de ser ameaçado por várias coisas de repente e uma dessas coisas pode lhe acontecer.

Qual o trabalho que você desenvolve com criança e adolescente em situação de rua?

No meu último ano de Universidade cada aluno faz um estágio e daí pode escolher temas de qualquer área. Eu escolhi o estágio na clínica da UFAL que era o atendimento à criança. Então, o trabalho na Clínica infantil da UFAL era ofertada a comunidade do entorno. Quem chegava pra ser atendida lá no núcleo da criança e do adolescente a gente chamava de famílias carentes. Então o trabalho da clínica já era para o atendimento dessas crianças que estavam em situação de vulnerabilidade porque eram crianças das favelas perto da universidade ou da área periférica. Eles já passavam por uma situação difícil. Então, o trabalho lá na clínica era com essas crianças, pois elas tinham o mínimo de condição básica. Pra essas crianças isso já faltava. Então isso já as diferenciava do público básico da clinica. Por excelência, o que se atende geralmente é classe média ou então crianças que tem o problema existencial de sujeito. O problema do sujeito é existencial não é psicossocial. Aí por que não existencial? Porque o sofrimento não advém dele em relação ao que ele é, mas de outras coisas que estão externas a ele. Por isso que o sofrimento é psíquico social. Na ONG o trabalho era como um atendimento a essas crianças e adolescentes em situação de rua, mas aí o foco era esse, era o atendimento psicossocial. Então esse sofrimento do sujeito não era um sofrimento que vinha pelas próprias dificuldades dele, enquanto sujeito no mundo. Isso o afeta enquanto sujeito. Então por isso, que o sofrimento dele é psicossocial. A diferença é o seguinte: na clínica a pessoa da o atendimento é individualizado e constante e parte do pressuposto de que o sujeito é doente emocionalmente, pra ele continuar na terapia. No atendimento psicossocial o psicólogo faz um trabalho de acompanhamento pra se minimizar essas ansiedades ou as angústias desse sujeito,

como que ele tem, como que ele é, no meio em que ele está e quais são as possibilidades dele sair dessa atual condição dele. Se isso for algo que não dá pra se resolver nesses atendimentos psicossociais, você encaminha para o atendimento clínico. Então, essa é uma diferença: a ansiedade e a angústia que podem ser resolvidos nesse ambiente. Se for uma ansiedade muito intensa ou uma angústia muito profunda, então ele precisa de uma psicoterapia. E aí você encaminha para clínica. Na ONG a proposta do atendimento era psicossocial e então não era psicoterápico.

Alguma experiência marcante com relação ao início de seu trabalho, tanto na clínica ou nessa instituição – ONG - em que você trabalhou?

Sim, na primeira ONG que eu trabalhei. Não é um ato ou uma ação ou uma cena. E sim o próprio estar de frente com a seguinte questão: o que fazer diante desse outro? Porque quando eu cheguei lá na ONG, eu não tinha referenciais da Universidade pra esse público, até porque, trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade era uma situação nova para minha formação. O que se faz é tentar jogar o sujeito para as teorias que já existem. Mas, as teorias que lá existem são aquelas teorias que não vão dar conta do sofrimento psicossocial, elas vão ainda esta dando conta desse sofrimento existencial. Então assim, você vai ter que encaixar o sujeito na teoria e não utilizar a teoria pra compreender o sujeito. Pois, o primeiro susto que tive foi esse. Diante disso tive que correr atrás de outros referenciais. Como eu já trabalhava e eu já gostava de psicologia social, então eu procurei buscar na psicologia sócio-histórica os referenciais pra eu trabalhar, onde a pessoa parte do que o sujeito é, e do que as coisas são pra eles. Aí é preciso separar desse referencial do que as coisas são. Não importa o objeto em si, mas o

objeto para si. Pode ser muito assustador pra alguém pensar assim – as meninas em situação de rua elas fazem sexo lá na banca do mercado – meu Deus que coisa terrível. Daí pode refletir: que sentido aquela menina dá pra sexo? O sentido que sexo tem pra ela não é o mesmo sentido que tem pra mim. E geralmente quando você trabalha com adolescente os referenciais eles se tornam manuais. Todo o adolescente vai passar por tais fases, e na psicologia sócio-histórica, isso vai dizer que não. Que depende de onde esse sujeito está contextualizado, social e historicamente.

Seria essa à teoria que embasou a sua prática e contribuiu com o desenvolvimento do seu trabalho com criança e adolescente em situação de rua?

O Vygotski é quem dá origem a todo esse pensamento dentro da psicologia sócio-histórico oferecendo-nos bons apontamentos. Com outros nomes ou com pequenas diferenças, li outros autores dentro da psicologia, assim como Abad Savaia e Sérgio Nozella. Eu li muito pouco na verdade Paulo Freire, apesar de todos os trabalhos com esse público ser sempre ancorados em seus pensamentos.

Como se desenvolvia o seu trabalho como educador/a social de rua?

O trabalho na instituição era uma coisa muito desorganizada. Mas, o que havia de proposta era que o técnico fosse à rua uma vez por semana e atendesse também na instituição. Eu sempre ia à rua, uma vez ou mais na semana. Muitas vezes não era só uma vez e no dia marcado, era sim, mais de uma vez. Esse contato com os meninos uma vez por semana era muito importante para a

aproximação. Pois, quando o sujeito chegava à instituição, era porque ele estava precisando de alguma coisa. Ele não chegava pra o atendimento psicológico, e sim para ganhar alguma coisa que faltava a ele na rua. Ele estava mais espontâneo a relação com o sujeito na rua que na instituição. Então assim, você poderia ver e conhecer coisas daquela pessoa que você não viria na instituição, até pelas próprias regras e a dinâmica institucional. Portanto, a rua possibilitava ao profissional perceber realmente como esse sujeito é.

Como era que acontecia o momento da ação educativa? O trabalho na rua?

Tinha um dia específico, mas nem sempre seria nesse dia ou não só nele, podia ser em outros dias. E às vezes não podia, mas tínhamos que fazer um esforço e ir ao local. Nossa ida teria que ser sempre como um educador social de rua. Então assim, todo mundo era educador, porque a proposta da instituição era educativa. Só que tem o educador de rua que era o sujeito que tinha que estar na rua, toda semana e pelo menos três dias na semana. Mas, isso nem sempre acontecia. O educador na verdade é quem já tinha abordado esse sujeito. Então assim, o técnico não faz a abordagem inicial, quem faz o processo da abordagem é o educador ou pelo menos deveria. Então, quando o técnico vai para rua ele fica sabendo algo desse sujeito. Seria interessante que o técnico soubesse algo antes do seu contato, isso porque, ajudaria no contato direto com esses meninos. No contato o técnico poderia saber mais coisas ou mudar seu foco, mas seria bom que ele já fosse com algo. Claro que se você estiver na rua como técnico e tem um menino novo que nem o educador conhece você também tem a possibilidade enquanto educador de se apresentar. Não precisa ser formal, mas estar lá já é um passo.

Com relação à situação dos meninos hoje, especificamente aqui no Estado de Alagoas?

Se for pra pensar em evolução, o que eu pensaria e que poderia ser dito como evolução seria a questão da criança e adolescente na rua que ganhou uma visibilidade maior nesses últimos anos. Penso que houve uma visibilidade maior dessa questão da criança e adolescente na rua. Pois, se a gente for pensar eu acho que antes ter criança e adolescente na rua era uma coisa normal. E, mais, menino também sendo exterminado era uma coisa normal. Com os movimentos sociais, não só daqui, mas de todo país isso passou a ser repensado. Então eu acho que se pensar em evolução, houve uma maior discussão e número de propostas sendo abordado sobre essa questão de extermínio e de convívio em rua. De evolução se a gente for pensar houve isso. De negativo eu acho que a coisa ainda não foi discutida muito eficazmente. Por outro lado, penso que nesses últimos anos muito se tem trabalhado com menino em situação de rua – já que ninguém trabalhava. Então, surgiram grupos para se trabalhar, mas também sem ter muito um referencial teórico ou se guiar realmente por esse referencial. Mas assim, foi preciso sistematizar o conhecimento a partir da experiência com criança e adolescente em situação de rua. Então assim, acho que quem trabalha hoje não se pode dizer que ainda existe uma metodologia específica. Existe opinião de cada um e aí vai se fazendo, e aí o que se dar certo se avança um pouco, mas também o que não se dá, aí joga pro outro, dizendo que o menino ou o adolescente não tem jeito.

Você tem conhecimento de alguma política pública que esteja sendo realizada pelo município, pelo Estado ou até mesmo pelo governo federal aqui no caso de Alagoas?

Não, eu não tenho conhecimento. Acho que o que se faz hoje em relação ao governamental não se destaca. Pois, o que fazer para aquele que está em situação de vulnerabilidade e desprotegido? Em relação ao governamental a atuação é muito frágil. Infelizmente, penso que as ONGs dos movimentos sociais eles tinham uma atuação maior. Pois, é papel fundamental do governo dar uma resposta a sociedade pela vida gritante dessas crianças e adolescente em situação de rua, e não é conta das ONGs assumirem esse papel. Mas, acontece justamente ao contrário. As ONGs é quem dão conta disso e uma ou outra ação é que é do governo.

Como você ver essa relação entre ONGs e Estado?

O que o governo faz é muito frágil e tímido. Existem muitas situações também isoladas. Então assim, hoje o que eu sei que tem que recentemente foi inaugurado um CAPS para criança e adolescente, tendo em torno um a dois anos. É um CAPS para atender criança e adolescente do Estado todo. Então, você vai atender o que? Dois, três bairros e até mais. Por exemplo: você tem uma escola que é uma escola desinteressante para o aluno ir à escola que ainda não se aproxima do adolescente e da criança, que vá às próprias condições de existência desse adolescente e dessa criança. Então assim, tem problema que a escola não vai dar conta e que a proposta da escola vai ficar em segundo plano na cabeça desse menino e na vida dele. Então assim, a escola pode de repente caminhar, mas aí é complicado. Pois, a atuação do governo não deixa pequenas brechas, e sim todas as brechas, e aí vêm os movimentos sociais ocupando essa brecha, e na verdade, tomando conta de um

espaço que não é uma brecha é um abismo. Então, os movimentos sociais acabam tomando espaço que não era pra ser deles. Criaram-se instituições e movimentos sociais, mas a perspectiva era que eles acabassem. Pois, o movimento de meninos e meninos de rua não precisaria existir, se não existissem crianças em situação de rua. E hoje se o movimento deixar de existir não é por essa razão. Pois, o governo deveria ter acompanhado esse problema e hoje a gente teria resolvido isso. Mas, não respondeu. Não acompanhou. Acho que nessa situação o governo vem mais a reboque, mas pela pressão do ministério público e da justiça do que realmente por um comprometimento enquanto política pública.

E as instituições, as ONGs especificamente que trabalham com criança e adolescente em situação de rua, elas cumprem o seu papel?

Penso que a pessoa parte muito do seu instinto, do que você aprendeu na sua casa e como deve ser. O problema das ONGs e dos movimentos sociais é que cabe todo mundo, cabe a dona de casa que fez lá a primeira série, cabe o cara que não tem formação nenhuma. Daí poderíamos nos perguntar: quem na verdade fiscaliza as ONGs? Se uma escola negasse matricular um menino, o que é que eu faria? Eu tenho que denunciar e cobrar do governo? Agora se a ONGs não atender um menino para quem eu cobraria? Quem eu vou cobrar? Então assim, essas ONGs elas estão brindadas por uma suposta ética. Noção de ética de diferentes espaços seriam espaços de privilégios onde uma ética institucional acontece e não é. E, ao contrário são espaços que se violam os direitos se negligenciam e não cumprem o papel. É fácil observar que desde a década de 70 até nos tempos atuais o papel das ONGs se perderam no meio do caminho por essas pessoas que ocupam esses espaços. Inclusive daqui uns anos vão ter que se reinventar outras possibilidades

de intervenção, como veio as ONGs. Eu acho que vão vir outros tipos de organização, até porque, essas não deram certo.

Qual a função que cumpre o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA na sociedade brasileira?

Assim que surgiu a proposta do estatuto todo mundo falava que havia uma legislação tão avançada comparada com outros países, até mesmo os da Europa, que o Brasil estaria à frente nessas discussões e posicionamentos. Penso que o Brasil não esteja na frente. Isso porque só precisou criar um estatuto, porque os direitos não eram respeitados. Então nesses outros países os direitos são respeitados e daí não precisa ter estatutos, porque se respeitam direitos, e aqui não se respeitam. E daí surge à criação do estatuto um grande esforço da sociedade e da justiça pra que se faça cumprir. Vale lembrar que a criação do estatuto não mudou a condição da criança e do adolescente no Brasil. Ainda acho que não se pode dizer talvez daqui há alguns anos se possa, mas hoje a gente não pode dizer isso. O estatuto veio e fortalece algumas ações mais infelizmente ele ainda é pormenorizado. Se em todas as ações do governo crianças e adolescente ainda não é cuidado em primeiro lugar. Em outras ações também não, criança e adolescente que é talvez a idéia principal do estatuto e prioridade para a sociedade.

O que é que você pensa sobre a mudança dos termos: Criança e adolescente em situação de rua - de/na rua, em situação de risco?

Eu acho que a questão ideológica está em todas as denominações e todos os temas, pois, existe sempre uma questão ideológica por trás. Enquanto psicóloga, o

termo em situação de rua ele seria mais dinâmico num sentido de mudança. Quando eu estou numa situação eu ainda posso ser outra coisa. Então assim, eu não sou neurótico, eu estou neurótico. Eu não sou ansioso eu estou ansioso. Eu posso estar de outro modo em outro tempo, e se eu digo você é um menino de rua, então limito o que você é. Eu estabeleço entre você o que você é, e aí não é mais um diálogo e não existe uma dinamicidade nem uma abertura, ou seja, não existe uma possibilidade. Agora assim, muda o termo, muda perspectiva para alguns, mas para muitas pessoas na sociedade essa mudança do termo não vai mudar o que elas pensam. Menino de rua pra muita gente, menino em situação de rua é menino de rua, é menino problemático, é menino que precisa ser trancado em algum lugar pra não prejudicar ninguém. Eu acho que essa questão da rua, quando as pessoas pensam no menino em situação de rua elas pensam mais em segurança do que em educação. Eu acho que quando se pensa em menino em situação de rua as pessoas querem discutir segurança. Elas querem mais abrigos, elas querem mais núcleos. Lugares que elas possam estar. Que eles não precisem ser vistos, que eu não precise entrar em contato.

Com relação ao extermínio de meninos e meninas de rua aqui em Alagoas?

Você tem conhecimento de algum caso ou como ocorre?

Acho que isso ocorreu muito intensamente há alguns anos aqui no Estado de Alagoas. Era muito forte essa cultura de que existia um problema precisava ser resolvido – tirar os meninos de rua – e quem resolvia era os grupos de extermínios. Não se tinha nada a fazer. Eram pessoas que não tinha recuperação e que estavam lá e nunca conseguiriam sair dessa posição porque eles não escolheram aquela vida. Então assim, aquele problema teria que ser resolvido, precisava ser

exterminado. Então, isso aqui no estado foi muito forte essa cultura de extermínio de criança e adolescente em situação de rua. Hoje diminuiu muito com as ações das próprias ONGs, do Ministério Público. Isso foi uma luta em conjunto, isso foi transformado aos poucos. Se a gente for comparar o que acontecia há anos, a situação era crítica mesmo, era muito complicado. Até mesmo pra quem se propunha trabalhar com esse público era complicado. Recebiam muitas ameaças e tal. Nem dava proteção a essas pessoas, acho que hoje não, hoje existe o sentimento de solidariedade de muitas pessoas, de muitas instituições, uma vontade de mudança, acho que a própria educação também tem muitos professores e educadores que pensam diferentes, mas isso tudo é muito inicial.

Qual o papel da educação com relação à criança e adolescente em situação de rua?

O papel da escola não é responder sozinha por nada, mas está muito relacionado a estabelecer parceria com outras instituições. Pois, a escola sozinha não vai resolver o problema da criança e do adolescente, porque há um limite. Por mais que o educador seja sensibilizado, por mais que o professor saiba conheça condição e ele tenha uma metodologia que acolha essa criança e adolescente no que ele é eu acho que ainda ele vai precisar de outros espaços pra poder trabalhar com esse adolescente. Porque ele vai ter necessidade que a escola não vai poder responder. Então eu acho que, o papel da escola é fazer alianças com outros espaços, com outras instituições e quem vai dar essa possibilidade de fazer essa aliança, seja o Estado ou o governo que não seja a escola a fazer alianças com os movimentos sociais, com o terceiro setor não. Então assim, se eu tenho um adolescente que conhece a realidade dele e ele está em casa, vamos supor: que na

casa dele, ele não tem onde dormir, não tem o que comer esse menino está totalmente desprotegido, e daí eu posso acessar a assistência social o CRAS, que deveria dar conta das condições básicas de existência do sujeito. Com isso, poderia encaminhar esse sujeito ser atendido. Penso que, o papel da escola está muito relacionada a isso, a fazer parceria, alianças com outros espaços governamentais.

Como você vê o comportamento da mídia no tratamento da temática da criança abandonada, do menino de rua? Qual a função da mídia nesse cenário?

Acho que existem dois extremos aí. Ou a mídia joga essa questão pra questão do menino carente e de quem pode ser bonzinho com esses meninos ou a mídia leva imediatamente para responsabilidade deles mesmos. Assim, se eles estão nessa condição é porque eles querem. O menino que está fora da sala de aula é porque ele não quer estudar, e sim, quem está na rua é porque não gosta de estar em casa. Ele nasceu pra ser isso o que ele é. Então assim, penso que a mídia tem dois extremos: ou se apresenta dessa forma tentando dizer quem são os bonzinhos e cuida desses meninos carentes. Ou se vai para o outro extremo que é esse, de que eles não têm jeito assim e fazem escolha pessoal.

Você acredita nos trabalhos dos educadores sociais de rua e nas possíveis mudanças?

Eu me reconheço como educadora, porque eu acho que ser educador/a tem muito haver com conquista. O educador não é aquele cara que passa informação ou diz o que é que tem de ser, ou mostra pra você uma possibilidade. Acho que o educador é aquele que se coloca pra conquistar esse menino. Que se coloca como

possibilidade de acesso pra esse menino. Por isso, eu me reconheço como educadora e acredito no trabalho dos educadores, mas eu não acredito que em Alagoas agente não tenha muito educadores. Eu acho que aqui tenha pouquíssimos educadores. Aqui tem muita gente que trabalha com criança e aí se diz educador. Educador social não é isso! Não é porque eu trabalho com criança e adolescente que isso faz de mim educador, ou uma educadora, É preciso muito mais do que isso pra se fazer um educador ou uma educadora.

ANEXO – D

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - OG- (04)

Quando você começou a trabalhar como educador social de rua? Como foi que surgiu essa historia?

Na verdade surgiu com a minha mãe. Minha mãe era ministra da igreja e sempre trabalhou com comunidades carentes e eu sempre a acompanhava. Minha mãe iniciou seu trabalho em meados de 1976.

Quem é a criança e o adolescente em situação de rua, hoje?

Infelizmente hoje, essa criança e esse adolescente não fogem muito da realidade de 30 anos atrás são filhos de famílias desassistidas, filhos de família que perderam o rumo tendo falta de uma estrutura de políticas públicas.

Como é que acontece o processo educativo com crianças e adolescentes em situação de rua?

Na minha forma de educar eu tenho que ver naquela criança o meu filho. Se eu não vejo o meu filho na primeira barreira eu paro. Mas, para o filho da gente não podemos parar nunca. Isso é um início de uma relação de uma amizade e a gente tenta conquistar a consciência dessa pessoa, e quando você consegue você tem um amigo pra sempre. E eles são mais amigos da gente, que a gente deles.

Como você se identificou enquanto educador social? Tem alguma relação com a sua formação?

Eu sempre fui professor. Desde 13 anos de idade eu sou professor. Eu sempre usei a Educação Física para minhas atividades sociais. Todos os meus alunos sabem do meu envolvimento com a rua e com a criança carente, com o adolescente e com a família. Não é só criança, é a família também. Nunca pensei nessa questão de ser um educador social. Eu sempre me vi um cidadão maceioense, alagoano e brasileiro que sempre pensou no outro. Eu fui formado, educado para pensar muito, e isso veio se fortalecer no colégio marista. O Colégio [...] dar uma formação mais humanista no sentido de você enxergar o todo. Eu acredito que isso tenha me ajudado bastante na minha formação. Eu convivo com os [...] há mais de 30 anos.

Você percebe alguma distinção entre os conceitos menino de rua, criança e adolescente em situação de rua?

Existem as crianças e adolescentes que moram e vivem na rua. É criança na sua maioria que tem envolvimento com droga. O tráfico de droga já dominou essa criança e adolescente, tornando-se muito mais difícil nosso trabalho de conquista. Eu dou um exemplo: ontem no dia 07 dois desses jovens que ficam ali perto do Unicompra se comprometeram de hoje serem recebidos por nós. E nós não o encontramos. Eles se comprometeram. Eles garantiram que iriam. E, hoje quando nós passamos, eles não estavam mais. Então assim: mora na rua, vive da rua e envolvido com o tráfico. Com traficante! Porque eles não são traficantes, eles têm envolvimento com os traficantes, e daí os traficantes usa-os.

A outra situação que nós temos na cidade é a questão das crianças que são utilizadas pelos pais ou pelos tios ou por terceiros. Nós sabemos que tem aluguel de criança. Inclusive em uma das ações nossa, nós encontramos uma mãe detida, uma pessoa que é conhecida por todos de Maceió que veio de Garanhuns, tem 8 filhos e 3 netos. Um dos netos dela, inclusive em situação terrível, nós tivemos que internar. Mas, ela está presa. Pra ela ser presa não foi fácil. Porque pra ser testemunha daquilo ninguém quer ser testemunha. Só que hoje ela está repensando a sua situação. Ela se converteu a religião e de lá da cadeia tenta orientar os filhos a não irem mais pra rua.

Quanto vale uma criança dessas na rua de Maceió?

Uma criança arrecada em média quinze reais por dia. Arrecada às vezes mais que isso. Mas em média quinze reais. E o aluguel de uma criança por mês custa em torno de oitenta a cem reais. Geralmente é isso que eles fazem.

Qual a teoria que embasa a sua prática? Como o senhor se constitui nesse processo educação-social de rua? Qual referencial teórico? Alguma teoria que o senhor se apóie para que essa prática decorra durante a sua atividade de trabalho?

Eu sou professor. A minha pós-graduação é em educação e gestão escolar, mas a minha tese é a inclusão social através da educação. Então, a educação é à base de tudo isso. Mas, quem me dar base pra minhas atitudes é a palavra de Deus. A bíblia é a minha fonte de informação. Eu não posso ver uma criança ou um adolescente e não achar que aquele é meu irmão e não achar que aquela pessoa está ali porque quis. Não é porque quis. É pelas circunstâncias que levou ela a isso.

Eu não posso virar as costas pra uma situação que poderia ter sido eu. Então, a base da minha informação é a bíblia.

Com relação às ONGs e as parcerias com os órgãos públicos. Como se constitui essa relação? Qual a parceria que existe hoje?

Não é a primeira vez que estou envolvido com órgão público. Na década de 90 eu fiz um trabalho com o poder público em nível de governo. Eu fiz um projeto de habitação popular em sistema de mutirão. E o projeto foi aceito e eu coordenei uma ação que construímos em cima do mutirão mais de cinco mil casas. E a gente sabe que os governantes quando eles assumem o poder, todas aquelas promessas que foram feitas, muitas se perdem. Acho que é muito importante a gente como cidadão lutar por aquilo que a gente acredita. Então, por exemplo: o guardião é um projeto criado em cima de uma situação de sonhos. Eu não sei até quando vai essa parceria com a prefeitura. Eu acredito que Deus tenha nos iluminado pra que a coisa esteja andando. Mas, assim, eu penso que no meu entendimento embora seja poder público e Organizações não governamentais o objetivo deve ser o mesmo de lidar com essa questão de moradores de rua. Só que eu tenho de ser sincero, o poder público estar muito distante daquilo que deveria.

Há muitas instituições não governamentais lidando com essa situação?

Pelo que eu tenho visitado o país, passando por Porto Alegre, Aracaju, Fortaleza, Florianópolis. Penso que Maceió precisa de organizações não governamentais que trabalhe essa questão da rua. Eu vi tantas coisas lá fora e aqui eu pergunto: o que eu conheço de organização não governamental que trabalha com a rua verdadeiramente. O Erê e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas

de Rua e se tem outra entidade que trabalhe com a rua, só com a rua eu desconheço.

Avanços ou retrocessos: todo esse período da sua experiência o que mais ocorreu nas últimas três décadas. Com relação à criança e o adolescente em situação de rua?.

Nós temos que ver como avanço o ECA. Pra mim a vinda do Estatuto da Criança e Adolescente veio oferecer excelente retorno. Embora nós saibamos que muitas pessoas da sociedade reclamam pela defesa que o estatuto dar a elas. Mas, elas também não têm culpa disso, porque elas são usadas pelos adultos. Então, eu acho que a lei deveria punir severamente os adultos que usam às crianças e adolescentes. Deveria ter uma lei mais específica que na hora em que o adulto num crime fizesse uso de uma criança ou adolescente a pena fosse duplicada, triplicada, não sei. Mas, deveria existir algo que inibisse o adulto a utilizar desse procedimento. Mas, o ECA foi um avanço muito grande, talvez uma das coisas mais benéficas. Penso que uma das mais problemáticas que eu vejo na rua e a questão da geração de renda. Não dar pra você mudar a vida da criança, do adolescente, de uma família sem dar renda a essa família. Em cima disso eu sou contra o bolsa família, sei que é um mal necessário. Mas assim, isso é eleitoreiro.

Com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município de Maceió. O que o senhor pode nos falar enquanto educação social? Essas políticas se dão conta da situação em que se encontra nosso município?

Eu poderia falar de uma situação em que eu como cidadão maceioense não concordei do procedimento. A lei de habilitação de Maceió pra mim não prejudicou a

prefeitura não, e sim, população de rua. No meu entendimento tem que existir uma ação de estado, município e governo federal com uma mesma linha. Não podem questões políticas ou correntes partidárias se decidir por situações do município, do Estado ou do governo federal. Na verdade, nossos políticos deveriam pensar mais na população do que na eleição e na política partidária. Quando eu vejo certas decisões que parecem corretas, mas quem sofre é a população essa atitude estar errada. Então que se puna o gestor, que se puna a pessoa que fez errada. Mas, não tire o direito da população de ser atendida. Acho muito interessante, são tantos programas, são tantas as coisas há alguns que até se confundem, por exemplo: são muitas parecidas, inclusive a estrutura são praticamente a mesma e os objetivos são praticamente idênticos, só que um trabalha o menino em situação de rua, e o outro a inclusão social, só que fazem as mesmas coisas: esporte, lazer e cultura. Acho assim, o governo cria muitos nomes e poderia ser uma coisa muito mais efetiva – gerar renda, emprego pra família. E aí a gente não precisava fazer nada dessas coisas.

Efetivamente pra criança e adolescente em situação de rua qual a política que existe hoje no Município de Maceió efetivamente acontecendo?

De assistência, de educação e de cultura, eu vou colocar da seguinte forma: pra mim o programa de repressão de trabalho infantil é uma coisa muito bonita, inclusive eu estudei muito isso. Ajudei inclusive na re-estruturação dos PETI, me envolvi assim, porque vejo a população de menino de rua esta ali e quando isso não age corretamente são mais crianças na rua, em situação de rua. Não sei se são moradores de rua. Então, eu vejo que existe um empenho muito grande nesse

momento na re-estruturação, na re-organização dessas políticas públicas, mas ainda não atende aquilo que nós gostaríamos que fosse.

O senhor identifica alguma política pública, alguma ação social direcionada as crianças e adolescentes em situação de rua?

Eu acho que o estado deveria ser co-parceiro da ação. Mas, vou dar um exemplo: ele é apenas um mero fiscalizador. O estado fiscaliza as ações dos municípios. É uma mudança de paradigmas essas estruturas. Em outras décadas o estado fazia contato imediato, hoje é o município, ele apenas fiscaliza. É o que ocorre. Quem deveria fiscalizar isso? Eu acho que a população. A população não tem consciência do seu papel e aí fica essa situação de poder público. Porque eu como cidadão vejo alguma coisa errada, eu denuncio. Mas, nem todo mundo tem acesso. Deveria existir no meu entendimento, uma divulgação maior desses programas, dessas ações, quer seja do estado quer seja do município. Para que a população saiba que existe, saiba onde é e como é para se chegar lá. Muita gente não vai porque não sabe, não conhece e não tem como chegar pela informação.

Como é o seu trabalho hoje frente do projeto da Prefeitura Municipal de Maceió?

Tem uma situação interessante porque, quando nós elaboramos o projeto guardião o foco sempre foi criança e adolescente. Esse era o foco que é a questão de você criar uma perspectiva de futuro melhor pra essa demanda. Só que pra fazer um trabalho pra essas crianças tem que trabalhar a família. Na nossa ação, a primeira iniciativa que deve acontecer é acolher a criança ou adolescente – isso é o

ECA – a primeira coisa é procurar a família do menino ou da menina, vamos lá, vamos procurar seu pai, sua mãe.

Aconteceu um lance muito emocionante. A semana passada uma criança de 10 anos (menina) que a comunidade onde ela está me conhece. Essa criança passou por uma situação de abuso sexual praticado pelo padrasto. E essa criança pediu socorro. Aí alguém da comunidade disse: procure o professor. Aí eu me senti importante para a vida de uma criança. Eu estava em um determinado Colégio de Maceió, mas quando a criança me procurou lá na recepção, o porteiro disse: olha o professor estar dando aula. Ela ficou esperando eu sair da sala de aula. Quando ela me viu, correu ao meu encontro e perguntou: o senhor é o Doutor [...], aí eu disse: não eu sou professor. Aí ela disse: eu preciso conversar com você porque você protege as crianças. Isso pra me foi um negócio danado. A Assistente Social do Projeto estava junto e nós nos emocionamos com a situação, e a criança contou a história dela. Não me leve pra minha casa novamente. Porque se eu voltar pra minha casa o meu padrasto vai bater em mim de cinturão e ele usa a gente sexualmente. Pegamos à criança e entramos em contato com o conselho tutelar e fizemos à ação. O padrasto dela está preso, e a criança está na casa de adoção – LACA. A criança está sendo cuidada e a justiça fazendo o papel dela em relação ao padrasto. Então eu penso o seguinte: na hora em que uma criança vem de uma situação que a gente sabe que existe por aí e a gente não age junto à família, fica difícil resolver essa questão. Nós temos que ir a família, porque a história que esta por trás disso são coisas absurdas.

O senhor tem instituição de reta guarda para o seu trabalho, por exemplo: um caso desses de violência, o senhor encaminhou para uma instituição e ela foi assistida?

A gente nunca pensa na punição. Acho que a punição não resolve nada pra mim. O guardião existe, graça a Deus, por dois aspectos: primeiro o guardião é parceiro dessa reta guarda. Então toda essa reta guarda hoje sempre teve mensalmente, alguma ajuda que a gente tem conseguido através dos amigos e dos ex-alunos maristas. A minha vida está ligada a isso. Então o que acontece é que dificilmente uma entidade diz não ao Projeto. Isso seja talvez até assunto de credibilidade, que a gente tenha demonstrado na relação com isso. A maior dificuldade que nós temos é na faixa etária de 15 aos 18 anos. Até 15 anos a gente tem, acima dos 18 anos a gente tem, mas eu estou falando dos meninos porque pra as meninas tem. Então entre 15 e 18 anos no caso dos meninos infelizmente a reta guarda é muito fraca. Inclusive no planejamento estratégico que nós trabalhamos a reivindicação de duas situações: uma é o albergue familiar. Nós vamos lutar pra isso, porque quando você pega uma família e coloca o pai num canto, a mãe no outro e as crianças num outro, você separa a família. É preciso que essa família seja acolhida integralmente e seja trabalhada junta. Aí fui buscar referências lá fora. Não existe! Se nós criarmos, talvez seja, a primeira capital que vai ter um albergue pra família inteira. Porque não encontrei no Brasil e nem na internet antes de viajar. Embora, hoje quando acontece à gente leva para o albergue municipal. E a gente no albergue tem a divisão de homem e de mulher. Fica a mulher com os filhos e o marido do lado dos homens. Mas, o adolescente esse é difícil. Então vamos pontuar: com relação às crianças, quando ocorre um caso desses é levado para casa de adoção. Também o Projeto Acolher (casa de passagem) se é menina. No acolher,

numa situação extrema recebe. Nós temos um caso de um adolescente de situação de risco de vida. Então essa criança foi acolhida, inclusive essa criança não era de Alagoas. Essa criança foi devolvida para o Maranhão. A gente numa situação dessa a gente consegue. Mas, assim, carece muito ainda.

Com relação às famílias como um todo: adulto, jovem. Qual o procedimento?

Aí a gente leva ao albergue municipal que tem lá a diferenciação de mulheres e homens. A gente sabe que não é uma situação adequada, mas junto com o apoio do conselho tutelar que tem de autorizar. A mãe fica com os filhos do lado feminino e o marido do outro lado.

Quem são essas famílias? São daqui mesmo de Maceió? Vem do interior? Vem de outro estado?

A grande maioria da nossa população de rua é do interior de Alagoas e de outros estados. Em torno de 35% são de Maceió os 65% de fora. E nesses 35% são pessoas de famílias que vieram do interior e que não conseguiram resolver suas questões maiores. A pobreza ela é realmente recorrente, há uma história. Em Alagoas nós temos um detalhe: na época da moagem da cana, a população de rua diminui drasticamente. Quando a cana deixa de ser moída, aumenta a população de rua. Então, por exemplo: nesse período agora começa aumentar a população de rua. A assistência social esta presente em todas as prefeituras de nosso estado não fazem o seu papel. Só ficou um detalhe: a gente tem conseguido enviar uma grande quantidade de família de volta, entrando em contato com o prefeito e com a secretaria de assistência social de sua cidade. E tem tido uma resposta positiva, graça a Deus.

Qual a situação das crianças e adolescentes em situação de rua de Maceió?

Existem números? Pesquisas?

Se a gente for colocar morador de rua o universo é pequeno. Proporcionalmente hoje a população de morador de rua, criança e adolescente de Maceió é uma população pequena. Se tivesse uma boa vontade maior na união do município com o estado a gente resolveria isso facilmente. Na última pesquisa que foi realizada em 2005, tínhamos feito em 2005. Nós tínhamos chegado a um número de 287 crianças. A população hoje é menor. Hoje não chega a 200 crianças. Eu não vou colocar precisamente, porque tem um detalhe que aprendi na pesquisa: se a pessoa passar quatro dias morando na rua ela é considerada moradora de rua, porque ela passa mais tempo na rua que em sua casa. Assim como o a gente de saúde quereríamos que, existe o agente de educação familiar. Que seria alguém preparado para orientar a família, alertar como as dificuldades do relacionamento de pais e filhos. Porque a gente pega a criança na rua que fugiu de casa, porque foi mal entendida, mal compreendida na sua casa pela família. E se a família soubesse lidar com isso, nós teríamos um universo menor ainda. É difícil, mas hoje eu coloco. Nós temos menos de 200 crianças morando na rua. Nós temos 55 famílias que são assistidas pelo projeto que eram famílias de rua. Quando nós fizemos à pesquisa de 2005 eram 84 famílias que nós identificamos. Famílias que moram hoje nas ruas de Maceió, por exemplo: família de um casal que seja marido e mulher, mas a gente sabe que eles vivem como se fosse e que tinha uma criança. Eu acredito que hoje isso deva estar em torno de 35/40 família morando na rua. Embora tenha outro detalhe, algumas dessas famílias você não consegue tirar da rua. Porque as fontes de renda delas na rua são grandes, por exemplo: nós conhecemos uma senhora que

ficava em vários semáforos de Maceió. Ela não tem envolvimento com drogas. Ela tem uma casa no Reginaldo. Tem filhos e ela só vai para casa nos finais de semana. Conseguimos um emprego pra ela e toda feliz perguntou: quanto eu vou ganhar. Aí eu disse: um salário mínimo. Ela disse: professor um salário mínimo? Eu ganho muito mais aqui. Aí eu vou perder dinheiro. Nós fizemos uma ação junto com o conselho tutelar com a policia militar e guarda municipal. Aí ela disse: se me arrumar um emprego eu saio da rua, eu disse: o emprego já tinha sido arrumado. Ela disse: é mais agora eu quero. Hoje ela esta trabalhando, saiu da rua. Nesse caso do trabalho dela foi uma amiga (empresaria) ela tem uma empresa e me ligou pra dizer: professor eu dou o emprego pra ela. Ela está empregada. Diante disso, acreditamos que o emprego é válido e pra mim é tudo.

Com relação ao extermínio, muitas vezes às crianças quando somem. O que acontece com essas crianças? Quais as informações que o senhor tem?

Nesses últimos anos aconteceram alguns fatos que nos entristeceram, por exemplo: em frente a Casa Vieira estávamos fazendo um trabalho e tínhamos uma pessoas com envolvimento com crack. E essa pessoa devia dois mil reais ao traficante e nós propomos a ela pra ela sair dali, e ela disse: não professor eu vou conseguir pagar. E o traficante foi na frente de todo mundo matou esse jovem num sábado movimentado. Em outro ponto no Comendador Leão – Buarque de Macedo – uma pessoa nossa que também saiu das drogas porque tinha conseguido um emprego. Uma semana antes, de ela assumir o emprego, um policial foi na frente de todo mundo e deu um tiro na cabeça dele. Essa morte mexeu muito com a gente, porque esse jovem estava lutando pra sair daquela história e foi terrível pra gente. Outra jovem envolvida por crack, nós conseguimos convencê-la para fazer o

tratamento. Uma dificuldade danada pra a gente conseguir o tratamento. Conseguimos o tratamento, ela fez o tratamento. Saiu das drogas, voltou pra casa e duas semanas depois ela foi assassinada na rua pelo traficante. Então assim, infelizmente as mortes continuam acontecendo. Penso que muito mais pela questão do tráfico de droga do que por outra coisa. Como o crack é uma droga cara em torno de dez reais uma pedra e a pessoa não consegue por hipótese alguma se libertar sozinha, e não tem como, porque o crack quando usado pela primeira vez a pessoa se torna independente. É a droga mais agressiva que se tem notícia hoje em nossa cidade – é o crack. Então, eu vou até colocar: entreguei a um Coronel e um representante da área policial, pontos de práticas de drogas aqui em Maceió. Eu falei para os dois que havia solicitado os pontos de Maceió que tem forte tráfico de drogas. Por exemplo: no Jaraguá, na própria Buarque de Macedo, inclusive nós presenciamos a pessoa no carro trazendo a droga. Só que a placa é uma placa fria. Nós anotamos a placa e ela não tinha nada haver. Praça Lions em sete coqueiros, Hotel Lagoa da Anta ali com a classe média, todo final de semana tem consumindo. A feira do rato, sinal do Unicompra ali na Cambona. E, aí saímos colocando alguns lugares. Então assim, a gente sabe que se a polícia não fizer um trabalho mais fortalecido com relação a isso, à população de rua vai ser aniquilada por conta desse envolvimento.

O senhor acredita no trabalho que desenvolve que ele é capaz de transformar?

Eu não só acredito como tenho situações nossa que acaba nessa história. Tinha um rapaz que morava na rua e era usuário de crack. Conseguimos um emprego para ele, mas o traficante ficou em cima. A polícia utilizou esse rapaz como informação. Esse jovem fardado de policiais levou os policiais até a casa do

traficante. Os policiais roubaram tudo o que os traficantes tinham: os objetos dos traficantes, o dinheiro, os aparelhos eletrônicos, a droga e próprio traficante, mas logo soltou. No outro dia o traficante foi matar o menino. Essa sala que você está aqui foi refúgio do garoto que hoje mora em São Paulo. Perdeu o emprego aqui, mas ganhou a vida lá. E lá ele está sendo assistido por uma entidade da Igreja Católica. E mudou a vida. De vez enquanto ele liga pra mim. Tem também uma linda menina que morava na rua. Conseguimos colocá-la sobre a guarda da tia. Hoje ela é a criança mais linda do mundo. Numa semana anterior essa criança foi internada com risco de vida na clínica, passou uma semana se recuperando do uso da droga do vício dela. E, hoje ela esta toda encantada, está à coisa mais linda.

Você acredita que elementos como educação e trabalho podem contribuir para emancipação verdadeira da criança e adolescente em situação de rua?

Nós fizemos algumas campanhas contra esmola em Maceió e com relação à criança e adolescente, “não dêem esmola, lugar de criança é na escola”. E a gente teve uma aceitação muito interessante. Como é que uma criança vinda oriunda de uma família carente vai acreditar que a escola vai mudar a vida dela se na rua ela já tem o dinheiro que naquele momento ela já precisa? Então o dinheiro que se é dado a uma criança tira dela o sonho de mudar a vida. Porque o sonho se torna realidade com o pouco dinheiro que é dado ali. E naquele momento aquela criança passa a não acreditar que a escola é a saída. Só que a escola dá saídas definitivas e a esmola é temporária. Antes de tudo isso, ainda tem que ver a família. É o trabalho que vai dar dignidade a uma família viver com as suas próprias pernas, suas próprias capacidades, sua própria força sem depender de outros.

ANEXO – E

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - OG - (05)

Quando e como você começou a trabalhar como educadora social de rua?

Foi a partir de 2005 quando eu fui convidada a participar do Projeto Guardião. Até então, não sabia como seria esse trabalho, uma vez que eu não tinha experiência com a população em situação de rua. Mas, a partir de 2005 quando nós elaboramos a proposta do projeto guardião e começamos o trabalho de abordagem de rua. Foi o primeiro contato com relação à população de rua, que até um tempo, eu confesso que eu achava que não teria muito jeito porque são situações muito fortes. E eu achava que eu não saberia trabalhar essa questão.

Quem é a criança e o adolescente em situação de rua de Maceió?

A criança é vítima de toda uma estrutura. Vítima porque a gente sabe que o problema não está na criança, o problema é muito além. É na família que a criança encontra muitas vezes, a família desestruturada, e sem contar a situação de mãe solteira que passaram por diversos relacionamentos. A criança presencia tudo isso na sua casa é uma situação muito séria que a gente se depara todos os dias. Eu não sei nem lhe explicar. São questões muito graves. Você ver uma criança que presencia sua mãe sendo violentada e presencia sua mãe sendo espancada. Ontem mesmo eu estive na casa de uma pessoa, que fui buscar uma criança pra levar para a Fundação, e quando eu cheguei lá ela estava. Ela me disse: olha pra aqui. Ela estava com as costas que parecia ter apanhado de chicote. Toda cheia de marcas.

Aí eu perguntei: o que foi isso? E ela me disse: foi o meu companheiro. Eu disse: mulher como é que você se submete a isso? Seus filhos presenciaram isso? Ela disse: presenciaram sim! O interessante que esse filho dela, o menino tem um comportamento muito agressivo. Aí é quando se explica. A situação dessa criança, o que ela vivência. A mãe foi espancada várias vezes. Algumas vezes tentei até tirá-la desse ambiente. Já que ela tem mãe e tem um referente familiar. Mas, quando chegou na hora ela disse: eu não vou. Eu vou ficar. E mais uma vez ela foi espancada. Então, a criança convive com isso é a mãe desempregada, é o pai desempregado ou a mãe que teve vários relacionamentos, a mãe que usa drogas. A criança presencia tudo isso. O ambiente em que ela vive não é muito favorável a um bom desenvolvimento.

Como educadora social de rua qual é sua forma de abordagem ou aproximação?

Desde o início do projeto, como tinha pessoas que estavam entrando no projeto e não tinham experiência nenhuma e eu também. Eu tinha com a população carente, mas aquela população que está num ambiente, que tem um relacionamento na comunidade, que têm vizinhos. É outra demanda. Então, logo no início quando começamos a abordar essas pessoas, a gente ficava um pouco até assustada. Qual seria a reação daquela pessoa que já ouviu tantas coisas, que já passou por tantas coisas, que já ouviu tantas promessas e que a vida dela não mudou? No início até tivemos algumas capacitações. Porque nós temos que chegar com muito tato, com muito cuidado porque tudo o que a gente fala muitas vezes eles entendem de forma diferente. Isso até acho que é uma forma de defesa deles mesmos. Porque muita gente já prometeu muitas coisas; ele viu muitas coisas; entra governo e sai governo;

vem projeto, e os projetos não dão continuidade, terminam ficam no meio do caminho. Esses acabam fazendo aquele vínculo que com o tempo é rompido. Sem explicação nenhuma simplesmente as pessoas vão embora e acabou. Então teve esse cuidado. Nós quando chegamos as pessoas queriam conversar com a gente. Só que hoje nós já chegamos num nível onde ele já não tem mais essa reação agressiva. Eles quando vêm a gente, às vezes até as crianças mesmo, eles dizem: tia eu quero falar com você. Já trata a gente pelo nome. A gente como também conhece pelo nome. A gente tenta assim, a usar a linguagem mais simples que não precise ninguém. Eles não vão entender nada se for com uma linguagem muito complicada. Então a gente chega de forma bem simples e conversa sobre o dia-a-dia deles, como a vida deles estão e começa essa aproximação de forma muito acessível a ele ou a ela.

Qual é a teoria que embasa sua prática?

O projeto guardião é baseado na teoria marxista, onde toda essa problemática surge do conflito entre classes: explorado e exploradores, capital e trabalho. Dessa relação conflituosa.

Existe um referencial que você utiliza para o seu trabalho na rua?

Temos algumas assistentes sociais que têm uma formação que é pra ter uma visão do todo, aí nós temos um coordenador que é professor e que ele tenta fundamentar o trabalho do guardião em Paulo Freire. É a gente respeitar a vivência dessa pessoa e mostrar a ela que ela tem um potencial e conhecimento que é importante. Na época em que fizemos a pesquisa com moradores de rua, nós percebemos que tem muitas pessoas que tem uma visão politizada de tudo e não é

aquela pessoa alienada não. Teve uma pessoa que fiquei até impressionada e não encontrei mais com ela. Ela ficava na Praça Deodoro e começou a conversar do que achava de tudo isso: falou de política, falou de economia, falou de tudo. Aí depois ele falou assim: desculpe-me, mas eu não vou querer que você preencha nada. Porque temos que pedir autorização para preencher o cadastro e tudo. Mas, ela conversou tanto e depois nós não nos encontramos mais. Não sei por que ele não quis se aprofundar muito. Mas, eles têm um conhecimento, eles têm uma vivência, tem uma experiência com as pessoas muito grande. Eu acho que às vezes a gente chega com a teoria querendo algo, mas eles têm a vivência, a prática no dia-a-dia passando por diversas coisas e daí passa ser discriminados de todas as formas. Eu acho que a teoria nossa é essa, é de respeitar mesmo. Eu acho que é fundamentado mais em Paulo Freire.

Qual a relação da instituição, a qual você representa com as outras instituições não governamentais?

Tudo deveria funcionar bem articulado, bem integrado só que as coisas não funcionam bem assim. Nós tivemos problemas até com a rede interna, a rede da Secretaria, imagine com a rede externa. Então, é complicado porque tem instituições ótimas. E quando a gente fala de uma possibilidade de haver até um convênio com a prefeitura eles não querem. Eles acham que o recurso é ilusório, o recurso é muito pouco e a prefeitura se mete muito na dinâmica da instituição e muitas vezes eles não permitem. Às vezes a gente até precisa está fora dos padrões, vamos dizer assim podemos fazer, um trabalho isolado independentes, que sobrevive de doações e que nós já falamos da possibilidade. E são pessoas taxativas que dizem: não quero convênio com a prefeitura. Eu posso atender a

demanda até que a prefeitura necessite, mas eu não quero convênio com a prefeitura. E já houve varias situações dessa forma. Uma questão que a gente queria muito que houvesse nos convênios.

Em sua opinião ocorreu avanços ou retrocessos após a aprovação do ECA?

Acho que já avançamos muito. Nós temos um caminho a percorrer, mas que já fizemos algo a ser considerável. Só que acho que aqui em Maceió ainda não tomou a força que deveria ter. A mesma coisa com a população, não somente a criança e o adolescente. Eu acho que a partir do momento em que tivermos voz de verdade a essas pessoas, as coisas começam a mudar. E isso começou com essa pesquisa com moradores de ruas que surgiu a partir de discussões, se eu não estou enganada foi no fórum com a população em situação de rua, onde essas pessoas estão deixando o silêncio pra poder falar pra todo mundo, que não querem ser mais invisíveis. Eu acho que as coisas vão tomar de agora em diante um novo rumo. Porque até quando a gente fez essa pesquisa mesmo, veio uma representante de Belo Horizonte - MG. Era uma pessoa que disse: na rua a gente ver de um tudo, mas a gente ainda tem uma solidariedade entre nós mesmo. E na rua eu bebi na rua eu usei drogas porque é o meio de sobrevivência na rua. Mas, só que agora eu não quero mais isso, eu tenho filhos, eu não quero que meus filhos passem pelo que eu passei. Por isso que a gente se engajou nesse movimento e estamos divulgando em todo Brasil o que é o morador de rua. Que não é aquela pessoa que deve ficar no canto esquecida, mas é aquela pessoa que tem seus direitos garantidos na constituição: que são pessoas e sujeitos de direitos, e que está tendo seus direitos totalmente violados. Nós sabemos que o ECA avançou, que deu um passo muito importante. Mas, a gente sabe que ainda na realidade as palavras parecem que não

saíram muito do papel. Por isso, que a outra realidade, é a rua. Um número grande de crianças passa pelas instituições e daí fogem. A gente percebe que para as crianças ficarem em um local, é preciso que se faça um trabalho, até porque, o problema é toda a estrutura familiar que está desestruturada. As crianças ficam nas instituições, não têm uma proposta pedagógica atrativa, não têm um ambiente bom que elas queiram ficar. O intuito delas é fugir. Nós adultos não ficamos muito tempo num lugar. Imagine uma criança com toda energia.

Há uma reta guarda nos trabalhos de vocês?

A reta guarda é um grande problema. Hoje nós temos o que? Casa de adoção. Com 72 horas a gente tem que comunicar ao juizado que a criança foi internada. Eu acho que deveria haver uma instituição que seria uma passagem. Porque as mães ficam já temerosas, quando diz: vai para casa de adoção e pelo tempo de 72 horas as coisas já começam a se complicar.

Existem crianças morando sozinhas nas ruas de Maceió?

Eu acredito que 100% das crianças têm referência familiar. E elas vão parar nas instituições porque os pais dizem que não têm mais pulso pra elas. Elas não ficam mais em casas e com o tempo há um desinteresse mesmo: a mãe, os pais não querem ter preocupação. Mas, a maioria dos casos estão relacionados às estruturas sociais. Às vezes a mãe é alcoólatra – eu digo por que já parei pra conversar com algumas crianças que se diziam muito problemática e a partir do momento em que você começa a conversar com ela, você começa entender o lado dela. É uma criança que está passando por uma situação muito complicada e muito

difícil pra cabeça dela. Então, era uma criança que chegava em casa e não tinha o que comer; era a criança que a mãe estava alcoolizada e o pai estava alcoolizado ou drogado ou com outros tipos de drogas. A situação até de higiene do ambiente não existe. Então, não tem nada que possa atraí-la para ficar em casa. Que permita ela ficar dentro de casa. A criança percebe que a rua é um ambiente livre. Ela está ali sem nós, sem nada, solta, come a hora que quer, não tem hora pra nada, ela não tem limite na rua. Ela não tem noção de que ali ela está jogando o futuro dela pela janela. Ela não tem noção. A única opção que a criança tem é a Rua, as brincadeiras de rua e as drogas.

Com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município de Maceió, pelo Estado ou pelo Governo Federal. Elas existem?

Sim. Penso que ela está muito fragilizada porque o que tenho visto: esses programas sociais que a gente sabe que não tem nada mais do que isso. São esses programas paliativos. Então, você tem uma criança que trabalha na rua ela tem dinheiro fácil. Essa criança é retirada da rua e colocada pra estudar e ter a jornada ampliada. Na jornada ampliada ela não tem nada, mas simplesmente o que deveria ter: era cultura, esporte, lazer e o reforço escolar. Então, a proposta pedagógica eu não conheço, não sei se é única ou se varia de núcleo pra núcleo eu não tenho conhecimento. Eu sei que muitas crianças entram e saem e às vezes permanece um bom tempo fora e a família continua recebendo aquela ajuda.

Enquanto educadora social de rua você encontra um adolescente na rua, e esse adolescente diz: eu quero sair da rua. Quais são as alternativas para atendê-lo?

Hoje, já houve alguns casos de adolescentes usuários de drogas pedirem ajuda. E eu digo: eu reconheço você. Muitas vezes a gente se sente até maltratado, porque você ver uma pessoa implorando. O Projeto Acolher atende até os 17 anos, mesmo assim, tem uma quantidade limitada de vagas. Tem a casa Dom Bosco que eu não conheço o trabalho, eu nunca fui lá saber como é o trabalho mesmo. Então, tem adolescente que tem problema com drogas e daí à gente encaminha para algumas casas de recuperação. Só que às vezes a situação daquele adolescente não é só passar o dia lá e sair. Às vezes é caso de internamento. Ontem teve uma mãe aqui que chorava desesperadamente. O filho pedia: mãezinha pelo amor de Deus não me deixe morrer! E ele se afundando nas drogas, ela já tinha pagado mais de mil reais aos traficantes, somente pra não ver o filho morrer. Então, ela chegou aqui no desespero total. Ela trabalha na casa de uma empresaria e estava vendo à hora de ver o filho morto. Então, nós conseguimos um internamento em uma instituição lá no Clima Bom. A mãe ficou muito agradecida por que ela não sabia mais o que fazer. Nesses casos não era situação pra ser complicada. Se uma pessoa está pedindo ajuda os caminhos deveriam ser mais fáceis, pra gente ter um resultado maior. Ser realmente eficiente, pois tudo iria fluir muito rápido. Hoje ela diz que quer sair das drogas, amanhã até por contato com outra pessoa ela vai se afundando. E a gente tem que aproveitar aquela oportunidade que ela está nos dando para fazer uma coisa por ela. E às vezes a gente se sente maltratada por falta de convênio, as instituições estão lotadas. Então nossa reta-guarda em relação a isso é muito pouco.

Há alguma instituição que realize trabalhos com as famílias das crianças e adolescente em situação de rua tanto organizações não governamentais quanto organizações governamentais hoje em Maceió?

Eu não sei o trabalho que é feito no Projeto Erê, eu não sei se ele atinge. A gente está tentando, mas temos muito a caminhar. Porque a gente sabe que sozinhos a gente não vai conseguir isso. Tem que está tudo muito articulado. Todo mundo enxergando a mesma direção. Porque não é fácil. Não é fácil mesmo. Muitas vezes a gente precisa recorrer à saúde, pelo fato dele estar sujo, pelo fato dele não ter documentação. Isso tudo a gente se esbarra em “n” problemas e “n” dificuldades. As coisas não são facilitadas para o morador de rua. Nós temos no bairro do Brejal famílias que moram ao lado do posto de saúde e não são atendidas quando é necessário por falta de documentação ou até mesmo eu acho que não é por isso é pelo fato de olhar e não querer atender. E quando a gente chega lá e a gente conversa, a gente consegue. Porque a gente consegue e eles não conseguem? E outra, eles não têm conhecimento de seus direitos. A população que esta na rua ela é totalmente alheia. Não sabem como ir em busca de seus direitos. E acham que um não deve ficar por isso mesmo e acabou. Ela deixa de ter assistência médica, ele deixa de ir pra escola. Isso porque ele não sabe e não tem conhecimento de seus direitos. E o nosso papel de assistência social é fazer esse trabalho e orientá-los aos direitos que lhes competem. Hoje a gente encaminha muitas pessoas à Defensoria Pública quando é necessário. Então a gente vai a esse trabalho com eles, só que a gente percebe que isso está muito distante. Eu lembro que teve uma situação na justiça itinerante e nós levamos algumas pessoas de rua pra tirar documentação. Eles estavam mal cheirosos, eles estavam com a roupa suja. Então, as pessoas

quando viam abriam aquele vácuo porque as pessoas tinham nojo. As pessoas olhavam pra eles e tapavam o nariz. Ele não está sendo visto como um cidadão.

Com relação às crianças e adolescentes em situação de Rua de Maceió existem números? É diferente a situação em outras capitais?

Ontem mesmo ligou uma assistente social de um Estado do Nordeste onde a instituição que ela faz parte acompanha criança que não é de rua e, ela anda querendo informações, dados e números. E ela entrou em contato com o Projeto Erê que há um bom tempo já trabalha com a população de adolescente e criança de rua. A instituição já nos indicou que não tinha dados nenhum e que não tinha informação nenhuma, e jogou pra gente. A assistente social disse: eu estou querendo em nível de pesquisa, estou precisando de algumas informações, até pra ver esse perfil das crianças de rua, aqui na cidade é assim, não tem muita coisa. A gente já está trabalhando essa questão, mas queríamos saber de outro estado. Até pouco tempo a gente não faz nenhum trabalho direto ligado a criança e ao adolescente. Às vezes tinham informações da família, mas pra dizer assim, nós temos um perfil da criança e do adolescente da rua daqui de Maceió, a gente não tem. Nesse momento a gente não dispõe, mas vai ter momento em que a precisa organizar essa identidade. Isso é uma preocupação nossa, porque a gente sabe que vai ser cobrado. Então a gente está se arrumando. A gente fez com base nas famílias que a gente abordou. Mais de cem famílias estão sendo acompanhadas. Então, assim, breve podemos entregar essa informação, até porque seremos cobrados com relação a isso.

O que acontece com essas crianças que desaparecem das ruas de Maceió?**Existe um trabalho sendo realizado?**

Das famílias que a gente atende eu não me recordo de nenhuma situação dessas. Apesar de que tive contato com outros colegas que trabalha em outros projetos, já houve varias situações nesse sentido. Isso já aconteceu até com jovens atendidos por nós, já aconteceu uns três. Um foi na Casa Vieira por conta do traficante, o outro foi ali próximo ao hiper e o outro foi no Jacintinho. A isso a gente tem conhecimento. Agora de criança nessa situação eu sei que existia, mas eu não tenho conhecimento aprofundado dessa situação.

Você acredita no trabalho que desenvolve? E que esse trabalho é capaz de transformar essa realidade social?

Eu acredito. Só que a gente sabe que não é o projeto guardião sozinho que vai conseguir mudar essa realidade. Isso é a sociedade é a classe política, os governos. Todo mundo tem que se envolver nisso. Porque a população esta aí pra todo mundo ver. E muita gente passa e finge que não está vendo: só se acomoda se for assaltado, for roubado. Outro dia mesmo, teve uma denúncia de criança e adolescente no mercado público de Jaraguá. Então eu fui até lá, juntamente com a outra assistente social. Quando chegamos lá, o segurança disse: a situação aqui está demais. Outro dia mesmo eu peguei uma borracha e eu bati nele. Aí eu disse: o senhor sabe que está errado e não pode fazer isso! Posso sim, porque aqui é meu trabalho, e ele está importunando meus clientes e meu trabalho aqui. Eu disse: não, o senhor está errado. E o senhor poderia ir preso até por isso. Aí ele disse bem assim: mas, a gente liga para o conselho tutelar e para outros lugares e nada é resolvido. O Conselho Tutelar nunca passou aqui pra ver a situação dessas

crianças. Eu disse: no momento não tinha nenhuma criança. Só tinha um rapaz engraxate. Mas, não estava incomodando ninguém e segundo a denúncia eles estavam entrando e agredindo até de perto, além de roubar alimentos das mesas dos clientes. Alguns funcionários de lá da loja já tinham fechados as portas, e disse que não queriam. Porque quando chegavam de manhã estavam dormindo na porta de entrada e daí tinha que passar por cima das crianças que estavam dormindo. Já liguei várias vezes e a gente já mandou “n” ofícios e nada. Eu disse: cadê, tem algum garoto aqui. A mulher disse, tem aquele ali dormindo. Quando eu cheguei lá era um que eu já conhecia que já tinha passado pelo Projeto Acolher. E pelo que me recordo é um ótimo menino, eu digo por que tinha algumas assistentes sociais apegadas a ele. Como a gente trabalhava com outra demanda, mas fazia parte da mesma instituição, pois, eu acabava me envolvendo nas coisas das crianças do Acolher. Fui algumas vezes fazer visita domiciliar na casa desse menino. A mãe e o padrasto eram alcoólatras e, seu padrasto vivia batendo na mãe. Vendo essa situação a criança resolve não mais querer ficar em casa. É um ótimo menino. O segurança disse: mas hoje ele me respeita. Eu disse: mas isso moço é culpa nossa. Toda essa situação não é culpa minha não. Eu disse: é culpa nossa, sabe por quê? Porque quando há um desvio de dinheiro desses políticos era pra gente fazer algo e daí nada é feito. Esse dinheiro que são desviados era pra ser entregue aqui. Está entendendo? Era pra serem destinadas as escolas, ser destinada a saúde. Assista à televisão. Ah, isso tudo é normal. Mas, todo mundo já está tão habituado em assistir a roubalheira e a safadeza dos políticos que acham ser normal, e no próximo ano à gente vai estar votando nesses mesmos ladrões novamente. Então está aí, e o que é que a gente faz quando o político passa na porta da gente, a gente faz questão de apertar a mão dele e botar o papelzinho na porta. Então isso é culpa nossa: a gente

não pode dizer que é culpa não. Porque é culpa minha, culpa do senhor culpa de fulano de tal é culpa dos clientes que freqüentam aqui. Porque a roubalheira acontece e ninguém não se manifesta. As pessoas comem tudo caladinho, no outro ano esta lá voltando nele de novo. Então é culpa de todo mundo. Então se a gente não fizer alguma coisa agora, o que essas crianças vão construir mais tarde. Apenas vai ter presídios. É a única coisa que vai ter construído: condomínios e presídios. Aí eu falei: se eles voltarem o senhor não faça isso não. Agora eu vou encaminhar até o conselho pra pedir uma ação conjunta pra gente ver o que é que a gente pode fazer por ele.

Você acredita que os elementos como educação e trabalho podem contribuir para que essas pessoas sejam verdadeiramente incluídas na sociedade?

Saúde, educação e trabalho são fundamentais não somente para as crianças e adolescentes, mas para todos nós. Ontem mesmo a gente estava até conversando aqui na sala eu disse: olha os programas sociais, que maravilha! Num país em que o desemprego é enorme, o governo ajuda oferecendo ao povo: bolsa família, vale gás e outros, isso não deve ser dado a ninguém. As pessoas que precisam de educação, as pessoas que precisam de saúde. Isso são esmolas sociais que não vai mudar a realidade deles de jeito nenhum. O que é que está criando? Outro sobrevive do bolsa família e não quer mais trabalhar, porque sobrevive do bolsa família, do vale gás. Isso foi uma entrevista que li na folha de São Paulo. Outra jovem que vivia do vale gás e vale creche, ela disse: eu não quero mais trabalhar porque ganho tudo isso, e daí dá pra sobreviver. Será que realmente diminuiu a pobreza? Não vejo muita diferença não, houve muita melhora, mas é preciso que haja um compromisso de todos nós. De certa forma meu trabalho como educadora social incomoda a

sociedade. Incomoda porque ela acha que esses meninos deveriam estar presos e esses meninos não têm mais jeito. É engraçado, eles não têm mais jeito porque é filho do pobre do miserável, trata da pessoa que não tem nada. Quando é filho de rico aí tem jeito. Agora quando é uma criança ou um adolescente pobre aí é vagabundo e ninguém quer ver a história de vida dessa pessoa, ninguém quer ver nada. Uma pessoa que não teve chance nem oportunidade em sua vida. Quando é o rico você coitadinho, mas tão bonito, e esquece. Você não quer ajudar. Agora quando você vê o pobre é aquela coisa: pobre nasceu pra se ferrar mesmo. Porque as pessoas não têm dó nem piedade. Cada família é uma família; cada caso é um caso. Você pode passar por uma situação e ter uma reação, eu posso passar por outra e ter outra reação. Você pode se revoltar por uma coisa, ter sofrido o pão que o diabo amassou e querer voltar pra sua mãe. Mas, se ela não teve não teve carinho nem nada, quando ela chegar e ver a família dela, ela vai fazer muito provavelmente a mesma coisa. Ela não sabe e não tem noção do que é um afeto. Ela não tem consciência do que é isso, então ela faz a mesma coisa. Eu moro num local onde tem a cidade de Iona ali perto tem muita gente que diz: há um monte de marginal morando lá. Eu digo: não por que eu trabalhei e fiz cadastro junto aquele povo. Aí tem pessoa do bem. Mas tem muitas pessoas que estão andando por caminho ruim. Do mesmo jeito que aqui na Ponta Verde tem muita gente, só que tudo se acoberta. A realidade é camuflada: com carro do ano, com roupa de marca, aí todo mundo aceita. Quando vê a pessoa maltrapilha aquele é um vagabundo que não quer nada na vida. E as pessoas que tiveram todas as chances, todas as oportunidades teve tudo na vida e hoje é um marginal e bandido. O que dizer? Vai dizer que foi o que?

ANEXO – E

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - OG – (06)

Quando e como você começou a trabalhar como educadora social de Rua?

Quem é a criança e o adolescente em situação em Maceió?

Inicialmente eu comecei a trabalhar com o público alvo diante da necessidade e da grande incidência de criança, adolescente e família em situação de Rua. A criança e o adolescente de rua eles estão sintonizados na questão da desestruturação familiar e da necessidade de buscar alguma forma que supra as suas carências e as suas necessidades sociais. E, no entanto, eles vão as ruas buscar algumas soluções pra suas necessidades. A gente observa muito também, que na maioria das vezes existe a falta de vínculo familiar. Embora muitos morem com seus pais.

Há uma abordagem inicial desse trabalho? Como acontece essa aproximação com uma criança ou adolescente de Rua?

A nossa metodologia de trabalho é de abordagem de rua. Nós vamos à rua porque lá vamos conhecer de uma forma mais concreta a realidade dessas crianças e adolescentes.

Como é feita essa aproximação?

Geralmente nós trabalhamos em equipe. Nós nos identificamos enquanto educador da instituição, procuramos saber a sua identificação, qual sua necessidade maior o porquê daquela criança e adolescente estar nas ruas num momento em que

eles deveriam estar na companhia ou de suas famílias ou na escola. No entanto, a gente tenta uma aproximação com a família pra tentar reintegração familiar e buscar alternativas que supra essa necessidade de levar essas crianças às ruas.

Como você se identificou enquanto educadora social de rua?

Além do fato de gostar de criança, a gente procura de certa forma buscar alternativas pra tirar essas crianças dessa realidade. Porque o que desejamos é garantir o direito dessas crianças. E quando elas estão na rua, elas estão em situação de risco e violação de direito. O nosso trabalho é articulado com o Conselho Tutelar, com as demais instâncias e políticas públicas, e dessa forma numa ação integrada nós buscamos alternativas para solucionar esses problemas da criança e do adolescente em situação de rua.

Qual é a teoria que embasa sua prática? Onde você vai buscar esses referenciais? Como é feita essa formação?

A teoria que embasa é a teoria marxista na perspectiva crítica de fazer com que as pessoas se entendam como sujeitos de sua própria história.

Há um processo de formação do educador pra trabalhar inicialmente com esses meninos ou chegamos à Universidade e já vamos trabalhar?

Tem toda uma preparação sim, porque lidar com a criança e o adolescente é preciso antes de tudo ter toda uma sensibilidade de chegar junto, de abordar e de conquistar. Porque não é só você chegar e conseguir que ele tenha já confiança, e você enquanto profissional e pessoa. A pessoa deve criar o vínculo e conquistar a confiança pra que ele possa passar todas essas informações e acreditar que diante

dessa abordagem e intervenção, ele pode ter uma perspectiva e uma qualidade de vida melhor.

Durante essas três últimas décadas você identifica avanços ou retrocessos na área da infância no Brasil?

Acredito que houve avanço sim, principalmente com a implantação do ECA, do estatuto, mas assim, penso que cada um de nós temos muito o que conquistar, principalmente na área da criança e do adolescente. Se não houver uma ação integrada, nós não vamos conseguir atingir muito objetivo.

O que você pode nos falar enquanto educadora social com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município de Maceió, pelo Estado ou pelo Governo Federal.

Penso que as políticas públicas elas tem impactos muito grande desde que elas sejam reconhecidas realmente como direito e, que essas pessoas tenham essa consciência. Como eu tinha falado anteriormente: se não houver uma ação em conjunto, uma ação articulada com todas as políticas públicas, nós não vamos conseguir avançar.

O que há efetivamente de políticas públicas aqui em Maceió relacionado à criança e adolescente? Qual o trabalho que é desenvolvido para aquela criança e aquele adolescente que estava na rua?

No tocante as políticas públicas relacionado a criança e adolescente, nós temos o projeto guardião da cidadania que funciona como centro de triagem, mas dá um todo direcionamento as demandas apresentadas pela criança e adolescente.

Nós temos o projeto Acolher que também é uma casa-abrigo que acolhe as crianças que estão em situação de rua e que viabiliza a reintegração familiar, como direcionamento a outras instituições e projetos. Estamos em parceria com o projeto 'Lar Coração de Jesus', onde essas crianças estão tendo todo um trabalho educativo e sócio-educativo.

Mas, a nossa necessidade maior no tocante a população em situação de rua é a carência de uma política pública direcionada a essa população. Uma política que viabilize condições de autonomies pra essas famílias, de estruturação. No contexto geral nos observamos que o que leva as pessoas pra ruas, o fator maior é a ausência de qualificação profissional, é falta de estrutura, o analfabetismo, a evasão escolar e outras questões que faz com que essas pessoas fiquem na rua. Então assim, nós necessitamos primordialmente de uma política pública direcionada para a população em situação de rua.

Como é desenvolvido o seu trabalho diariamente? Como você se organiza dentro desse processo da instituição governamental?

Nossa prática se desenvolve através de três vertentes: primeiramente a abordagem de rua, em seguida os encaminhamentos, e posteriormente o acompanhamento a essas famílias. Nós realizamos a abordagem e em seguida temos todo um processo de acompanhamento até que a gente possa dar resolutividade a esses problemas. Logicamente portando com toda uma estrutura e articulação com as demais políticas pública.

Algumas vezes as crianças e os adolescentes somem da rua. O que acontece?

De forma considerável acredito que tenha diminuído isso. Penso que a responsabilidade dos órgãos de segurança pública tem agido de forma mais efetiva em relação a esse caso específico.

Seu trabalho enquanto educadora social ela incomoda a sociedade? Como é visto o seu trabalho? Como é que você se percebe?

Não incomoda. Penso que a sociedade hoje em dia se preocupa por dois lados: tanto de ver uma ação mais ativa em relação às crianças e os adolescentes, como também, de ver que nós enquanto profissionais estamos tentando intervir pra que essa realidade mude. Nós contamos também com a parceria e a colaboração da própria sociedade nesse sentido.

Você acredita que o trabalho que desenvolve ele é capaz mesmo de transformar a criança e o adolescente de Rua?

Com certeza. Se eu não acreditasse eu não estaria realizando esse trabalho. Eu acho que unindo forças e determinação de todos os órgãos públicos e da própria sociedade nós vamos conseguir chegar lá.

Você acredita que elementos como educação e trabalho pode contribuir para emancipação dessas pessoas que está aí excluída e na rua, principalmente com relação aos adolescentes?

Totalmente. Penso que a base é a educação. A criança e o adolescente têm que está na escola. A família tem que está estruturada. O pai tem que ter resolutividade para os seus problemas, e a mãe pra que ofereça confiança a essa

criança a essa criança e a esse adolescente pra que ele possa pensar e assim ter uma perspectiva de um futuro melhor. É importante saber que a inclusão social começa com o trabalho pra que as pessoas tenham condições de ter uma vida digna.

Com relação aos limites e as impossibilidades: essa ação do educador social de rua. O que você tem a dizer?

As possibilidades são muitas porque a gente tem que acreditar realmente no que faz e tem que contar efetivamente com o poder publico. As possibilidades são de acreditar que essas famílias, crianças e adolescentes elas possam evoluir enquanto pessoa. De saber que existe uma rede de atendimento que vai viabilizar a proteção social dessas pessoas. E os limites é entender a ausência de uma política pública efetivamente direcionada a essa população. Isso é uma carência que causa um grande impacto diante de falta de alternativa que a gente tem pra essas pessoas.

A sociedade com um todo tem participado ou está afastada dessa discussão?

Ela tem participado sim. É impossível a gente realizar um trabalho como esse se não houver a participação da sociedade.

APÊNDICE – A

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - ONG – (01)

Quando começou a trabalhar como educador/a social de rua?

No ano de 1999, ainda estava na UFAL cursando Filosofia – na época apresentávamos um programa na rádio universitária. Um amigo que encontrei num ônibus me falou que havia surgido uma vaga de educador social no Projeto da Universidade. Então, disse a ele que tinha interesse e que conhecia o Projeto e algumas pessoas que trabalhavam lá.

No mesmo dia em que participei da entrevista, já comecei a trabalhar. Isso já faz 10 anos, tenho adquirido diversas experiências ligadas à área social.

Como se identificou enquanto educador/a social de rua?

Desde que me entendo de gente, eu me percebo um educador. Então, tinha uma militância no movimento estudantil e querendo, ou não, você estabelece uma relação de transformação social. A gente tenta educar o mundo e se educar diante do processo.

O trabalho com esses meninos, me fez ter um contato e poder perceber essa relação da educação de uma forma mais didática mais profissional. Não era uma questão espontânea, mas era algo que eu tinha que me preparar realmente, por que não é só você dizer: sou um educador. Tem muita coisa já escrita a respeito do trabalho com meninos de rua. Aí você tem que se apropriar pra poder ter essa

orientação. Acho que até hoje eu sou um educador em construção, nesse aspecto. Aí eu percebi essa mudança de nomenclatura meninos de rua – o que antes o próprio código de menores já estabelecia referente alguém em situação irregular. – isso realmente gera uma mudança – na cabeça, na sociedade, na cabeça dos educadores e dos meninos também – mas, sempre se coloca – independente – que se vê é sempre uma questão pejorativa. Pois, se é menino de rua, se é em situação irregular – se é criança e adolescente – em estado de vulnerabilidade – é sempre uma questão pejorativa. São crianças e adolescente que de acordo com a situação do nosso país se encontram em situação desfavorável – mas, são crianças e adolescentes. Não tem outro nome que você possa dar – a não ser esse.

Qual a Teoria que embasa sua prática? Como você se constitui nesse processo da educação social de rua?

Tem um material que é básico – que é um diálogo entre Paulo Freire e educadores sociais de rua. Esse material serve de inspiração pra todas as pessoas que trabalham nessa área com esses meninos – já tem mais de 15 anos de publicado – ele é muito atual. Como consta no material: a própria experiência do Projeto alternativo de apoio a menino e meninas de rua que era um – Projeto da FUNABEM – um projeto do Governo Federal que lançou uma cartilha que questionava se era possível educar na rua. Isso é um material elementar pra gente. Os conceitos da educação popular, tudo isso daí, foi o que fundamentou e fundamenta ainda a nossa prática – uma perspectiva partindo da própria iniciativa dele – na qual ninguém muda ninguém. Esse não é o nosso papel – a gente não está ali pra tirar da rua – nós estamos lá pra poder dialogar com essa situação que

eles estão vivendo. Portanto, estamos nesse contexto para apontar outra perspectiva que nem sempre é a ideal – às vezes é a que é possível.

Como é a sua relação – enquanto educador social de rua - com a ONG em que você trabalha?

Quando a gente fala nas instituições, elas meio que engessam a atividade do educador, pois, a instituição tem um projeto pedagógico. E ela tem uma demanda de atendimento que é específica e que muitas vezes esbarra naquilo que o educador deseja. E durante esse processo de caminhada aconteceu muito isso – de você esbarrar. Muitas vezes você encontra um menino que já passou dos dezoito e não pode ser atendido, simplesmente porque acabou de completar seus dezoito anos. Mas, infelizmente as instituições só podem atender até os dezoito anos – e aí você passa pra uma ação meio que pessoal – você percebe que o compromisso não pode ser quebrado simplesmente por causa de um ano de vida a mais que essa pessoa fez e que já não se enquadra mais no que a instituição se propõe a atender.

Particpei de dois projetos: um Projeto da Prefeitura de Maceió que trabalhava com a demanda de meninos e meninas de rua, e o outro era um Projeto do Governo Federal do Ministério da Previdência – a gente trabalhava a questão da formação comunitária, aí não era especificamente com meninos de rua, mas com a população carente de todos os Estados.

Avanços ou retrocessos? O que mais ocorreu nestas três últimas décadas na área da criança e do adolescente no Brasil?

Penso que houve avanço com a aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente. Ao tirar meninos e meninas da situação irregular e colocá-los dentro da situação de proteção integral, isso já é um avanço. Mesmo que o Estatuto não seja implementado na sua integralidade, mas você muda o paradigma, constrói outra perspectiva de atendimento e abre uma série de outros atores envolvidos no processo como; conselho tutelares.

E com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município, pelo Estado de Alagoas, ou pelo Governo Federal?

Elas não existem. O que existem são paliativos – são políticas que não são estruturantes, que não trazem dignidade para o povo – são projetos emergenciais que têm uma importância, mas como eles mesmos dizem: são projetos emergenciais que são para atender uma emergência e não uma política permanente. As políticas permanentes estão voltadas para a educação e saúde – e pra essa população com a qual eu trabalho que são meninos de rua, não existe. É muito difícil você colocar um menino de rua na educação formal. Ele não está preparado para a escola, nem a escola está preparada para recebê-lo. Tem que ter uma metodologia e um espaço que possa está preparando esse menino pra entrar na educação formal. É fundamental que hoje uma preparação e não acolher simplesmente o menino e jogá-lo lá – é preparar ele - e preparar a escola que está recebendo-o.

Quais às políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes em situação de rua no município de Maceió?

O que existe no município é o projeto o guardião que foi criado nesta gestão. O Guardião foi criado nessa gestão pra estar trabalhando com meninos de rua. Ao observar esses projetos percebemos que existem críticas sobre ele. Mas, é importante entender que a realidade desse contexto de menino de rua não mudou. Então, hoje a praça dos martírios, que era a maior concentração de meninos e meninas de rua, já não existe mais. Isso porque eles estão em casas alugadas pela prefeitura.

Aí você vai questionar quais são as situações dessas casas – se realmente são casas se não são. Mas, realmente eles estão lá e o problema é não só dar casa, ou seja, criar um espaço e colocá-lo. É preciso de toda retaguarda de acompanhamento que possa criar realmente outra perspectiva e que isso não seja apenas um projeto ou um programa da prefeitura, mas que seja uma política permanente. Que amanhã não se troque o Secretário de Assistência e se acabe o programa. Pois, o grande problema da política desenvolvida pelo município, tanto pelo Município, quanto pelo Estado é a descontinuidade. Então, assim, você faz, mas aí troca-se o gestor e muda toda a estrutura. Dar-se um sentido de um programa político e não social. Isso é complicado! Mas, já avançou bastante. Teve um período que eu trabalhei dentro do próprio município. O mesmo pediu que eu fizesse um levantamento dentro da Prefeitura de Maceió para saber se tinha possibilidade de enquadrar os meninos de rua. Naquele pedido – há seis anos – o único programa que existia oportunidade de enquadrar os meninos era o auxílio funeral. Penso que alguma coisa avançou, não na qualidade que nós esperávamos, mas, alguma coisa está sendo feita.

O Estado desenvolve alguma ação social direcionada aos meninos e meninas em situação de rua?

O papel do Estado hoje é meio que limitado. Porque, quem tem o papel de executar a política de assistência é o município. O Estado está mais para gerenciar os programas do Governo Federal. Isso tem acontecido, mas ainda deixa muito a desejar, justamente porque nós fazemos esse acompanhamento, viajamos e vemos o quanto de fragilidade existe nesses programas. A pessoa viaja pelo interior e vê que alguns programas não têm condições adequadas de funcionamento, por exemplo – o PETI. Acho que falta por parte do Estado uma maior fiscalização desses programas.

Você entende que há uma mudança de paradigma onde o Estado passa a ser o gestor e não o executor dessas políticas?

O município é que tem que ter esse papel de executar. Então, assim, nós não podemos ficar condicionados ao Governo Federal. O Município é quem conhece a sua demanda, quem conhece o povo, os meninos, as crianças e os adolescentes de seus municípios e sabe o que tem que ser feito. – Esse é o grande problema hoje, porque muitos desses municípios só têm as ações que vêm de fora: o PETI, o bolsa escola, o bolsa família e isso muitas vezes não atende à demanda do município. Fica difícil enquadrar um menino de rua num programa do Governo Federal, até porque alguns meninos não atendem os critérios exigidos.

Como se desenvolve o seu trabalho enquanto Educador/a social de rua?

Desde 1999 muitas mudanças refletiram na ação dos educadores. Há nove anos era possível observar que os meninos eram mais receptivos a determinadas ações e projetos. Eles queriam pintar, queriam brincar, e hoje não, pela própria revolução da sociedade eles são mais pragmáticos eles querem saber: o que vocês têm mais para me dar? Eu não quero pintar, eu quero uma casa pra morar, um trabalho pra trabalhar! Então, assim, aquelas ações que os educadores desenvolviam hoje não são mais possíveis. Não existe clima pra gente estar pintando. O universo lúdico se quebrou e hoje a vida é a dinâmica da rua e da sociedade que exige outra forma de ação desses educadores. Uma ação mais política de reivindicar, por que também, não é nosso papel dar emprego, nem casa. Aí vem o papel do cidadão, do ser político que o educador também tem que ser, de cobrar do governo, da sociedade a sua responsabilidade.

Qual a situação das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Maceió?

A última pesquisa que se chamou de senso da população de rua que foi desenvolvido pelo ministério do Desenvolvimento no ano passado ainda não foi divulgada. Com relação ao resto do país, realmente, aqui nós vivemos uma situação atípica, porque você viaja vai pro Recife, vai para Aracajú, até mesmo no Rio de Janeiro, você vê coisas acontecendo, que poderiam acontecer aqui e não acontece. Em Recife o menino de rua diminuiu bastante e aí você se pergunta: se lá é possível, porque não pode ser possível aqui também? Mas, aí você esbarra numa questão cultural e política. Vale lembrar que as pessoas estão sempre ligadas há outros interesses que não são unicamente de interesse coletivo, de interesse dos

meninos. Então, a questão política está sempre por trás, muitas vezes a gente deixa de apoiar uma ação que é boa que é importante, porque alguém que é de outro partido foi quem lançou a proposta.

Algumas vezes as crianças e os adolescentes “somem” da rua. O que acontece?

Extermínio. Sobre o extermínio, é válido dizer que no início da década de noventa até o final da década de noventa, tínhamos uma ação voltada e direcionada para o extermínio desses meninos que estão morando na rua. E hoje isso meio que mudou. Antes matavam os meninos que estavam nas ruas. E hoje as pessoas não dão esse direito dele vir pra rua, ele é executado na comunidade. Antes os meninos conseguiam até sair da comunidade e vir morar na rua, eles morrem nas comunidades, antes mesmo de poder chegar a serem meninos de rua. Isso nós estamos percebendo nas comunidades carentes como Vila Brejal, Village. Os matadores são desde aqueles que são chamados de justiceiro, ou àqueles que acham que estão fazendo uma assepsia social, estão fazendo uma limpeza, um bem pra humanidade, até mesmo pelos próprios comerciantes que muitas vezes se sentem ameaçados com a presença destas pessoas e, também, em número menor a violência entre eles mesmos. Hoje nós vivemos essa situação onde a população infanto-juvenil não tem o que ganhar muito menos o que perder. Esse é um problema e um desafio nosso. Seria importante criar uma nova perspectiva pra essa população e mostrar para eles que na vida existem outros valores e outras possibilidades que não sejam só essas. Que não se resume no tráfico ou no roubo. Porque infelizmente pra esses meninos não está sendo uma opção. Eles não estão optando pelo tráfico ou pelo mundo da criminalidade. Eles estão sendo impostos a

essa situação porque não existe outra perspectiva. Um jovem vai procurar um emprego e uma primeira coisa que é perguntado é se ele tem experiência profissional.

Você acredita no trabalho que desenvolve? E que trabalho é capaz de transformar a realidade?

Sim. Eu acho que esse é o caminho. Nós temos que saber conciliar as questões ligadas à prática educativa com a questão política. Só a ação educativa não é suficiente. É importante que toda sociedade esteja envolvida para que os dois caminhos sejam conciliados: prática educativa e política. Tem que fazer isso, porque muitas vezes existe o desejo de mudança, mas, aí não é só o menino querer a situação pra que essa mudança aconteça tem que está posta. É fundamental que a sociedade juntamente com a família realize seu papel. Porque só assim é que pode acontecer. Pois, muitas vezes ouvir algumas crianças falarem: pelo amor de Deus me tire da rua e você não ter o que fazer. E o desejo era real. Uma vez eu estava trabalhando lá num projeto da prefeitura e aconteceu um fato inusitado, cinco meninos chegaram lá no projeto e disseram: nós queremos sair da rua. E você ter que dizer pra eles: olhem, vocês vão ter que ficar na rua porque não existe local pra vocês irem. Não existe!

As condições devem estar postas. Todo mundo tem que cumprir sua parte neste processo, pra que essa mudança aconteça. E a educação tem o papel de poder estar fazendo essa mediação de poder e reflexão com esse menino. Poder mostrar pra eles que a situação que estão vivendo não é um acaso, um castigo de Deus, mas é que fazem parte de um contexto, e que é um contexto perverso e que eles precisam ser os grandes agentes dessa transformação. Pois, se essa mudança

não partir deles, dificilmente eles vão conseguir. Nunca se colocar como “Salvador da Pátria” ou “o Messias” que esta aí pra salvar à vida desses meninos. Penso que o salvador de alguma coisa são eles mesmos. O nosso papel é poder mostrar isso, poder estar trabalhando essas questões que possam realmente dar elementos para que eles possam dar essa virada na vida deles, a partir do despertar de sua consciência.

Você acredita que elementos como educação, trabalho podem contribuir para uma emancipação dessas crianças e adolescentes em situação de rua?

Sim. O caminho é esse. É educação, é trabalho. A gente não pode condicionar o ser humano a estar recebendo uma cesta básica todo mês de uma instituição. Isso é uma questão emergencial. É pra suprir uma necessidade emergente. E não pode funcionar como política permanente. O que vai dar dignidade mesmo, e transformar a vida desse povo é a emancipação é o trabalho é a educação de qualidade que tem que ser ofertada pelo Estado.

APÊNDICE – B

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - ONG – (02)

Quando começou essa caminhada como Educador/a social de rua?

Em 2003 eu terminei a universidade e saí à procura de trabalho, foi quando eu conheci uma organização não governamental. E, então no ano de 2003 comecei a trabalhar em um projeto, sendo que, na posição de educador social de rua. No primeiro momento tive um choque na conversa inicial com as coordenadoras, pela questão mesmo da ideologia que elas traziam e do que eu pensava em relação a trabalho. Mas, enfim, aceitei o trabalho e comecei a desenvolvê-lo junto com algumas pessoas. Esse período foi muito difícil pra mim porque nunca tinha tido contato com esse público e não sabia de que forma eu poderia ajudar. Mas, aos poucos fui tendo ajuda de algumas pessoas e aí foi quando a gente foi começando a construir alguns trabalhos coletivos e o trabalho foi andando. O trabalho era feito na praça dos martírios onde tinha uma concentração de um grupo de meninos e meninas de rua e na feira do rato no Centro de Maceió.

Nunca tinha tido nenhum tipo de experiência com população de rua, e nem com movimentos sociais. Só na universidade mesmo. Eu me encontrei nesse trabalho, e pra mim veio, enquanto um lado profissional mesmo, eu não via enquanto movimento de caridade. Nunca pensei dessa forma, até porque, eu sabia que tinha pessoas que ganhavam em cima daquela miséria alheia. Então, fomos fazendo o trabalho. Eu fazia questão de anotar. Pois, tinha um diário de campo que sugeriram na instituição pra fazer isso, mas enquanto pensamento sociológico e

antropológico, eu achei por bem fazer um diário de bordo. E fui fazendo esse diário com anotações minha e de uma companheira holandesa que trabalhava conosco e que estava fazendo pesquisa e morando no Brasil em Maceió por algum tempo. Aí trocamos algumas idéias, a partir de uma dupla visão: ela com a visão de lá de fora e eu com a visão daqui de dentro, isso foi muito bom, muito produtivo. Porque a gente começou a pensar até mesmo na própria instituição, não só o trabalho em si, mas como as pessoas dentro da instituição se comportavam e aí a gente comentava muito entre a gente, o modo de fazer e ser dessas pessoas que faziam instituição.

Existia algum processo formativo dentro da instituição - ONG? Como que os educadores/as se organizavam para o trabalho?

Dentro da instituição eu nunca participei de nenhuma formação. Tinha as reuniões que eram mais reuniões de lava roupas sujas do que discussão profissional mesmo. A base teórica que eu tinha foi a que eu adquiri na universidade na área da antropologia urbana. Então, isso eu levei pra questão da educação social de rua. Existia uma discussão mínima dentro da instituição e as pessoas criticavam muito o modo de fazer, por não conhecer. E, mesmo assim, pegavam o modelo pronto que aqui não tinha como colocar em prática. Ficou um trabalho meio que enterrado no início. Isso porque a gente foi aos poucos tentando convencer as pessoas da coordenação, principalmente à coordenadora da educação social de rua a inovarmos o trabalho a construir de uma forma diferenciada. Nós de certa forma conseguimos isso. No meu caso, nesse período que eu passei de novembro de 2003 até junho de 2004, foi o período que fiquei na instituição. Nesse primeiro momento eu trabalhei muito com a antropologia, então tudo eu anotava: comportamento, atitudes, jeito de ser, de fazer. Tinha pretensão de escrever um

trabalho junto à FAPEAL com essas anotações que eu tinha, mas nem tanto não tive o apoio da própria instituição. Por isso, eu desisti e também veio o fato de eu me afastar de lá, porque consegui outro trabalho dentro dessa linha da educação, só que em outra instituição não governamental.

Inicialmente a idéia era trabalhar com educação social de rua, só que isso não chegou a acontecer também. Porque não tinha uma organização programada, então eu fui contratado para participar como orientador de jovens infratores e, no entanto, esse trabalho não chegou ser a realizado – eu recebia para não trabalhar. De certa forma isso foi cômodo e também foi quando eu enchi o saco, e aí eu pulei fora.

Quais as possibilidades ou limites, imaginando a rua enquanto cenário do seu trabalho, o cenário em construção, onde você desenvolve a sua prática.

O primeiro momento em que cheguei à rua foi assustador! Não sabia que era do jeito que eu encontrei o que as pessoas encontram quando vêem. Então, assim, presenciava crianças de 2 anos, 4 e 5 anos morando na rua, pois eu não imaginava ver crianças com essa idade nessa condição de vida. Principalmente vivendo com sua família. A impossibilidade se deu a partir dos seguintes momentos: o que fazer? E como fazer? Até que fomos buscando forma e como chegar junto dessas pessoas através de desenho. Então assim, foi sendo criado um vínculo de conhecimento, até que eles também pudessem falar mais sobre si. Alguns trabalhos muitos produtivos como, por exemplo, o da banda, quando existia na rua. Todos eles participavam daquele momento e tinha momento de construção educativa, ali não era a banda pela banda. Eles tinham interesse de aprender, de tocar um instrumento e etc. Eles participavam das atividades lúdicas que eram propostas por nós educadores. E nas falas deles, ouvíamos dizer que gostava daquela atividade e também de nossa

presença ali. Isso foi me deixando mais a vontade na rua, passando o momento de impacto veio à questão da assimilação da doação mesmo, da convivência com essas pessoas.

Como era o trabalho realizado por você, ou pela equipe da instituição após a caracterização da criança em situação de rua?

O nosso papel primordial que ele colocava era colher informações para levar para instituição e em seguida passar para a assistente social e para a psicóloga. Na época o psicólogo estava na casa – eu não via muita ação nele. Então, assim, a gente tentava encaminhar algumas situações mais gritantes daquela gente que vive em situação de rua. Muitas vezes os meninos vinham reclamar do atendimento da assistente social com ele dizendo que tudo era à base de grito e pontapé. Não existia respeito. E quando tinha respeito é sempre alguém de fora de casa. Quando todos estavam na casa, o tratamento era outro, quando tinha pessoa de fora o tratamento era outro. Muitas vezes eles se recusavam a falar com a gente por conta dessas situações, então assim, quem estava na rua tinha uma boa intenção, mas quem estava na casa deixava o trabalho do jeito que achavam que tinha ser, ou seja, não fazia nada ou tentava camuflar a situação.

Com relação às políticas públicas: Estado, Município, Governo Federal: como você vê a atuação dessas esferas de poder?

O único modelo de política pública que eu percebi era a questão dos abrigos e dos conselhos da criança e adolescente. Mas, no entanto, isso não tinha muito resultado. Porque se levava uma menina ou um menino desses pra um abrigo e no

dia seguinte eles teriam que sair. Então assim, não tinha resultado e o trabalho nunca era contínuo, sempre era cortado, fragmentado, até porque, a gente buscava ajudar uma criança hoje, mas amanhã você sabia que ela estava na rua novamente. A cidade não oferece uma política pública de qualidade, como pude constatar em outros Estados que oferece abrigo permanente para essa população, onde eles passam o dia na rua e a noite eles têm lugar para dormir e para poder tomar um banho, e manter suas condições mínimas e uma vida digna.

E hoje qual a situação desses meninos na rua de Maceió? Como você percebe as transformações que estão ocorrendo?

Hoje eu percebo da seguinte forma: a praça não existe mais para esses meninos. Limparam a praça e a feira, e as coisas continuam cada vez pior. Os meninos não se encontram mais nesses dois lugares que antes a gente encontrava.

Antes a gente trabalhava nesses dois pontos da cidade: a feira e a praça. A praça dos martírios e a feira do rato. Hoje eles estão espalhados pela cidade. Encontra-se menino na Ponta Grossa, no Prado, na Ponta Verde, na Jatiúca, Farol e por aí vai. Eles estão espalhados por todos os bairros da cidade. Onde antes a gente encontrava com “maior facilidade” porque eles tinham a praça e a feira como o habitat natural, digamos assim, era a casa deles, onde eles podiam freqüentar e estar ali à vontade. Hoje os encontramos espalhados, isso pra mim é preocupante porque não se sabe mais aonde procurar essas pessoas. O trabalho não é feito como antes.

O que acontece quando o adolescente atinge a maioridade?

Pelo que pude perceber a maioria vira delinqüente. Pelo fato de não ter tido oportunidade anteriormente ficam na rua procurando realizar-se no que existe de melhor na concepção deles. E, quando essas instituições poderiam oferecer condições, essas condições eram abortadas porque não se previa uma continuidade e sim uma fragmentação mesmo para que cada vez mais verbas viessem. Muitos não tendo o que oferecer a esses jovens, eles se tornam traficantes, assaltante, altamente perigosos para sobreviver dentro da selva.

Com relação aos termos: meninos de/ na rua, em situação de rua, em situação de risco, pessoal, social; o que é que você pensa sobre essas mudanças?

Penso que essa discussão não é muito válida porque se fica muito na teoria e na prática não se faz nada. Sabemos que eles estão na rua, agora se é “de” ou “na” em situação de risco ou em situação de vulnerabilidade social, isso pra mim pouco importa. O que importa é que a gente continua constatando e vendo cada vez mais essa população que está na rua. O que antes era um grupo pequeno, hoje são grupos grandes são famílias de rua. Então assim, cada vez mais a situação vai se agravando e essa discussão teórica pra mim, ela pouco importa. Ela é válida, mas pouco importa, porque o que interessa mesmo no meu ponto de vista é: o que está sendo feito por essa população?

Você acredita no trabalho do educador/a social de rua ou podemos chamar de educador de rua, educador social?

No trabalho do educador eu acredito, agora na instituição que absorve esses educadores, não. Porque essas instituições acabam podando e cortando as asas dos educadores. A gente gostaria de fazer muito mais, no entanto, não depende tanto da gente, depende de uma estrutura maior.

Até um próprio contato entre organizações e estado, como por exemplo: como já acontece em alguns Estados do Brasil, na qual a função de educador social de rua está vinculada ao município ou ao Estado. Então assim, está sendo feita muita coisa, quando é incorporado, quando fica na questão puramente do movimento social, tudo se perde. Pois aí fica faltando verba e o educador não consegue sobreviver de vento ou de caridade. A gente sobrevive do trabalho profissional.

Quais as suas considerações a respeito da relação ONGs e Estado?

Hoje eu vejo uma situação muito delicada, porque as ONGs ao invés de fazer o papel da sociedade civil da defesa da sociedade civil está sendo incorporada ao Estado de uma forma em que as pessoas acabam sentindo como funcionário e acaba assimilando a cultura de funcionário. O Estado joga pras ONGs e as ONGs pro Estado. E aí ninguém resolve nada. Não existe uma cobrança como deveria existir das ONGs para com o Estado, como por exemplo: a construção de abrigo permanente. No Estado de Alagoas não existe nenhum projeto ainda ou até de repente existem projetos, mas não existe a execução. E na minha concepção a culpa disso é das ONGs. Porque não cobra como devia cobrar e não mobiliza a população como deveria mobilizar. Então assim, o papel do educador social seria

mobilizar. Só que quando ele começa a mobilizar tem uma instância superior que se mobiliza e aí vai sendo quebradas as coisas e as próprias ONGs acabam assimilando essa visão estatal.

Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que mudou efetivamente? O que poderia ser mudado?

Na década de 80 os movimentos sociais estavam a todo vapor, mas a partir do momento em que as coisas passam a ser conquistada, parece que as pessoas que faziam o movimento começaram a se afastar procurando outros objetivos. Na época em que o ECA foi criado houve um grande avanço na defesa da criança e do adolescente. Só que, no entanto, essa defesa ficou só no papel, na prática à defesa não existe. Existe o descaso mesmo. Então assim, o que foi uma conquista nos anos 80 nos anos 90 ficou todo mundo na pasmaceira e hoje então nem se fala é que está na pasmaceira mesmo ninguém se mobiliza. E quando deveria mobilizar essa população que está em situação de rua isso não existe mais. Esse deveria ser o principal papel das ONGs de mobilizar as pessoas que estão na rua.

É possível dentro da lógica capitalista e neoliberal, a realização do Trabalho de Educador?

Eu acredito na transformação. Se existir a boa vontade daqueles que fazem as instituições tanto governamentais como não governamentais. Eu penso que essa possibilidade existe, porém essas pessoas que estão em situação de rua ou na rua, precisam de ajuda, ali porque, por si só elas não conseguirão mudar a sua situação. Lógico alguns tem a sorte ou o privilégio de achar uma pessoa que lhe dê a mão e lhe conduza para bom caminho, mas nem todos conseguem. Então assim, o que eu diria para essas pessoas é para terem força e coragem.

APÊNDICE – C

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - ONG – (03)

Você poderia falar da história do seu trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua. Como tudo começou?

O trabalho com criança e adolescente em situação de rua foi consequência do trabalho com adolescente em situação de vulnerabilidade, com isso, podemos entender que a rua é um recorte. O trabalho com adolescente em situação de rua é um recorte dessa situação de vulnerabilidade. Então assim, desde a Universidade eu já fazia estágio de extensão e pesquisa, voltados para adolescente em situação de vulnerabilidade. Chegar a trabalhar com criança e adolescente foi uma consequência. Quando me formei já fazia uns dois anos tinha recebido um convite para trabalhar numa ONG com adolescente especificamente em situação de rua. Então foi quando eu iniciei realmente o trabalho com esse público específico.

O que você entende por criança e adolescente em situação de risco, vulnerabilidade ou situação de rua?

Penso que a pessoa está desprotegida. Muito distante do direito que você poderia ser contemplado. Isso foi negado, isso está distante. Negado por uma série de questões: negado por questões sociais, negado por questões pessoais, mas aí, ainda, estaria afastado disso. A pessoa estaria sob o risco de ser ameaçado por várias coisas de repente e uma dessas coisas pode lhe acontecer.

Qual o trabalho que você desenvolve com criança e adolescente em situação de rua?

No meu último ano de Universidade cada aluno faz um estágio e daí pode escolher temas de qualquer área. Eu escolhi o estágio na clínica da UFAL que era o atendimento à criança. Então, o trabalho na Clínica infantil da UFAL era ofertada a comunidade do entorno. Quem chegava pra ser atendida lá no núcleo da criança e do adolescente a gente chamava de famílias carentes. Então o trabalho da clínica já era para o atendimento dessas crianças que estavam em situação de vulnerabilidade porque eram crianças das favelas perto da universidade ou da área periférica. Eles já passavam por uma situação difícil. Então, o trabalho lá na clínica era com essas crianças, pois elas tinham o mínimo de condição básica. Pra essas crianças isso já faltava. Então isso já as diferenciava do público básico da clinica. Por excelência, o que se atende geralmente é classe média ou então crianças que tem o problema existencial de sujeito. O problema do sujeito é existencial não é psicossocial. Aí por que não existencial? Porque o sofrimento não advém dele em relação ao que ele é, mas de outras coisas que estão externas a ele. Por isso que o sofrimento é psíquico social. Na ONG o trabalho era como um atendimento a essas crianças e adolescentes em situação de rua, mas aí o foco era esse, era o atendimento psicossocial. Então esse sofrimento do sujeito não era um sofrimento que vinha pelas próprias dificuldades dele, enquanto sujeito no mundo. Isso o afeta enquanto sujeito. Então por isso, que o sofrimento dele é psicossocial. A diferença é o seguinte: na clínica a pessoa da o atendimento é individualizado e constante e parte do pressuposto de que o sujeito é doente emocionalmente, pra ele continuar na terapia. No atendimento psicossocial o psicólogo faz um trabalho de acompanhamento pra se minimizar essas ansiedades ou as angústias desse sujeito,

como que ele tem, como que ele é, no meio em que ele está e quais são as possibilidades dele sair dessa atual condição dele. Se isso for algo que não dá pra se resolver nesses atendimentos psicossociais, você encaminha para o atendimento clínico. Então, essa é uma diferença: a ansiedade e a angústia que podem ser resolvidos nesse ambiente. Se for uma ansiedade muito intensa ou uma angústia muito profunda, então ele precisa de uma psicoterapia. E aí você encaminha para clínica. Na ONG a proposta do atendimento era psicossocial e então não era psicoterápico.

Alguma experiência marcante com relação ao início de seu trabalho, tanto na clínica ou nessa instituição – ONG - em que você trabalhou?

Sim, na primeira ONG que eu trabalhei. Não é um ato ou uma ação ou uma cena. E sim o próprio estar de frente com a seguinte questão: o que fazer diante desse outro? Porque quando eu cheguei lá na ONG, eu não tinha referenciais da Universidade pra esse público, até porque, trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade era uma situação nova para minha formação. O que se faz é tentar jogar o sujeito para as teorias que já existem. Mas, as teorias que lá existem são aquelas teorias que não vão dar conta do sofrimento psicossocial, elas vão ainda esta dando conta desse sofrimento existencial. Então assim, você vai ter que encaixar o sujeito na teoria e não utilizar a teoria pra compreender o sujeito. Pois, o primeiro susto que tive foi esse. Diante disso tive que correr atrás de outros referenciais. Como eu já trabalhava e eu já gostava de psicologia social, então eu procurei buscar na psicologia sócio-histórica os referenciais pra eu trabalhar, onde a pessoa parte do que o sujeito é, e do que as coisas são pra eles. Aí é preciso separar desse referencial do que as coisas são. Não importa o objeto em si, mas o

objeto para si. Pode ser muito assustador pra alguém pensar assim – as meninas em situação de rua elas fazem sexo lá na banca do mercado – meu Deus que coisa terrível. Daí pode refletir: que sentido aquela menina dá pra sexo? O sentido que sexo tem pra ela não é o mesmo sentido que tem pra mim. E geralmente quando você trabalha com adolescente os referenciais eles se tornam manuais. Todo o adolescente vai passar por tais fases, e na psicologia sócio-histórica, isso vai dizer que não. Que depende de onde esse sujeito está contextualizado, social e historicamente.

Seria essa à teoria que embasou a sua prática e contribuiu com o desenvolvimento do seu trabalho com criança e adolescente em situação de rua?

O Vygotski é quem dá origem a todo esse pensamento dentro da psicologia sócio-histórico oferecendo-nos bons apontamentos. Com outros nomes ou com pequenas diferenças, li outros autores dentro da psicologia, assim como Abad Savaia e Sérgio Nozella. Eu li muito pouco na verdade Paulo Freire, apesar de todos os trabalhos com esse público ser sempre ancorados em seus pensamentos.

Como se desenvolvia o seu trabalho como educador/a social de rua?

O trabalho na instituição era uma coisa muito desorganizada. Mas, o que havia de proposta era que o técnico fosse à rua uma vez por semana e atendesse também na instituição. Eu sempre ia à rua, uma vez ou mais na semana. Muitas vezes não era só uma vez e no dia marcado, era sim, mais de uma vez. Esse contato com os meninos uma vez por semana era muito importante para a

aproximação. Pois, quando o sujeito chegava à instituição, era porque ele estava precisando de alguma coisa. Ele não chegava pra o atendimento psicológico, e sim para ganhar alguma coisa que faltava a ele na rua. Ele estava mais espontâneo a relação com o sujeito na rua que na instituição. Então assim, você poderia ver e conhecer coisas daquela pessoa que você não viria na instituição, até pelas próprias regras e a dinâmica institucional. Portanto, a rua possibilitava ao profissional perceber realmente como esse sujeito é.

Como era que acontecia o momento da ação educativa? O trabalho na rua?

Tinha um dia específico, mas nem sempre seria nesse dia ou não só nele, podia ser em outros dias. E às vezes não podia, mas tínhamos que fazer um esforço e ir ao local. Nossa ida teria que ser sempre como um educador social de rua. Então assim, todo mundo era educador, porque a proposta da instituição era educativa. Só que tem o educador de rua que era o sujeito que tinha que estar na rua, toda semana e pelo menos três dias na semana. Mas, isso nem sempre acontecia. O educador na verdade é quem já tinha abordado esse sujeito. Então assim, o técnico não faz a abordagem inicial, quem faz o processo da abordagem é o educador ou pelo menos deveria. Então, quando o técnico vai para rua ele fica sabendo algo desse sujeito. Seria interessante que o técnico soubesse algo antes do seu contato, isso porque, ajudaria no contato direto com esses meninos. No contato o técnico poderia saber mais coisas ou mudar seu foco, mas seria bom que ele já fosse com algo. Claro que se você estiver na rua como técnico e tem um menino novo que nem o educador conhece você também tem a possibilidade enquanto educador de se apresentar. Não precisa ser formal, mas estar lá já é um passo.

Com relação à situação dos meninos hoje, especificamente aqui no Estado de Alagoas?

Se for pra pensar em evolução, o que eu pensaria e que poderia ser dito como evolução seria a questão da criança e adolescente na rua que ganhou uma visibilidade maior nesses últimos anos. Penso que houve uma visibilidade maior dessa questão da criança e adolescente na rua. Pois, se a gente for pensar eu acho que antes ter criança e adolescente na rua era uma coisa normal. E, mais, menino também sendo exterminado era uma coisa normal. Com os movimentos sociais, não só daqui, mas de todo país isso passou a ser repensado. Então eu acho que se pensar em evolução, houve uma maior discussão e número de propostas sendo abordado sobre essa questão de extermínio e de convívio em rua. De evolução se a gente for pensar houve isso. De negativo eu acho que a coisa ainda não foi discutida muito eficazmente. Por outro lado, penso que nesses últimos anos muito se tem trabalhado com menino em situação de rua – já que ninguém trabalhava. Então, surgiram grupos para se trabalhar, mas também sem ter muito um referencial teórico ou se guiar realmente por esse referencial. Mas assim, foi preciso sistematizar o conhecimento a partir da experiência com criança e adolescente em situação de rua. Então assim, acho que quem trabalha hoje não se pode dizer que ainda existe uma metodologia específica. Existe opinião de cada um e aí vai se fazendo, e aí o que se dar certo se avança um pouco, mas também o que não se dá, aí joga pro outro, dizendo que o menino ou o adolescente não tem jeito.

Você tem conhecimento de alguma política pública que esteja sendo realizada pelo município, pelo Estado ou até mesmo pelo governo federal aqui no caso de Alagoas?

Não, eu não tenho conhecimento. Acho que o que se faz hoje em relação ao governamental não se destaca. Pois, o que fazer para aquele que está em situação de vulnerabilidade e desprotegido? Em relação ao governamental a atuação é muito frágil. Infelizmente, penso que as ONGs dos movimentos sociais eles tinham uma atuação maior. Pois, é papel fundamental do governo dar uma resposta a sociedade pela vida gritante dessas crianças e adolescente em situação de rua, e não é conta das ONGs assumirem esse papel. Mas, acontece justamente ao contrário. As ONGs é quem dão conta disso e uma ou outra ação é que é do governo.

Como você ver essa relação entre ONGs e Estado?

O que o governo faz é muito frágil e tímido. Existem muitas situações também isoladas. Então assim, hoje o que eu sei que tem que recentemente foi inaugurado um CAPS para criança e adolescente, tendo em torno um a dois anos. É um CAPS para atender criança e adolescente do Estado todo. Então, você vai atender o que? Dois, três bairros e até mais. Por exemplo: você tem uma escola que é uma escola desinteressante para o aluno ir à escola que ainda não se aproxima do adolescente e da criança, que vá às próprias condições de existência desse adolescente e dessa criança. Então assim, tem problema que a escola não vai dar conta e que a proposta da escola vai ficar em segundo plano na cabeça desse menino e na vida dele. Então assim, a escola pode de repente caminhar, mas aí é complicado. Pois, a atuação do governo não deixa pequenas brechas, e sim todas as brechas, e aí vêm os movimentos sociais ocupando essa brecha, e na verdade, tomando conta de um

espaço que não é uma brecha é um abismo. Então, os movimentos sociais acabam tomando espaço que não era pra ser deles. Criaram-se instituições e movimentos sociais, mas a perspectiva era que eles acabassem. Pois, o movimento de meninos e meninos de rua não precisaria existir, se não existissem crianças em situação de rua. E hoje se o movimento deixar de existir não é por essa razão. Pois, o governo deveria ter acompanhado esse problema e hoje a gente teria resolvido isso. Mas, não respondeu. Não acompanhou. Acho que nessa situação o governo vem mais a reboque, mas pela pressão do ministério público e da justiça do que realmente por um comprometimento enquanto política pública.

E as instituições, as ONGs especificamente que trabalham com criança e adolescente em situação de rua, elas cumprem o seu papel?

Penso que a pessoa parte muito do seu instinto, do que você aprendeu na sua casa e como deve ser. O problema das ONGs e dos movimentos sociais é que cabe todo mundo, cabe a dona de casa que fez lá a primeira série, cabe o cara que não tem formação nenhuma. Daí poderíamos nos perguntar: quem na verdade fiscaliza as ONGs? Se uma escola negasse matricular um menino, o que é que eu faria? Eu tenho que denunciar e cobrar do governo? Agora se a ONGs não atender um menino para quem eu cobraria? Quem eu vou cobrar? Então assim, essas ONGs elas estão brindadas por uma suposta ética. Noção de ética de diferentes espaços seriam espaços de privilégios onde uma ética institucional acontece e não é. E, ao contrário são espaços que se violam os direitos se negligenciam e não cumprem o papel. É fácil observar que desde a década de 70 até nos tempos atuais o papel das ONGs se perderam no meio do caminho por essas pessoas que ocupam esses espaços. Inclusive daqui uns anos vão ter que se reinventar outras possibilidades

de intervenção, como veio as ONGs. Eu acho que vão vir outros tipos de organização, até porque, essas não deram certo.

Qual a função que cumpre o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA na sociedade brasileira?

Assim que surgiu a proposta do estatuto todo mundo falava que havia uma legislação tão avançada comparada com outros países, até mesmo os da Europa, que o Brasil estaria à frente nessas discussões e posicionamentos. Penso que o Brasil não esteja na frente. Isso porque só precisou criar um estatuto, porque os direitos não eram respeitados. Então nesses outros países os direitos são respeitados e daí não precisa ter estatutos, porque se respeitam direitos, e aqui não se respeitam. E daí surge à criação do estatuto um grande esforço da sociedade e da justiça pra que se faça cumprir. Vale lembrar que a criação do estatuto não mudou a condição da criança e do adolescente no Brasil. Ainda acho que não se pode dizer talvez daqui há alguns anos se possa, mas hoje a gente não pode dizer isso. O estatuto veio e fortalece algumas ações mais infelizmente ele ainda é pormenorizado. Se em todas as ações do governo crianças e adolescente ainda não é cuidado em primeiro lugar. Em outras ações também não, criança e adolescente que é talvez a idéia principal do estatuto e prioridade para a sociedade.

O que é que você pensa sobre a mudança dos termos: Criança e adolescente em situação de rua - de/na rua, em situação de risco?

Eu acho que a questão ideológica está em todas as denominações e todos os temas, pois, existe sempre uma questão ideológica por trás. Enquanto psicóloga, o

termo em situação de rua ele seria mais dinâmico num sentido de mudança. Quando eu estou numa situação eu ainda posso ser outra coisa. Então assim, eu não sou neurótico, eu estou neurótico. Eu não sou ansioso eu estou ansioso. Eu posso estar de outro modo em outro tempo, e se eu digo você é um menino de rua, então limito o que você é. Eu estabeleço entre você o que você é, e aí não é mais um diálogo e não existe uma dinamicidade nem uma abertura, ou seja, não existe uma possibilidade. Agora assim, muda o termo, muda perspectiva para alguns, mas para muitas pessoas na sociedade essa mudança do termo não vai mudar o que elas pensam. Menino de rua pra muita gente, menino em situação de rua é menino de rua, é menino problemático, é menino que precisa ser trancado em algum lugar pra não prejudicar ninguém. Eu acho que essa questão da rua, quando as pessoas pensam no menino em situação de rua elas pensam mais em segurança do que em educação. Eu acho que quando se pensa em menino em situação de rua as pessoas querem discutir segurança. Elas querem mais abrigos, elas querem mais núcleos. Lugares que elas possam estar. Que eles não precisem ser vistos, que eu não precise entrar em contato.

Com relação ao extermínio de meninos e meninas de rua aqui em Alagoas?

Você tem conhecimento de algum caso ou como ocorre?

Acho que isso ocorreu muito intensamente há alguns anos aqui no Estado de Alagoas. Era muito forte essa cultura de que existia um problema precisava ser resolvido – tirar os meninos de rua – e quem resolvia era os grupos de extermínios. Não se tinha nada a fazer. Eram pessoas que não tinha recuperação e que estavam lá e nunca conseguiriam sair dessa posição porque eles não escolheram aquela vida. Então assim, aquele problema teria que ser resolvido, precisava ser

exterminado. Então, isso aqui no estado foi muito forte essa cultura de extermínio de criança e adolescente em situação de rua. Hoje diminuiu muito com as ações das próprias ONGs, do Ministério Público. Isso foi uma luta em conjunto, isso foi transformado aos poucos. Se a gente for comparar o que acontecia há anos, a situação era crítica mesmo, era muito complicado. Até mesmo pra quem se propunha trabalhar com esse público era complicado. Recebiam muitas ameaças e tal. Nem dava proteção a essas pessoas, acho que hoje não, hoje existe o sentimento de solidariedade de muitas pessoas, de muitas instituições, uma vontade de mudança, acho que a própria educação também tem muitos professores e educadores que pensam diferentes, mas isso tudo é muito inicial.

Qual o papel da educação com relação à criança e adolescente em situação de rua?

O papel da escola não é responder sozinha por nada, mas está muito relacionado a estabelecer parceria com outras instituições. Pois, a escola sozinha não vai resolver o problema da criança e do adolescente, porque há um limite. Por mais que o educador seja sensibilizado, por mais que o professor saiba conheça condição e ele tenha uma metodologia que acolha essa criança e adolescente no que ele é eu acho que ainda ele vai precisar de outros espaços pra poder trabalhar com esse adolescente. Porque ele vai ter necessidade que a escola não vai poder responder. Então eu acho que, o papel da escola é fazer alianças com outros espaços, com outras instituições e quem vai dar essa possibilidade de fazer essa aliança, seja o Estado ou o governo que não seja a escola a fazer alianças com os movimentos sociais, com o terceiro setor não. Então assim, se eu tenho um adolescente que conhece a realidade dele e ele está em casa, vamos supor: que na

casa dele, ele não tem onde dormir, não tem o que comer esse menino está totalmente desprotegido, e daí eu posso acessar a assistência social o CRAS, que deveria dar conta das condições básicas de existência do sujeito. Com isso, poderia encaminhar esse sujeito ser atendido. Penso que, o papel da escola está muito relacionada a isso, a fazer parceria, alianças com outros espaços governamentais.

Como você vê o comportamento da mídia no tratamento da temática da criança abandonada, do menino de rua? Qual a função da mídia nesse cenário?

Acho que existem dois extremos aí. Ou a mídia joga essa questão pra questão do menino carente e de quem pode ser bonzinho com esses meninos ou a mídia leva imediatamente para responsabilidade deles mesmos. Assim, se eles estão nessa condição é porque eles querem. O menino que está fora da sala de aula é porque ele não quer estudar, e sim, quem está na rua é porque não gosta de estar em casa. Ele nasceu pra ser isso o que ele é. Então assim, penso que a mídia tem dois extremos: ou se apresenta dessa forma tentando dizer quem são os bonzinhos e cuida desses meninos carentes. Ou se vai para o outro extremo que é esse, de que eles não têm jeito assim e fazem escolha pessoal.

Você acredita nos trabalhos dos educadores sociais de rua e nas possíveis mudanças?

Eu me reconheço como educadora, porque eu acho que ser educador/a tem muito haver com conquista. O educador não é aquele cara que passa informação ou diz o que é que tem de ser, ou mostra pra você uma possibilidade. Acho que o educador é aquele que se coloca pra conquistar esse menino. Que se coloca como

possibilidade de acesso pra esse menino. Por isso, eu me reconheço como educadora e acredito no trabalho dos educadores, mas eu não acredito que em Alagoas agente não tenha muito educadores. Eu acho que aqui tenha pouquíssimos educadores. Aqui tem muita gente que trabalha com criança e aí se diz educador. Educador social não é isso! Não é porque eu trabalho com criança e adolescente que isso faz de mim educador, ou uma educadora, É preciso muito mais do que isso pra se fazer um educador ou uma educadora.

APÊNDICE – D

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - OG- (04)

Quando você começou a trabalhar como educador social de rua? Como foi que surgiu essa historia?

Na verdade surgiu com a minha mãe. Minha mãe era ministra da igreja e sempre trabalhou com comunidades carentes e eu sempre a acompanhava. Minha mãe iniciou seu trabalho em meados de 1976.

Quem é a criança e o adolescente em situação de rua, hoje?

Infelizmente hoje, essa criança e esse adolescente não fogem muito da realidade de 30 anos atrás são filhos de famílias desassistidas, filhos de família que perderam o rumo tendo falta de uma estrutura de políticas públicas.

Como é que acontece o processo educativo com crianças e adolescentes em situação de rua?

Na minha forma de educar eu tenho que ver naquela criança o meu filho. Se eu não vejo o meu filho na primeira barreira eu paro. Mas, para o filho da gente não podemos parar nunca. Isso é um início de uma relação de uma amizade e a gente tenta conquistar a consciência dessa pessoa, e quando você consegue você tem um amigo pra sempre. E eles são mais amigos da gente, que a gente deles.

Como você se identificou enquanto educador social? Tem alguma relação com a sua formação?

Eu sempre fui professor. Desde 13 anos de idade eu sou professor. Eu sempre usei a Educação Física para minhas atividades sociais. Todos os meus alunos sabem do meu envolvimento com a rua e com a criança carente, com o adolescente e com a família. Não é só criança, é a família também. Nunca pensei nessa questão de ser um educador social. Eu sempre me vi um cidadão maceioense, alagoano e brasileiro que sempre pensou no outro. Eu fui formado, educado para pensar muito, e isso veio se fortalecer no colégio marista. O Colégio [...] dar uma formação mais humanista no sentido de você enxergar o todo. Eu acredito que isso tenha me ajudado bastante na minha formação. Eu convivo com os [...] há mais de 30 anos.

Você percebe alguma distinção entre os conceitos menino de rua, criança e adolescente em situação de rua?

Existem as crianças e adolescentes que moram e vivem na rua. É criança na sua maioria que tem envolvimento com droga. O tráfico de droga já dominou essa criança e adolescente, tornando-se muito mais difícil nosso trabalho de conquista. Eu dou um exemplo: ontem no dia 07 dois desses jovens que ficam ali perto do Unicompra se comprometeram de hoje serem recebidos por nós. E nós não o encontramos. Eles se comprometeram. Eles garantiram que iriam. E, hoje quando nós passamos, eles não estavam mais. Então assim: mora na rua, vive da rua e envolvido com o tráfico. Com traficante! Porque eles não são traficantes, eles têm envolvimento com os traficantes, e daí os traficantes usa-os.

A outra situação que nós temos na cidade é a questão das crianças que são utilizadas pelos pais ou pelos tios ou por terceiros. Nós sabemos que tem aluguel de criança. Inclusive em uma das ações nossa, nós encontramos uma mãe detida, uma pessoa que é conhecida por todos de Maceió que veio de Garanhuns, tem 8 filhos e 3 netos. Um dos netos dela, inclusive em situação terrível, nós tivemos que internar. Mas, ela está presa. Pra ela ser presa não foi fácil. Porque pra ser testemunha daquilo ninguém quer ser testemunha. Só que hoje ela está repensando a sua situação. Ela se converteu a religião e de lá da cadeia tenta orientar os filhos a não irem mais pra rua.

Quanto vale uma criança dessas na rua de Maceió?

Uma criança arrecada em média quinze reais por dia. Arrecada às vezes mais que isso. Mas em média quinze reais. E o aluguel de uma criança por mês custa em torno de oitenta a cem reais. Geralmente é isso que eles fazem.

Qual a teoria que embasa a sua prática? Como o senhor se constitui nesse processo educação-social de rua? Qual referencial teórico? Alguma teoria que o senhor se apóie para que essa prática decorra durante a sua atividade de trabalho?

Eu sou professor. A minha pós-graduação é em educação e gestão escolar, mas a minha tese é a inclusão social através da educação. Então, a educação é à base de tudo isso. Mas, quem me dar base pra minhas atitudes é a palavra de Deus. A bíblia é a minha fonte de informação. Eu não posso ver uma criança ou um adolescente e não achar que aquele é meu irmão e não achar que aquela pessoa está ali porque quis. Não é porque quis. É pelas circunstâncias que levou ela a isso.

Eu não posso virar as costas pra uma situação que poderia ter sido eu. Então, a base da minha informação é a bíblia.

Com relação às ONGs e as parcerias com os órgãos públicos. Como se constitui essa relação? Qual a parceria que existe hoje?

Não é a primeira vez que estou envolvido com órgão público. Na década de 90 eu fiz um trabalho com o poder público em nível de governo. Eu fiz um projeto de habitação popular em sistema de mutirão. E o projeto foi aceito e eu coordenei uma ação que construímos em cima do mutirão mais de cinco mil casas. E a gente sabe que os governantes quando eles assumem o poder, todas aquelas promessas que foram feitas, muitas se perdem. Acho que é muito importante a gente como cidadão lutar por aquilo que a gente acredita. Então, por exemplo: o guardião é um projeto criado em cima de uma situação de sonhos. Eu não sei até quando vai essa parceria com a prefeitura. Eu acredito que Deus tenha nos iluminado pra que a coisa esteja andando. Mas, assim, eu penso que no meu entendimento embora seja poder público e Organizações não governamentais o objetivo deve ser o mesmo de lidar com essa questão de moradores de rua. Só que eu tenho de ser sincero, o poder público estar muito distante daquilo que deveria.

Há muitas instituições não governamentais lidando com essa situação?

Pelo que eu tenho visitado o país, passando por Porto Alegre, Aracaju, Fortaleza, Florianópolis. Penso que Maceió precisa de organizações não governamentais que trabalhe essa questão da rua. Eu vi tantas coisas lá fora e aqui eu pergunto: o que eu conheço de organização não governamental que trabalha com a rua verdadeiramente. O Erê e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas

de Rua e se tem outra entidade que trabalhe com a rua, só com a rua eu desconheço.

Avanços ou retrocessos: todo esse período da sua experiência o que mais ocorreu nas últimas três décadas. Com relação à criança e o adolescente em situação de rua?.

Nós temos que ver como avanço o ECA. Pra mim a vinda do Estatuto da Criança e Adolescente veio oferecer excelente retorno. Embora nós saibamos que muitas pessoas da sociedade reclamam pela defesa que o estatuto dar a elas. Mas, elas também não têm culpa disso, porque elas são usadas pelos adultos. Então, eu acho que a lei deveria punir severamente os adultos que usam às crianças e adolescentes. Deveria ter uma lei mais específica que na hora em que o adulto num crime fizesse uso de uma criança ou adolescente a pena fosse duplicada, triplicada, não sei. Mas, deveria existir algo que inibisse o adulto a utilizar desse procedimento. Mas, o ECA foi um avanço muito grande, talvez uma das coisas mais benéficas. Penso que uma das mais problemáticas que eu vejo na rua e a questão da geração de renda. Não dar pra você mudar a vida da criança, do adolescente, de uma família sem dar renda a essa família. Em cima disso eu sou contra o bolsa família, sei que é um mal necessário. Mas assim, isso é eleitoreiro.

Com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município de Maceió. O que o senhor pode nos falar enquanto educação social? Essas políticas se dão conta da situação em que se encontra nosso município?

Eu poderia falar de uma situação em que eu como cidadão maceioense não concordei do procedimento. A lei de habilitação de Maceió pra mim não prejudicou a

prefeitura não, e sim, população de rua. No meu entendimento tem que existir uma ação de estado, município e governo federal com uma mesma linha. Não podem questões políticas ou correntes partidárias se decidir por situações do município, do Estado ou do governo federal. Na verdade, nossos políticos deveriam pensar mais na população do que na eleição e na política partidária. Quando eu vejo certas decisões que parecem corretas, mas quem sofre é a população essa atitude estar errada. Então que se puna o gestor, que se puna a pessoa que fez errada. Mas, não tire o direito da população de ser atendida. Acho muito interessante, são tantos programas, são tantas as coisas há alguns que até se confundem, por exemplo: são muitas parecidas, inclusive a estrutura são praticamente a mesma e os objetivos são praticamente idênticos, só que um trabalha o menino em situação de rua, e o outro a inclusão social, só que fazem as mesmas coisas: esporte, lazer e cultura. Acho assim, o governo cria muitos nomes e poderia ser uma coisa muito mais efetiva – gerar renda, emprego pra família. E aí a gente não precisava fazer nada dessas coisas.

Efetivamente pra criança e adolescente em situação de rua qual a política que existe hoje no Município de Maceió efetivamente acontecendo?

De assistência, de educação e de cultura, eu vou colocar da seguinte forma: pra mim o programa de repressão de trabalho infantil é uma coisa muito bonita, inclusive eu estudei muito isso. Ajudei inclusive na re-estruturação dos PETI, me envolvi assim, porque vejo a população de menino de rua esta ali e quando isso não age corretamente são mais crianças na rua, em situação de rua. Não sei se são moradores de rua. Então, eu vejo que existe um empenho muito grande nesse

momento na re-estruturação, na re-organização dessas políticas públicas, mas ainda não atende aquilo que nós gostaríamos que fosse.

O senhor identifica alguma política pública, alguma ação social direcionada as crianças e adolescentes em situação de rua?

Eu acho que o estado deveria ser co-parceiro da ação. Mas, vou dar um exemplo: ele é apenas um mero fiscalizador. O estado fiscaliza as ações dos municípios. É uma mudança de paradigmas essas estruturas. Em outras décadas o estado fazia contato imediato, hoje é o município, ele apenas fiscaliza. É o que ocorre. Quem deveria fiscalizar isso? Eu acho que a população. A população não tem consciência do seu papel e aí fica essa situação de poder público. Porque eu como cidadão vejo alguma coisa errada, eu denuncio. Mas, nem todo mundo tem acesso. Deveria existir no meu entendimento, uma divulgação maior desses programas, dessas ações, quer seja do estado quer seja do município. Para que a população saiba que existe, saiba onde é e como é para se chegar lá. Muita gente não vai porque não sabe, não conhece e não tem como chegar pela informação.

Como é o seu trabalho hoje frente do projeto da Prefeitura Municipal de Maceió?

Tem uma situação interessante porque, quando nós elaboramos o projeto guardião o foco sempre foi criança e adolescente. Esse era o foco que é a questão de você criar uma perspectiva de futuro melhor pra essa demanda. Só que pra fazer um trabalho pra essas crianças tem que trabalhar a família. Na nossa ação, a primeira iniciativa que deve acontecer é acolher a criança ou adolescente – isso é o

ECA – a primeira coisa é procurar a família do menino ou da menina, vamos lá, vamos procurar seu pai, sua mãe.

Aconteceu um lance muito emocionante. A semana passada uma criança de 10 anos (menina) que a comunidade onde ela está me conhece. Essa criança passou por uma situação de abuso sexual praticado pelo padrasto. E essa criança pediu socorro. Aí alguém da comunidade disse: procure o professor. Aí eu me senti importante para a vida de uma criança. Eu estava em um determinado Colégio de Maceió, mas quando a criança me procurou lá na recepção, o porteiro disse: olha o professor estar dando aula. Ela ficou esperando eu sair da sala de aula. Quando ela me viu, correu ao meu encontro e perguntou: o senhor é o Doutor [...], aí eu disse: não eu sou professor. Aí ela disse: eu preciso conversar com você porque você protege as crianças. Isso pra me foi um negócio danado. A Assistente Social do Projeto estava junto e nós nos emocionamos com a situação, e a criança contou a história dela. Não me leve pra minha casa novamente. Porque se eu voltar pra minha casa o meu padrasto vai bater em mim de cinturão e ele usa a gente sexualmente. Pegamos à criança e entramos em contato com o conselho tutelar e fizemos à ação. O padrasto dela está preso, e a criança está na casa de adoção – LACA. A criança está sendo cuidada e a justiça fazendo o papel dela em relação ao padrasto. Então eu penso o seguinte: na hora em que uma criança vem de uma situação que a gente sabe que existe por aí e a gente não age junto à família, fica difícil resolver essa questão. Nós temos que ir a família, porque a história que esta por trás disso são coisas absurdas.

O senhor tem instituição de reta guarda para o seu trabalho, por exemplo: um caso desses de violência, o senhor encaminhou para uma instituição e ela foi assistida?

A gente nunca pensa na punição. Acho que a punição não resolve nada pra mim. O guardião existe, graça a Deus, por dois aspectos: primeiro o guardião é parceiro dessa reta guarda. Então toda essa reta guarda hoje sempre teve mensalmente, alguma ajuda que a gente tem conseguido através dos amigos e dos ex-alunos maristas. A minha vida está ligada a isso. Então o que acontece é que dificilmente uma entidade diz não ao Projeto. Isso seja talvez até assunto de credibilidade, que a gente tenha demonstrado na relação com isso. A maior dificuldade que nós temos é na faixa etária de 15 aos 18 anos. Até 15 anos a gente tem, acima dos 18 anos a gente tem, mas eu estou falando dos meninos porque pra as meninas tem. Então entre 15 e 18 anos no caso dos meninos infelizmente a reta guarda é muito fraca. Inclusive no planejamento estratégico que nós trabalhamos a reivindicação de duas situações: uma é o albergue familiar. Nós vamos lutar pra isso, porque quando você pega uma família e coloca o pai num canto, a mãe no outro e as crianças num outro, você separa a família. É preciso que essa família seja acolhida integralmente e seja trabalhada junta. Aí fui buscar referências lá fora. Não existe! Se nós criarmos, talvez seja, a primeira capital que vai ter um albergue pra família inteira. Porque não encontrei no Brasil e nem na internet antes de viajar. Embora, hoje quando acontece à gente leva para o albergue municipal. E a gente no albergue tem a divisão de homem e de mulher. Fica a mulher com os filhos e o marido do lado dos homens. Mas, o adolescente esse é difícil. Então vamos pontuar: com relação às crianças, quando ocorre um caso desses é levado para casa de adoção. Também o Projeto Acolher (casa de passagem) se é menina. No acolher,

numa situação extrema recebe. Nós temos um caso de um adolescente de situação de risco de vida. Então essa criança foi acolhida, inclusive essa criança não era de Alagoas. Essa criança foi devolvida para o Maranhão. A gente numa situação dessa a gente consegue. Mas, assim, carece muito ainda.

Com relação às famílias como um todo: adulto, jovem. Qual o procedimento?

Aí a gente leva ao albergue municipal que tem lá a diferenciação de mulheres e homens. A gente sabe que não é uma situação adequada, mas junto com o apoio do conselho tutelar que tem de autorizar. A mãe fica com os filhos do lado feminino e o marido do outro lado.

Quem são essas famílias? São daqui mesmo de Maceió? Vem do interior? Vem de outro estado?

A grande maioria da nossa população de rua é do interior de Alagoas e de outros estados. Em torno de 35% são de Maceió os 65% de fora. E nesses 35% são pessoas de famílias que vieram do interior e que não conseguiram resolver suas questões maiores. A pobreza ela é realmente recorrente, há uma história. Em Alagoas nós temos um detalhe: na época da moagem da cana, a população de rua diminui drasticamente. Quando a cana deixa de ser moída, aumenta a população de rua. Então, por exemplo: nesse período agora começa aumentar a população de rua. A assistência social esta presente em todas as prefeituras de nosso estado não fazem o seu papel. Só ficou um detalhe: a gente tem conseguido enviar uma grande quantidade de família de volta, entrando em contato com o prefeito e com a secretaria de assistência social de sua cidade. E tem tido uma resposta positiva, graça a Deus.

Qual a situação das crianças e adolescentes em situação de rua de Maceió?

Existem números? Pesquisas?

Se a gente for colocar morador de rua o universo é pequeno. Proporcionalmente hoje a população de morador de rua, criança e adolescente de Maceió é uma população pequena. Se tivesse uma boa vontade maior na união do município com o estado a gente resolveria isso facilmente. Na última pesquisa que foi realizada em 2005, tínhamos feito em 2005. Nós tínhamos chegado a um número de 287 crianças. A população hoje é menor. Hoje não chega a 200 crianças. Eu não vou colocar precisamente, porque tem um detalhe que aprendi na pesquisa: se a pessoa passar quatro dias morando na rua ela é considerada moradora de rua, por que ela passa mais tempo na rua que em sua casa. Assim como o a gente de saúde quereríamos que, existe o agente de educação familiar. Que seria alguém preparado para orientar a família, alertar como as dificuldades do relacionamento de pais e filhos. Porque a gente pega a criança na rua que fugiu de casa, porque foi mal entendida, mal compreendida na sua casa pela família. E se a família soubesse lidar com isso, nós teríamos um universo menor ainda. É difícil, mas hoje eu coloco. Nós temos menos de 200 crianças morando na rua. Nós temos 55 famílias que são assistidas pelo projeto que eram famílias de rua. Quando nós fizemos à pesquisa de 2005 eram 84 famílias que nós identificamos. Famílias que moram hoje nas ruas de Maceió, por exemplo: família de um casal que seja marido e mulher, mas a gente sabe que eles vivem como se fosse e que tinha uma criança. Eu acredito que hoje isso deva estar em torno de 35/40 família morando na rua. Embora tenha outro detalhe, algumas dessas famílias você não consegue tirar da rua. Porque as fontes de renda delas na rua são grandes, por exemplo: nós conhecemos uma senhora que

ficava em vários semáforos de Maceió. Ela não tem envolvimento com drogas. Ela tem uma casa no Reginaldo. Tem filhos e ela só vai para casa nos finais de semana. Conseguimos um emprego pra ela e toda feliz perguntou: quanto eu vou ganhar. Aí eu disse: um salário mínimo. Ela disse: professor um salário mínimo? Eu ganho muito mais aqui. Aí eu vou perder dinheiro. Nós fizemos uma ação junto com o conselho tutelar com a policia militar e guarda municipal. Aí ela disse: se me arrumar um emprego eu saio da rua, eu disse: o emprego já tinha sido arrumado. Ela disse: é mais agora eu quero. Hoje ela esta trabalhando, saiu da rua. Nesse caso do trabalho dela foi uma amiga (empresaria) ela tem uma empresa e me ligou pra dizer: professor eu dou o emprego pra ela. Ela está empregada. Diante disso, acreditamos que o emprego é válido e pra mim é tudo.

Com relação ao extermínio, muitas vezes às crianças quando somem. O que acontece com essas crianças? Quais as informações que o senhor tem?

Nesses últimos anos aconteceram alguns fatos que nos entristeceram, por exemplo: em frente a Casa Vieira estávamos fazendo um trabalho e tínhamos uma pessoas com envolvimento com crack. E essa pessoa devia dois mil reais ao traficante e nós propomos a ela pra ela sair dali, e ela disse: não professor eu vou conseguir pagar. E o traficante foi na frente de todo mundo matou esse jovem num sábado movimentado. Em outro ponto no Comendador Leão – Buarque de Macedo – uma pessoa nossa que também saiu das drogas porque tinha conseguido um emprego. Uma semana antes, de ela assumir o emprego, um policial foi na frente de todo mundo e deu um tiro na cabeça dele. Essa morte mexeu muito com a gente, porque esse jovem estava lutando pra sair daquela história e foi terrível pra gente. Outra jovem envolvida por crack, nós conseguimos convencê-la para fazer o

tratamento. Uma dificuldade danada pra a gente conseguir o tratamento. Conseguimos o tratamento, ela fez o tratamento. Saiu das drogas, voltou pra casa e duas semanas depois ela foi assassinada na rua pelo traficante. Então assim, infelizmente as mortes continuam acontecendo. Penso que muito mais pela questão do tráfico de droga do que por outra coisa. Como o crack é uma droga cara em torno de dez reais uma pedra e a pessoa não consegue por hipótese alguma se libertar sozinha, e não tem como, porque o crack quando usado pela primeira vez a pessoa se torna independente. É a droga mais agressiva que se tem notícia hoje em nossa cidade – é o crack. Então, eu vou até colocar: entreguei a um Coronel e um representante da área policial, pontos de práticas de drogas aqui em Maceió. Eu falei para os dois que havia solicitado os pontos de Maceió que tem forte tráfico de drogas. Por exemplo: no Jaraguá, na própria Buarque de Macedo, inclusive nós presenciamos a pessoa no carro trazendo a droga. Só que a placa é uma placa fria. Nós anotamos a placa e ela não tinha nada haver. Praça Lions em sete coqueiros, Hotel Lagoa da Anta ali com a classe média, todo final de semana tem consumindo. A feira do rato, sinal do Unicompra ali na Cambona. E, aí saímos colocando alguns lugares. Então assim, a gente sabe que se a polícia não fizer um trabalho mais fortalecido com relação a isso, à população de rua vai ser aniquilada por conta desse envolvimento.

O senhor acredita no trabalho que desenvolve que ele é capaz de transformar?

Eu não só acredito como tenho situações nossa que acaba nessa história. Tinha um rapaz que morava na rua e era usuário de crack. Conseguimos um emprego para ele, mas o traficante ficou em cima. A polícia utilizou esse rapaz como informação. Esse jovem fardado de policiais levou os policiais até a casa do

traficante. Os policiais roubaram tudo o que os traficantes tinham: os objetos dos traficantes, o dinheiro, os aparelhos eletrônicos, a droga e próprio traficante, mas logo soltou. No outro dia o traficante foi matar o menino. Essa sala que você está aqui foi refúgio do garoto que hoje mora em São Paulo. Perdeu o emprego aqui, mas ganhou a vida lá. E lá ele está sendo assistido por uma entidade da Igreja Católica. E mudou a vida. De vez enquanto ele liga pra mim. Tem também uma linda menina que morava na rua. Conseguimos colocá-la sobre a guarda da tia. Hoje ela é a criança mais linda do mundo. Numa semana anterior essa criança foi internada com risco de vida na clínica, passou uma semana se recuperando do uso da droga do vício dela. E, hoje ela esta toda encantada, está à coisa mais linda.

Você acredita que elementos como educação e trabalho podem contribuir para emancipação verdadeira da criança e adolescente em situação de rua?

Nós fizemos algumas campanhas contra esmola em Maceió e com relação à criança e adolescente, “não dêem esmola, lugar de criança é na escola”. E a gente teve uma aceitação muito interessante. Como é que uma criança vinda oriunda de uma família carente vai acreditar que a escola vai mudar a vida dela se na rua ela já tem o dinheiro que naquele momento ela já precisa? Então o dinheiro que se é dado a uma criança tira dela o sonho de mudar a vida. Porque o sonho se torna realidade com o pouco dinheiro que é dado ali. E naquele momento aquela criança passa a não acreditar que a escola é a saída. Só que a escola dá saídas definitivas e a esmola é temporária. Antes de tudo isso, ainda tem que ver a família. É o trabalho que vai dar dignidade a uma família viver com as suas próprias pernas, suas próprias capacidades, sua própria força sem depender de outros.

APÊNDICE – E

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - OG - (05)

Quando e como você começou a trabalhar como educadora social de rua?

Foi a partir de 2005 quando eu fui convidada a participar do Projeto Guardião. Até então, não sabia como seria esse trabalho, uma vez que eu não tinha experiência com a população em situação de rua. Mas, a partir de 2005 quando nós elaboramos a proposta do projeto guardião e começamos o trabalho de abordagem de rua. Foi o primeiro contato com relação à população de rua, que até um tempo, eu confesso que eu achava que não teria muito jeito porque são situações muito fortes. E eu achava que eu não saberia trabalhar essa questão.

Quem é a criança e o adolescente em situação de rua de Maceió?

A criança é vítima de toda uma estrutura. Vítima porque a gente sabe que o problema não está na criança, o problema é muito além. É na família que a criança encontra muitas vezes, a família desestruturada, e sem contar a situação de mãe solteira que passaram por diversos relacionamentos. A criança presencia tudo isso na sua casa é uma situação muito séria que a gente se depara todos os dias. Eu não sei nem lhe explicar. São questões muito graves. Você ver uma criança que presencia sua mãe sendo violentada e presencia sua mãe sendo espancada. Ontem mesmo eu estive na casa de uma pessoa, que fui buscar uma criança pra levar para a Fundação, e quando eu cheguei lá ela estava. Ela me disse: olha pra aqui. Ela estava com as costas que parecia ter apanhado de chicote. Toda cheia de marcas.

Aí eu perguntei: o que foi isso? E ela me disse: foi o meu companheiro. Eu disse: mulher como é que você se submete a isso? Seus filhos presenciaram isso? Ela disse: presenciaram sim! O interessante que esse filho dela, o menino tem um comportamento muito agressivo. Aí é quando se explica. A situação dessa criança, o que ela vivência. A mãe foi espancada várias vezes. Algumas vezes tentei até tirá-la desse ambiente. Já que ela tem mãe e tem um referente familiar. Mas, quando chegou na hora ela disse: eu não vou. Eu vou ficar. E mais uma vez ela foi espancada. Então, a criança convive com isso é a mãe desempregada, é o pai desempregado ou a mãe que teve vários relacionamentos, a mãe que usa drogas. A criança presencia tudo isso. O ambiente em que ela vive não é muito favorável a um bom desenvolvimento.

Como educadora social de rua qual é sua forma de abordagem ou aproximação?

Desde o início do projeto, como tinha pessoas que estavam entrando no projeto e não tinham experiência nenhuma e eu também. Eu tinha com a população carente, mas aquela população que está num ambiente, que tem um relacionamento na comunidade, que têm vizinhos. É outra demanda. Então, logo no início quando começamos a abordar essas pessoas, a gente ficava um pouco até assustada. Qual seria a reação daquela pessoa que já ouviu tantas coisas, que já passou por tantas coisas, que já ouviu tantas promessas e que a vida dela não mudou? No início até tivemos algumas capacitações. Porque nós temos que chegar com muito tato, com muito cuidado porque tudo o que a gente fala muitas vezes eles entendem de forma diferente. Isso até acho que é uma forma de defesa deles mesmos. Porque muita gente já prometeu muitas coisas; ele viu muitas coisas; entra governo e sai governo;

vem projeto, e os projetos não dão continuidade, terminam ficam no meio do caminho. Esses acabam fazendo aquele vínculo que com o tempo é rompido. Sem explicação nenhuma simplesmente as pessoas vão embora e acabou. Então teve esse cuidado. Nós quando chegamos as pessoas queriam conversar com a gente. Só que hoje nós já chegamos num nível onde ele já não tem mais essa reação agressiva. Eles quando vêm a gente, às vezes até as crianças mesmo, eles dizem: tia eu quero falar com você. Já trata a gente pelo nome. A gente como também conhece pelo nome. A gente tenta assim, a usar a linguagem mais simples que não precise ninguém. Eles não vão entender nada se for com uma linguagem muito complicada. Então a gente chega de forma bem simples e conversa sobre o dia-a-dia deles, como a vida deles estão e começa essa aproximação de forma muito acessível a ele ou a ela.

Qual é a teoria que embasa sua prática?

O projeto guardião é baseado na teoria marxista, onde toda essa problemática surge do conflito entre classes: explorado e exploradores, capital e trabalho. Dessa relação conflituosa.

Existe um referencial que você utiliza para o seu trabalho na rua?

Temos algumas assistentes sociais que têm uma formação que é pra ter uma visão do todo, aí nós temos um coordenador que é professor e que ele tenta fundamentar o trabalho do guardião em Paulo Freire. É a gente respeitar a vivência dessa pessoa e mostrar a ela que ela tem um potencial e conhecimento que é importante. Na época em que fizemos a pesquisa com moradores de rua, nós percebemos que tem muitas pessoas que tem uma visão politizada de tudo e não é

aquela pessoa alienada não. Teve uma pessoa que fiquei até impressionada e não encontrei mais com ela. Ela ficava na Praça Deodoro e começou a conversar do que achava de tudo isso: falou de política, falou de economia, falou de tudo. Aí depois ele falou assim: desculpe-me, mas eu não vou querer que você preencha nada. Porque temos que pedir autorização para preencher o cadastro e tudo. Mas, ela conversou tanto e depois nós não nos encontramos mais. Não sei por que ele não quis se aprofundar muito. Mas, eles têm um conhecimento, eles têm uma vivência, tem uma experiência com as pessoas muito grande. Eu acho que às vezes a gente chega com a teoria querendo algo, mas eles têm a vivência, a prática no dia-a-dia passando por diversas coisas e daí passa ser discriminados de todas as formas. Eu acho que a teoria nossa é essa, é de respeitar mesmo. Eu acho que é fundamentado mais em Paulo Freire.

Qual a relação da instituição, a qual você representa com as outras instituições não governamentais?

Tudo deveria funcionar bem articulado, bem integrado só que as coisas não funcionam bem assim. Nós tivemos problemas até com a rede interna, a rede da Secretaria, imagine com a rede externa. Então, é complicado porque tem instituições ótimas. E quando a gente fala de uma possibilidade de haver até um convênio com a prefeitura eles não querem. Eles acham que o recurso é ilusório, o recurso é muito pouco e a prefeitura se mete muito na dinâmica da instituição e muitas vezes eles não permitem. Às vezes a gente até precisa está fora dos padrões, vamos dizer assim podemos fazer, um trabalho isolado independentes, que sobrevive de doações e que nós já falamos da possibilidade. E são pessoas taxativas que dizem: não quero convênio com a prefeitura. Eu posso atender a

demanda até que a prefeitura necessite, mas eu não quero convênio com a prefeitura. E já houve varias situações dessa forma. Uma questão que a gente queria muito que houvesse nos convênios.

Em sua opinião ocorreu avanços ou retrocessos após a aprovação do ECA?

Acho que já avançamos muito. Nós temos um caminho a percorrer, mas que já fizemos algo a ser considerável. Só que acho que aqui em Maceió ainda não tomou a força que deveria ter. A mesma coisa com a população, não somente a criança e o adolescente. Eu acho que a partir do momento em que tivermos voz de verdade a essas pessoas, as coisas começam a mudar. E isso começou com essa pesquisa com moradores de ruas que surgiu a partir de discussões, se eu não estou enganada foi no fórum com a população em situação de rua, onde essas pessoas estão deixando o silêncio pra poder falar pra todo mundo, que não querem ser mais invisíveis. Eu acho que as coisas vão tomar de agora em diante um novo rumo. Porque até quando a gente fez essa pesquisa mesmo, veio uma representante de Belo Horizonte - MG. Era uma pessoa que disse: na rua a gente ver de um tudo, mas a gente ainda tem uma solidariedade entre nós mesmo. E na rua eu bebi na rua eu usei drogas porque é o meio de sobrevivência na rua. Mas, só que agora eu não quero mais isso, eu tenho filhos, eu não quero que meus filhos passem pelo que eu passei. Por isso que a gente se engajou nesse movimento e estamos divulgando em todo Brasil o que é o morador de rua. Que não é aquela pessoa que deve ficar no canto esquecida, mas é aquela pessoa que tem seus direitos garantidos na constituição: que são pessoas e sujeitos de direitos, e que está tendo seus direitos totalmente violados. Nós sabemos que o ECA avançou, que deu um passo muito importante. Mas, a gente sabe que ainda na realidade as palavras parecem que não

saíram muito do papel. Por isso, que a outra realidade, é a rua. Um número grande de crianças passa pelas instituições e daí fogem. A gente percebe que para as crianças ficarem em um local, é preciso que se faça um trabalho, até porque, o problema é toda a estrutura familiar que está desestruturada. As crianças ficam nas instituições, não têm uma proposta pedagógica atrativa, não têm um ambiente bom que elas queiram ficar. O intuito delas é fugir. Nós adultos não ficamos muito tempo num lugar. Imagine uma criança com toda energia.

Há uma reta guarda nos trabalhos de vocês?

A reta guarda é um grande problema. Hoje nós temos o que? Casa de adoção. Com 72 horas a gente tem que comunicar ao juizado que a criança foi internada. Eu acho que deveria haver uma instituição que seria uma passagem. Porque as mães ficam já temerosas, quando diz: vai para casa de adoção e pelo tempo de 72 horas as coisas já começam a se complicar.

Existem crianças morando sozinhas nas ruas de Maceió?

Eu acredito que 100% das crianças têm referência familiar. E elas vão parar nas instituições porque os pais dizem que não têm mais pulso pra elas. Elas não ficam mais em casas e com o tempo há um desinteresse mesmo: a mãe, os pais não querem ter preocupação. Mas, a maioria dos casos estão relacionados às estruturas sociais. Às vezes a mãe é alcoólatra – eu digo por que já parei pra conversar com algumas crianças que se diziam muito problemática e a partir do momento em que você começa a conversar com ela, você começa entender o lado dela. É uma criança que está passando por uma situação muito complicada e muito

difícil pra cabeça dela. Então, era uma criança que chegava em casa e não tinha o que comer; era a criança que a mãe estava alcoolizada e o pai estava alcoolizado ou drogado ou com outros tipos de drogas. A situação até de higiene do ambiente não existe. Então, não tem nada que possa atraí-la para ficar em casa. Que permita ela ficar dentro de casa. A criança percebe que a rua é um ambiente livre. Ela está ali sem nós, sem nada, solta, come a hora que quer, não tem hora pra nada, ela não tem limite na rua. Ela não tem noção de que ali ela está jogando o futuro dela pela janela. Ela não tem noção. A única opção que a criança tem é a Rua, as brincadeiras de rua e as drogas.

Com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município de Maceió, pelo Estado ou pelo Governo Federal. Elas existem?

Sim. Penso que ela está muito fragilizada porque o que tenho visto: esses programas sociais que a gente sabe que não tem nada mais do que isso. São esses programas paliativos. Então, você tem uma criança que trabalha na rua ela tem dinheiro fácil. Essa criança é retirada da rua e colocada pra estudar e ter a jornada ampliada. Na jornada ampliada ela não tem nada, mas simplesmente o que deveria ter: era cultura, esporte, lazer e o reforço escolar. Então, a proposta pedagógica eu não conheço, não sei se é única ou se varia de núcleo pra núcleo eu não tenho conhecimento. Eu sei que muitas crianças entram e saem e às vezes permanece um bom tempo fora e a família continua recebendo aquela ajuda.

Enquanto educadora social de rua você encontra um adolescente na rua, e esse adolescente diz: eu quero sair da rua. Quais são as alternativas para atendê-lo?

Hoje, já houve alguns casos de adolescentes usuários de drogas pedirem ajuda. E eu digo: eu reconheço você. Muitas vezes a gente se sente até maltratado, porque você ver uma pessoa implorando. O Projeto Acolher atende até os 17 anos, mesmo assim, tem uma quantidade limitada de vagas. Tem a casa Dom Bosco que eu não conheço o trabalho, eu nunca fui lá saber como é o trabalho mesmo. Então, tem adolescente que tem problema com drogas e daí à gente encaminha para algumas casas de recuperação. Só que às vezes a situação daquele adolescente não é só passar o dia lá e sair. Às vezes é caso de internamento. Ontem teve uma mãe aqui que chorava desesperadamente. O filho pedia: mãezinha pelo amor de Deus não me deixe morrer! E ele se afundando nas drogas, ela já tinha pagado mais de mil reais aos traficantes, somente pra não ver o filho morrer. Então, ela chegou aqui no desespero total. Ela trabalha na casa de uma empresaria e estava vendo à hora de ver o filho morto. Então, nós conseguimos um internamento em uma instituição lá no Clima Bom. A mãe ficou muito agradecida por que ela não sabia mais o que fazer. Nesses casos não era situação pra ser complicada. Se uma pessoa está pedindo ajuda os caminhos deveriam ser mais fáceis, pra gente ter um resultado maior. Ser realmente eficiente, pois tudo iria fluir muito rápido. Hoje ela diz que quer sair das drogas, amanhã até por contato com outra pessoa ela vai se afundando. E a gente tem que aproveitar aquela oportunidade que ela está nos dando para fazer uma coisa por ela. E às vezes a gente se sente maltratada por falta de convênio, as instituições estão lotadas. Então nossa reta-guarda em relação a isso é muito pouco.

Há alguma instituição que realize trabalhos com as famílias das crianças e adolescente em situação de rua tanto organizações não governamentais quanto organizações governamentais hoje em Maceió?

Eu não sei o trabalho que é feito no Projeto Erê, eu não sei se ele atinge. A gente está tentando, mas temos muito a caminhar. Porque a gente sabe que sozinhos a gente não vai conseguir isso. Tem que está tudo muito articulado. Todo mundo enxergando a mesma direção. Porque não é fácil. Não é fácil mesmo. Muitas vezes a gente precisa recorrer à saúde, pelo fato dele estar sujo, pelo fato dele não ter documentação. Isso tudo a gente se esbarra em “n” problemas e “n” dificuldades. As coisas não são facilitadas para o morador de rua. Nós temos no bairro do Brejal famílias que moram ao lado do posto de saúde e não são atendidas quando é necessário por falta de documentação ou até mesmo eu acho que não é por isso é pelo fato de olhar e não querer atender. E quando a gente chega lá e a gente conversa, a gente consegue. Porque a gente consegue e eles não conseguem? E outra, eles não têm conhecimento de seus direitos. A população que esta na rua ela é totalmente alheia. Não sabem como ir em busca de seus direitos. E acham que um não deve ficar por isso mesmo e acabou. Ela deixa de ter assistência médica, ele deixa de ir pra escola. Isso porque ele não sabe e não tem conhecimento de seus direitos. E o nosso papel de assistência social é fazer esse trabalho e orientá-los aos direitos que lhes competem. Hoje a gente encaminha muitas pessoas à Defensoria Pública quando é necessário. Então a gente vai a esse trabalho com eles, só que a gente percebe que isso está muito distante. Eu lembro que teve uma situação na justiça itinerante e nós levamos algumas pessoas de rua pra tirar documentação. Eles estavam mal cheirosos, eles estavam com a roupa suja. Então, as pessoas

quando viam abriam aquele vácuo porque as pessoas tinham nojo. As pessoas olhavam pra eles e tapavam o nariz. Ele não está sendo visto como um cidadão.

Com relação às crianças e adolescentes em situação de Rua de Maceió existem números? É diferente a situação em outras capitais?

Ontem mesmo ligou uma assistente social de um Estado do Nordeste onde a instituição que ela faz parte acompanha criança que não é de rua e, ela anda querendo informações, dados e números. E ela entrou em contato com o Projeto Erê que há um bom tempo já trabalha com a população de adolescente e criança de rua. A instituição já nos indicou que não tinha dados nenhum e que não tinha informação nenhuma, e jogou pra gente. A assistente social disse: eu estou querendo em nível de pesquisa, estou precisando de algumas informações, até pra ver esse perfil das crianças de rua, aqui na cidade é assim, não tem muita coisa. A gente já está trabalhando essa questão, mas queríamos saber de outro estado. Até pouco tempo a gente não faz nenhum trabalho direto ligado a criança e ao adolescente. Às vezes tinham informações da família, mas pra dizer assim, nós temos um perfil da criança e do adolescente da rua daqui de Maceió, a gente não tem. Nesse momento a gente não dispõe, mas vai ter momento em que a precisa organizar essa identidade. Isso é uma preocupação nossa, porque a gente sabe que vai ser cobrado. Então a gente está se arrumando. A gente fez com base nas famílias que a gente abordou. Mais de cem famílias estão sendo acompanhadas. Então, assim, breve podemos entregar essa informação, até porque seremos cobrados com relação a isso.

O que acontece com essas crianças que desaparecem das ruas de Maceió?**Existe um trabalho sendo realizado?**

Das famílias que a gente atende eu não me recordo de nenhuma situação dessas. Apesar de que tive contato com outros colegas que trabalha em outros projetos, já houve varias situações nesse sentido. Isso já aconteceu até com jovens atendidos por nós, já aconteceu uns três. Um foi na Casa Vieira por conta do traficante, o outro foi ali próximo ao hiper e o outro foi no Jacintinho. A isso a gente tem conhecimento. Agora de criança nessa situação eu sei que existia, mas eu não tenho conhecimento aprofundado dessa situação.

Você acredita no trabalho que desenvolve? E que esse trabalho é capaz de transformar essa realidade social?

Eu acredito. Só que a gente sabe que não é o projeto guardião sozinho que vai conseguir mudar essa realidade. Isso é a sociedade é a classe política, os governos. Todo mundo tem que se envolver nisso. Porque a população esta aí pra todo mundo ver. E muita gente passa e finge que não está vendo: só se acomoda se for assaltado, for roubado. Outro dia mesmo, teve uma denúncia de criança e adolescente no mercado público de Jaraguá. Então eu fui até lá, juntamente com a outra assistente social. Quando chegamos lá, o segurança disse: a situação aqui está demais. Outro dia mesmo eu peguei uma borracha e eu bati nele. Aí eu disse: o senhor sabe que está errado e não pode fazer isso! Posso sim, porque aqui é meu trabalho, e ele está importunando meus clientes e meu trabalho aqui. Eu disse: não, o senhor está errado. E o senhor poderia ir preso até por isso. Aí ele disse bem assim: mas, a gente liga para o conselho tutelar e para outros lugares e nada é resolvido. O Conselho Tutelar nunca passou aqui pra ver a situação dessas

crianças. Eu disse: no momento não tinha nenhuma criança. Só tinha um rapaz engraxate. Mas, não estava incomodando ninguém e segundo a denúncia eles estavam entrando e agredindo até de perto, além de roubar alimentos das mesas dos clientes. Alguns funcionários de lá da loja já tinham fechados as portas, e disse que não queriam. Porque quando chegavam de manhã estavam dormindo na porta de entrada e daí tinha que passar por cima das crianças que estavam dormindo. Já liguei várias vezes e a gente já mandou “n” ofícios e nada. Eu disse: cadê, tem algum garoto aqui. A mulher disse, tem aquele ali dormindo. Quando eu cheguei lá era um que eu já conhecia que já tinha passado pelo Projeto Acolher. E pelo que me recordo é um ótimo menino, eu digo por que tinha algumas assistentes sociais apegadas a ele. Como a gente trabalhava com outra demanda, mas fazia parte da mesma instituição, pois, eu acabava me envolvendo nas coisas das crianças do Acolher. Fui algumas vezes fazer visita domiciliar na casa desse menino. A mãe e o padrasto eram alcoólatras e, seu padrasto vivia batendo na mãe. Vendo essa situação a criança resolve não mais querer ficar em casa. É um ótimo menino. O segurança disse: mas hoje ele me respeita. Eu disse: mas isso moço é culpa nossa. Toda essa situação não é culpa minha não. Eu disse: é culpa nossa, sabe por quê? Porque quando há um desvio de dinheiro desses políticos era pra gente fazer algo e daí nada é feito. Esse dinheiro que são desviados era pra ser entregue aqui. Está entendendo? Era pra serem destinadas as escolas, ser destinada a saúde. Assista à televisão. Ah, isso tudo é normal. Mas, todo mundo já está tão habituado em assistir a roubalheira e a safadeza dos políticos que acham ser normal, e no próximo ano à gente vai estar votando nesses mesmos ladrões novamente. Então está aí, e o que é que a gente faz quando o político passa na porta da gente, a gente faz questão de apertar a mão dele e botar o papelzinho na porta. Então isso é culpa nossa: a gente

não pode dizer que é culpa não. Porque é culpa minha, culpa do senhor culpa de fulano de tal é culpa dos clientes que freqüentam aqui. Porque a roubalheira acontece e ninguém não se manifesta. As pessoas comem tudo caladinho, no outro ano esta lá voltando nele de novo. Então é culpa de todo mundo. Então se a gente não fizer alguma coisa agora, o que essas crianças vão construir mais tarde. Apenas vai ter presídios. É a única coisa que vai ter construído: condomínios e presídios. Aí eu falei: se eles voltarem o senhor não faça isso não. Agora eu vou encaminhar até o conselho pra pedir uma ação conjunta pra gente ver o que é que a gente pode fazer por ele.

Você acredita que os elementos como educação e trabalho podem contribuir para que essas pessoas sejam verdadeiramente incluídas na sociedade?

Saúde, educação e trabalho são fundamentais não somente para as crianças e adolescentes, mas para todos nós. Ontem mesmo a gente estava até conversando aqui na sala eu disse: olha os programas sociais, que maravilha! Num país em que o desemprego é enorme, o governo ajuda oferecendo ao povo: bolsa família, vale gás e outros, isso não deve ser dado a ninguém. As pessoas que precisam de educação, as pessoas que precisam de saúde. Isso são esmolas sociais que não vai mudar a realidade deles de jeito nenhum. O que é que está criando? Outro sobrevive do bolsa família e não quer mais trabalhar, porque sobrevive do bolsa família, do vale gás. Isso foi uma entrevista que li na folha de São Paulo. Outra jovem que vivia do vale gás e vale creche, ela disse: eu não quero mais trabalhar porque ganho tudo isso, e daí dá pra sobreviver. Será que realmente diminuiu a pobreza? Não vejo muita diferença não, houve muita melhora, mas é preciso que haja um compromisso de todos nós. De certa forma meu trabalho como educadora social incomoda a

sociedade. Incomoda porque ela acha que esses meninos deveriam estar presos e esses meninos não têm mais jeito. É engraçado, eles não têm mais jeito porque é filho do pobre do miserável, trata da pessoa que não tem nada. Quando é filho de rico aí tem jeito. Agora quando é uma criança ou um adolescente pobre aí é vagabundo e ninguém quer ver a história de vida dessa pessoa, ninguém quer ver nada. Uma pessoa que não teve chance nem oportunidade em sua vida. Quando é o rico você coitadinho, mas tão bonito, e esquece. Você não quer ajudar. Agora quando você vê o pobre é aquela coisa: pobre nasceu pra se ferrar mesmo. Porque as pessoas não têm dó nem piedade. Cada família é uma família; cada caso é um caso. Você pode passar por uma situação e ter uma reação, eu posso passar por outra e ter outra reação. Você pode se revoltar por uma coisa, ter sofrido o pão que o diabo amassou e querer voltar pra sua mãe. Mas, se ela não teve não teve carinho nem nada, quando ela chegar e ver a família dela, ela vai fazer muito provavelmente a mesma coisa. Ela não sabe e não tem noção do que é um afeto. Ela não tem consciência do que é isso, então ela faz a mesma coisa. Eu moro num local onde tem a cidade de Iona ali perto tem muita gente que diz: há um monte de marginal morando lá. Eu digo: não por que eu trabalhei e fiz cadastro junto aquele povo. Aí tem pessoa do bem. Mas tem muitas pessoas que estão andando por caminho ruim. Do mesmo jeito que aqui na Ponta Verde tem muita gente, só que tudo se acoberta. A realidade é camuflada: com carro do ano, com roupa de marca, aí todo mundo aceita. Quando vê a pessoa maltrapilha aquele é um vagabundo que não quer nada na vida. E as pessoas que tiveram todas as chances, todas as oportunidades teve tudo na vida e hoje é um marginal e bandido. O que dizer? Vai dizer que foi o que?

APÊNDICE – F

ENTREVISTA COM EDUCADOR(A) SOCIAL DE RUA

ESR - OG – (06)

Quando e como você começou a trabalhar como educadora social de Rua?

Quem é a criança e o adolescente em situação em Maceió?

Inicialmente eu comecei a trabalhar com o público alvo diante da necessidade e da grande incidência de criança, adolescente e família em situação de Rua. A criança e o adolescente de rua eles estão sintonizados na questão da desestruturação familiar e da necessidade de buscar alguma forma que supra as suas carências e as suas necessidades sociais. E, no entanto, eles vão as ruas buscar algumas soluções pra suas necessidades. A gente observa muito também, que na maioria das vezes existe a falta de vínculo familiar. Embora muitos morem com seus pais.

Há uma abordagem inicial desse trabalho? Como acontece essa aproximação com uma criança ou adolescente de Rua?

A nossa metodologia de trabalho é de abordagem de rua. Nós vamos à rua porque lá vamos conhecer de uma forma mais concreta a realidade dessas crianças e adolescentes.

Como é feita essa aproximação?

Geralmente nós trabalhamos em equipe. Nós nos identificamos enquanto educador da instituição, procuramos saber a sua identificação, qual sua necessidade maior o porquê daquela criança e adolescente estar nas ruas num momento em que

eles deveriam estar na companhia ou de suas famílias ou na escola. No entanto, a gente tenta uma aproximação com a família pra tentar reintegração familiar e buscar alternativas que supra essa necessidade de levar essas crianças às ruas.

Como você se identificou enquanto educadora social de rua?

Além do fato de gostar de criança, a gente procura de certa forma buscar alternativas pra tirar essas crianças dessa realidade. Porque o que desejamos é garantir o direito dessas crianças. E quando elas estão na rua, elas estão em situação de risco e violação de direito. O nosso trabalho é articulado com o Conselho Tutelar, com as demais instâncias e políticas públicas, e dessa forma numa ação integrada nós buscamos alternativas para solucionar esses problemas da criança e do adolescente em situação de rua.

Qual é a teoria que embasa sua prática? Onde você vai buscar esses referenciais? Como é feita essa formação?

A teoria que embasa é a teoria marxista na perspectiva crítica de fazer com que as pessoas se entendam como sujeitos de sua própria história.

Há um processo de formação do educador pra trabalhar inicialmente com esses meninos ou chegamos à Universidade e já vamos trabalhar?

Tem toda uma preparação sim, porque lidar com a criança e o adolescente é preciso antes de tudo ter toda uma sensibilidade de chegar junto, de abordar e de conquistar. Porque não é só você chegar e conseguir que ele tenha já confiança, e você enquanto profissional e pessoa. A pessoa deve criar o vínculo e conquistar a confiança pra que ele possa passar todas essas informações e acreditar que diante

dessa abordagem e intervenção, ele pode ter uma perspectiva e uma qualidade de vida melhor.

Durante essas três últimas décadas você identifica avanços ou retrocessos na área da infância no Brasil?

Acredito que houve avanço sim, principalmente com a implantação do ECA, do estatuto, mas assim, penso que cada um de nós temos muito o que conquistar, principalmente na área da criança e do adolescente. Se não houver uma ação integrada, nós não vamos conseguir atingir muito objetivo.

O que você pode nos falar enquanto educadora social com relação às políticas públicas desenvolvidas pelo município de Maceió, pelo Estado ou pelo Governo Federal.

Penso que as políticas públicas elas tem impactos muito grande desde que elas sejam reconhecidas realmente como direito e, que essas pessoas tenham essa consciência. Como eu tinha falado anteriormente: se não houver uma ação em conjunto, uma ação articulada com todas as políticas públicas, nós não vamos conseguir avançar.

O que há efetivamente de políticas públicas aqui em Maceió relacionado à criança e adolescente? Qual o trabalho que é desenvolvido para aquela criança e aquele adolescente que estava na rua?

No tocante as políticas públicas relacionado a criança e adolescente, nós temos o projeto guardião da cidadania que funciona como centro de triagem, mas dá um todo direcionamento as demandas apresentadas pela criança e adolescente.

Nós temos o projeto Acolher que também é uma casa-abrigo que acolhe as crianças que estão em situação de rua e que viabiliza a reintegração familiar, como direcionamento a outras instituições e projetos. Estamos em parceria com o projeto 'Lar Coração de Jesus', onde essas crianças estão tendo todo um trabalho educativo e sócio-educativo.

Mas, a nossa necessidade maior no tocante a população em situação de rua é a carência de uma política pública direcionada a essa população. Uma política que viabilize condições de autonomias pra essas famílias, de estruturação. No contexto geral nos observamos que o que leva as pessoas pra ruas, o fator maior é a ausência de qualificação profissional, é falta de estrutura, o analfabetismo, a evasão escolar e outras questões que faz com que essas pessoas fiquem na rua. Então assim, nós necessitamos primordialmente de uma política pública direcionada para a população em situação de rua.

Como é desenvolvido o seu trabalho diariamente? Como você se organiza dentro desse processo da instituição governamental?

Nossa prática se desenvolve através de três vertentes: primeiramente a abordagem de rua, em seguida os encaminhamentos, e posteriormente o acompanhamento a essas famílias. Nós realizamos a abordagem e em seguida temos todo um processo de acompanhamento até que a gente possa dar resolutividade a esses problemas. Logicamente portando com toda uma estrutura e articulação com as demais políticas pública.

Algumas vezes as crianças e os adolescentes somem da rua. O que acontece?

De forma considerável acredito que tenha diminuído isso. Penso que a responsabilidade dos órgãos de segurança pública tem agido de forma mais efetiva em relação a esse caso específico.

Seu trabalho enquanto educadora social ela incomoda a sociedade? Como é visto o seu trabalho? Como é que você se percebe?

Não incomoda. Penso que a sociedade hoje em dia se preocupa por dois lados: tanto de ver uma ação mais ativa em relação às crianças e os adolescentes, como também, de ver que nós enquanto profissionais estamos tentando intervir pra que essa realidade mude. Nós contamos também com a parceria e a colaboração da própria sociedade nesse sentido.

Você acredita que o trabalho que desenvolve ele é capaz mesmo de transformar a criança e o adolescente de Rua?

Com certeza. Se eu não acreditasse eu não estaria realizando esse trabalho. Eu acho que unindo forças e determinação de todos os órgãos públicos e da própria sociedade nós vamos conseguir chegar lá.

Você acredita que elementos como educação e trabalho pode contribuir para emancipação dessas pessoas que está aí excluída e na rua, principalmente com relação aos adolescentes?

Totalmente. Penso que a base é a educação. A criança e o adolescente têm que está na escola. A família tem que está estruturada. O pai tem que ter resolutividade para os seus problemas, e a mãe pra que ofereça confiança a essa

criança a essa criança e a esse adolescente pra que ele possa pensar e assim ter uma perspectiva de um futuro melhor. É importante saber que a inclusão social começa com o trabalho pra que as pessoas tenham condições de ter uma vida digna.

Com relação aos limites e as impossibilidades: essa ação do educador social de rua. O que você tem a dizer?

As possibilidades são muitas porque a gente tem que acreditar realmente no que faz e tem que contar efetivamente com o poder publico. As possibilidades são de acreditar que essas famílias, crianças e adolescentes elas possam evoluir enquanto pessoa. De saber que existe uma rede de atendimento que vai viabilizar a proteção social dessas pessoas. E os limites é entender a ausência de uma política pública efetivamente direcionada a essa população. Isso é uma carência que causa um grande impacto diante de falta de alternativa que a gente tem pra essas pessoas.

A sociedade com um todo tem participado ou está afastada dessa discussão?

Ela tem participado sim. É impossível a gente realizar um trabalho como esse se não houver a participação da sociedade.